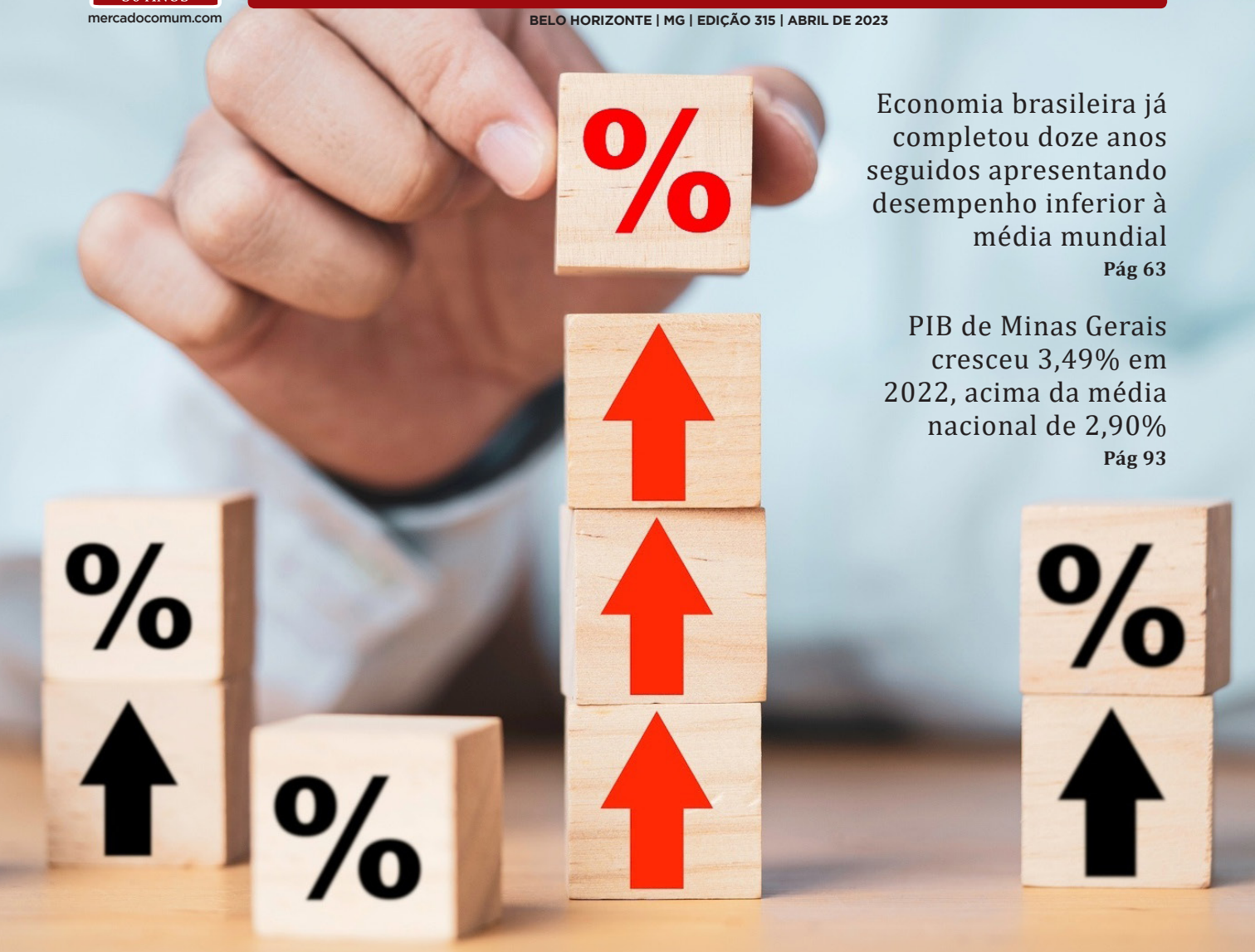
MC
MercadoComum
30 ANOS
mercadocomum.com

MercadoComum®

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

BELO HORIZONTE | MG | EDIÇÃO 315 | ABRIL DE 2023



Economia brasileira já completou doze anos seguidos apresentando desempenho inferior à média mundial

Pág 63

PIB de Minas Gerais cresceu 3,49% em 2022, acima da média nacional de 2,90%

Pág 93

SELIC É MANTIDA EM 13,75%

Brasil continua campeão das taxas de juros reais mais elevadas do mundo

Pág 119

Uma iniciativa do Governo de Minas

Edital BDMG MUNICÍPIOS 2023

Financiando o desenvolvimento **de todas as cidades de Minas.**

Maria Eduarda Schirmer
Estudante de Ladainha

O Edital de Municípios do BDMG disponibiliza R$400 milhões para financiar o desenvolvimento das cidades mineiras. É crédito rápido, acessível e 100% digital que vai beneficiar a economia regional e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.
Os recursos podem ser investidos em projetos de energia renovável, infraestrutura, saneamento e compra de máquinas e equipamentos.

Saiba mais em:
bdmg.mg.gov.br

BDMG. NOVAS IDEIAS PARA O DESENVOLVIMENTO.

BDMG MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

3 SAÚDE E BEM-ESTAR
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

MC MercadoComum 30 anos
MERCADOCOMUM®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ABRIL DE 2023
30 ANOS - EDIÇÃO 315

Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Reinaldo Soares

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número: 817452753 de 02.08.1993

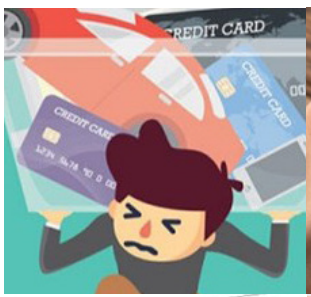
Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

5
A Economia com Todas as Letras e Números

32
Mundo Empresarial



63
Debate Econômico

93
O PIB de Minas

146
Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre vários assuntos.

110
Variedades

119
Especial Selic

ANUNCIE NA MELHOR

REVISTA DE ECONOMIA
FEITA EM MINAS, AGORA
EM TODO O BRASIL

3,62 MILHÕES

de visualizações/ mês, de acordo com o Google Search

Com 30 anos de tradição, a MercadoComum expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seleto público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das médias e grandes empresas.

Divulgue sua empresa para quem decide os negócios!

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- MC promove, há 28 anos, o Prêmio Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- MC há 29 anos promove o Ranking de Empresas de Minas Gerais e realizará em 2023 o 25º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – Minas Gerais.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.

MercadoComum®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar - CEP 30.330-040 – Belo Horizonte – MG
Site: www.mercadocomum.com - E-mail: revistamc@uol.com.br - Fone: 31 3281-6474

PIB da América Latina em 2023: aperto monetário e desaceleração global devem enfraquecer PIB da AL em 2023

Para a América Latina as projeções indicam alta de 0,9% na região neste ano, após avanço de 3,6% em 2022; previsão para o Brasil é de crescimento de 0,7%

A América Latina deve apresentar em 2023 um crescimento enfraquecido pelo impacto defasado do aperto monetário que já foi concluído na maior parte dos países da região e da menor atividade global. A projeção da Coface, líder global em seguro de crédito comercial e em serviços especializados, é de uma expansão do PIB latino-americano de 0,9% no ano, o que representa uma significativa desaceleração em relação à alta estima de 3,6% em 2022.

"Um ponto importante é a desaceleração da economia mundial, não só por uma menor demanda por exportação para os países da região como também por toda sua influência no mercado de commodities. E, por fim, pelo forte aperto de juros no Brasil e também nos países vizinhos", disse Patrícia Krause, economista-chefe da Coface América Latina, durante a 7ª Edição no Brasil da Country Risk Conference.

Para o Brasil, a Coface espera um crescimento de 0,7% em 2023, após o avanço de 2,9% no ano passado. Já as economias da Argentina e da Chile devem enfrentar recessão em 2023 com quedas de - 0,5% e -1,2%, respectivamente. No ano passado, a Argentina cresceu 5,5%, enquanto o Chile registrou alta de 2,4%.

A economista avalia que a Argentina corre o risco de uma queda ainda maior do PIB pois há vários desiquilíbrios na economia. Ela cita a inflação, que atingiu três dígitos pela primeira vez desde 91 em fevereiro, a necessidade de um ajuste fiscal, controles de importação que podem causar desabastecimento para indústria e os impactos na agricultura com a maior seca em 60 anos.

"A desconfiança sobre a moeda também segue bastante forte. Haverá ainda eleições presidenciais em outubro, e podemos começar a observar mais volatilidade principalmente a partir do segundo semestre", completou.

Inflação ainda elevada na região

A previsão é que a inflação encerre 2023 em um patamar menor em relação a 2022 na maioria dos países da América Latina, com exceção de Argentina e Brasil. No caso do Brasil, a Coface projeta uma alta do IPCA de 6%, após uma taxa de 5,8% no ano passado.

"Tivemos uma melhora aqui desde o pico de 12% de abril do ano passado, mas agora essa convergência

para a meta parece mais difícil. As expectativas vêm subindo e temos a projeção de que feche o ano até o um pouco mais alta do que o ano passado", afirmou.

Apesar de perder força, de uma forma geral na região, a inflação seguirá em patamares historicamente elevados neste ano. "Os núcleos de inflação seguem elevados. Com isso, os BCs continuam pressionados. Temos uma taxa de juros real bastante significativa, principalmente no Brasil, o que afeta a atividade econômica. E não projetamos que as taxas caiam no curto prazo", disse Patrícia.

Sobre o câmbio, por enquanto, as moedas da região, com exceção da Argentina, reportam apreciação no ano. No entanto, segundo a economista, o movimento pode ter vida curta, se a aversão ao risco ganhar força no cenário global. "As preocupações com sistema bancário podem levar ao fortalecimento do dólar frente às moedas emergentes. Além disso, temos próprios riscos locais, como as eleições na Argentina, a discussão sobre a âncora fiscal no Brasil e a nova constituinte no Chile, entre outros", ponderou.

Segundo a economista, juros em alta, atividade em desaceleração e uma possível depreciação cambial acendem o alerta sobre o endividamento público, de famílias, empresas e do sistema bancário. "Houve uma melhora desse nível de endividamento na América Latina no final de 2022, comparado com o último trimestre de 2021, mas mais pela base, porque o PIB seguiu em recuperação e pela inflação mais elevada. Portanto, o endividamento continuará sendo um ponto importante de atenção."

DESACELERAÇÃO GLOBAL E RISCO DE CRISE BANCÁRIA

A Coface projeta que o PIB global cresça 2% neste ano, após alta de 3,1%, em uma desaceleração impulsionada pelas economias avançadas. Os Estados Unidos, por exemplo, devem sair de uma alta de 2,1% em 2022 para 0,8% em 2023. No Reino Unido, a previsão é de queda -0,7% neste ano, ante um crescimento de 4% em 2022.

Apesar dos alertas em relação ao sistema bancário, Patrícia ressaltou que os bancos centrais seguem elevando os juros na Europa e EUA. Isso porque a discussão segue ainda muito centrada na dificuldade de trazer a inflação para a meta.

"Na semana passada, a questão ganhou força nos EUA com o caso do Silicon Valley e do Signature. As autoridades monetárias reagiram muito rápido, nos EUA, garantindo os reembolsos dos depósitos integralmente e anunciando uma linha de financiamento para bancos em dificuldade, e na Europa, agindo no final de semana em relação ao banco suíço. Isso de uma forma geral acalmou, mas é claro que só o tempo dirá se foi suficiente ou não para recuperar a confiança", alertou.

PREÇOS DE COMMODITIES

A economista espera que os preços das commodities devem seguir em patamares historicamente elevados, mas abaixo da média vista no ano passado, quando tiveram forte alta após a invasão da Ucrânia pela Rússia. "É certo que há fatores de risco que podem puxar para cima ou para baixo. Um fator altista seria um crescimento mais forte do que o esperado da China, principalmente diante das restrições de oferta ainda presentes. Em contrapartida, se tiver um pouso forçado da economia global, como uma crise no sistema bancário, isso tende a levar os preços para baixo", disse.

BDMG: Financiamento para prefeituras mineiras

O Governador Romeu Zema Neto e o presidente do BDMG, Gabriel Viegas Neto, lançaram, o dia 15/3, o Edital de Municípios 2023 com linhas de financiamento em condições diferenciadas. Serão R$400 milhões em crédito para as prefeituras mineiras, que têm prazo até o dia 5 de abril para enviar as propostas. O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio e o presidente da Associação Mineira de Municípios, Marcos Bizarro, também participaram da cerimônia, em Belo Horizonte.

"Sem dúvida, e a história está aí para comprovar, o BDMG é parceiro das cidades mineiras. No Banco de Desenvolvimento de Minas, as prefeituras encontram, além do financiamento, assessoria técnica e treinamento gratuitos", afirmou Viégas.

Financiamento bancário: 42% dos contratos são abusivos - é o que revela relatório

Levantamento anual de 2022 é da Jusfy, com base nas informações passadas pelos usuários da plataforma

O financiamento bancário tem sido, nos últimos anos, uma das melhores opções para que os brasileiros possam adquirir um bem, sem se preocupar, em tese, com maiores riscos econômicos. Entretanto, além de questões de educação financeira da pessoa, na qual, muitas vezes, não está preparada para firmar um compromisso como este, ela encontra, no contrato, cláusulas abusivas que acabam levando ao endividamento. De acordo com o relatório de 2022 da Jusfy, startup jurídica que resolve todas as dúvidas em uma só plataforma, 42% dos contratos de financiamento bancário consultados por advogados na plataforma foram considerados abusivos.

Em números gerais, foram 191.360 cálculos realizados pelos usuários da Jusfy no ano passado. De cálculos revisionais, 77.083 e abusivos, 32.374. "Todas essas informações fazem parte do nosso banco de dados, do qual mais de 4.500 usuários, principalmente advogados recém-formados e escritórios de pequeno e médio porte fazem parte. Este é o objetivo da Jusfy. Buscamos nos tornar o sistema operacional do advogado, mitigando a maioria dos entraves que paralisam ou mesmo atrasam, de certa forma, a operacionalidade do profissional", afirma o advogado, fundador e CEO da Jusfy, Rafael Bagolin.

A ação revisional, por exemplo, tem o objetivo de reduzir a prestação de um financiamento para o consumidor por meio do combate à cobrança de juros abusivos ou ao anatocismo por parte das financeiras e bancos. Dentro da plataforma da Jusfy, os advogados conseguem recalcular todo o financiamento com a taxa média do Banco Central do Brasil (BACEN), destacando eventuais diferenças existentes entre o valor pago e o valor recalculado do financiamento.

"A grande maioria dos tribunais brasileiros adota o critério de considerar abusivo o contrato bancário que estiver 50% acima da taxa média do BACEN para a modalidade contratada", reforça.

Já o financiamento bancário, nada mais é do que uma antecipação de crédito firmada por um contrato entre quem precisa de dinheiro (pessoa física ou jurídica) e uma instituição financeira capaz de fornecê-lo (bancos e cooperativas, por exemplo). Esta modalidade é utilizada para fins específicos, tais como, a compra de um imóvel, de um veículo e financiamento estudantil.

"A cobrança de tarifas nos contratos bancários, conforme preconizado pela Súmula 297/STJ e ADI 2591-1/DF, deve ser analisada à luz dos preceitos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que estabelece a boa-fé objetiva e a equidade material como princípios basilares nos contratos de consumo", ressalta o advogado, fundador e CEO da Jusfy, Rafael Bagolin.

No Brasil, de acordo com a última Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens e Turismo (CNC), a parcela de famílias com dívidas, em atraso ou não, ficou em 77,9% em 2022. Dentro deste contexto, ainda segundo o levantamento, 86,6% corresponde a dívidas com cartão de crédito, 19% com carnês e 10,4% de financiamento de carros. "Por mais que a porcentagem esteja pequena, dentro deste comparativo, é importante ficar de olho nas condições destes serviços bancários de financiamento. Se é um problema que dá para evitar ou mesmo ser solucionado por meio da consulta dos advogados às ferramentas destinadas a esse controle, a conduta mais indicável é a investigação", conclui Rafael.

A Jusfy é a startup jurídica que resolve todas as dúvidas em uma só plataforma e que foi criada justamente para contemplar as ferramentas necessárias para o dia a dia do advogado. Ela é uma LawTech que busca interligar em uma única plataforma, 100% online, de forma leve, rápida e intuitiva, advogados e contadores, principalmente, que precisam de agilidade e assertividade na resolução de questões recorrentes das áreas. Fundada em São Paulo pelo advogado gaúcho Rafael Saccol Bagolin, CEO da empresa, junto do engenheiro de computação e co-fundador, Juliano Lima, e contando com o apoio de Frederico Flores, fundador e CEO da Scaleup, a Jusfy conta com mais de 4.500 usuários.

Loterias Online no Brasil: aumento da arrecadação fiscal e geração de renda como possíveis benefícios da regulamentação

A regulamentação das loterias online no Brasil tem sido um tema de grande importância nos últimos tempos e em discussão no Congresso. Com o crescente uso da internet e a popularidade dos jogos digitais, muitos brasileiros passaram a buscar opções online para apostar. Porém, mesmo com o nítido desenvolvimento desse setor, a falta de regulamentação ainda impede o crescimento e, com isso, uma maior arrecadação de impostos e repasses sociais das loterias, beneficiando toda a sociedade.

Em pesquisa realizada pela Associação dos Intermediadores Digitais de Jogos Lotéricos (AIDIGLOT) em parceria com a divisão de projetos da Fundação Getúlio Vargas, com a diretriz o setor apresentaria um crescimento de 140%, gerando mais empregos e contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB). "A regulamentação das loterias digitais no Brasil é uma medida de suma importância para que possamos cooperar além do que já fazemos por nossa sociedade. Hoje, o setor já arrecada cerca de R$ 20 milhões em impostos, além dos repasses sociais. Com essa chancela do governo, poderíamos aumentar em muito nossa contribuição", explica Mirko Mayeroff, presidente da AIDIGLOT.

Para a sociedade, os benefícios diretos e indiretos incluem: aumento da arrecadação fiscal, geração de renda e postos de trabalho, elevação dos montantes disponíveis para transferências sociais e fomento de novos modelos de negócios e estímulos de soluções tecnológicas e inovadoras no mercado de loterias. As vantagens deste tipo de serviço são inúmeras e dentre as verificadas pelo estudo, vale destacar:

a) Expansão do número de pessoas com acesso aos jogos de loteria;

b) Superação dos limites geográficos para venda dos bilhetes;

c) Potencial de aumento das receitas auferidas pelas unidades lotéricas sem elevação relevante dos custos com logística, vendas e entregas;

d) Aumento da publicidade sobre os jogos sem custo adicional para os controladores dos jogos;

e) Potencial de expansão de vendas em perfis de consumidores diferentes daqueles que frequentam as lotéricas físicas, tradicionais.

"No Brasil, o serviço de intermediação lotérico ainda se mantém refém de um 'limbo' normativo. Dentre os vários obstáculos vale mencionar: restrições nos veículos de propagandas, redução de credibilidade junto ao público, falta de autorização para disponibilizar os aplicativos, restrições no Google Ads e em outras plataformas de mídia, aumento dos custos operacionais e ausência de interface eletrônica (API) para registro dos jogos, o que obriga os intermediários a lidarem com os bilhetes físicos, sendo responsáveis pela guarda/arquivamento e coleta/transporte destes", finaliza Mayeroff.

Apostas esportivas: fatores cruciais que fizeram o Brasil liderar o mercado na América Latina e a importância da regulamentação

O Brasil vem liderando o mercado de apostas esportivas na América Latina. Segundo dados divulgados pela Comscore, em 2022, mais de 36 milhões de brasileiros acessaram sites de jogos online no país. As apostas online têm crescido a cada ano e, só em 2020 movimentou mais de R$7 bilhões, de acordo com o BNL Data. A estimativa é de que em 2023 esse total bata a casa dos R$12 bilhões.

Cristiano Maschio, CEO da QESH, uma startup que oferece soluções abrangentes para empresas que operam no setor de jogos online, destaca que quatro fatores foram cruciais para a explosão desta indústria de apostas esportivas: "No Brasil, as apostas estão permitidas desde o fim de 2018, quando foi sancionada uma lei, o que gerou uma enxurrada de marcas competindo por seu lugar ao sol aguardando a regulamentação desta lei. Em segundo lugar, a criação do PIX em outubro de 2020, que possibilitou pagamentos e saques instantâneos, superando as antigas e burocráticas carteiras digitais para pagamento. Terceiro foi a digitalização forçada após o COVID e, por fim, a melhora nos serviços de telefonia celular, que representa 93% da base de usuários, aumentando a experiência dos jogadores e facilitando as apostas esportivas em tempo real".

No entanto, Cristiano também destaca a importância da educação e do jogo responsável no contexto da regulamentação do setor. "O jogo responsável deve ser a base da regulamentação, garantindo que os jogadores possam se divertir de maneira segura e consciente, sem prejudicar suas finanças e saúde mental", afirma.

A lei 13.756/18, que permite a atividade das casas de apostas aqui no Brasil, está nas mãos do atual governo, e estabelece a regulamentação do setor, aliada à implementação de medidas de segurança financeira para proteger os jogadores e prevenir o jogo ilegal, bem como regras sobre a verificação de identidade dos jogadores, monitoramento de transações financeiras e a restrição ao jogo para menores de idade, devendo criar um ambiente mais seguro e confiável para todos. Com isso, o número de apostadores tende a aumentar expressivamente no país.

Fundada em 2019 por Cristiano Maschio, ex-executivo do mercado financeiro, a Qesh é uma one-stop-shop que fornece toda a infraestrutura de um banco necessária para construir operações financeiras próprias em total conformidade com as regras regulatórias locais. De médias empresas até o maior banco da América Latina a Qesh fornece infraestrutura digital de tecnologia e eficiência para serviços de liquidação, pagamento, crédito, gerenciamento de risco, seguro e emissão de cartões de crédito e débito. A Qesh ainda atende outros setores da economia, como: jogos on-line, varejo, agronegócio e tech. Com 55 funcionários, nasceu com recursos próprios e cresceu sem aportes financeiros externos até o momento.

União faz acordo com Estados

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou no dia 10/3 a implementação de acordo firmado entre o governo federal e todos os estados da Federação, além do Distrito Federal, para a reposição das perdas resultantes de mudanças estabelecidas no ano passado na cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transportes. O volume acertado foi de R$ 26,9 bilhões, referentes à renúncia de ICMS pelos estados em 2022.

As mudanças na cobrança do ICMS foram fixadas pelas Leis Complementares nº 192 (de março de 2022) e nº 194 (de junho de 2022), gerou impactos nos caixas estaduais. Do total acordado agora, cerca de R$ 9 bilhões já foram compensados por meio de liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a estados devedores da União no âmbito do Grupo de Trabalho criado pela corte. Os valores restantes serão abatidos das parcelas da dívida que os estados tenham com a União, ou serão pagos diretamente - aportes - aos estados que não têm dívidas com o governo federal. O cronograma vai até 2026.

Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional, explicou que o total de compensação, em 2023, será da ordem de R$ 4 bilhões. "O restante será diluído ao longo dos próximos exercícios, até 2026". Estados que têm a receber até R$ 150 milhões contarão com 50% do valor em 2023 e 50% em 2024, com recursos do Tesouro Nacional. Estados que têm entre R$ 150 e R$ 500 milhões a receber contarão com 1/3 do valor em 2023 e 2/3 em 2024. Para quem tem mais de R$ 500 milhões a receber, a compensação será distribuída ao longo de três anos: 25% em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025. Já para os estados em Regime de Recuperação Fiscal (Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul), valem as regras anteriores, porém o adicional de R$ 900 milhões será compensado na dívida em 2026.

Esse acordo ainda será apresentado ao Supremo Tribunal Federal e, também, ao Congresso Nacional, assim que o ministro Fernando Haddad apresentar para o presidente Lula e houver a sua aprovação.

YVES BERBERT

Country Manager da Wise no Brasil

Novo marco cambial: como as mudanças facilitam as operações de câmbio entre clientes e instituições financeiras?

O mercado de câmbio brasileiro tem passado por um processo de modernização e simplificação, que se consolidou com a Nova Lei Cambial (14.286/21), em vigor desde o último 30 de dezembro. As mudanças ajudam a eliminar as fronteiras do dinheiro e beneficiam principalmente o real, mas também pessoas físicas e jurídicas que usam diferentes moedas.

Se antes o real só podia ser transacionado dentro do país, a expectativa é que, no futuro, ela seja transformada em uma moeda internacional, podendo ser conversível globalmente, o que deve levar a um notório aumento da sua atividade e importância econômica.

É verdade que ainda estamos em fase embrionária desse projeto, e o assunto ganhará mais visibilidade com o tempo, principalmente com as consultas públicas realizadas pelo Banco Central. Entretanto, para um mercado como o da Wise, alguns pontos merecem destaque:

Um deles é a igualdade de tratamento entre contas em reais de residentes e não residentes no Brasil. Além de beneficiar setores do país que movimentam montantes significativos para a economia brasileira, a medida também facilita a abertura de contas para pessoas físicas. Ao abrir essa possibilidade, a nova lei permite que, no futuro, contas em dólar sejam mantidas no Brasil, por exemplo.

Outra vantagem do Novo Marco Cambial é a alteração no valor máximo em espécie permitido a cada viajante internacional. Antes, cada pessoa podia viajar com até R$ 10 mil em espécie - agora, é possível carregar até US$ 10 mil sem infringir a lei. A mesma regra vale para quem sai e para quem chega ao Brasil.

Destaco que essa mudança era bastante necessária, uma vez que o valor havia sido fixado na década de 90, em um momento de quase paridade entre os valores do dólar e do real. Atualmente, um dólar vale em torno de R$ 5,20, o que tornava o antigo valor mínimo defasado diante do poder de compra do real no exterior.

Um outro ponto interessante é a forma de classificar a operação de câmbio, cuja competência passa a ser transferida para o cliente. Até então, essa obrigação cabia às instituições financeiras, que podiam até ser penalizadas em caso de erro de classificação da natureza da operação. Com a mudança, passamos a fornecer uma lista de possíveis transferências para os clientes categorizarem, cedendo mais autonomia e liberdade para efetuarem suas transações. A nova lei, no entanto, obriga as instituições financeiras a prestar assistência aos seus clientes quando necessário para que haja o enquadramento correto das operações.

Também ressalto a mudança de documentação exigida pelas instituições em operações de câmbio. Ela proíbe agora que instituições exijam dos seus clientes informações como documentos, dados ou certificados que estejam disponíveis em bases de dados públicas ou privadas de amplo acesso. Esse novo modelo de operação simplifica a situação dos clientes, ajuda-os a poupar tempo, além de desburocratizar processos que, anteriormente, levavam mais tempo para serem finalizados.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

Há, ainda, outro adendo sobre a documentação que é válido de se mencionar: a partir de agora, a instituição autorizada a operar no mercado de câmbio poderá solicitar ou dispensar, conforme sua própria avaliação de risco, informações e documentos comprobatórios, considerando a avaliação do cliente e as características da operação.

No caso da Wise, antes precisávamos de certos documentos comprobatórios de todas as transações acima de US$ 3.000. Agora, cabe à empresa decidir se solicitará documentos comprobatórios para as transações, o que deve simplificar o fluxo para uma quantidade significativa de operações dentro da plataforma.

Todas essas mudanças trazidas pelo Novo Marco Cambial refletem um momento de avanço tecnológico para o setor financeiro brasileiro, que precisava se adaptar às novas necessidades e comportamentos dos brasileiros. Ainda há muito o que avançar, sem dúvidas, mas esses ajustes recentes já desburocratizam os trâmites para consumidores e instituições de maneira relevante. Aguardo ansioso pelo que mais o futuro nos apresentará neste sentido, a fim de alcançarmos um mercado cambial cada vez mais moderno e simplificado

JOÃO LUCAS TONELLO

CNPI, analista da Benndorf Research

Silicon Valley Bank

Recentemente vimos o SVB (Banco do Vale do Silício) conhecido como banco das startups nos EUA, não conseguindo saudar mais suas dívidas devido ao aumento da taxa de juros realizado pelo FED. Com isso, teve no dia 10 de março seus ativos bloqueados pela FIDC, (Federal Deposit Insurance Corporation) que é uma agência governamental dos Estados Unidos responsável pela proteção dos depositantes e pela estabilidade do sistema bancário do país.

Uma das principais consequências imediatas foi a tensão no mercado critpo pela principal stable coin ter perdido sua paridade com dólar devido ao bloqueio de 8,25% dos recursos.

No dia 12 de março, com intuito de proteger a economia dos Estados Unidos fortalecendo a confiança pública e o sistema bancário americano e após receber uma recomendação dos conselhos do FDIC e do Federal Reserve, e consultar o Presidente, a Secretária Yellen foi aprovado ações permitindo que o FDIC conclua sua resolução do Silicon Valley Bank, de Santa Clara, Califórnia, de maneira garanta aos depositantes o saque dos valores investidos. Assim, os depositantes já tiveram acesso a todo o seu dinheiro desde a segunda-feira, 13 de março. Nenhuma perda associada à resolução do Silicon Valley Bank será suportada pelo contribuinte. Desta forma, foi feito uma espécie de Bailout para evitar um temor em cadeia de outros bancos nos EUA.

Finalmente, o Conselho Federal de Reserva anunciou ainda que disponibilizará financiamento adicional para instituições depositárias elegíveis para ajudar a garantir que os bancos tenham a capacidade de atender às necessidades de todos os seus depositantes.

O FDIC declarou ainda que "o sistema bancário dos Estados Unidos continua resiliente e em uma base sólida, em grande parte devido às reformas que foram feitas após a crise financeira, que garantiram melhores salvaguardas para a indústria bancária".

Resta aguardarmos cautelosamente riscos de quebra de outros bancos. No caso de ter sido um ato isolado, não há maiores preocupações. Mas, se for o início de uma nova crise de 2008, temos muito que nos preocuparmos.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

CAIXA se reaproxima dos entes públicos em Minas Gerais com inauguração da Sala das Cidades e Estados

A CAIXA inaugurou em Belo Horizonte, Minas Gerais, no último dia 14 de março, a Sala das Cidades e Estados. A iniciativa vai reaproximar a CAIXA dos entes públicos da capital e demais cidades do estado mineiro, oferecendo atendimento técnico, institucional e negocial.

Mais 13 salas como esta já estão em condições operacionais para funcionamento em outras cidades do país. Até abril, mais 54 salas devem ser inauguradas em todos os estados brasileiros.

As Salas das Cidades e Estados são um espaço exclusivo da CAIXA. Podem ser utilizadas para reuniões, para atendimento e por representantes de entidades públicas. Também oferecem assessoramento técnico em projetos do setor público, assinatura de contratos de repasse, de financiamento, de empreendimentos habitacionais, dentre outros.

A CAIXA é o principal parceiro do poder público nos segmentos federal, estadual, municipal, judiciário e RPPS. O banco oferece atendimento integral e amplo portfólio de produtos e serviços técnicos especializados.

Fonte: Brasil 61 - Sophia Stein

Por causa da inflação, 83% dos brasileiros deixaram de comprar carne

Renda familiar dos trabalhadores não é suficiente, e às vezes falta

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,84% em fevereiro, acelerando diante dos 0,53% do mês anterior. Com a inflação acumulada (12 meses) em 5,6%, os trabalhadores sentem um impacto significativo e desconfortável para o bolso. É o que aponta a pesquisa da VR, feita em parceria com o Instituto Locomotiva. O estudo afirma que 95% dos brasileiros diminuíram a compra de alguns produtos ou serviços por causa da inflação, e o maior impacto percebido foi na alimentação. A alta dos alimentos prejudicou o poder de compra e comprometeu grande parte do orçamento dos consumidores. Em meio a dificuldade, muitos passaram a ter de fazer escolhas difíceis no dia a dia.

Quando questionados sobre os principais produtos e serviços que os trabalhadores deixaram de comprar, itens como a carne estão menos presentes na mesa de 83% da população. A alimentação fora de casa (70%), roupas (57%) e viagens (56%) foram cortados da rotina. O consumo de leite também foi reduzido por 53% dos trabalhadores. Além disso, consumidores passaram a recorrer a marcas similares e mais baratas (68%) para diminuir o impacto no bolso.

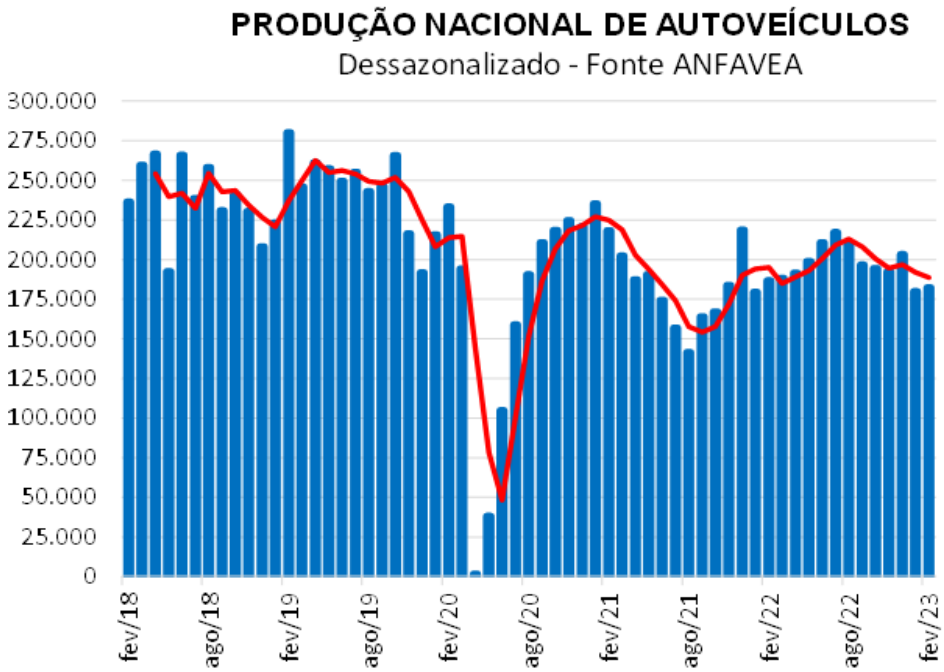
Priscila Abondanza, diretora executiva de Experiência do Cliente da VR, explica que o cenário é desafiador: "O aumento dos preços influencia a decisão de consumo, dificulta a retomada do poder de compra do consumidor e o seu sustento. O contexto atual chama a atenção para a alimentação e reforça a importância de oferecer benefícios para garantir segurança alimentar e qualidade de vida aos trabalhadores."

Mesmo com o verdadeiro malabarismo para equilibrar os gastos, a renda dos trabalhadores não tem acompanhado o custo de vida. O estudo apurou que para 59% dos consumidores a renda familiar não é suficiente para fechar o mês, e às vezes falta. Apenas para 5% dos ouvidos o montante recebido é mais do que suficiente para fechar as contas. Com pouco dinheiro circulando, em uma eventual situação de desemprego, 27% dos trabalhadores entrevistados avaliaram que conseguiriam se manter por menos de um mês.

Outro fator apurado pelo estudo é que a gestão financeira não faz parte da realidade dos consumidores. Para 56% é difícil controlar os gastos e 33% não fazem controle de despesas.

Pioneira no setor, a VR está implementando sua estratégia de ir muito além de benefícios, oferecendo serviços como Conta Digital, Marketplace de Produtos, Programa de Fidelidade, Super APP do trabalhador, Serviços de Mobilidade e Ponto Eletrônico, entre outros. As inovações, desenvolvidas em associação com um ecossistema de startups, do qual fazem parte Audaz Tecnologia, Global Points e Pontomais, dedicadas aos empreendedores, empresas, estabelecimentos comerciais e trabalhadores. A VR possui mais de 50 mil empresas clientes e mais de 550 mil pontos de aceitação em todo o país.

Produção de veículos no Brasil se recupera em fevereiro, mas tendência é de baixa



Após a forte queda de janeiro, a produção nacional de autoveículos, com ajuste sazonal, cresceu 1,4% m/m em fevereiro, segundo os dados da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores). A alta não foi capaz de reverter por completo o forte recuo observado na abertura do ano, e assim o volume produzido está na casa dos 180 mil veículos, distante dos mais de 200 mil registrados em muitos meses do ano passado. A análise por médias móveis trimestrais aponta tendência de baixa pelo quinto mês em sequência, com retração de 2,9% desta vez. Já a análise interanual, sem ajuste sazonal, aponta queda de 2,9%. Este é o pior resultado para um mês de fevereiro desde 2016, mas a produção nos dois primeiros meses de 2023 ainda está 0,8% acima do mesmo período do ano anterior. No acumulado dos últimos doze meses contra o período anterior, tem-se alta de 6,0%.

Em suma, a produção automotiva se recuperou em fevereiro, mas segue com desempenho fraco. Assim como foi visto no mês anterior, muitas montadoras pararam a produção em fevereiro por conta de férias coletivas com problemas relacionados à baixa demanda e falta de insumos. Assim, os gargalos relacionados a cadeias internacionais de produção, principalmente de semicondutores, e o complicado cenário macroeconômico, relacionado ao alto custo para aquisição de crédito, alta inadimplência e inflação, devem ser as principais dificuldades para o setor nos próximos meses.

Fonte: LCA Consultores

Anfavea: Produção

Categoria	% a/a		% m/m		% T/T-1		vs. 1º bimestre/20
	jan/23	fev/23	jan/23	fev/23	jan/23	fev/23	
Total autoveiculos	5,0	-2,9	-11,5	1,4	-4,2	-3,1	-21,9
Automóveis	11,3	-5,2	-10,2	-5,0	-3,0	-3,4	-29,3
Comerciais Leves	2,1	26,5	-3,3	26,3	-0,9	16,3	37,9
Ônibus	-41,0	-34,8	-57,2	9,1	-28,7	-44,4	-46,8
Caminhões	-57,2	-28,7	-58,2	37,8	-19,7	-27,9	-2,4

Clima Econômico da América Latina melhora no primeiro trimestre, mas Brasil caminha no sentido contrário

Indicador de Clima Econômico (ICE) subiu entre o 4º trimestre de 2022 e o 1º trimestre de 2023, com avanços em seis dos 10 principais países pesquisados. O Brasil caminhou no sentido contrário, com uma queda adicional do ICE puxada pelo Indicador da Situação Atual.

O Indicador de Clima Econômico (ICE) da América Latina subiu 6,9 pontos entre o 4º trimestre de 2022 e o 1º trimestre de 2023. Ainda que se mantenha baixo em termos históricos, o indicador atinge 73,4 pontos, o maior nível desde o 4º trimestre de 2021. O ICE tem se mantido na zona desfavorável do ciclo econômico desde o 3º trimestre de 2013, com algumas exceções - 4º trimestre de 2017, 1º trimestre de 2018 e 3º trimestre de 2021. Observa-se, porém, que em todos esses trimestres o indicador não se afastou muito do nível neutro de 100 pontos.

Os dois indicadores que compõem o ICE subiram no trimestre. O Indicador da Situação Atual (ISA) avançou 9,8 pontos e o Indicador de Expectativas (IE), 4,0 pontos. Nos dois casos, os indicadores permanecem na zona desfavorável: o ISA em 76,8 pontos, e o IE em 70,1 pontos. Assim como no 4º trimestre de 2022, o resultado do ISA superou o do IE, mas a diferença se ampliou para 6,7 pontos, a mais alta desde o 2º trimestre de 2012, quando havia sido de 15 pontos. Mas, ao contrário do que se observa hoje, naquela ocasião ambos os indicadores estavam na zona favorável do ciclo (em 116,4 e 101,4 pontos, respectivamente).

Os resultados do 1º trimestre de 2023 foram comparados aos do mesmo período dos anos 2020, 2021 e 2022. O ISA da América Latina em 2023 supera o dos três anos, como mostra o Quadro 1 do press release. Já o IE, que vinha em zona favorável em 2020 e 2021, hoje se encontra bem abaixo destes dois anos, e 18 pontos abaixo de 2022. O ICE registrou piora em relação aos resultados de 2020 e 2021 e melhora em relação a 2022.

Chama atenção nessa comparação, a deterioração das expectativas em relação aos primeiros trimestres dos anos anteriores e a melhora do Indicador da Situação Atual. Mesmo em períodos agudos da pandemia, a expectativa era favorável, como no início de 2021, o IE registrou 143,6 pontos. Quanto à melhora na situação atual, o resultado reflete a retomada do crescimento econômico na região em relação ao período recessivo da pandemia.

CLIMA ECONÔMICO: RESULTADOS DOS PAÍSES

Paraguai lidera a melhora do clima econômico da região. Entre o 4º trimestre de 2022 e o 1º trimestre de 2023, o país registrou aumento de 47,6 pontos no ICE influenciado principalmente pelo aumento de 83,3 pontos no ISA e 3,6 pontos no IE. Em 2022, o país sofreu uma forte seca e perdeu exportações para a Rússia em decorrência da Guerra na Ucrânia, o que ajuda a explicar a melhora nos indicadores.

O segundo destaque é o Peru, que apesar das turbulências políticas com a saída do Presidente eleito, tem mostrado um grau de resiliência positiva em termos políticos, segundo os respondentes. Outros países com melhoras do clima econômico foram o México, Equador, Argentina e Chile. Observa-se que, à exceção do Chile, que manteve o patamar do IE do 4º trimestre de 2022, todos os países que registraram avanço do ICE, também o fizeram em relação ao ISA e ao IE.

Brasil está no grupo que registrou queda nos três indicadores no 1º trimestre de 2023. O ICE recuou 11,0 pontos e foi para 73,5 pontos. O ISA caiu 21,7 pontos atingindo 70,6 pontos, enquanto o IE teve redução de menor magnitude: -- 0,4 ponto para 76,5 pontos. Diferente do resultado agregado para a América Latina, o nível do IE supera o do ISA em 5,9 pontos. O cenário para o Brasil descrito pela Sondagem é de uma estabilidade nas expectativas e de uma piora acentuada (acima de 20 pontos) na avaliação da situação atual.

Acompanham o Brasil na queda do ICE, Uruguai, Colômbia e Bolívia. Algumas diferenças são destacadas. No Brasil, todos os três indicadores estão na zona desfavorável. Uruguai e Colômbia, porém apresentam avaliação da situação atual favorável.

PREVISÕES PARA O CRESCIMENTO DO PIB EM 2023

As previsões dos especialistas foram realizadas para o crescimento do PIB em 2023 feitas no 4º trimestre de 2022 e no 1º trimestre de 2023. Nesta sondagem, o crescimento para 2023 foi revisto para cima no Paraguai, México e Argentina. Destaca-se o Paraguai, onde a projeção do PIB passou de 3,9% para 4,6%, a maior taxa de crescimento na região. No México, a variação do PIB aumentou de 1,4% para 1,7% e na Argentina, de 1,1% para 1,2%.

Em todos os outros países, a nova previsão reduziu a taxa de crescimento, sendo a maior diferença para o Chile, que passou de uma queda esperada de 0,7% para 1,8%. Em seguida está a Colômbia, com revisão de 1,6% para 1,0%. As diferenças percentuais para o restante dos países foram de apenas 0,1 ponto percentual (Bolívia), 0,2 ponto (Peru, Uruguai, Equador) e 0,3 ponto (Brasil). No Brasil a projeção passou de 1,4% para 1,1%.

As projeções mostram um desempenho pouco favorável, com a maior incidência de taxas de crescimento abaixo de 3%, o que preocupa para uma região em desenvolvimento e com limitações na infraestrutura física e nos indicadores de desenvolvimento social. No agregado da América Latina, dadas as pequenas variações nas projeções, a taxa de crescimento do PIB passou de 1,5% para 1,4%.

No conjunto dos países analisados, 61,3% responderam que revisaram as projeções e 62,6% que a revisão foi de redução no crescimento. No caso do Brasil, 50% dos entrevistados responderam que mudaram a previsão.

No Brasil, novas medidas de estímulo (57,1%), seguido de melhor ambiente político (28,6%) e com igual percentual (14,3%) estão os itens — diminuição de medidas relativas à mobilidade, melhoras das condições macroeconômicas internas e melhora das condições macroeconômicas externas.

Na Argentina, 50% destacaram a melhora do ambiente político e 50%, outras medidas, onde os informantes especificaram despesas públicas relacionadas às eleições. Outro caso em que o percentual de outras é elevado é o da Colômbia (100%), que está relacionado ao aumento das exportações para a Venezuela, a partir da normalização das relações comerciais entre os países. No Paraguai, foram as condições climáticas, que como já mencionamos foram fonte de perdas em 2022.

Para a América Latina, o maior percentual se refere à melhoria do ambiente político (48,4%), seguido das condições macroeconômicas internacionais (37,5%). O resultado da melhora do ambiente político foi influenciado pelo México (100% dos especialistas assinalaram esse item para revisarem para cima a projeção do PIB do país) e o Peru (100%).

No caso do Brasil, todos os informantes (100%) destacaram: piora nas condições macroeconômicas internas, nas condições macroeconômicas internacionais, no ambiente político e na situação fiscal. Não se identifica tal unanimidade de respostas em outros países.

No item outros, com percentuais elevados destaca-se na Argentina as eleições em 2023 como um dos fatores negativos para o desempenho do PIB; no Paraguai, um crescimento abaixo do esperado do setor agrícola.

Para a América Latina, os principais itens assinalados (acima de 50%) para explicarem a revisão para baixo no crescimento do PIB foram: piora das condições internacionais (74,7%), do ambiente político (66,5%), nas condições macroeconômicas internas (58%) e na situação fiscal (55,2%).

Conab estima safra de grãos em 309,9 milhões de toneladas influenciada pelo aumento de 20,6% na produção de soja

A produção brasileira de grãos na safra 2022/23 pode chegar a 309,9 milhões de toneladas. Quase metade desse volume total é resultado das lavouras de soja, o que representa uma colheita em torno de 151,4 milhões de toneladas, como mostra o 6º Levantamento da Safra de Grãos 2022/23, divulgado nesta quinta-feira (9) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Se confirmado, o volume de soja a ser colhido nesta temporada é 20,6% superior ao registrado no ciclo anterior, o que aponta uma recuperação na produtividade das lavouras que foram atingidas pelas condições climáticas adversas no período de 2021/22.

"A atual estimativa de produção da oleaginosa cresce se comparada com o ciclo passado, mas representa uma variação negativa de 1% em relação ao último anúncio da Conab devido à intensificação, em fevereiro, dos danos causados pela estiagem no Rio Grande do Sul. No entanto, essas perdas foram compensadas, em parte, pelos ganhos observados em Tocantins, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul", explica o presidente da Companhia, Guilherme Ribeiro.

A colheita avança em todas as regiões produtoras, com percentuais abaixo quando comparados com a safra 2021/22. Esse ritmo mais lento é explicado por motivos distintos, como o excesso de chuvas, que dificulta o tráfego de máquinas nas lavouras. Além das precipitações durante a colheita, é preciso lembrar que em algumas áreas o plantio da soja foi realizado de forma tardia, como em determinados locais produtores de Goiás e do Matopiba, enquanto que em outras regiões houve a ocorrência de temperatura mais baixa o que trouxe impacto no desenvolvimento do grão, alongando o ciclo da cultura.

Esse atraso traz impactos na semeadura do milho 2ª safra, que já tem semeada 63,6% da área prevista para a cultura em todo o país. No mesmo período do ano passado, este índice chegava próximo de 75%. Ainda assim, a Companhia projeta um crescimento na produção de 11,3% podendo chegar a 95,6 milhões de toneladas. "É importante destacar que semear o milho fora da janela ideal pode aumentar os riscos durante o desenvolvimento das lavouras, e não há garantia de como a cultura irá se desenvolver em condições climáticas adversas.", reforça a superintendente de Informações da Agropecuária da Conab, Candice Romero Santos. Já na primeira safra do cereal, a colheita esperada é de aproximadamente 26,76 milhões de toneladas, 6,9% acima da safra 2021/22.

Outra importante cultura de 2ª safra, o algodão já está completamente semeado. Houve aumento de 4% na área, atingindo 1,66 milhão de hectares. Com isso, a expectativa é que a colheita da pluma atinja 2,78 milhões de toneladas. Para o arroz, a produção é estimada em 9,9 milhões de toneladas, 8,4% inferior ao volume produzido na safra passada devido à redução de área, aliada às condições climáticas adversas, sobretudo no Rio Grande do Sul, maior estado produtor. No caso do feijão, a Conab estima uma colheita de 2,92 milhões de toneladas, somando as três safras.

Mercado – Em relação ao mercado externo, a Companhia alterou os estoques finais para o algodão para 1,53 milhão de toneladas. A atualização ocorre diante do ajuste na expectativa da produção e a manutenção tanto do consumo como das exportações. O início de ano se mostra lento para as vendas ao mercado externo da pluma, como apontam os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Em fevereiro de 2023 foram exportadas 43,2 mil toneladas de algodão, um desempenho muito baixo ao se comparar com o mesmo período de 2022, quando foram exportadas 166,4 mil toneladas de algodão. Ainda assim, o setor continua confiante e vem trabalhando para ampliar as exportações, as quais devem chegar próximas de 2 milhões de toneladas.

Já para o milho as exportações seguem em ritmo acelerado, atingindo a marca de 2,28 milhões de toneladas exportadas, maior volume registrado para o mês desde 2016. A demanda chinesa, em conjunto com a quebra da safra argentina, influencia na maior procura pelo produto brasileiro. Diante da demanda aquecida, a Conab estima que 48 milhões de toneladas do cereal sairão do país via portos. Com isso, o estoque de milho em fevereiro de 2024, ou seja, ao fim do ano safra 2022/23, deverá ser de 7,3 milhões de toneladas – mesmo com o aumento da produção no país.

As demais culturas analisadas pela estatal apresentaram ajustes pontuais no quadro de suprimento.

Barômetros Globais continuam em alta

Os Barômetros Globais sobem pelo segundo mês consecutivo em março de 2023, influenciado pela evolução favorável do ambiente econômico na região da Ásia, Pacífico & África.

Em março de 2023, o Barômetro Econômico Global Coincidente sobe 2,6 pontos, para 85,9 pontos, maior nível desde outubro de 2022 (90,0 pts.). O Barômetro Econômico Global Antecedente sobe 5,4 pontos, para 95,6 pontos, o mais alto desde fevereiro de 2022 (97,4 pts.). A alta dos indicadores agregados em março foi motivada exclusivamente pelo avanço na região da Ásia, Pacífico & África, enquanto nas demais regiões houve estabilidade ou queda.

"A evolução favorável dos Barômetros Globais em março reflete principalmente a retomada do nível de atividades na China, após o relaxamento da política de combate à pandemia. Em termos globais, esse distanciamento em relação ao pior momento da crise sanitária acelera a retomada do setor de serviços, resultando em pressões sobre o mercado de trabalho, reforçando o risco de pressões inflacionárias. A resposta das autoridades monetárias das principais economias globais a essas pressões, junto às incertezas decorrentes da ausência de um desfecho para o conflito na Europa, podem ser obstáculos a uma retomada mais forte dos barômetros ao longo dos próximos meses", avalia Paulo Picchetti, pesquisador do FGV IBRE.

BARÔMETRO COINCIDENTE -- INDICADORES DE REGIÕES E SETORES

Em março, a região da Ásia, Pacífico & África contribui com 2,9 pontos para a alta de 2,6 pontos do indicador Coincidente, enquanto a Europa contribui negativamente com 0,3 ponto e o Hemisfério Ocidental com zero ponto no mês. A alta do indicador regional da Ásia, Pacífico & África continua refletindo a reabertura da economia chinesa, com o fim da política de Covid zero e a retomada do crescimento. O gráfico abaixo ilustra a contribuição de cada região para a distância do Barômetro Coincidente em relação aos 100 pontos.

Todos os indicadores setoriais coincidentes sobem em março de 2023, exceto Construção, que caminha em direção oposta e se afasta ainda mais dos demais setores. A distância entre o indicador da Construção e do setor Serviços, o mais alto no momento, supera os 25 pontos.

BARÔMETRO ANTECEDENTE -- INDICADORES DE REGIÕES E SETORES

O Barômetro Global Antecedente antecipa os ciclos das taxas de crescimento mundial entre três e seis meses. O resultado do Antecedente tem o mesmo desenho do indicador Coincidente: a região da Ásia, Pacífico & África contribui positivamente, em 6,9 pontos para alta agregada de 5,4 pontos, enquanto a Europa contribui negativamente em 1,5 ponto e o Hemisfério Ocidental fica estável no mês. Essa é a segunda contribuição positiva de alta magnitude da região asiática, enquanto o resultado do mês para a Europa é a primeira contribuição negativa desde setembro de 2022.

Todos os indicadores setoriais antecedentes sobem em março, com destaque para a Comércio e Economia Geral (avaliações dos consumidores e agregadas empresariais), com altas de 11,0 e 9,5 pontos, respectivamente. Assim como no caso do indicador Coincidente, a Construção tem o menor nível entre os setores.

Brasileiro sonha com dinheiro extra para comprar imóvel

Se a economia melhorasse e sobrassem recursos no orçamento além do necessário para as despesas básicas, a maior parte dos brasileiros utilizaria esse dinheiro para comprar imóveis. É o que aponta a pesquisa RADAR Febraban, Pesquisa Febraban-Ipespe, divulgada nesta segunda-feira (06).

O levantamento apresentou opções de gastos a 2 mil pessoas, ouvidas entre 4 e 14 de fevereiro de 2023. E, do total de respostas, 38% tiveram relação com o uso das sobras no orçamento para comprar imóveis. O índice é o maior desde o início da série histórica, em março de 2021, quando 23% dos brasileiros sonhavam em utilizar o dinheiro extra para essa finalidade.

"Temos um novo governo com diretrizes econômicas que tem sido bastante discutidas no meio político e entre a sociedade. Em meio à expectativa de melhora ou piora da economia, a pesquisa demonstra que o sonho da casa própria tem se tornado ainda mais forte entre os brasileiros. Isso deve nortear ações políticas do governo e também é um importante indicador em relação ao potencial de consumo brasileiro", avalia o sociólogo e cientista político Antonio Lavareda, presidente do Conselho Científico do IPESPE.

A aplicação em investimentos bancários foi o segundo uso do dinheiro extra mais apontado pelos brasileiros, citada por 20% dos entrevistados. A lista segue com a aplicação na poupança (19%), a reforma da casa (19%), investimentos em educação (14%), viajar (11%), comprar um automóvel (10%), fazer ou melhorar o plano de saúde (6%), comprar produtos eletrônicos (4%), comprar uma moto (3%) e contratar uma apólice de seguro (1%).

O estudo foi feito com um público representativo da população adulta brasileira acima de 18 anos de todas as regiões do país, com cotas de sexo, de idade, de localidade, de instrução e de renda. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos.

Recorde histórico: 77,9% dos brasileiros entraram endividados em 2023

Segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o cenário de crise global colaborou para o alto nível de endividamento das famílias brasileiras. Segundo Serasa, 69,43 milhões de pessoas entraram 2023 com nome restrito.

O endividamento dos brasileiros alcançou o maior nível histórico já registrado: 77,9% da população, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O último levantamento do Serasa mostrou que 69,43 milhões de pessoas entraram 2023 com nome restrito. Além disso, um estudo da Deep Center mostrou que a chance de o brasileiro recuperar uma dívida ou parcela em atraso em até 30 dias após o vencimento é de quase 68%, contudo, essa probabilidade cai para menos de 5% em uma dívida acima de seis meses. Mas porque tantas famílias têm passado por isso? E como sair dessa situação?

Ainda segundo o estudo, o perfil dos inadimplentes é composto por pessoas entre 26 e 40 anos, que representam 34,8% dos endividados. Em média, o valor da dívida do brasileiro é de R$ 4.493,90. O Chief Operating Officer da Deep Center, Laércio Guimarães, comenta os resultados do levantamento: "Tivemos um crescimento de 7 pontos percentuais em relação a 2021, com dados de 2022, chegando a um dos maiores níveis de endividamento do país, com 77,9% dos brasileiros endividados, segundo levantamento da própria CNC, que é a Confederação Nacional de Comércio, Bens, Serviços e Turismo".

Guimarães também explica como é medido o percentual: "A gente considera endividamento pessoas que tem valores a vencer contratados com instituições financeiras, a exemplo de produtos contratados temos cartão de crédito, cheque especial e financiamento de veículos, acreditamos que é um período de muita transição em relação ao mercado financeiro, onde existem várias oportunidades para empresas que trabalham com essa frente de recuperação de crédito", elucidou.

A estudante de gestão de turismo Letícia Machado, 20 anos, é uma das pessoas que tem produtos financeiros a quitar. A dificuldade em conciliar trabalho e faculdade faz com que em alguns meses as despesas superem o

valor conquistado. "Os meus maiores gastos hoje são com aluguel, compras de comida, gasolina e mensalidade da faculdade, esses são os gastos fixos, fora os gastos que acontecem durante o mês e são imprevisíveis, tipo saídas ou às vezes um remédio, uma coisa assim. Não ganho um salário fixo porque é muito difícil encontrar um emprego fixo fichado que dê para conciliar com minha faculdade, então eu faço frelancer normalmente, que não cobre nem metade dessas dívidas", lamenta Letícia.

O cartão de crédito, inclusive, é um dos impulsionadores da situação, com 86,6% das dívidas apuradas na pesquisa. Outro ponto que Letícia tem em comum com grande parte das pessoas na mesma situação que ela é a falta de trabalho de carteira assinada: segundo dados do IBGE, no 4º trimestre de 2022 o número de desempregados era de 8,6 milhões de pessoas, o que corresponde a 79% da população.

Dicas para não entrar no time dos endividados

O COO da Deep Center, Laércio Guimarães, enumera algumas dicas para manter as contas no azul:

Ter o estilo de vida adequado à renda: não fazer grandes gastos acima da renda;

Controlar esses gastos: seja através de uma planilha de Excel, seja através de um caderno ou caderneta, ou até mesmo de aplicativos de organização financeira;

Sempre que possível fazer pagamentos à vista: tentar não comprar a prazo para não ter um descontrole desse modelo de compra;

Concentrar ou tentar concentrar em apenas um tipo de pagamento: ou eu vou pagar no cartão de débito ou vou pagar num único cartão de crédito, para ter um controle maior das atividades e dívidas.

Tentar não ter vários cartões de crédito ao mesmo tempo, sendo utilizados no dia a dia

Não comprar por impulso, o brasileiro adora comprar por impulso, às vezes não tem necessidade daquele bem naquele momento, mas tem a necessidade de comprá-lo mesmo assim, então tentar segurar um pouco os ânimos para não comprar por impulso,

Não utilizar o cheque especial ou utilizar em último caso, o cheque especial pode se tornar um grande ofensor dentro da inadimplência, e

Sempre que possível fazer uma reserva financeira de pelo menos de dois a três salários, para caso aconteça algum tipo de imprevisto, a pessoa esteja realmente tranquila e consiga arcar com suas dívidas até conseguir, ou por um desemprego, ou por algo que tenha que pagar acima do planejado dentro daquele mês.

Fonte: Brasil 61 - Omara Soares

Brasil está entre os 5 cigarros mais baratos do mundo

Plataforma de descontos levanta dados sobre o tabaco no país

Insaciável e perigoso, há décadas fumar deixou de ser considerado hábito e se tornou vício declarado pelas instituições de saúde. Tendo em mente que mesmo assim as pessoas não deixaram de usar o tabaco, o Cuponation, plataforma de descontos online, levantou o custo do produto no Brasil e no mundo.

Atualmente, 28% da população brasileira fumam cigarro. Destes, 39% fumam 11 ou mais cigarros por dia, 17% usam todos os dias, 25% fumam pelo menos três vezes na semana e 19% utilizam do tabaco esporadicamente, conforme uma pesquisa divulgada pela farmacêutica Astrazeneca, em São Paulo, no segundo semestre de 2022.

Além disso, um levantamento sobre o pacote de 20 cigarros mais caro do mundo, realizado no início do ano pelo banco internacional de dados Numbeo, revelou que o Brasil desembolsa em média R$12 a cada caixa de cigarros comprada no país.

Levando em consideração o dado de que os brasileiros estão fumando no mínimo 11 cigarros diariamente e da quantidade de cigarettes por pacote, o Cuponation constatou que os brasileiros estão possivelmente fumando cerca de 4.015 cigarros por ano, sendo 1 novo maço a cada 2 dias.

Apesar do alto custo, o valor do produto coloca o Brasil na 92ª posição do ranking dos 95 países que mais pagam pelo cigarro - ou seja, nosso território está entre os 5 países que pagam mais barato pelo pack de 20 cigarros. Confira o ranking completo no infográfico do Cuponation.

A Austrália é a nação que paga mais caro pelo maço, cerca de R$ 140.33. Nova Zelândia e Irlanda seguem em segundo e terceiro lugares, com pouco mais de R$ 120 e R$ 82, respectivamente. A Turquia aparece na 100ª colocação do ranking, cobrando de sua população R$ 1,77 pelo mesmo pacote.

Joias e relógios guardados em casa são sinônimo de dinheiro no bolso

Despesas de início de ano e a oportunidade de presentear de forma especial aquecem esse mercado

Os primeiros meses do ano são conhecidos por sobrecarregar o orçamento das famílias, com o acúmulo de despesas como os impostos -- IPVA, IPTU, escola dos filhos, além do fluxo do dia a dia e o que foi gasto durante as férias.

Hoje em dia, as pessoas fazem contas e, muitas delas, já não buscam mais empréstimos para levantar dinheiro rápido, mas soluções que tenham o menor impacto possível em sua renda mensal.

Segundo Claudia Azevedo Krieger, CFO da Orit, empresa que atua no mercado de compra e de venda de joias e relógios de luxo usados, para 2023, a previsão é de que esse comportamento seja intensificado.

"Em um ambiente de taxas de juros elevadas, com dois dígitos, o recomendável é que se busquem alternativas para conseguir levantar capital e quitar as contas de início de ano que não comprometam a renda mensal das famílias. O dinheiro de muitas famílias está parado dentro de alguma gaveta em casa. A verdade é que é bem comum se ter dentro de uma gaveta qualquer uma joia ou um relógio de luxo que já não usamos há algum tempo; ou porque a peça está quebrada ou incompleta ou porque ela simplesmente já não "combina" conosco. Ao tomar a decisão de vender estas joias e relógios, "esquecidos" na gaveta, além de contribuir para uma economia circular, recebe o dinheiro na hora, paga as suas contas e não vê o valor de suas dívidas multiplicadas com o tempo.", explica.

Para Claudia, atualmente passa por uma necessidade pontual de dinheiro e tem uma parte de seu patrimônio em joias e relógios de luxo, possui a oportunidade de se livrar das dívidas, mantendo a sua renda mensal. A possibilidade de retorno financeiro com esse tipo de operação é muito grande. Ela afirma: "percebemos que o mercado secondhand além de uma excelente opção para contribuir com o meio ambiente também tem sua importância no cenário econômico e na forma como as pessoas lidam com suas finanças. Não se trata de uma novidade, mas com certeza é uma alternativa para quem ainda não é adepto ao mercado circular".

Dívida Bruta do Brasil cai ao menor nível em 6 anos

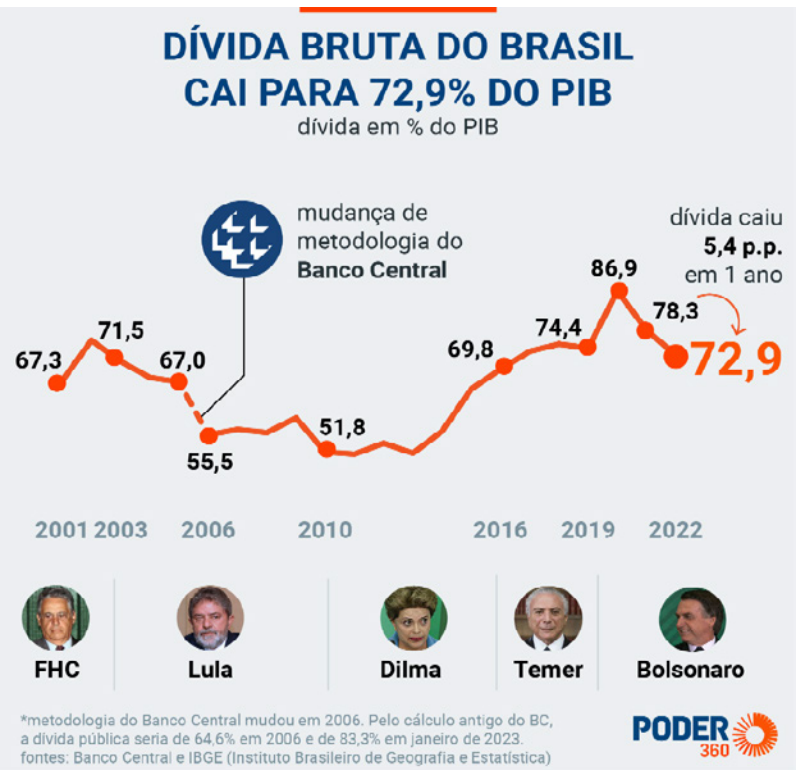
Dívida representa agora 72,9% do PIB, uma queda de 5,4 pontos percentuais em comparação a 2021 e corresponde a R$ 7,22 trilhões

O estoque da dívida bruta brasileira somou R$ 7,225 trilhões no final de 2022, enquanto o PIB nominal foi de R$ 9,915 trilhões A dívida bruta do Brasil alcançou 72,9% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2022. Esse é o menor patamar anual em 6 anos, desde 2016. O resultado representa um recuo de 5,4 pontos percentuais no último ano. O BC (Banco Central) havia divulgado em janeiro que o percentual havia caído 4,8 pontos percentuais, para 73,5% do PIB. O percentual será atualizado pela autoridade monetária posteriormente, já que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou o PIB nominal no dia 02 de março. Somou R$ 9,915 trilhões em 2022. Já o estoque da dívida bruta do país equivale a R$ 7,225 trilhões.

No governo Jair Bolsonaro (PL), a dívida bruta do país caiu de 75,3% para 72,9% do PIB, o que representa 2,4 pontos percentuais a menos. Em 2020, o 1º ano da pandemia de covid-19, atingiu 86,9% do PIB. Esse foi o maior nível anual da série histórica, iniciada em 2006. Os governos federal e estaduais precisaram expandir os gastos no período de crise sanitária para reduzirem os impactos do isolamento social na economia. Em 2020, o deficit primário do setor público consolidado –União, Estados, municípios e estatais– superou R$ 700 bilhões, o maior rombo anual da história.

A DBGG (dívida bruta do governo geral) inclui o governo federal, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e os governos estaduais e municipais.

Fonte: Sérgio Lima/Poder360



Brasil – Evolução da Dívida Pública Bruta x PIB – Produto Interno Bruto – 2011/2022

Ano	%	Ano	%
2011	51,3	2017	73,7
2012	53,7	2018	75,3
2013	51,5	2019	74,4
2014	56,3	2020	86,9
2015	65,5	2021	78,3
2016	69,8	2022	72,9

Fonte: Banco Central do Brasil

China estabelece meta de crescimento de 5% para 2023

Primeiro-ministro chinês fala na necessidade de estabilidade econômica e de expandir o consumo

O governo da China afirmou no dia 5 de março último ter estabelecido meta de crescimento de "cerca de 5%" para 2023. A economia chinesa obteve, em 2022, um de seus desempenhos mais fracos em décadas, com o PIB (Produto Interno Bruto) tendo alta de 3%.

A meta foi anunciada pelo primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, em sessão do Congresso Nacional do Povo, evento legislativo anual do país. Segundo a agência Reuters, o premiê enfatizou a necessidade de estabilidade econômica e de expandir o consumo. Ele estabeleceu a meta de criar cerca de 12 milhões de empregos em 2023.

"A inflação global continua alta, o crescimento econômico e comercial global está perdendo força e as tentativas externas de reprimir e conter a China estão aumentando", disse o primeiro-ministro da China. "A base para um crescimento estável precisa ser consolidada, a demanda insuficiente continua sendo um problema pronunciado e as expectativas de investidores privados e empresas são instáveis.".

A meta de crescimento anunciada pela China está abaixo da definida para 2022, que foi de 5,5%. Ainda é inferior ao que esperavam especialistas do setor financeiro ouvidos pela Reuters, que falaram em 6%.

O Brasil já possui um Plano de Metas para a inflação no qual o Banco Central se baseia para estabelecer a taxa de juros básica da economia, a Selic, através de reuniões a cada 45 dias pelo COPOM – Conselho de Política Monetária. Por que não instituir também um Plano de Metas para o desenvolvimento e o crescimento econômico vigoroso, contínuo, consistente e sustentável? Esta deveria ser a prioridade número um do país!

Fonte: Poder 360

Trem bala não será realizado pelo governo

O novo diretor-presidente da Infra S.A, Jorge Bastos, disse no dia 1º de março último que o governo não tem interesse em participar do projeto do trem-bala para ligar o Rio de Janeiro a São Paulo. Bastos já foi presidente da EPL (Empresa de Planejamento e Logística), companhia criada para estruturar o 1º projeto de trem de alta velocidade para conectar as duas maiores capitais do país.

"Nós não temos interesse nenhum em participar nisso. Isso não é uma das nossas prioridades. É uma autorização totalmente privada e eles que vão tocar", declarou Bastos a jornalistas depois de sua cerimônia de posse. Em 22 de fevereiro, a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) autorizou que a TAV Brasil construa um trem de alta velocidade ligando as duas maiores capitais do país. A empresa foi fundada em fevereiro de 2021 e tem capital social de R$ 100 mil. Os sócios da TAV Brasil são: Marcos Joaquim Gonçalves Alves, João Henrique Sigaud Cordeiro Guerra e as empresas Global Ace e Infra S.A Investimentos e Serviços. Apesar do nome, essa última empresa não é a estatal vinculada ao Ministério dos Transportes. Segundo o requerimento enviado à agência reguladora, se as obras começarem ainda em 2023, o trem pode começar a operar em 2032. ORÇAMENTO 2023 Segundo Bastos, uma das prioridades da Infra S.A para 2023 é destravar a obra da Fiol 2 (Ferrovia de Integração Oeste-Leste) entre Caetité e Barreiras, no Oeste da Bahia. A estatal terá R$ 700 milhões no seu orçamento para terminar as desapropriações e finalizar o que foi contratado em 2022.

Zerar o déficit habitacional no Brasil

Essa é a proposta da mais nova edição do projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). O documento traz sugestões para eliminar o déficit habitacional, hoje estimado em 5,8 milhões de unidades, e promover desenvolvimento urbano.

Baseados em notas técnicas de José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), e Reinaldo Iapequino, presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), os capítulos sobre o tema enfatizam a importância de disponibilizar recursos para a tarefa, mas também garantir integração dos esforços empreendidos pelas várias administrações.

Entre os pontos principais, o documento destaca:

- *A realidade de déficit e precariedade na habitação justificam a necessidade de política pública para o setor.*
- *O Estado deve ter funções de planejamento, regulação, fiscalização, promoção e fomento da atividade privada.*
- *As parcerias público-privadas devem ser utilizadas, já que essas apresentam vantagens, como o maior dinamismo do setor privado para acessar financiamento e inovações tecnológicas, aumento de escala e economia para os cofres públicos em relação aos projetos em que o Estado é provedor exclusivo das unidades habitacionais.*
- *Integração de esforços entre os diversos entes da Federação para aumentar a eficiência do gasto público e agilidade na entrega de unidades habitacionais à população.*
- *Instituição de legislação, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que delineie eixos estratégicos aos quais os entes estatais fiquem obrigados, reduzindo a descontinuidade de projetos e/ou entregas açodadas de bens e serviços inadequados.*
- *Preservar os recursos do FGTS como fonte de recursos aos projetos habitacionais.*
- *Possibilitar um mercado secundário de imóveis usados que permita o uso desses como parte do pagamento pela aquisição de um novo.*
- *Instituição de fundo setorial de incentivo à engenharia e inovação para reduzir custos e elevar a qualidade.*

HORA DE AVANÇAR

Intitulada "Hora de avançar – Propostas para uma nação soberana, próspera e com justiça social", a publicação aborda os temas ciência, tecnologia e inovação; reindustrialização; agropecuária; energia; habitação e desenvolvimento urbano; mobilidade; engenharia de manutenção; e ensino de engenharia.

O documento será lançado durante seminário no dia 6 de março, a partir das 8h30, no auditório do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), na Rua Genebra, 25 – Bela Vista. O evento terá participação de especialistas e autoridades, entre as quais, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

O PROJETO

Criado em 2006 pela FNE, o "Cresce Brasil" é o instrumento de elaboração e mobilização da entidade em prol do desenvolvimento nacional. Chegando agora à sua décima edição, o projeto vem discutindo aspectos diversos da situação socioeconômica nacional a partir da visão da engenharia. Entre os temas já abordados, estão a retomada das obras públicas paralisadas, resgate da indústria, cidades, regiões metropolitanas e Engenharia de Manutenção.

Aumenta inadimplência em Portugal em meio à crise de juros

Empreiteiro português explica como a crise de juros aumentou a inadimplência em Portuga

Em um cenário de crise de juros em Portugal, quando o BCE - Banco Central Europeu - aumentou a taxa de juros na chamada zona Euro, região da qual Portugal faz parte, em 0,5%, o primeiro aumento nos juros de referência em 11 anos ocorreu o dobro do que especialistas esperavam.

O aumento de juros prejudica diversas áreas da economia portuguesa e tem sido um fator de forte influência também no aumento da inadimplência, como explica Márcio Inverneiro, empreiteiro português e dono da construtora "Inversil".

"No ramo dos imóveis e construção, muitos fecham contratos na expectativa dos empréstimos, mas com os juros altos não conseguem pagar. As reprovações de linhas de crédito são cada vez mais uma realidade, ou seja, a pessoa conta com algo que não consegue manter o que prejudica o mercado imobiliário e de construção".

Além disso, Márcio Inverneiro também ressalta a importância de mudanças no método de pagamento utilizado atualmente pelas construtoras que colabora para tornar o cenário mais volátil.

"Hoje, as construtoras precisam mudar o método de pagamento, para que não corram riscos, está tudo muito instável".

Antes era necessário dar uma entrada e realizar o pagamento apenas ao final, mas atualmente, devido aos riscos de inadimplência que esse modelo oferece, tornou-se inviável e não é mais utilizado.

MRV&CO registrou queda de 97,6% no lucro líquido e recuo de 2,8% nas vendas em 2022

Resultado financeiro do grupo mineiro em 2022 foi impacto na alta nos custos contribuiu fortemente para o resultado

Após contabilizar lucro líquido atribuído aos acionistas recorde de R$ 914 milhões em 2021, o grupo mineiro MRV&CO – que engloba as empresas MRV, Urba, Luggo, AHS e Sensia – apresentou queda de 97,6% em 2022 frente ao ano anterior, totalizando apenas R$ 22 milhões. O diretor executivo de Finanças e Relações com Investidores da empresa, Ricardo Paixão, ressaltou que o resultado financeiro da companhia ficou abaixo do esperado e acrescenta que a perspectiva é de "fechar no azul" neste ano.

Na comparação por trimestres, o recuo foi de 142,4%. Os efeitos não operacionais dos swaps de dívidas e de recompra de ações impactaram negativamente o desempenho do quatro trimestre de 2022.

Outro resultado negativo da companhia foi o Valor Geral de Vendas (VGV) em 2022, passando de R$ 8,101 bilhões em 2021 para R$ 7,877 bilhões em 2022. O recuo foi de 2,8%. O desempenho continuou negativo no quarto trimestre do ano passado na comparação com igual período de 2021, com queda de 14,2%. As vendas nos últimos três meses de 2022 somaram R$ 2,062 bilhões, enquanto que em igual período de 2021 totalizaram R$ 2,402 bilhões.

O diretor ressaltou que o resultado financeiro ficou abaixo do que a companhia está acostumada a apresentar ao mercado e apontou várias dificuldades enfrentadas, como o aumento dos custos dos últimos anos que se estendeu até o primeiro semestre do exercício passado, que não pode ser repassado ao mercado. "Foi a primeira vez que a gente apresentou resultado negativo no ano", diz.

Diferente do ano passado, 2021 foi marcado por diversos recordes da companhia. Entretanto, os resultados nacionais não foram os responsáveis pelo crescimento da empresa na ocasião. O resultado foi explicado, principalmente, pela atuação da empresa nos Estados Unidos, por meio de sua subsidiária AHS Residential e pela negociação milionária junto à cana-

dense Brookfield Asset Management para a venda de empreendimentos da startup Luggo, do grupo MRV.

Em 2022, conforme a empresa, a operação norte-americana da MRV&Co tem conseguido bons resultados nos estados da Flórida, Texas e Georgia. A operação da Resia tem duas operações distintas, uma de locação de apartamentos e outra de venda das propriedades.

RECUPERAÇÃO EM 2023

Diferentemente de 2022, a perspectiva é de resultado melhor em 2023 para o grupo mineiro MRV&CO. O diretor executivo de Finanças e Relações com Investidores da empresa, Ricardo Paixão, afirma que vários fatores devem ajudar no resultado deste ano, entre eles a melhora do ticket médio, mudanças no plano de atuação e retorno do programa habitacional do governo federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Um dos objetivos para este ano é alcançar um ticket médio de R$ 230 mil no quarto trimestre, que resultará em uma margem bruta de novas vendas de 33%. No último trimestre de 2022, o grupo já verificou melhora nesta variável, com aumento de 22,7% alcançando a marca de R$ 208 mil.

O aumento da margem bruta de novas vendas para 29% no último trimestre de 2022, que significou elevação de 10 pontos percentuais (p.p) no comparativo com o quarto trimestre de 2021, é outro componente que deve contribuir para a melhora no desempenho financeiro do grupo neste exercício.

Além do MCMV, a companhia prevê boas perspectivas com os programas próprios de estados e municípios, complementares ao programa habitacional do governo federal. Como exemplos, o estado de São Paulo com o Programa Casa Paulista e o Programa Casa Fácil, do Paraná, que possuem modalidades de subsídio complementar ao Minha Casa, Minha Vida.

Para recuperar a rentabilidade e o caixa, a companhia já anunciou que vai reduzir as operações da MRV Incorporação. O plano da empresa entre 2023 e 2025 é sair gradualmente de cerca de 40 cidades e manter a atuação em São Paulo e nas principais regiões metropolitanas do País. A meta de entregar 70 mil unidades por ano passou para 40 mil unidades.

No MRV Day de 2023, apresentado no dia 7 de fevereiro, foi divulgada a meta de desalavancagem do grupo para os próximos anos, que busca a redução da Dívida Líquida/PL para o patamar de 19,3% a 28,5% no ano de 2025.

UM TRIMESTRE PARA ESQUECER

Foi a seguinte a análise realizada e divulgada por Ygor Altero – Analista-Chefe do Setor Real Estate da XP Investimentos: Alterne.

"A MRV (MRVE3) apresentou resultados fracos no 4T, impactados principalmente por um prejuízo líquido de R$ 333 milhões (R$ 146 milhões ajustado para eventos não recorrentes), explicado por (i) R$ 187 milhões de efeito negativo das operações de equity swap; e (ii) maiores despesas financeiras. Além disso, a alavancagem financeira (Dívida Líquida/Patrimônio Líquido) da MRV atingiu 57% (+12,7 p.p. T/T), prejudicada por uma queima de caixa de R$ 535 milhões no 4T. A receita líquida teve desempenho moderado (-13% A/A), prejudicada pela menor produção de unidades. Do lado positivo, a margem bruta das operações core ficou em 19,4% (+0,5 p.p. T/T), impulsionada pelo aumento de preços (+23,1% A/A).

Desempenho moderado da receita líquida devido à menor produção no quarto trimestre

A receita líquida da MRV&CO atingiu R$ 1,66 bilhão (-13% A/A e -2% T/T), majoritariamente em linha com nossas estimativas, mas negativamente afetada por uma queda na produção de unidades (-14,8% A/A), impactando a receita das operações core (- 13,8% A/A e -4,4% T/T).

MELHORA GRADUAL DA MARGEM BRUTA NAS OPERAÇÕES CORE (+0,5 P.P. T/T)

Do lado positivo, a margem bruta das operações core da MRV (Operações Brasileiras) aumentou para 19,4% (+0,5 p.p. T/T), e a margem bruta da MRV&CO atingiu 20,2% (+0,8 p.p. T/T), impulsionada por aumentos consistentes de preços no trimestre (+23,1% A/A e +3,5% T/T), levando a margem bruta de novas vendas para 29% (vs. 19% no 4T21).

OPERAÇÕES DE EQUITY SWAP E MAIORES DESPESAS FINANCEIRAS LEVARAM A UM PREJUÍZO LÍQUIDO DE R$ 333 MILHÕES (R$ 146 MILHÕES DE PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO)

Do lado negativo, a MRV&CO reportou um prejuízo líquido de R$ 333 milhões, impactado principalmente por um efeito negativo de R$ 187 milhões das operações de equity swap no 4T. Excluindo eventos não recorrentes, o lucro líquido ajustado atingiu R$ 146 milhões, impactado por maiores despesas financeiras.

Um retrocesso no endereçamento de alavancagem; Dívida/Patrimônio Líquido das operações core em 57% (+12,7 p.p T/T)

O consumo de caixa atingiu R$ 535 milhões no 4T (R$ 286 milhões provenientes da MRV Inc.). Com isso, a alavancagem financeira (Dívida Líquida/Patrimônio Líquido) da MRV atingiu 57% (+12,7 p.p. T/T), enquanto a Dívida Líquida/EBITDA das operações core atingiu 7,5x (vs. 4,6x no 3T22), aumentando a distância até faixa de guidance da dívida (5,1x – 5,5x em 2023; 3,4x – 3,7x em 2024).

Fonte: Juliana Gontijo/Diário do Comércio – XP Investimentos – 9.03.2023

Stellantis anuncia alocação de veículos elétricos (BEV) baseados na plataforma STLA Large na unidade de montagem de Cassino, na Itália

A unidade de Cassino, na Itália, produz veículos premium para as marcas Alfa Romeo e Maserati. STLA Large é uma das quatro plataformas centradas em BEV que sustentam o plano de eletrificação da Stellantis. A eletrificação dos produtos Stellantis apoia as metas do plano estratégico Dare Forward 2030

A unidade de montagem da Stellantis em Cassino, na Itália, produtora de veículos para as marcas premium e de luxo Alfa Romeo e Maserati, alocará a produção de veículos, a serem anunciados posteriormente, baseados na plataforma flexível STLA Large centrada em BEV.

O anúncio foi feito no dia 9 de março pelo CEO da Stellantis, Carlos Tavares, durante uma visita à unidade de montagem tecnicamente avançada, que produz os veículos Alfa Romeo Giulia e Stelvio e Maserati Grecale.

"A unidade de Cassino tem uma rica história de inovação e tecnologia", disse o CEO da Stellantis, Carlos Tavares. "Os veículos que estamos concebendo nas plataformas STLA vão revolucionar a experiência de dirigir, com conteúdo e capacidades de ponta. Por isso, confiamos nos colaboradores qualificados e nos gestores da planta para responder às nossas metas ousadas de custos e qualidade. O apoio de nossa força de trabalho em Cassino e a visão de oficiais locais e nacionais energizam ainda mais nossos esforços para encantar os clientes, com mobilidade limpa, segura e acessível."

Cassino é a segunda unidade da Stellantis indicada publicamente para produzir veículos baseados na plataforma STLA Large, juntando-se à unidade de montagem de Windsor, no Canadá.

Inaugurada em 1972, a planta de montagem de Cassino, no Piedimonte San Germano, centro-sul da Itália, é uma planta altamente automatizada

que usa mais de 1.200 robôs e inclui operações de estampagem, galvanização, pintura e peças plásticas. A planta coloca uma grande ênfase na conservação de energia e demais recursos. Reduziu pela metade o consumo de água desde 2017 e capta energia solar por meio de células fotovoltaicas posicionadas em seus estacionamentos.

A STLA Large é uma das quatro arquiteturas de veículos altamente flexíveis centradas em BEV que sustentam o plano de eletrificação da Stellantis. A plataforma STLA Large, base para vários veículos futuros das marcas da gama Stellantis, foi elaborada para entregar mais de 800 km/500 milhas de alcance no modo elétrico com baterias modulares e módulos de acionamento elétrico (EDMs) desenvolvidos pela Stellantis. Designers e engenheiros têm a flexibilidade de ajustar o comprimento e a largura da plataforma e a configuração do trem de força para adaptá-la a designs de produtos específicos.

A Stellantis está investindo mais de € 30 bilhões até 2025 em eletrificação e software para fornecer BEVs que atendam às exigências dos clientes, incluindo capacidade de ponta de carregamento.

O investimento é um componente fundamental do plano estratégico Dare Forward 2030, que é liderado por cortes profundos de emissões para reduzir o CO2 pela metade até 2030, comparado com as métricas de 2021, e por atingir o carbono líquido zero até 2038 com compensação percentual de um dígito das emissões restantes. As principais metas do Dare Forward 2030 também incluem que 100% das vendas de carros de passeio na Europa e 50% das vendas de carros de passeio e picapes nos Estados Unidos sejam de BEVs até o final da década, além da ambição de dobrar a receita líquida até 2030 (em comparação à 2021) e sustentar margens de lucro operacional ajustado de dois dígitos ao longo da década, além do objetivo de se tornar o número um em satisfação do cliente para produtos e serviços em todos os mercados até 2030.

Grupo Prosegur assina os Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU

A adoção faz parte do compromisso da companhia em promover o talento feminino e aumentar sua representatividade no setor de segurança privada. A ação se soma a outras iniciativas que a Prosegur já desenvolve globalmente

O Grupo Prosegur reforça seu compromisso com a igualdade de gênero e adota os Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs), estabelecidos pelo Pacto Global da ONU e pela ONU Mulheres. Desta forma, reafirma o seu compromisso em promover e desenvolver o talento feminino e aumentar a sua representação no setor da segurança privada.

Os Princípios de Empoderamento das Mulheres orientam as empresas a introduzir práticas que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no mundo do trabalho e na sociedade e se baseiam nos mais elevados padrões internacionais de direitos laborais e legais. Além disso, fazem parte da agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas dedicados à igualdade de gênero.

O Grupo Prosegur considera a diversidade no mundo do trabalho um elemento gerador de valor. Em um setor historicamente masculino, as mulheres desempenham um papel fundamental no fornecimento dos melhores serviços de segurança na companhia. Somadas, 21% da força de trabalho total do Grupo são mulheres, o que representa um percentual acima da média dentro do setor. No entanto, o objetivo é que essa porcentagem continue a crescer, por isso, a empresa possui planos focados na promoção do talento feminino e no fomento da participação das mulheres no setor.

"A adoção dos princípios de Empoderamento das Mulheres faz parte do roteiro que estabelecemos do grupo para atuar como agentes de mudança e contribuir para tornar nosso setor um lugar atraente para o desenvolvimento profissional feminino e, assim, poder continuar a demonstrar o seu grande potencial para toda a sociedade", afirmou Juan Luis Martín, Diretor Global de Recursos Humanos da Prosegur.

Em 2021, o Grupo Prosegur lançou o programa Mulheres Empoderadas, iniciativa que busca potencializar a liderança e a autopromoção das mulheres e, ao mesmo tempo, conscientizar as colaboradoras sobre a importância da igualdade de gênero no mundo do trabalho.

O Grupo Prosegur é referência mundial no setor de segurança privada. Através de suas linhas de negócios, Prosegur Security, Prosegur Cash, Prosegur Alarms, Prosegur AVOS e Cipher, oferece às empresas e aos domicílios uma segurança confiável baseada nas soluções mais avançadas do mercado. Com uma presença global, a Prosegur teve um faturamento de 3.498 milhões de euros em 2021, está listada nas bolsas de valores espanholas sob o indicador PSG e conta atualmente com uma equipe de cerca de 150 mil funcionários.

A Prosegur atua de acordo com as melhores práticas ambientais, sociais e de boa governança. A empresa configurou a sustentabilidade como um pilar estratégico em todas as suas ações, com o objetivo de ser a referência do setor. Além disso, a Prosegur canaliza sua ação solidária através da Fundação Prosegur, que trabalha em quatro áreas de ação: educação, inclusão trabalhista de pessoas com deficiência intelectual, voluntariado empresarial e promoção da cultura.

Brasil se tornou "a menina dos olhos de ouro" das seguradoras?

O país tem 43,96% de participação da arrecadação do setor de seguros na América Latina

Enquanto o mercado de seguros ainda engatinha na América Latina, ao contrário dos Estados Unidos, onde cerca de 70% da população tem seguros de vida, o Brasil segue se destacando nessa área e chamando a atenção de investidores.

De acordo com um estudo do FIDES, o Brasil, em 2021, representou quase a metade de toda a arrecadação de prêmios de seguros em toda a América Latina, mais que o dobro do México, o segundo na lista.

Segundo o corretor de seguros, Thiago Sena, que, em viagem pela América Latina, observou que os dados representam um movimento de crescimento do setor no Brasil e pode gerar um ambiente propício para novos investimentos.

"Tenho acompanhado de perto o crescimento do setor de seguros no Brasil nos últimos anos e notei esse crescimento, ele tem se destacado na América Latina como líder no mercado de seguros, principalmente, seguros de vida. Isso tem muita relação com o período da pandemia e o grande número de óbitos, o que gerou uma preocupação em se proteger e ocasionou uma maior busca por esse tipo de serviço".

"Esse crescimento tem aberto espaço para novos investimentos no setor, tanto para empresas já estabelecidas quanto para novos players, estamos vivendo um momento muito promissor para o mercado de seguros no Brasil, ele se tornou a "menina dos olhos de ouro" das seguradoras" Afirma Thiago Sena.

Segundo levantamento realizado pela empresa HAND, existem mais de 500 grandes investidores, de 41 países diferentes, manifestando interesse em investir no segmento de seguros no Brasil, tendência que deve se manter nos próximos anos.

Cervejaria Albanos é eleita e melhor de Minas Gerais no Concurso Brasileiro de Cervejas

Com foco na excelência dos produtos de seu portfólio, a Cervejaria Albanos alcança mais um patamar: foi eleita ontem (8/3) a Melhor Cervejaria de Minas Gerais pelo Concurso Brasileiro de Cervejas 2023, em Blumenau, o mais importante do Brasil e terceiro maior do mundo. A 11ª edição recebeu 565 cervejarias de 25 estados diferentes, apresentando 4.085 amostras no total, o que a torna a maior até então. Em Minas Gerais, mais de 40 marcas concorreram.

"Nos últimos anos viemos investindo na estrutura da nossa fábrica e no desenvolvimento dos nossos produtos. Uma premiação como a melhor cervejaria de Minas Gerais é fundamental para chancelar a qualidade do que estamos produzindo. Já temos a aprovação do público que consome nossos produtos, que é o mais importante. Ganhar um prêmio como este reforça que estamos no caminho certo", comenta Rodrigo Ferraz, diretor da marca.

Além de eleita a melhor do estado, a Cervejaria Albanos teve, ainda, três rótulos premiados. Foram eles:

- ***Ouro*** *na categoria Historical Beer, com a 1870 Kulmbacher;*
- ***Prata*** *na categoria American-Style Brown Ale com a Albanos Brown Ale;*
- ***Bronze*** *na categoria Classic Irish-Style Dry Stout com a Albanos Dry Stout.*

RÓTULOS PREMIADOS

A marca Albanos tem uma trajetória de 27 anos de mercado. Foi a primeira choperia de Belo Horizonte e recebeu o prêmio de melhor chope da cidade por mais de 25 vezes. Em 2018, passou a produzir sua linha própria de cervejas especiais, que já receberam importantes prêmios nacionais e internacionais. São 26 troféus no total, em apenas cinco anos.

Cooperativa quadruplica de tamanho e impulsiona receita do Grupo Total

Empresa já responde por 40% do volume de vendas das farmácias da rede

A estruturação de uma cooperativa própria vem sendo um dos trunfos do Grupo Total para alavancar a operação de suas cerca de 550 farmácias. A Coopertotal quadruplicou de tamanho em quatro anos e já responde por 40% do volume de vendas da rede, baseada na região de Ribeirão Preto (SP) e que detém um dos 15 maiores faturamentos do varejo farmacêutico nacional.

Dos R$ 75 milhões de receita em 2018, a cooperativa saltou para R$ 260 milhões em 2022, processando em torno de 1.250 pedidos por dia e mais de 1,2 milhão de unidades por mês. Mantém negociações frequentes com as principais indústrias e distribuidoras, sendo a principal empresa do gênero no mercado farmacêutico brasileiro. Mais de 92% das farmácias que integram o grupo, distribuídas por São Paulo, Minas Gerais e Paraná, efetivam ao menos uma compra diária por meio da Coopertotal.

A formação da empresa remonta a 2011. Foi quando diretores da Drogaria Total, bandeira que deu origem ao grupo, apresentaram a proposta ao conselho deliberativo. O objetivo era ampliar a competitividade e viabilizar aquisições de produtos em quantidades e condições melhores do que obtinham como compradores individuais.

"O modelo associativista adotado pelo Grupo Total tem como princípio aglutinar farmácias independentes em torno de uma bandeira. Sozinhos, esses estabelecimentos não tinham poder de barganha para negociar com fabricantes e fornecedores. A Coopertotal foi a saída para garantir mais previsibilidade nessas transações e, inclusive, dar segurança à loja na tomada de decisões relacionadas ao gerenciamento do estoque, por exemplo", avalia Paulo Zapata, presidente do conselho da cooperativa.

CICLO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA COOPERATIVA

Os primeiros anos da Coopertotal foram marcados pela quebra de resistências junto a gestores de farmácias pouco habituados a delegar o processo comercial. "Ainda éramos vistos como uma simples equipe de televendas que centralizava as compras. Mas conforme avançávamos em parcerias com importantes laboratórios e distribuidoras, às quais essas farmácias tinham acesso restrito, a percepção positiva aumentou", relembra.

Porém, o "pulo do gato" ocorreu em 2018, quando o Grupo Total decidiu estruturar a cooperativa como uma unidade de negócios independente, regida por um conselho diretivo. Para liderar a divisão, a companhia recrutou Ernando Oswan Simões Jr., conhecido como Nando, com quase quatro décadas de experiência em grandes distribuidoras de medicamentos.

"Esse processo acelerou o crescimento da cooperativa e ainda possibilitou que o grupo movesse mais esforços para expandir sua capilaridade, principalmente no interior paulista e na Região Metropolitana de São Paulo. Passamos a nos posicionar, de fato, como uma autêntica cooperativa, permitindo que a farmácia direcione todo seu foco na relação com o consumidor", ressalta Nando. Atualmente, 122 funcionários e colaboradores atuam na Coopertotal, em departamentos próprios de administração, finanças, compras, vendas, marketing, logística e TI.

Em 2019, a Coopertotal ganhava sede própria na cidade de Jardinópolis, a pouco mais de 20 km de Ribeirão Preto. O complexo de 4,6 mil m² de área de armazenagem deu vazão para incrementar o volume de encomendas, hoje na casa de 1.250 por dia.

No ano passado, a demanda crescente levou o grupo a ampliar a capacidade do centro de distribuição para 8,4 mil m². "Isso nos dará fôlego para movimentar, até o fim de 2023, mais de 50% do volume de negócios", conclui Nando.

Fundado em 1996, o grupo de farmácias associativistas integra as redes Drogaria Total e Drogaria Total Popular, que somam 544 lojas em 291 municípios de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, além da Coopertotal, cooperativa própria de compras, centro de armazenagem e distribuição de 8,4 mil m² em Jardinópolis (SP). A operação também inclui um programa de fidelidade com mais de 2,6 milhões cadastros, além de um cartão de crédito exclusivo que permite o pagamento das compras com até 45 dias de prazo.

IFL-BH dá posse à nova diretoria com palestra do senador Sérgio Moro

A polarização política do país nos últimos anos reforçou o papel de algumas entidades para a manutenção dos valores do Estado de Direito, como exemplo, o Instituto de Formação de Líderes de Belo Horizonte (IFL-BH). A entidade que tem a missão de formar líderes conscientes de seu papel político, econômico e social, a partir dos valores da Liberdade Individual, Livre Mercado e respeito à Propriedade Privada, empossou no dia 9 de março último, a sua nova diretoria. O novo presidente é o Thiago Oliveira Campos, advogado, pós-graduado em Direito Digital, Ambiental e com longa passagem pelo IFL-BH. O evento, realizado na Câmara de Dirigentes Lojistas de BH, contou com a palestra do advogado, ex-juiz, professor universitário e senador, Sérgio Moro.

De acordo com o novo presidente, pelo momento político do país, o IFL-BH terá o papel de informar e impactar ainda mais a sociedade sobre alguns aspectos e claro, formar líderes. "Estamos em um momento político complicado, como a questão da polaridade. Minha ideia como presidente, é que o IFL-BH possa se posicionar mais, ou seja, de acordo com as ideias de liberdade, livre Mercado, defesa da vida e outros aspectos importantes. Além disso, informar a população e expandir nossos ideais, assim como fizemos no ano passado em um fórum onde recebemos mais de quatro mil pessoas, dentre elas, dois mil menores e jovens aprendizes. O norte dessa nova diretoria é informar a população e formar líderes, desta maneira, para que elas possam também impactar a sociedade", revelou Thiago Oliveira Campos.

A presença do senador e jurista Sérgio Moro já era uma vontade do IFL-BH. "No ano passado teríamos a presença dele no fórum, mas por questões do período político e demais compromissos, ele não pode estar conosco. É uma figura pública de suma importância como juiz, já que liderou uma das mais famosas operações de corrupção, que foi a Laja-Jato. Depois disso, ele foi para o Ministério da Justiça e agora como senador, tem muito a contribuir com todos nós do IFL-BH. Ou seja, trazer os bastidores da política, como foi sair da magistratura e ir para o meio político. Assim, trouxemos ele pela sua experiência valiosa como jurista e político", comentou Thiago Oliveira Campos.

Sérgio Moro, destacou a importância de estar presente no evento de posse da nova diretoria do IFL-BH. "Vim prestigiar essa posse da nova diretoria, que é extremamente relevante, porque são pessoas da sociedade civil, empresários e trabalhadores que se reúnem para escutar e discutir sobre o país. Além disso, também se preocupam com a formação de novas lideranças políticas, com uma visão arejada sobre o que precisa ser realizado no Brasil. Fui convidado pelo IFL-BH e vim com muita alegria para participar desse momento importante. Parabéns a todos os envolvidos", concluiu.

NOVA DIRETORIA DO IFL- BH

- **Thiago Oliveira Campos**, Presidente - graduado em Direito, pós-graduado em Direito Digital, Ambiental e Urbanístico e tem mais de uma década de atuação como advogado. Também foi Diretor de Eventos do IFL-BH na gestão anterior.

***Gustavo Vaz**, Vice-presidente - Formado em Contabilidade, Controladoria e Finanças e com MBA em Mercado de Capitais e Derivativos.*

***Ciro Schalioni de Freitas**, Diretor Comercial - Sócio e consultor financeiro na Scopo Finanças Pessoais.*

***Rodrigo Teixeira Felicíssimo**, Diretor de Comunicação - Bacharel em Direito, empresário e especialista em Marketing Digital e Redes Sociais.*

***Júlia Zingoni**, Diretora de Eventos - Pós-graduada em marketing, franqueada Vakisere BH, Diretora de marketing do Grupo Água Fresca Lingerie e com experiência em marketing para o varejo.*
-
***Altivo Duarte Machado Vasconcelos**, Diretor de Formação - Arquiteto, professor universitário, empresário e produtor rural.*

***Chrystofer Sales**, Diretor Institucional - Bacharel em Administração e sócio de empreendimentos.*

O Instituto de Formação de Líderes de Belo Horizonte (IFL-BH) é uma entidade civil sem fins lucrativos ou compromissos político-partidários. Seu principal objetivo é a formação de jovens líderes conscientes de seu papel político, econômico e social, na construção de um país mais livre e próspero, com base nos valores de Estado de Direito, Liberdade Individual, Livre Mercado e respeito à Propriedade Privada.

Thiago Oliveira Campos

Senador Sérgio Moro e Thiago Oliveira Campos

Exigência de vistos do Canadá, Estados Unidos, Austrália e Japão: FecomercioSP vê com preocupação a volta dessa medida

Conselho de Turismo ressalta que mais burocracia significa menos atração turística e trabalha para reverter decisão

A volta da exigência de vistos para passaportes estadunidenses, australianos, japoneses e canadenses é tida como preocupante pelo Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), que lamenta a deliberação e afirma que vai trabalhar para revertê-la. Por isso, vai contribuir com dados e argumentos que serão direcionados aos principais agentes públicos do turismo: a ministra do Turismo, Daniela Carneiro, e ao presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Marcelo Freixo, além da Frente Parlamentar do Turismo no Congresso Nacional, a fim de sensibilizar o presidente da República para a revisão da decisão.

O argumento para a revogação da isenção, política adotada em 2019, se baseia em dois pontos: o da reciprocidade e dos efeitos nulos da medida. De acordo com a FecomercioSP, quanto à reciprocidade, a avaliação que deve ser feita é referente à competitividade com outros países da América do Sul, uma vez que Chile, Colômbia, Peru e Argentina não exigem visto dos cidadãos norte-americanos, por exemplo.

Consequentemente, menos burocracia atrai mais turistas e mais gastos para a cadeia. De acordo com dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), economias do G20 tem potencial de atrair um adicional de 122 milhões de turistas e gerar uma exportação no turismo de US$ 206 bilhões em simplificações dos processos de vistos.

Atualmente, os Estados Unidos são o segundo país com desembarcados no

Brasil, principalmente por meio aéreo – e fica atrás somente da Argentina. Em 2022, entraram no País 441 mil estadunidenses, 54,2 mil canadenses, 25 mil australianos e 17,6 mil japoneses, os quais respondem por cerca de 15% do total de turistas que ingressam em terras brasileiras. Frente aos números, a FecomercioSP afirma que é preciso ter um olhar atencioso a estes países.

Ainda segundo a Federação, é necessário avaliar a alegação de que a isenção não conseguiu elevar o número de visitantes. Isso, porque a desobrigação ocorreu um ano antes da pandemia, e, assim, foram três anos seguidos em situação atípica. Por isso, esse período não deve ser considerado para tomar uma decisão tão relevante quanto essa.

Além disso, o Conselho de Turismo destaca que a medida vai no sentido contrário das políticas do Ministério do Turismo e da Embratur: recuperar a imagem do País no exterior, ampliar os investimentos na promoção nacional em países como os Estados Unidos, fomentar os aportes financeiros para a ampliação da estrutura turística, entre outros.

Para Guilherme Dietze, assessor técnico do Conselho de Turismo, a isenção unilateral beneficia o turismo ao incluir os passageiros que decidem por impulso e motivados por promoções. "O visto é uma barreira, especialmente nestes casos. Outros países com interesses comercial e turístico no País devem ser avaliados, para que se alinhe este tipo de ação com outras de comércio exterior e parcerias estratégicas", finaliza.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

Fim do 'visto de ouro' em Portugal: como isso influencia novos imigrantes?

Como o fim do 'visto de ouro' pode impactar novos imigrantes em Portugal

O primeiro-ministro António Costa anunciou o fim do programa de 'vistos de ouro' para 16 de março, programa que já recebia duras críticas que o acusavam de facilitar infiltrações ilegais e ocultação de capital.

O 'visto de ouro' era concedido por Portugal desde 2012 e concedia uma autorização facilitada de residência no país, e consequentemente para vários países da União Europeia, para estrangeiros que possuíssem, pelo menos, 500 mil euros investidos, em especial no mercado imobiliário.

Os brasileiros são os segundo que mais se beneficiavam do modelo, perdendo apenas para a China, mas além da classe mais rica, os novos imigrantes brasileiros que agora possuirão visto automático também podem ser impactados?

De acordo com o contabilista português, fundador da Moreira Contabilidade, Joaquim Moreira, a restrição pode reduzir a oferta de trabalho para os novos imigrantes.

"Em fevereiro, Portugal anunciou o visto automático para os países de língua portuguesa, o que traz mais facilidade e desburocratiza o processo para brasileiros, mas esse já não é um bom momento para tomar essa decisão, pela falta de qualificação necessária, alta do euro e custo de vida, entre vários outros fatores, mas pode piorar com a nova medida".

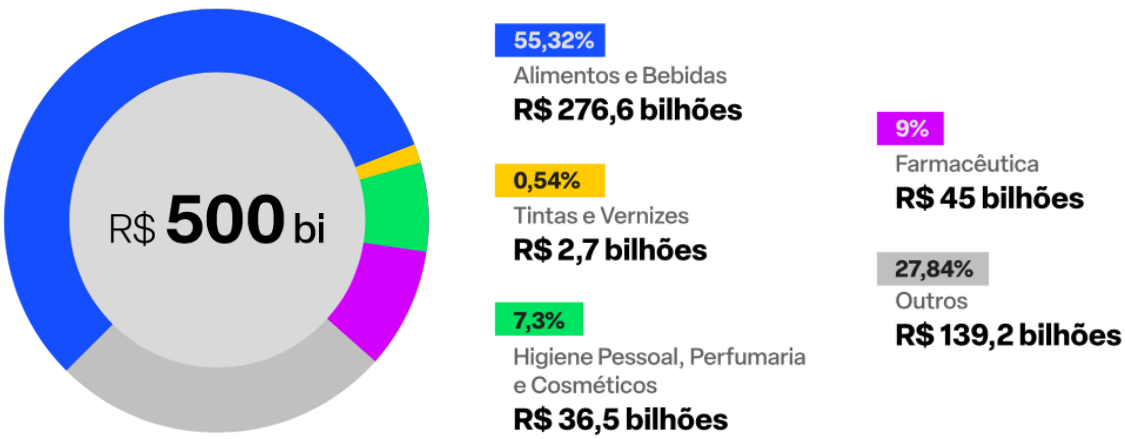
"De certa forma, cortar o visto para quem realiza grandes investimentos, em especial no mercado imobiliário, pode impactar a oferta de trabalho nesse mercado, o que pode dificultar ainda mais a vida de novos imigrantes brasileiros". Explica Joaquim Moreira.

Joaquim Moreira é um contabilista português, fundador da Moreira Contabilidade, com sede em Castelo de Paiva, em Portugal

Estudo aponta que indústria brasileira desperdiçou R$ 500 bilhões em um ano, cerca de 5% do PIB

Número equivale a 5,6% do PIB nacional, perda que poderia ser evitada com processos aprimorados via tecnologia e IA

Capacidade oculta por Indústria



Imagina desperdiçar R$ 500 bilhões de reais pelo simples fato de não utilizar toda a capacidade dos recursos já existentes em parques industriais? Pode parecer história de pescador, mas o fato é que esse é o montante total que empresas e indústrias desperdiçaram no último ano no Brasil com capacidade oculta de produção.

Um levantamento realizado pela COGTIVE - startup de software para otimização de indústrias -, revelou que 30% das indústrias operam com capacidade abaixo do esperado, especialmente por paradas de linha, má gestão dos processos, baixa performance dos ativos e problemas na alocação da mão de obra.

"Enquanto a capacidade ociosa está relacionada à demanda inferior à capacidade de produção em uma determinada indústria, a capacidade oculta, quando aproveitada, faz com que o que se está produzindo possa ser feito em menos tempo, ou, caso haja demanda, o que se produza naquele tempo possa ter um volume muito maior", esclarece Reginaldo Ribeiro, CEO & founder da COGTIVE.

Caso o potencial oculto das fábricas fosse explorado, o acréscimo seria de 5,6% no PIB brasileiro, com um grande impacto na economia e até mesmo mais ofertas de trabalho, renda e aquecimento de investimentos vindos do exterior.

Para entender melhor esse número, o levantamento mostra que, na indústria de alimentos e bebida, ocorre 55,32% de capacidade oculta (na casa dos R$ 276 bi); seguida da farmacêutica, com 9% (R$ 45 bi); higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, com 7% (R$ 36 bi); e tintas e vernizes, com 0,54% (R$ 3 bi).

Segundo Ribeiro, sistemas que permitem mapear essa capacidade escondida podem ajudar a evitar essas perdas, colaborando para a definição de estratégias assertivas de combate à ociosidade. Entre eles está o da Cogtive, por exemplo, que oferece um SaaS (Software as a Service) com indicadores dos equipamentos em tempo real, uma virtualização do fluxo de produção (kanban digital de produtividade) que acompanha todos os processos de cada fase e de cada equipamento, além da I.A. TÆLOR, que fornece insights para solucionar problemas antes que se tornem relevantes. Somados, esses atributos revelam a capacidade real de produtividade no chão de fábrica e mudam a maneira como as lideranças enxergam a linha de produção.

Cataguases registra receita líquida de R$ 320 milhões em 2022, com crescimento de 51% em relação ao ano anterior

Companhia realizou uma série de melhorias operacionais e estratégicas que impactaram positivamente o desempenho do ano

A Cataguases, a mais completa plataforma produtiva de tecidos planos no Brasil, registrou receita líquida de R$ 320 milhões em 2022, representando um aumento de 51% em relação ao consolidado de 2021. Durante o período, a empresa também expandiu sua participação no mercado e ampliou as margens operacionais.

No ano passado, o lucro líquido da Cataguases atingiu R$ 22,4 milhões, 40% acima do registrado em 2021. O EBITDA Ajustado chegou a R$ 45,5 milhões no último ano, com aumento de 49% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já o Lucro Bruto foi de R$ 89,5 milhões, crescimento nominal de 69% em relação ao mesmo período de 2021.

Tiago Peixoto, quarta geração da família fundadora, que assumiu como CEO no ano passado, vem empreendendo um forte ritmo de mudança na companhia. "Alinhado aos novos tempos de mercado e com convicção da necessidade de trazer a Cataguases aos tempos atuais, mais rápidos e digitais, implementamos uma nova dinâmica de negócios mais contemporânea, criativa, rápida e mais próxima dos clientes, atuando como parceiro de negócios e não como fornecedor. Somos uma indústria de possibilidades", explica.

Em relação ao 4T22, a Cataguases encerrou o período com vendas totais de R$ 88,8 milhões, avançando em 33% em relação ao mesmo período do último ano (4T21), além de ter registrado crescimento de 58% quando comparado ao 4T20.

"Este resultado é reflexo do aumento da comercialização de produtos de maior valor agregado e de uma boa gestão de preços, bem como o olhar atento a novas oportunidades de negócios", diz Peixoto.

Em 2022, a companhia realizou uma série de melhorias que impactam os resultados positivos do período, como consolidação do trabalho de reengenharia de produtos, principal catalisador da otimização dos processos da indústria. Também ampliou as frentes de negócio com expansão e reforço na cobertura geográfica nacional e internacional, além de ter desenvolvido novas fontes de receita com a venda de fios e serviços de acabamento. No e-commerce, a Cataguases implementou melhorias e avanços, registrando 190% de crescimento em relação ao período anterior.

A Cataguases também está comprometida com a construção de uma indústria da moda mais sustentável para o presente e o futuro do planeta. Toda a estratégia de sustentabilidade está conectada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável -- ODS, do Pacto Global da ONU.

Com isso, a Cataguases se tornou uma das primeiras indústrias têxteis no Brasil a conquistar a certificação Lixo Zero, destinando os resíduos, em sua grande maioria, para reciclagem e compostagem, deixando menos de 4% para os aterros. A empresa também tem a certificação internacional STANDARD 100 by OEKO-TEX, que garante que todos os componentes dos tecidos produzidos foram testados quanto à presença de substâncias nocivas, sendo, dessa forma, seguro para o meio ambiente e para o uso humano.

A Cataguases é também membro do Projeto Algodão Orgânico, que apoia famílias de agricultores da Paraíba, garantindo a compra de 100% da matéria prima produzida por essa comunidade, junto a outros parceiros.

No Brasil, a Cataguases tem em seu portfólio empresas como Renner, Grupo Soma, C&A, Guararapes/Riachuelo, Brooksfield, Aramis, Restoque, Inbrands, dentre outros. A empresa também exporta para mais de 30 países da América Latina, Europa e Estados Unidos, que correspondem a 25% da receita líquida total.

Fundada em 1936, a Cataguases é a mais completa plataforma produtiva de tecidos planos no Brasil, com um modelo verticalizado, passando por fiação, tecelagem, beneficiamento e confecção. Também possui um estúdio de criação e desenvolvimento em estamparia, fios tintos, maquinetas e tecidos em diversas construções. Possui capacidade para produzir aproximadamente 27 milhões de metros lineares de tecidos por ano, exporta para mais de 30 países e atende a todos os principais grupos de moda nacionais, como Inbrands, Grupo Soma, Arezzo&Co, Renner e C&A.

Nestlé investirá mais de R$ 2,5 bilhões no Brasil em 2023

Valor é o maior dos últimos cinco anos; 50% dos recursos serão destinados à construção da nova fábrica de Nestlé Purina, em Santa Catarina

Os investimentos da Nestlé Brasil vão ultrapassar a marca de R$ 2,5 bilhões em 2023. Trata-se do maior valor investido nos últimos cinco anos. Os recursos serão destinados principalmente para a ampliação de capacidade nas fábricas, novas tecnologias em processos, inovação em produtos e embalagens, além de eficiência operacional.

Para 2023, mais de 50% do total a ser investido – R$ 1,3 bilhão - terão como destino a construção da nova fábrica de Nestlé Purina em Vargeão, no Oeste de Santa Catarina, iniciada em 2022. Grande parte será utilizada na parte construtiva da nova planta industrial de alimentos para cães e gatos. Entre os projetos prioritários para o ano, estão novas linhas de produtos e de embalagens, ampliação de capacidade principalmente para as categorias de confectionery e biscoitos, nas unidades de Vila Velha (ES), Caçapava (SP) e Marília (SP), além de projetos de expansão em São José do Rio Pardo (SP) e Araras (SP). Parte expressiva será usada em projetos de desenvolvimento e implantação de novas embalagens e em processos mais sustentáveis nas unidades, como novas caldeiras de biomassa em substituição ao gás e iniciativas para economia e reutilização de água e energia, com foco na transição energética, como nas unidades de Marília, Araras, São José do Rio Pardo, Ibiá (MG) e Goiás (GO).

"Para 2023, seguimos com investimentos em produtividade, inovação e sustentabilidade das operações. Estamos inclusive antecipando alguns projetos estratégicos de inovação e de ampliação de capacidade programados para 2024, de forma a contribuir com o resultado dos negócios. Isso quer dizer que no ano teremos anúncios de novos produtos e embalagens para chocolates e biscoitos, por exemplo, além de lançamentos em nutrição infantil, lácteos e suplementação", sinalizou o CEO de Nestlé Brasil, Marcelo Melchior. "Teremos ainda um pico enorme de investimentos em Vargeão, na nova fábrica de Purina no Brasil, pois esse ano será de aceleração da parte construtiva."

Aproximadamente R$ 1,2 bilhão está previsto para as operações na indústria, como novas tecnologias, transformação digital e processos sustentáveis nas fábricas e, ainda, na cadeia logística. Desse total, 88% estão direcionados à produção, entre continuidade das operações e a aumento da capacidade fabril (três vezes a mais do que no ano passado somente nessa frente), com foco em maior eficiência e iniciativas relacionadas à sustentabilidade, como novas caldeiras de biomassa e soluções em eficiência energética - os projetos previstos resultarão em uma redução de aproximadamente 15.000 toneladas de CO2eq/ano, volume superior ao obtido em 2022 com as iniciativas similares já realizadas nas plantas industriais, que fechou em -- 11.600 toneladas de CO2.

Apenas em inovação em produtos e embalagens, estão previstos R$ 264 milhões. Demais recursos dividem-se entre vendas e logística de distribuição, gestão e recursos relacionados com tecnologia e atividades administrativas.

Entre os projetos prioritários para 2023, além do investimento em Purina, estão os aportes em transformação digital e indústria 4.0, com robôs e tecnologias que trazem maior eficiência e produtividade, além de adequações de infraestrutura para novas tecnologias, principalmente nas plantas de Araras (SP), Caçapava (SP), Ituiutaba (MG) e Montes Claros (MG). "Estamos acelerando os investimentos e antecipando projetos em novas linhas e tecnologias que vão nos permitir ampliar capacidades e suportar as estratégias de negócios que desenhamos para o período", complementa Marcelo Melchior.

Mercado Livre vai aportar R$ 19 bilhões em sua operação no Brasil em 2023

Dentre as principais frentes que recebem os recursos estão as áreas de tecnologia, publicidade digital, logística e o Mercado Pago. 11,5% maior na comparação com o ano passado, o montante vai viabilizar o desenvolvimento das prioridades dos negócios para os próximos anos

O Mercado Livre, empresa líder em tecnologia para o e-commerce e serviços financeiros da América Latina, anuncia o aporte de R$ 19 bilhões no Brasil em 2023, valor 11,5% maior na comparação com o último ano. Depois de encerrar 2022 com resultados recordes, a empresa segue aumentando a alocação de recursos em seu ecossistema, viabilizando o crescimento dos seus negócios nos principais mercados onde opera. Dentre as frentes que serão impulsionadas estão as áreas de tecnologia e logística, além dos seus negócios de publicidade e banco digital no país.

Alocados ao longo de 2023, os recursos irão aprimorar a infraestrutura, equipe e base operacional da logística do Mercado Livre, permitindo aumentar o número de cidades com entregas rápidas, no mesmo dia e no dia seguinte. Além disso, o novo aporte irá ampliar a presença de marca do Mercado Pago, principalmente junto a usuários pessoa física, dando maior visibilidade à proposta de valor do banco digital, que já opera conectado com o ecossistema de negócios da companhia.

Aprimorar as alavancas de marketing, que geram recorrência de compra e fidelização no marketplace, também está dentre as prioridades, assim como acelerar o desenvolvimento do Mercado Ads, negócio de publicidade digital que tem se mostrado uma importante alavanca de crescimento da companhia. Os recursos serão ainda direcionados para reforçar as equipes dedicadas às frentes de tecnologia, produtos e logística no Brasil.

"Após o bom desempenho do último ano, quando também elevamos nosso aporte no Brasil, seguimos confiantes com a qualidade da oferta do nosso ecossistema, que nos permite aproveitar as oportunidades de desenvolvimento para continuar sendo a principal escolha de milhões de pessoas", afirma Fernando Yunes, vice-presidente sênior de Commerce e líder do Mercado Livre no Brasil. "O Brasil é nosso principal mercado, representando cerca de 54% da receita líquida total do negócio na América Latina. Temos aqui um dos ambientes mais competitivos do mundo, o que nos motiva ainda mais a seguir nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e rentável da nossa operação, sempre com o objetivo de contribuir com a democratização do acesso ao comércio e ao dinheiro, gerando impacto positivo e desenvolvimento compartilhado", completa.

O executivo explica que o aporte de R$ 19 bilhões inclui alocação em bens de capital e uma parcela de suas despesas operacionais associadas ao desenvolvimento das prioridades de negócios da companhia para os próximos anos. "Acreditamos muito no potencial do Brasil e, como líderes de

mercado, assumimos a missão de alavancar o desenvolvimento do setor e apoiar nossos milhões de usuários que geram renda e desenvolvimento a partir do nosso ecossistema", conclui.

Em 2022, o Mercado Livre recebeu mais de 170 mil novos vendedores na sua plataforma de marketplace no Brasil. Outros 220 mil vendedores foram formalizados desde o início da pandemia. Em relação à base de compradores, o crescimento foi de 15% ao final do ano passado na comparação com 2021.

Ao mesmo tempo em que cresce o volume aportado no país, ano após ano, acompanham esse movimento o aumento do quadro de colaboradores e a geração de impostos arrecadados diretamente pela companhia, tendo superado a marca de R$ 3,5 bilhões pagos em impostos federais, estaduais e municipais em 2022. O número é 31% superior ao volume pago em 2021.

MERCADO ADS

O negócio de publicidade digital do Mercado Livre tem respondido aos investimentos em tecnologia, que melhoram a performance dos anúncios no ecossistema. Ao final de 2022, a receita do Mercado Ads registrou novo crescimento no quarto trimestre, correspondendo a 1,4% do volume bruto de mercadorias vendidas pela operação de marketplace na América Latina.

MERCADO PAGO

O banco digital do Grupo Mercado Livre tem consolidado sua oferta completa de serviços financeiros no Brasil, após meses de intenso desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a inclusão financeira de milhões de pessoas. A fim de reforçar sua proposta para concentrar tudo em um único lugar, de cartões e pagamentos até seguros e investimentos, o Mercado Pago será um dos principais destinos do aporte que vai ampliar as sinergias com o Mercado Livre, como parte fundamental do ecossistema e benefícios oferecidos a milhões de usuários.

"Em um mercado extremamente competitivo e que tem liderado as inovações e o futuro dos serviços financeiros, temos apoiado usuários e impulsionado empreendedores em suas jornadas. Ainda há muito espaço e oportunidades para fazer mais, indo além de soluções de pagamento, crédito, investimentos, seguros e gestão de benefícios. Mais do que ajudar micro e pequenos negócios a acessar financiamento e serviços que permitam crescer de maneira mais justa, queremos ampliar a oferta e desenvolvimento de serviços que ajudem qualquer pessoa a ter acesso a dinheiro de maneira responsável, prática e segura", ressalta Tulio Oliveira, vice-presidente sênior e líder do Mercado Pago no Brasil. "Como banco digital do Grupo Mercado Livre, vamos ampliar a conexão e os benefícios do nosso ecossistema, permitindo ser cada vez mais a opção dos usuários que buscam o melhor do e-commerce e dos serviços financeiros em um só lugar", completa.

O Mercado Livre é a companhia líder em tecnologia para e-commerce e serviços financeiros na América Latina, que oferece soluções para que pessoas e empresas possam comprar, vender, pagar, anunciar e enviar produtos e serviços por meio da internet. Além da plataforma de e-commerce e da fintech Mercado Pago, a empresa conta com as seguintes áreas de negócios: Mercado Envios, Mercado Livre VIS (Veículos, Imóveis e Serviços), Mercado Ads e Mercado Shops. Maior e mais completo marketplace da América Latina, o Mercado Livre tem 96,6 milhões de usuários ativos, sendo mais de 3,2 milhões de vendedores únicos, incluindo grandes marcas, alcançando 40 compras por segundo. Já o Mercado Pago, com mais de 43,7 milhões de usuários ativos, oferece uma plataforma completa de tecnologia financeira com conta gratuita, soluções de pagamento e crédito. Fundado em 1999 e presente em 18 países, o Mercado Livre está dentre as 10 melhores empresas para trabalhar no Brasil, sendo a melhor para as mulheres no país, e dentre as 4 melhores da América Latina.

BDMG reforça o compromisso com o empreendedorismo feminino

O Banco oferece condições especiais no mês de março para micro e pequenas empresas lideradas por mulheres

No mês em que se comemorou o Dia Internacional das Mulher, as empreendedoras de Minas têm razões para comemorar. Desde o dia 01 e até o dia 31 de março, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) reforçou o apoio ao empreendedorismo feminino e ofereceu condições exclusivas de financiamento para micro e pequenas empresas lideradas por mulheres. Para ter acesso à taxa reduzida de 4,5% ao ano + Selic, carência de 11 meses e até 48 meses para pagar, basta ter capital social igual ou superior a 50%, há pelo menos 6 meses.

"O BDMG foi pioneiro, entre as instituições de fomento do país, ao lançar uma linha de crédito exclusiva para micro e pequenas empresas lideradas por mulheres. Nos últimos anos, contribuímos significativamente para manutenção de diversos negócios mineiros no período mais grave da pandemia e, agora, temos a oportunidade de dar continuidade a este trabalho de apoiar cada vez mais o desenvolvimento das empreendedoras mineiras, para que possam chegar ainda mais longe", destaca Gabriel Viégas, presidente do BDMG.

Entre 2019 e 2022, as linhas de crédito destinadas às mulheres empreendedoras foram responsáveis por um desembolso total de R$ 178 milhões, para 3.605 clientes, em 383 cidades mineiras (sendo destas, 77% com IDH abaixo da média brasileira). Com esse resultado, mais de 9 mil vagas de trabalho foram mantidas.

Os recursos para micro e pequenas empresas lideradas por mulheres foram liberados, principalmente, para o setor de Comércio e Serviços (89%), Indústria da Transformação (9%) e Construção (2%).

Os resultados estão em linha com as estratégias do BDMG de destinar, cada vez mais, recursos a projetos e financiamentos que estejam alinhados a, ao menos, um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Neste caso, o apoio às mulheres empreendedoras está conectado ao ODS 5, inclusão de gênero, e ao ODS 8, trabalho decente e crescimento econômico.

A valorização do empreendedorismo feminino, por meio das linhas de financiamento, trouxe números positivos para a economia do Estado. Os impactos calculados pela matriz insumo-produto do BDMG mostram que, entre 2019 e 2022, aí incluído o período mais grave da pandemia, houve 6.659 empregos estimulados, R$ 398 milhões de aumento no faturamento da produção mineira e R$ 112 milhões de arrecadação de ICMS para o estado.

EMPREENDEDORAS DE MINAS

A empresária Paloma Gusmão de Paula, sócia da Drogaria Gusmão, em Belo Horizonte, é uma das mulheres que recorreram às linhas especiais para Mulheres Empreendedoras. Ela conta que sempre teve muito medo de empreender. "Eu não sabia o que iria enfrentar lá na frente, mas arrisquei. Ser mulher e empreendedora é uma jornada desafiadora", afirma.

Hoje, 10 anos depois da inauguração do seu negócio, Paloma tem orgulho da trajetória que construiu e reconhece a importância do crédito para o crescimento do seu negócio. "É importante existir uma linha de crédito para as mulheres devido a essa jornada das mulheres ser mais intensa, ter filhos, casa e o trabalho. Os planos para o meu negócio é expandi-lo, de uma forma segura e sustentável", ressalta.

Sicoob Credicon: lucro cresceu 56% em 2022

O Sicoob Credicom é uma cooperativa financeira criada para os profissionais, estudantes e empresários da área de saúde. Com mais de 30 anos de experiência no mercado, é uma instituição financeira sólida, autorizada pelo Banco Central e fiscalizada pelo Sicoob Central Cecremge – Central das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo do Estado de Minas Gerais.

O cooperativismo é uma alternativa diferenciada para o atendimento de suas necessidades financeiras. No cooperativismo, todo associado é dono do negócio e, por isso, tem participação nos resultados. Nossos princípios vão muito além dos ganhos financeiros. Valorizamos a ajuda mútua, a união, a cooperação, a ética, o profissionalismo, a inovação e o relacionamento.

A instituição é maior cooperativa financeira da área de saúde do Brasil e a maior cooperativa financeira de Minas Gerais.

O Sicoob Credicom, que completou 30 anos em abril do ano passado, pretende dobrar o ritmo de crescimento nos próximos três anos. O planejamento compreende o lançamento de novos produtos, inovação e expansão da atuação.

"De 1992, quando surgiu da união de um grupo 24 de médicos, para 2023, o salto foi grande: tornou-se a maior cooperativa financeira da área de saúde do Brasil, com mais de 70 mil cooperados", informa a instituição. Apesar de já atuar em 25 estados e no Distrito Federal, o objetivo da instituição é expandir os negócios e dobrar o crescimento orgânico nos próximos três anos.

Desde sua fundação, a Credicom segue crescendo por meio da intercooperação e do seu know-how na área da saúde, com destaque para o atendimento personalizado, para produtos e serviços com condições melhores do que o mercado não cooperativista e para a ampliação da sua área de atuação", afirma o presidente da instituição, João Augusto Oliveira Fernandes.

Segundo o executivo, o planejamento inclui ampliar as ações voltadas ao agronegócio, prosseguir

investindo em inovação e oferecer sempre novos produtos e serviços para o cooperado. "Estamos diante de um promissor canal para linhas de crédito, uma vez que a Credicom dispõe de alta liquidez para empréstimos, e por outro lado certos de que a área de saúde segue com elevado potencial de negócio. O setor de saúde é responsável por 10% do PIB brasileiro. Merece respeito e condições especiais para prosperar. É isso o que oferecemos", completa.

O presidente da Credicom explica que o crescimento robusto e contínuo da instituição também mostra que as pessoas, sejam elas físicas, jurídicas ou produtores rurais, estão conhecendo mais o cooperativismo financeiro e suas diversas vantagens, como o atendimento mais humanizado e as taxas mais atrativas. Diferente de uma instituição financeira tradicional, na cooperativa todo associado é, ao mesmo tempo, cliente e dono e, por isso, envolve-se e participa das decisões e dos resultados.

Na medida certa - Para o executivo, além de taxas e tarifas mais atrativas, por ser especializada na área de saúde, a Credicom oferece produtos e soluções na medida certa para os profissionais e empresas que atuam no setor. "Temos linhas de crédito para área da saúde, financiamento de equipamentos, financiamento de imóvel para reforma e construção de clínicas e consultórios até mesmo para hospitais. Há ainda o financiamento de frotas e crédito pessoal com taxas especiais para médicos com proventos na Credicom", pontua.

Em 2022, apesar dos desafios que o ano apresentou, os resultados alcançados foram avaliados pelo presidente da Credicom muito positivamente. "Vamos seguir com as expansões para outros Estados e disponibilizando novos produtos de investimentos, favorecendo e dando mais opções ao aplicador com produtos de renda fixa mais atrativos. Seguimos com o

João Augusto Oliveira Fernandes, presidente da Credocom

mesmo objetivo de manter o crescimento sustentável e em sinergia com o propósito de conectar pessoas para promover prosperidade com justiça financeira", disse.

Fazendo história - A história da Credicom confunde-se com a história do cooperativismo de crédito na área de saúde no país. Na sua caminhada, a Credicom foi pequena em seu começo, mas ganhou fôlego e cresceu, enfrentando as dificuldades próprias do negócio e das circunstâncias, agindo com persuasão, estratégia e competência administrativa. Em alguns momentos faltou quase tudo, menos a vontade de fazer e o fato de acreditar na determinação de 24 médicos que se reuniram em sua fundação, em 1992. Hoje a Credicom se tornou uma cooperativa de referência no setor financeiro nacional e a maior do segmento de saúde.

Segundo João Augusto Oliveira Fernandes, "foi com o respaldo dos cooperados e de importantes parceiros, como as cooperativas de trabalho médico e o Sistema Sicoob, que alcançamos nosso patamar. Além do papel imprescindível dos colaboradores e das instituições coirmãs, muitas que ajudamos a construir e outras que foram e ainda são esteio nos momentos que tanto precisamos".

O Sicoob Credicom, maior cooperativa financeira da área de saúde do Brasil, comemora agora os resultados recordes alcançados. Em 2022, a instituição alcançou R$ 150,8 milhões em sobras (lucro), o que representa um crescimento de 56% em relação ao ano anterior. Chegou em 31 de dezembro do ano passado registrando um total de ativos de R$ 5,47 bilhões, que superou os R$ 4,38 bilhões em 2021 (25% de crescimento). Além disso, o número de cooperados atingiu 80 mil e o patrimônio líquido atingiu R$ 769 milhões, expansão de 25%. Segundo o presidente da Credicom, João Augusto Oliveira Fernandes, o mercado financeiro nacional passou por significativas transformações com o fortalecimento do PIX como meio de pagamento e o avanço do Open Banking"

O Sicoob Credicom é vencedor do 24º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – 2022, realizado por MercadoComum

Organizações se reúnem para debater sobre os cenários econômicos e tecnológicos no Brasil e no mundo

Sindinfor e Sebrae Minas realizam o FORECASTING 2023/2024 no dia 14 de abril

Presidente do Sindicato das Indústrias de Software e da Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais, Fábio Veras

Líderes empresariais, formadores de opinião e autoridades governamentais se reunirão no FORECASTING 2023/2024 para debater questões econômicas, tecnológicas e geoestratégicas do Brasil e do mundo. O evento, que será realizado no dia 14 de abril, das 8h30 às 12h, pelo Sindicato das Indústrias de Software e da Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Sindinfor) e pelo Sebrae Minas, com parceria da Fundação Dom Cabral, guiará decisões estratégicas para empresários do ramo de tecnologia e outras áreas da indústria mineira.

"Construiremos insights sobre como gerar novos negócios e acelerar o crescimento econômico na atual conjuntura geopolítica internacional", comenta o presidente do Sindicato das Indústrias de Software e da Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais, Fábio Veras.

O que esperar do crescimento do Brasil nos próximos dois anos, quais os impactos remanescentes da guerra na economia e na inflação, quais decisões empresariais devem ser tomadas em 2023, quais as escolhas de políticas públicas podem fortalecer o Brasil na corrida tecnológica e as principais tendências para o mundo nos próximos dois anos, são alguns dos temas que serão debatidos no evento.

O encontro, que congrega lideranças de vários setores, contará com a participação de especialistas como o economista-chefe da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sérgio Carraro Teles o professor da Fundação Dom Cabral, especialista em Macro Cenários Estratégicos, Paulo Vicente Alves, o Empresário, PhD, Conselheiro Consultivo da ANATEL, Presidente do Conselho de Tecnologia e Inovação da Fiemg e Presidente Sindinfor, Fábio Veras, entre outros.

SERVIÇO:

FORECASTING 2023/2024
- Cenários econômicos e tecnológicos no Brasil e no mundo

Data: *14 de abril*
Horário: *8h30 às 12h*
Local: *Sebrae Minas - Belo Horizonte (Avenida Barão Homem de Melo, 329, Auditório, Nova Granada)*
Ingressos: *sympla.com.br*

Aperam South America é a primeira em seu segmento a obter a certificação ResponsibleSteel na AL

Organização global reconhece responsibilidade social, de governança e de sustentabilidade em todo o processo de fabricação do Aço Verde Aperam

A Aperam South America acaba de se tornar a primeira fabricante de aços planos especiais da América Latina a obter a certificação ResponsibleSteel™. Comprometida em maximizar a contribuição do aço para uma sociedade sustentável, a empresa passou, nos últimos 12 meses, por um rigoroso processo de auditoria internacional.

ResponsibleSteel é o único programa global de normas e certificação multissetorial da indústria. que estabelece padrões de desempenho em sustentabilidade e promove a certificação de empresas do setor do aço por meio de uma rede de organismos independentes.

A Aperam decidiu aderir a esse importante sistema de certificação, segundo o presidente da empresa, Frederico Ayres Lima, para fortalecer ainda mais o seu compromisso com a sustentabilidade e, de forma estratégica, promover e tornar a responsabilidade corporativa mais amplamente reconhecida.

"O ResponsibleSteel™ é fundamental para nosso objetivo de buscar a liderança em excelência ambiental. Temos uma das menores pegadas de carbono do setor e nos esforçamos para adotar as melhores práticas em termos de ética, governança, engajamento da comunidade e cidadania corporativa", diz Ayres Lima.

Para obter a certificação, que vale por três anos, a Aperam recebeu inúmeras visitas técnicas que levaram, em muitos casos, a ajustes e até mesmo mudanças de rumo. Diferentemente de outras auditorias, como por exemplo a ISO, o ResponsibleSteel™ verifica os processos da empresa avaliada e escuta todos os stakeholders: comunidade, clientes, fornecedores, colaboradores e poder público. Os auditores fizeram mais de 60 entrevistas para mapear a percepção dessas pessoas sobre a Aperam.

"Essa certificação reforça o nosso compromisso com a sustentabilidade, uma vez que faz parte da nossa missão oferecer ao mercado soluções em aço produzidas de forma responsável", acrescenta o presidente da Aperam.

Para o coordenador do projeto na Aperam, Robson Machado, que é gerente executivo de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da empresa, esse foi um desafio que trouxe um olhar diferente para algumas questões, especialmente a social, de valorização das relações. "Uma oportunidade de refletir sobre nossas práticas e de enxergar as melhorias que podemos fazer", avalia Robson.

Obter o ResponsibleSteel™ significa aprimorar o fornecimento, a produção, o uso e a reciclagem responsáveis de aço por meio do desenvolvimento de padrões, certificações e ferramentas relacionadas. "As empresas devem estar comprometidas

com o diálogo aberto com todos os stakeholders e a colaboração com os melhores esquemas equivalentes, sempre que possível, para ajudar a alcançar essa missão", diz a organização, em comunicado.

A CEO da ResponsibleSteel, Annie Heaton, comentou: "Estamos muito orgulhosos de ter a Aperam South America juntando-se a um número crescente de plantas industriais em todo o mundo que foram certificadas de acordo com o padrão ResponsibleSteel. É a segunda unidade da Aperam a ser certificada, sendo a Aperam Stainless Europe uma das primeiras a obter o ResponsibleSteel, em 2021.

Segundo Annie Heaton, é possível ver a determinação contínua da Aperam em mostrar liderança em cada região em que opera. "Produzido por EAFs e com mais de 4.000 trabalhadores e terceirizados, a Aperam South America trabalha para construir um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado, que também visa retribuir à comunidade local. Apenas um exemplo é o plano de inclusão e diversidade liderado por voluntários que a empresa implementou para combater a discriminação e os estereótipos", acrescentou.

Annie Heaton também disse: "A Aperam também criou a reserva biológica OIKOS por meio da Fundação Aperam Acesita, que se tornou não apenas um próspero hotspot de biodiversidade, mas um importante centro de educação ambiental para a área, ajudando a preservar o habitat próximo para as gerações futuras e refletindo o compromisso do site com as pessoas e o planeta."

O padrão de sustentabilidade para todo o processo de produção de aço conta com 12 princípios ambientais, sociais e de governança. São eles:

- *Liderança Corporativa;*
- *Sistemas de Gestão Social, Ambiental e de Governança;*
- *Saúde e Segurança Ocupacional e Comunitária;*
- *Direitos do Trabalho;*
- *Direitos Humanos;*
- *Engajamento e Comunicação com as Partes Interessadas;*
- *Comunidades Locais*
- *Mudanças climáticas e Emissões de Gases de Efeito Estufa;*
- *Ruído, Emissões, Efluentes e Resíduos;*
- *Recursos Hídricos;*
- *Biodiversidade*
- *Descomissionamento e Encerramento de Operações.*

Além da certificação ResponsibleSteel™, a Aperam South America, com sede em Timóteo (MG), é a primeira siderúrgica do segmento de aços planos especiais a obter o balanço carbono neutro nos escopos 1 e 2. Isso significa que a empresa remove da atmosfera, por meio de suas florestas e processos produtivos cada vez mais inovadores, a mesma quantidade de gases de efeito estufa que emite para produzir o Aço Verde Aperam.

A empresa também é a única em seu setor a utilizar 100% de carvão vegetal como combustível em seus alto-fornos, uma matéria-prima renovável produzida por sua unidade de BioEnergia, no Vale do Jequitinhonha. Nesta unidade são cultivados 76 mil hectares de eucalipto melhorado geneticamente e preservados cerca de 50 mil hectares de mata nativa.

Primeira do mundo em seu segmento a obter o balanço carbono neutro, a Aperam South America é produtora integrada de Aços Planos Inoxidáveis, Elétricos e Especiais. É líder na América Latina em aços planos especiais e a única desse segmento, em todo o mundo, a utilizar apenas carvão vegetal como energia renovável e a conquistar a neutralidade de emissões de carbono.

Tem capacidade produtiva total de 900 mil toneladas de aço líquido por ano na planta industrial de Timóteo, no Vale do Aço, e está presente também nas capitais São Paulo e Belo Horizonte, além dos municípios mineiros de Capelinha, Minas Novas, Itamarandiba, Veredinha e Turmalina, no Vale do Jequitinhonha, onde mantém a subsidiária Aperam Bioenergia, sendo responsável pela geração de cerca de 3.200 empregos em Minas Gerais e uma receita de 1,516 bilhão de euros em 2021.

Além do aço inoxidável, a empresa também é produtora integrada de aço elétrico e aço carbono especial, sendo que todo o aço é verde, produzido com carvão vegetal obtido de suas florestas renováveis de eucalipto.

A sede da multinacional fica em Luxemburgo, país europeu vizinho à França e à Bélgica, onde estão outras cinco plantas industriais. Ao todo, são 30 escritórios em todo mundo. Anualmente, o Grupo do qual a Companhia faz parte produz 2,5 milhões de toneladas de placas de aço.

Criado em 2015, o ResponsibleSteel™ é uma organização que estabelece padrões de desempenho em sustentabilidade e promove a certificação de empresas do setor do aço por meio de uma rede de organismos independentes. No mundo, conta com 130 membros e associados.

O objetivo é construir uma indústria siderúrgica sustentável, por meio de cooperação e comprometimento mútuo de empresas em todos os níveis da cadeia produtiva do aço, além de representantes da sociedade civil e outras partes interessadas.

O ResponsibleSteel™ fornece o fórum para essa abordagem de várias partes interessadas. Comprometidos com o diálogo aberto, desenvolvemos um padrão e um programa de certificação independente por meio de um processo que visa o alinhamento com os Códigos de Boas Práticas da ISEAL

Rede Mater Dei de Saúde é recertificada pela GPTW

Pelo terceiro ano consecutivo, a Mater Dei é uma excelente empresa para se trabalhar

Pelo terceiro ano consecutivo, a Great Place to Work (GPTW) reconhece a Rede Mater Dei de Saúde como uma excelente empresa para se trabalhar, após a realização de Pesquisa de Clima nas Unidades Mater Dei Santo Agostinho, Mater Dei Contorno, Mater Dei Betim-Contagem, Mater Dei Santa Genoveva, Mater Dei CDI, Mater Dei Santa Clara, Mater Dei Premium Goiânia, Mater Dei Porto Dias, Mater Dei EMEC e Mater Dei Salvador.

O Selo GPTW é uma certificação mundialmente respeitada, que tem o objetivo de destacar empresas que são reconhecidas e indicadas, por seus próprios funcionários, como um excelente lugar para se trabalhar. "A recertificação da Mater Dei é o resultado da parceria e do empenho de toda a nossa comunidade. São profissionais que fazem a diferença na vida daqueles que confiam em nossos serviços de saúde", afirma o presidente da Rede Mater Dei, Henrique Salvador.

"Estamos em um período de muito trabalho e desafios, mas também de muito orgulho em levar para mais pessoas o Jeito Mater Dei de Cuidar e de Acolher. Atuamos em quatro estados do Brasil. São mais de 20 mil profissionais na Rede Mater Dei entre colaboradores e membros cadastrados em nosso corpo clínico. Somos muitos em um só DNA e estamos agregando experiências, aprendendo com as diversas culturas regionais e fortalecendo o nosso jeito de fazer a diferença na vida das pessoas", comemora o presidente.

O atendimento de excelência aos clientes continua guiando a Rede Mater Dei com acolhimento, qualidade assistencial e equipes altamente capacitadas e especializadas. E isso só faz sentido porque a empresa tem a capacidade de gerar um ambiente de trabalho positivo e acolhedor para as pessoas que fortalecem a essência da Rede Mater Dei.

VALORES:

O que define o Mater Dei como empresa e guia a sua forma de trabalhar são os seus Valores compartilhados com todos que fazem parte da Mater Dei: Calor Humano; Gente que Faz a Diferença; Fazer Seguro e Bem-Feito; Pioneirismo e Inovação; Resultado para Todos.

O Mater Dei é uma rede de saúde completa, com 41 anos de vida, tendo o paciente no centro de tudo e ancorada em três princípios: inteligência e humanização como pilares do atendimento; tecnologia como apoio da excelência; e solidez das governanças clínica e corporativa. Os seus serviços médico-hospitalares estão disponíveis para toda a família, em todas as fases da vida, com qualidade assistencial e profissionais altamente capacitados e especializados. O grupo está em expansão, levando para mais pessoas o Jeito Mater Dei de Cuidar e de Acolher. A premissa é valorizar a vida dos seus pacientes em cada atendimento, disponibilizando o melhor que a medicina pode oferecer.

UNIDADES

Minas Gerais:
Hospital Mater Dei Santo Agostinho, Hospital Mater Dei Contorno, Hospital Mater Dei Betim-Contagem, Hospital Mater Dei Santa Genoveva, CDI Imagem e Hospital Mater Dei Santa Clara

Bahia: *Hospital Mater Dei Salvador e Hospital Mater Dei Emec*

Goiás: *Hospital Mater Dei Premium Goiânia*

Pará: *Hospital Mater Dei Porto Dias*

Os carros mais vendidos em Minas Gerais em 2022

O Palio, da Fiat, foi o carro mais vendido por meio da OLX em Minas Gerais em 2022, com um valor médio de R$ 22.978. O Gol, recentemente descontinuado pela Volkswagen no Brasil, e o Uno seguem na segunda e terceira posições do ranking, respectivamente. O Top 10 dos mais vendidos é completado ainda por Strada, Civic, Fiesta, Corolla, Ka, Saveiro e Fox.

Já entre os mais procurados pelos usuários da OLX no ano passado, o Palio ainda lidera, seguido do Gol, por R$ 23.518. Completam a lista do TOP 10 mais procurados: Uno, Civic, Strada, Corolla, Saveiro, S10, Hilux e Onix.

Top 10 mais vendidos em 2022

Posição	Modelo	Preço médio
1	PALIO	R$ 22.978
2	GOL	R$ 23.518
3	UNO	R$ 20.674
4	STRADA	R$ 52.567
5	CIVIC	R$ 55.768
6	FIESTA	R$ 27.812
7	COROLLA	R$ 80.289
8	KA	R$ 43.771
9	SAVEIRO	R$ 47.962
10	FOX	R$ 35.257

Top 10 mais procurados em 2022

Posição	Modelo	Preço médio
1	PALIO	R$ 22.978
2	GOL	R$ 23.518
3	UNO	R$ 20.674
4	CIVIC	R$ 55.768
5	STRADA	R$ 52.567
6	COROLLA	R$ 80.289
7	SAVEIRO	R$ 47.962
8	S10	R$ 92.619
9	HILUX	R$ 164.272
10	ONIX	R$ 54.911

"Como especialista no setor automotivo, a OLX oferece ao seu público uma grande gama de opções de veículos e soluções para a sua compra e venda, de forma rápida, segura e democrática. E os carros populares são os campeões de venda em nossa plataforma, reforçando o apetite que o mercado tem por esse tipo de veículo", afirma o VP de Autos e Comercial da OLX, Flávio Passos.

Região do Cerrado Mineiro sedia encontro para discutir plataforma para origem controlada dos cafés

Primeira reunião do grupo de trabalho foi realizada em Patrocínio, Minas Gerais

A Região do Cerrado Mineiro (RCM), por meio da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, sediou a primeira reunião do grupo de trabalho para desenvolvimento do programa de Digitalização das Indicações Geográficas de Café. O evento foi realizado no dia primeiro de março, no Centro de Excelência do Café (CEC), em Patrocínio, Minas Gerais, e reuniu representantes das 12 regiões produtoras de café com Indicação Geográfica (IG).

O Sebrae, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Instituto CNA estão juntos realizando o projeto Digitalização das IGs de Café, uma iniciativa inédita no Brasil, que será implementada ainda neste ano com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o Ministério da Agricultura e Pecuária. Serão 18 meses de trabalho junto a associações, cooperativas, produtores, poder público e demais parceiros para desenvolver a ferramenta, com quatro módulos: controle, rastreabilidade, inteligência e comunicação.

Segundo o analista técnico da unidade de Agronegócios do Sebrae Minas, Cláudio Wagner de Castro, o objetivo foi discutir sobre uma plataforma digital de gestão, controle e rastreabilidade para as entidades gestoras deste território. "Foi apresentado o escopo do trabalho que está em construção e realizado um workshop com representantes das regiões. O resultado final deste projeto, previsto para maio de 2024, é a construção de uma solução que deverá incorporar tecnologias digitais, considerando o estado da arte de controles praticados pelas IGs de café atualmente e os avanços na segurança e na garantia da qualidade pretendidos nesse controle, considerando as exigências da cadeia produtiva e do mercado", destaca.

Ainda segundo Claudio de Castro, o encontro também serviu para o Sebrae entender diferentes realidades das Indicações Geográficas de café no Brasil. "Ressalto que temos outras IGs de café em estruturação em Minas Gerais que, em breve, poderão se juntar a este grupo. Isso facilitará o trabalho de suas governanças, pois terão a oportunidade de utilizar um instrumento inovador de controle, proteção e promoção para os territórios".

Para o superintendente da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, Juliano Tarabal, a Região do Cerrado Mineiro, uma das 13 IGs de cafés do país, demonstra mais uma vez seu pioneirismo e liderança recebendo este importante encontro que irá beneficiar a cafeicultura brasileira na busca pela origem controlada. "Acreditamos que esta Plataforma irá representar um novo marco, pois será um projeto que irá integrar todas as regiões de café do Brasil com origem controlada e irá ter um foco na geração de valor para os consumidores, que são o elo da cadeia onde devemos gerar percepção em relação às nossas origens. É o elo que gera demanda para toda cadeia e é onde iremos chegar com este projeto integrando tecnologia, conhecimento e comunicação, além de toda a diferenciação que cada região possui. Temos uma tecnologia humanizada por todas as histórias que iremos contar e em experiência pela qualidade e terroir das regiões produtoras de café do Brasil", pontua Tarabal.

O produtor rural Ricardo Bartholo, um dos pioneiros na história da cafeicultura da Região do Cerrado Mineiro e embaixador da RCM, também participou do encontro e acredita que o grande mote da Região do Cerrado Mineiro é a unidade, ou seja, todos os produtores imbuídos do mesmo objetivo. "Ver todas as demais regiões buscando essa visão de transferir para o mercado a possibilidade de todos os sabores e diferenciações que existem dentro do café no Brasil vai possibilitar um salto no que o consumidor quer: novidades, sabores diferenciados, rastreabilidade, visão de onde está sendo produzido o produto. Acredito que esse evento coloca as regiões nesse patamar. Se conseguirmos ter uma plataforma única, com a divulgação dos cafés do Brasil, vai trazer benefícios para todos. A Região do Cerrado Mineiro sempre saiu na frente e hoje está coordenando todo esse trabalho das indicações geográficas no que tange a criar uma plataforma única. Isso vai muito em direção ao que o mercado está pedindo. O nosso cliente de café quer história e experimentar cada vez mais novidades. Esse conjunto de ações poderá culminar em mais conquistas de mercado para os cafés do país como um todo", conclui Bartholo.

Instituto Gourmet mira expansão em Minas Gerais

Faturamento do setor de franquias no Estado chegou a mais de R$ 17 bilhões de receita

Em 2022, o mercado de franquias brasileiro consolidou sua recuperação e deu sinais de crescimento. Segundo a ABF, o faturamento das redes no País superou, pela primeira vez, os R$ 211 bilhões.

Em Minas Gerais, o cenário é semelhante e aponta um crescimento de 10,8 % no faturamento geral das redes de franquias no período analisado, com mais de R$ 17 bilhões de faturamento. Já em número de unidades, o mercado mineiro ficou com 4,4%, totalizando 16.508 operações.

Em operação desde 2014, o Instituto Gourmet Brasil, rede líder em ensino profissionalizante em gastronomia no país, 2022 foi um ano desafiador, mas também foi um ano de crescimento e aprendizado. Neste período, o faturamento da rede superou a marca histórica de R$ 100 milhões, um crescimento de mais de 25%. Para 2023 a marca tem como expectativa manter essa proporção.

A rede finalizou o ano de 2022 com 140 unidades inauguradas e em funcionamento, três em processo de implantação e mais de 160 comercializadas.

O Instituto Gourmet tem como meta para esse ano, acelerar a criação de novos cursos que fidelizem mais os clientes e implementar processos cada vez mais automatizados e padronizados que permitam a otimização dos produtos das franquias. A marca pretende expandir em Minas Gerais com o objetivo de atrair empreendedores para solidificar seu espaço.

A rede traz novidades na reformulação dos cursos mais vendidos e a comercialização acelerada do modelo de negócios Slim, que fortalecerá cidades menores gerando outras perspectivas de vida, oportunidades para a sociedade e, claro, incentivo ao empreendedorismo. Com o investimento inicial de R$ 193 mil para cidades menores, o modelo slim conta com 1 cozinha didática. O tempo de retorno está em 19 meses, com faturamento médio de R$ 110 mil, lucratividade de 30% e Royalties de 8% + Fundo de propaganda de 2%. Os consultores regionais dão todo suporte aos franqueado, com visitas presenciais, treinamentos, workshops e convenções.

"Hoje somos a maior rede de escolas especializadas em cursos em gastronomia. No ano passado crescemos 25% e a meta para 2023 é 30%. Esses números refletem o sucesso do modelo slim, dedicado às cidades menores, acima de 60 mil habitantes. É um modelo inovador, com uma sala de aula, em 100 metros quadrados. É um investimento menor, de R$ 190 mil. Hoje, somos voltados para a classe C, pessoas que querem empreender, mas também temos muitos alunos que procuram por hobby", explica Patrícia Rocha, gerente de expansão do Instituto Gourmet.

Em fevereiro a cidade de Alfenas inaugurou a primeira unidade do Instituto Gourmet, com o novo modelo de negócios específico para pequenas cidades. Em breve outra unidade será inaugurada no sul de Minas.

O Instituto Gourmet, rede líder em empreendedorismo gastronômico no Brasil, possui diversos cursos de curta ou longa duração e flexibilidade nos horários, focando na interação do aluno e aprendizagem para uma formação profissional completa. Com investimento a partir de R$187 mil, o Instituto Gourmet possui mais de 140 franquias em todo país. Os cursos unem a praticidade da cozinha à dedicada arte de cozinhar, tanto para os interessados na área gastronômica, que vem crescendo a cada dia no país, quanto para aqueles que fazem da cozinha um momento de descontração e hobby. Com mais de 25% de crescimento, a rede superou em 2022 a marca histórica de R$100 milhões em faturamento.

Seguros: maioria dos executivos do setor prevê recessão este ano

Pesquisa realizada pela KPMG com CEOs do setor de seguros de todo o mundo aponta que 90% deles acreditam que haverá uma recessão neste ano e 79% admitem já ter planos para lidar com esse cenário. Apesar disso, a maioria (72%) relata perspectivas de crescimento para os próximos três anos, seja para a economia global, seja para o setor em geral. Estas são algumas das conclusões do recorte setorial do levantamento "KPMG 2022 CEO Outlook", que ouviu 134 líderes globais no segundo semestre do ano passado.

De acordo com o estudo, 77% dos executivos entrevistados acreditam que as seguradoras precisam desenvolver estratégias para impulsionar a transformação digital para, assim, seguirem relevantes e competitivas. Outros 59% apostam no crescimento expressivo da implementação das metas de ESG (sigla em inglês para meio ambiente, social e governança). Quando questionados sobre a preocupação mais urgente, a tecnologia foi a mais citada, com 72% das respostas.

"Vivemos um momento em que a capacidade de antecipar mudanças e adaptar-se rapidamente é crucial. Dessa forma, a adoção de novas tecnologias e estratégias de segurança cibernética será o ponto de partida para as seguradoras, que precisam lidar com novos riscos operacionais e disruptivos", resume o sócio líder do segmento de Seguros da KPMG no Brasil, Lúcio Anacleto.

Os entrevistados foram perguntados também sobre a atual situação geopolítica e desafios econômicos globais. Metade deles (50%) planeja nacionalizar operações no exterior e tem considerando reduzir a base de funcionários nos próximos seis meses, além de colocar em prática um congelamento de contratações. Entretanto, o cenário é mais positivo a longo prazo, com 87% dos líderes planejando aumentar o tamanho da força de trabalho nos próximos três anos.

"Os executivos do setor terão pela frente desafios e oportunidades, independente do cenário político e econômico. A retenção de talentos é uma preocupação. Com a necessidade de profissionais mais qualificados, as Companhias devem fazer tudo o que puderem para manter seus talentos abordando aspectos econômicos, competitivos e realidades regionais", analisa Anacleto.

A oitava edição do "KPMG CEO Outlook Global" ouviu 1.325 CEOs que pertencem ao grupo denominado global, formado por Alemanha, Austrália, Canadá, China, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão e Reino Unido. As empresas que eles lideram atuam em áreas como bancos, consumo e varejo, seguros, industrial, energia, tecnologia, ciências da vida, infraestrutura, indústria automotiva e gestão de ativos. Este recorte com insights e perspectivas sobre o setor financeiro é um dos onze realizado também em outros setores-chave da indústria, com informações e tendências.

RHI Magnesita recicla mais de 41 mil toneladas de refratários em 2022

Com o resultado, que equivale à redução de emissão de quase 33 mil toneladas de CO2 no meio ambiente, empresa já supera meta global de 10% do total da produção sendo feitos com reaproveitamento de resíduos

A RHI Magnesita captou mais de 41 mil toneladas de resíduos de refratários ao longo de 2022, no Brasil, direcionados para reaproveitamento. O volume equivale a quase 33 mil toneladas de gás carbônico (CO2) que deixaram de ser lançadas no meio ambiente. Com o resultado, a companhia alcança um percentual de 10,2% da produção da América do Sul sendo feito a partir da reciclagem (consumo de reciclados em relação ao consumo de matérias-primas total). Em termos globais, esse indicador (Recycling Rate) atingiu 10,5% e superou a meta estratégica de 10% até 2025. Assim, a empresa segue na liderança do setor em tecnologia, investimento e desenvolvimento de conhecimento para uso de materiais reciclados, considerando-se organizações do mesmo porte, e ainda concluirá a implantação de duas novas tecnologias, patenteadas pela RHI Magnesita, em 2023.

Os altos números são o resultado do modelo de negócio de economia circular, que coleta o desmonte de refratários da linha de produção dos clientes, como siderúrgicas e cimenteiras. As peças são substituídas periodicamente, o que gera os resíduos. Os volumes captados passam por etapas de seleção, limpeza, estabilização e britagem para serem reutilizados como matéria-prima em novos produtos, com as mesmas propriedades e qualidades dos materiais originais. "A reciclagem é o drive na redução de emissão de CO2, que é parte fundamental da nossa estratégia de sustentabilidade com stakeholders, mercado e sociedade", afirma o presidente da RHI Magnesita para América do Sul, Wagner Sampaio.

Desde 2019, já foram investidos mais de 14,6 milhões de euros na reciclagem de refratários, o que inclui a busca constante por soluções para minimizar o descarte de resíduos no mercado. Esse processo de reaproveitamento de materiais

reduz a dependência de recursos naturais virgens, assim como diminui a necessidade de extração e queima de minérios, atividades que têm uma pegada de carbono mais acentuada. Além disso, muitos clientes consideram o processo como um benefício na cadeia de valor. "A reciclagem torna nossa operação mais limpa e perene", completa Sampaio.

A RHI Magnesita tem como meta global reduzir em 15% o volume de gás carbônico (CO2) gerado por tonelada de produto até 2025, na busca por alcançar a neutralidade de carbono no longo prazo, e a reciclagem é chave nesse processo. Para isso, segue com seu plano de investimentos, focado não apenas no desenvolvimento de tecnologias para o reaproveitamento, como também em pesquisas para aumentar o potencial de reciclagem de desmontes refratários e de resíduos produzidos na cadeia de valor.

SINERGIA ENTRE REGIÕES

Nesse cenário, a empresa – que, há mais de uma década, capta materiais recicláveis do mercado local – definiu, em 2019, a estruturação de uma área global para dar foco nas atividades relacionadas à reciclagem. Dessa forma, ela absorve sinergia entre as regiões de atuação da RHI Magnesita, com visão de negócio e gerando valor para a corporação. Já regionalmente, existem times focados na execução dessas atividades, que atendem ao mercado local, conforme demanda e oportunidades.

Em Minas Gerais, a companhia mantém uma unidade dedicada à reciclagem de refratários, no município de Coronel Fabriciano, na Região do Vale do Aço. Em 2021, um projeto implantado nessa fábrica foi reconhecido como um dos melhores do país em melhoria contínua. A RHI Magnesita também atua internamente para dar a melhor destinação aos resíduos gerados nas operações próprias, caso da recuperação dos tijolos refratários dos fornos de Brumado, na Bahia, e da recuperação de coprodutos e resíduos da unidade de Ponte Alta (MG).

A RHI Magnesita é o fornecedor líder global de produtos, sistemas e soluções refratárias de alta qualidade, que são essenciais para processos de alta temperatura, superiores a 1.200°C, em uma ampla variedade de indústrias, incluindo aço, cimento, metais não ferrosos e vidro. Com uma cadeia de valor verticalmente integrada, de matérias-primas a produtos refratários e soluções totalmente baseadas em desempenho, a RHI Magnesita atende clientes em todo o mundo, com cerca de 13.500 funcionários em 33 unidades de produção e mais de 70 escritórios de vendas. A RHI Magnesita pretende alavancar sua liderança em termos de receita, escala, portfólio de produtos e presença geográfica diversificada para atingir, estrategicamente, os países e regiões que se beneficiam de perspectivas de crescimento econômico mais dinâmico. O Grupo mantém uma listagem premium na Bolsa de Valores de Londres (símbolo: RHIM) e é um constituinte do índice FTSE 250, com uma listagem secundária no segmento principal da Bolsa de Valores de Viena (Wiener Börse).

BH Airport se conecta a parceiros estratégicos em busca de soluções para o negócio

Aeroporto recebeu nove startups internacionais e realizou ação com a Skema para fomentar o ecossistema de inovação e a busca por ideias disruptivas

O BH Airport vem promovendo de forma permanente ações voltadas para a inovação aberta. O objetivo é criar conexões com parceiros estratégicos, com foco em atrair novas soluções para o negócio e para a cadeia da aviação. Na penúltima semana de março, por exemplo, o aeroporto recebeu nove startups internacionais para uma rodada de negócios. Além disso, ocorreu o desafio global, com alunos da Skema Business School, direcionado para a área de varejo e hospitalidade.

"A inovação aberta, colaborativa, com o apoio de parceiros estratégicos, é um passo importante para customizar soluções para o setor da aviação. Essas duas ações aproximaram ainda mais o aeroporto do ecossistema de inovação e conhecimento de Belo Horizonte, um dos principais do país, com ideias disruptivas, que podem fazer a diferença nas mais diversas áreas do aeroporto", ressalta o diretor Comercial e de Novos Negócios do BH Airport, Marcos Mandacaru.

Na primeira ação, o BH Airport recebeu uma delegação de nove startups de Israel, Japão e Singapura em busca de oportunidades de negócios. Em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) e a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP), o BH Airport promoveu um encontro de empresas de destaque com soluções tecnológicas diversas. O evento também contou com a participação da Latam, Azul, CCR, Vivo e Dufry.

"Temos o pioneirismo como valor e estamos de olho nas oportunidades que contribuam para a inovação aberta, com foco no crescimento e na expansão da nossa competitividade. Estar próximo a essas startups contribui para que possamos ampliar o olhar, a visão crítica e entender quantas soluções podem ser absorvidas pelo aeroporto e também pela cadeia da aviação", avalia a gestora de Inovação, Mariana Yazbeck. Ela acrescenta que, "em muitos casos, a solução está direcionada a outro setor, mas pode ser adaptada e customizada ao nosso mercado. Isso permite inovar e desenvolver um novo ecossistema de soluções para a nossa indústria", conclui.

Aeroporto como campo de prova

Outra ação colocada em prática ao longo da semana foi o desafio global do BH Airport, em parceria com a Skema Business School, em busca de ideias que pudessem fortalecer e melhorar ainda mais a área de varejo e hospitalidade. Atualmente, o aeroporto reúne 90 operações comerciais. Nas últimas semanas, o terminal internacional mineiro lançou nove operações em 15 dias. A mais recente foi a abertura da Lotérica, no saguão do aeroporto. "Vivemos um momento favorável de expansão do nosso mix, buscando expandir nossa infraestrutura comercial e tornar toda a área mais eficiente. Ao nos reunir com alunos de diversas nacionalidades, temos a oportunidade de um novo olhar, com novas ideias para o negócio", avalia Marcos Mandacaru.

Durante o encontro, o diretor Comercial e de Novos Negócios do BH Airport apresentou o aeroporto e propôs desafios aos estudantes da Skema para aumentar a receita do setor, assim como melhorar a percepção e a experiência dos clientes. "Queremos ampliar esse ecossistema de inovação e conhecimento no nosso terminal. Essa iniciativa foi uma oportunidade de esses alunos pensarem em ações inovadoras e internacionais que possam mudar a nossa forma de trabalhar na área de varejo e hospitalidade. Mais uma vez, posicionamos o BH Airport como um campo de prova de tecnologias do conhecimento", destaca.

A Skema Business School é uma instituição de ensino superior global, presente em diversos países. Durante o desafio, estiveram presentes alunos do curso de mestrado em Marketing Internacional e Desenvolvimento de Negócios. Para a coordenadora de Talent & Careers Skema Brasil, Ana Paula Veloso, o desafio aproxima os estudantes da realidade prática local e socioeconômica do país que eles estão.

"Temos o hábito de convidar empresas para que venham à escola, com problemas reais para que os alunos possam desenvolver propostas de soluções. Essa aproximação entre a academia e o mercado contribui para o processo de formação educacional consistente dos nossos alunos e apoio às organizações com novas ideias e práticas. Assim, também alimentamos um ecossistema importante e contributivo para a sociedade local e fortalecemos nossa proposta de desenvolvimento de competências profissionais para a atuação dos jovens profissionais em qualquer lugar do mundo", avalia.

Fundação ArcelorMittal investiu mais de R$73 milhões em 2022

Apoiando iniciativas nas áreas da cultura, da educação e do esporte, entidade agora projeta 2023 com ações ainda mais consistentes

O ano de 2022 tornou-se um marco na história da Fundação ArcelorMittal. Depois de meses com projetos diretamente impactados pela pandemia, a Fundação voltou às suas atividades presenciais ainda mais perto das pessoas. Dentro dos seus eixos prioritários de atuação (educação, esporte e cultura), ao todo a entidade se conectou a 364 mil pessoas diretamente. Para chegar a tanta gente, mais de R$73,5 milhões, entre recursos próprios e incentivados, foram investidos em 66 cidades de todo o país.

Na educação, o destaque ficou com o lançamento da Liga STEAM. A estratégia para a educação brasileira com base na abordagem que integram Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática foi estruturada com base numa pesquisa nacional que mostrou que muitos professores não têm acesso a formações específicas sobre o tema. Partindo desta demanda e de como a lacuna poderia impactar na formação de profissionais das áreas STEAM no futuro, a estratégia foi desenhada com diversas atividades: formações de professores, premiações, parcerias com poder público e atividades itinerantes. O resultado foi mais de 133 mil pessoas envolvidas nas ações e a liga STEAM se firmando como um dos maiores programas de formação no assunto do Brasil.

No esporte, a Fundação ArcelorMittal alcançou projetos em 16 modalidades e realizou, pela primeira vez, o Conexão Cidadã: um torneio que reuniu, em Contagem, mais de 250 jovens de 11 municípios brasileiros para defenderem seus times. Uma competição na qual o respeito e a inclusão estiveram em quadra.

Na cultura, o já reconhecido Diversão em Cena saltou de 158 para 593 apresentações no ano. O programa chegou a 60 territórios, alcançando um público de 132 mil pessoas. Além disso, houve a realização do 2º edital nacional para construção da programação do Diversão em Cena. Foram 120 projetos inscritos, 14 selecionados e R$ 5,5 milhões investidos na programação de 2023.

Para este ano, a Fundação ArcelorMittal quer promover ainda mais oportunidades para transformar a vida de jovens e adultos. "Estamos sempre em movimento para fazermos mais e melhor. Em 2023 vamos continuar abrindo caminhos para a transformação acontecer, sempre de maneira sustentável e consistente, deixando um legado para as comunidades onde atuamos", diz Herik Marques, diretor superintendente da Fundação ArcelorMittal.

Criada em 1988, a Fundação ArcelorMittal é responsável por direcionar os investimentos sociais e conectar o Grupo ArcelorMittal a causas relevantes para a cidadania das crianças e jovens brasileiros. As iniciativas promovidas pela Fundação se articulam em três eixos prioritários: Educação, Cultura e Esporte. Só em 2022, mais de R$73 milhões foram investidos em recursos próprios e incentivados.

Sebrae e Governo de Minas assinam Acordo de Cooperação Técnica para promoção e fomento ao artesanato mineiro

Parceria prevê ações para estimular a comercialização, formalização e capacitação dos artesãos do estado

No dia 30/3, o Sebrae e o Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), assinaram um Acordo de Cooperação Técnica para promover e implementar ações para promoção e desenvolvimento do artesanato no estado. O documento foi assinado pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passálio, e pelo diretor Técnico do Sebrae Minas, Douglas Cabido, durante a inauguração da exposição "Joias da Mineiridade", que aconteceu, no Centro de Arte Popular, em Belo Horizonte.

Entre as iniciativas previstas pelo acordo está a promoção de ações conjuntas para estimular a comercialização e divulgação do artesanato produzido no estado. Haverá ainda incentivo a formalização e apoio para a qualificação dos artesãos mineiros, contribuindo para fortalecimento e valorização do setor, além da geração de ocupação e renda nos territórios.

INAUGURAÇÃO

A exposição "Joias da Mineiridade" foi aberta para visitação gratuita a partir do dia 31 de março. A mostra apresenta os trabalhos de 24 artesãos, associações e cooperativas de Minas Gerais vencedores da 5ª edição do Prêmio Sebrae TOP 100 de Artesanato, que reconhece as 100 melhores unidades produtivas do Brasil. A exposição pode ser vista até o dia 30 de abril, de terça a sexta-feira, das 12h às 18h30, e aos sábados, domingos e feriados, das 11h às 17h.

A ação faz parte da programação da 6ª Semana do Artesão Mineiro, promovida pelo Sebrae Minas e Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE).

Economia brasileira já completou doze anos seguidos apresentando desempenho inferior à média mundial

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Desde 1980 e durante os seus respectivos governos, apenas José Sarney e Itamar Franco conseguiram conquistar resultados positivos na economia brasileira superiores à média verificada pela economia mundial quando medidos através do PIB – Produto Interno Bruto.

Itamar Franco lidera o ranking e foi, em seu governo, que a economia brasileira obteve o melhor resultado em termos reais registrando o PIB-Produto Interno Bruto, em seus dois anos de governo, um crescimento médio anual de 2,18% superior à média

mundial. O pior desempenho fica por conta de Fernando Collor, em cujo mandato apurou-se uma queda real média anual de 4,02% da economia nacional durante os seus três anos. Já durante o governo Jair Bolsonaro, o PIB brasileiro contabilizou uma retração média anual real de 0,81% - ou seja, também ficou em níveis inferiores ao padrão médio global da época.

Utilizando-se da mesma metodologia de comparação, o último crescimento real do PIB-Produto Interno Bruto brasileiro ocorreu durante o final do 2º governo Lula, em 2010, quando o país registrou expansão de 7,53% - superior aos 5,44% registrados pela economia global, de acordo com dados do FMI – Fundo Monetário Internacional. Em síntese, isso significa que o desempenho da economia brasileira tem sido considerado medíocre comparado à média mundial – principalmente

BRASIL – RANKING DA TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL REAL DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO POR GOVERNO– 1980 a 2022

Classificação	Governo	Variação Média Anual p.p.
1º	Itamar Franco	+2,18
2º	José Sarney	+0,58
3º	Luiz Inácio Lula da Silva	-0,16
4º	**Jair Bolsonaro**	**-0,81**
5º	João Batista Figueiredo	-0,88
6º	Fernando Henrique Cardoso	-0,99
7º	Michel Temer	-2,11
8º	Dilma Rousseff	-3,15
9º	Fernando Collor	-4,02

*Projeções. - Observação: Considera os 5 últimos anos do Governo J.B. Figueiredo
Fonte: FMI-Word Economic Outlook – Oct/2022
Elaboração MinasPart Desenvolvimento

BRASIL - VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL REAL DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - POR GOVERNO 1980 a 2022

Governo/Média Anual %	Brasil	Mundo	Diferença*
João Batista Figueiredo	1,46	2,34	-0,88
José Sarney	4,50	3,92	+0,58
Fernando Collor	-1,20	2,82	-4,02
Itamar Franco	5,00	2,66	+2,18
Fernando Henrique Cardoso	2,46	3,45	-0,99
Luiz Inácio Lula da Silva	4,08	4,24	-0,16
Dilma Rousseff	0,43	3,58	-3,15
Michel Temer	1,55	3,66	-2,11
Jair Bolsonaro*	**0,57**	**2,62**	**-0,81**

*Projeções. - Observação: Considera os 5 últimos anos do Governo J.B. Figueiredo
Fonte: FMI-Word Economic Outlook – Oct/2022
Elaboração MinasPart Desenvolvimento

se levadas em consideração as suas enormes potencialidades e a dimensão de seu mercado interno.

Assim, desde o ano de 2011, as taxas anuais de variação anual do PIB do país ficaram sempre inferiores à média alcançada pela economia global. Houve fortes retrações, a exemplo do ocorrido durante os anos de. 2015 (-4,34%), 2016 (-4,04%) e 2020 (-3,92%). Ademais, quando comparadas às economias emergentes e em desenvolvimento – ou às do BRICs, categoria da qual o país também faz parte, a distância que o separa deles tem sido bastante significativa. O pior é que a situação já persiste por mais de três décadas contínuas e praticamente muito pouco tem sido feito para reverter esta verdadeira tragédia nacional, cabendo lembrar que, como já afirmava JK, "economia que não cresce é condenada ao subdesenvolvimento, à fome e à miséria – considerados os maiores inimigos da democracia".

Na verdade, a economia brasileira está prisioneira de uma armadilha que intitulo de "Síndrome do Raquitismo Econômico", pois o país desaprendeu o que é crescimento econômico vigoroso, consistente e contínuo. Tudo isso decorrente, principalmente, por políticas econômicas adotadas equivocadas na maioria das vezes e centradas quase que exclusivamente voltadas à manutenção da estabilidade monetária e que ficaram conhecidas como "ancoragens" (fiscal, monetária e cambial), desprezando-se a imperiosa necessidade de se buscar permanentemente o desenvolvimento. As taxas de juros estratosféricas e líderes globalmente, sem similar no mundo inteiro e por tanto tempo praticadas domesticamente tem sido um dos principais fatores e causa dessa deplorável situação.

Governo Bolsonaro só não perde para Dilma como pior desempenho do PIB

O crescimento médio do Brasil nos quatro anos do governo Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, foi um dos piores das últimas administrações. A média foi impactada pela pandemia de covid-19, que teve seu auge em 2020 e 2021.

O crescimento médio anual do Brasil durante o governo Bolsonaro foi de 1,5%. O resultado do governo Bolsonaro ficou atrás dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, dos dois de Luiz Inácio Lula da Silva, e da gestão Michel Temer. Ganhou apenas do segundo mandato de Dilma Rousseff (-3,4%). Essa metodologia não leva em consideração o desempenho médio da economia global e, portanto, não pode ser considerada como a mais apropriada.

Foi o seguinte o crescimento médio por governo:

FHC 1: 2,5%

FHC 2: 2,3%

Lula 1: 3,5%

Lula 2: 4,6%

Dilma 1: 2,4%

Dilma 2: -3,4%

Temer: 1,6%

Bolsonaro: 1,5%

Fonte: IBGE

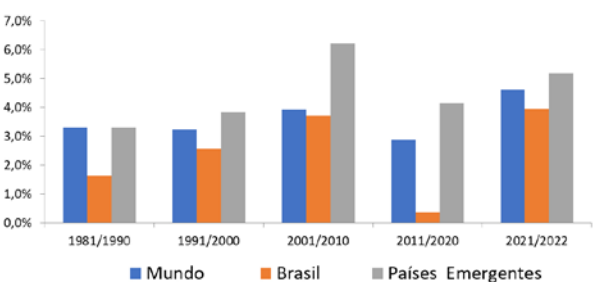
O cálculo no período Bolsonaro considerou os seguintes dados do PIB: 1,2% em 2019, queda de 3,3% em 2020, recuperação de 5% em 2021 e avanço de 2,9% em 2022

VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNDO X BRASIL X PAÍSES EMERGENTES PERÍODO DE 1980 A 2022

Período	Mundo	Brasil	Países Emergentes
1981/1990	3,30%	1,64%	3,30%
1991/2000	3,25%	2,58%	3,82%
2001/2010	3,93%	3,71%	6,22%
2011/2020	2,87%	0,36%	4,14%
2021/2022	4,61%	3,95%	5,18%

Fonte: FMI – World Economic Outlook Oct/2022
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNDO X BRASIL X PAÍSES EMERGENTES PERÍODO DE 1980 A 2022



Fonte: FMI – World Economic Outlook Oct/2022
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

Brasil - síndrome do raquitismo econômico

VARIAÇÃO ANUAL DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO – MUNDO X BRASIL
2011/2022 – TAXA EM %

Ano	Mundo	Brasil	Diferença % Brasil-Mundo
2011	4,28	3,97	6,36
2012	3,54	1,92	5,39
2013	3,43	3,01	5,02
2014	3,54	0,50	4,73
2015	3,44	-3,55	4,34
2016	3,27	-3,28	4,43
2017	3,77	1,32	4,78
2018	3,61	1,78	4,62
2019	2,81	1,22	3,61
2020	-2,95	-3,28	-1,89
Média	**2,87**	**0,36**	**4,14**
Acumulada	**32,48**	**3,33**	**49,67**
2021	6,02	4,99	6,62
2022*	3,19	2,90	3,74
Média	**4,61**	**3,95**	**5,18**
Acumulada	**9,60**	**8,03**	**10,60**
2011/2022			
Média anual	**3,16**	**0,96**	**4,31**
Tx. Acumul.	**45,20**	**11,63**	**65,55**

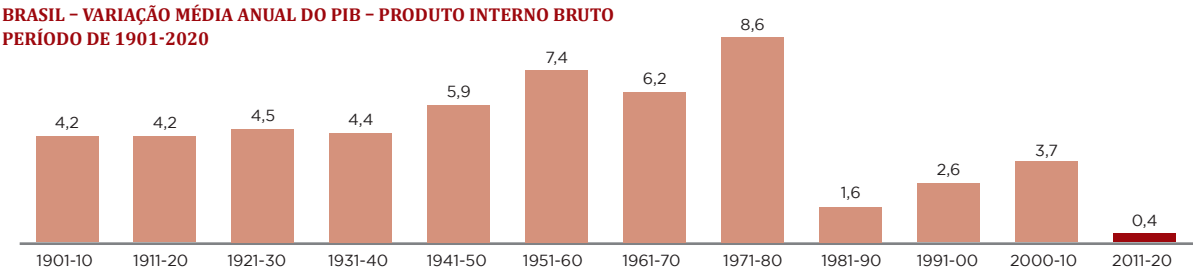
*Projeções
Fonte: World Economic Outlook/FMI – Oct 2022 – IBGE
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

VARIAÇÃO ANUAL DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO x MÉDIA MUNDIAL - 1994 a 2022 – Em %

Ano	Mundo	Brasil	Diferença % Brasil-Mundo
1994	3,24	5,85	+2,61
1995	3,36	4,22	+0,86
1996	3,92	2,21	-1,71
1997	4,01	3,39	-0,62
1998	2,58	0,34	-2,24
1999	3,55	0,47	-3,08
2000	4,80	4,39	-0,41
2001	2,46	1,39	-1,08
2002	2,90	3,05	+0,15
2003	4,26	1,14	-3,12
2004	5,42	5,76	+0,34
2005	4,85	3,20	-1,65
2006	5,42	3,96	-1,46
2007	5,56	6,07	+0,53
2008	3,01	5,09	+2,08
2009	-0,08	-0,13	-0,05
2010	5,44	7,53	+2,09
2011	4,28	3,97	-0,31
2012	3,54	1,92	-1,62
2013	3,43	3,00	-0,43
2014	3,54	0,50	-3,04
2015	3,44	-3,55	-6,99
2016	3,27	-3,28	-6,55
2017	3,77	1,32	-2,45
2018	3,61	1,78	-1,83
2019	2,81	1,22	-1,59
2020	-2,95	-3,28	-0,33
2021	6,02	4,99	-1,03
2022	3,19	2,90	-0,29

Em vermelho significa variação inferior à média mundial
Fonte: Mundo/FMI – Brasil IBGE - Elaboração MinasPart Desenvolvimento

BRASIL – VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO PERÍODO DE 1901-2020



Fonte: IBGE/IPEADATA – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

ECONOMIA MUNDIAL - VARIAÇÃO DO PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO – 2019 A 2022* - US$ constantes - Em %

	2019	2020	2021	2022*	Média	Acumulada
Mundo	2,81	-2,95	6,02	3,19	2,27	9,16
Países Desenvolvidos	1,74	-4,40	5,20	2,43	1,24	4,80
Zona do Euro	1,59	-6,09	5,24	3,06	0,79	3,48
Estados Unidos	2,29	-3,41	5,67	1,64	1,55	6,12
Países Emergentes	3,61	-1,89	6,62	3,74	3,02	12,42
Brasil	**1,22**	**-3,28**	**4,99**	**2,90**	**1,46**	**5,77**
Rússia	1,20	-2,66	4,75	-3,41	0,22	0,65
Índia	3,74	-6,60	8,68	6,84	3,17	12,51
China	5,95	2,24	8,08	3,21	4,87	20,83
África do Sul	0,30	-6,34	4,91	2,10	0,24	0,63
América Latina	0,17	-6,99	6,90	3,47	0,89	3,06
Argentina	-2,00	-9,94	10,40	4,04	0,62	1,69

*Fonte: FMI – Fonte: World Economic Outlook/FMI – Oct 2022 e IBGE
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

O Produto Interno Bruto é a soma de tudo o que o país produziu em determinado período. É um dos indicadores mais importantes do desempenho de uma economia. O resultado oficial é calculado de duas formas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): pela ótica da oferta, que considera tudo o que foi produzido no país, e pela ótica da demanda, que considera tudo o que foi consumido.

A economia brasileira cresceu, pelo 12º ano consecutivo, menos que a média mundial em 2022. O PIB (Produto Interno Bruto) global subiu 3,2% no ano passado. O Brasil avançou 2,9% no período. No ranking com 47 nações, o percentual de crescimento do país ficou na 28ª posição, pouco atrás da China, que teve um dos piores desempenhos anuais em 46 anos. O país asiático cresceu 3% em 2022.

A Arábia Saudita e a Colômbia foram as nações que mais expandiram no ano passado, ambos com alta de 7,6% no total produzido. A Índia completa o pódio (+6,8%). O

PIB do Brasil em 2022 ficou na frente de países como o Peru (+2,7%), a Coreia do Sul (+2,6%), o México (+2,1%), os Estados Unidos (+1,6%) e a Alemanha (-0,9%).

12ª ECONOMIA - O Brasil terminou 2022 como a 12ª maior economia do mundo. Subiu uma posição em comparação ao ranking de 2021, realizado, de acordo com os dados do FMI. O PIB nominal somou US$ 1,92 trilhões, ou R$ 9,9 trilhões. Para chegar novamente ao top 10, precisa superar a Itália (US$ 2 trilhões) e o Irã (US$ 1,97 trilhão).

Os Estados Unidos, a China e o Japão continuam no top 3. A Índia ultrapassou o Reino Unido e avançou uma posição. Já o Canadá e a Rússia passaram a Itália.

AS MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO EM 2022 – PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

Ordem	País	US$ bilhões	% do Total Mundial
01	Estados Unidos	25.035,16	24,65
02	China	18.321,20	18,04
03	Japão	4.300,62	4,24
04	Alemanha	4.031,15	3,97
05	Índia	3.468,57	3,42
06	Reino Unido	3.198,47	3,15
07	França	2.778,09	2,74
08	Canadá	2.200,35	2,17
09	Rússia	2.133,09	2,10
10	Itália	1.996,93	1,97
11	Iran	1.973,74	1,94
12	**Brasil**	**1.918,66**	**1,89**
13	Coreia do Sul	1.734,21	1,71
14	Austrália	1.724,79	1,70
15	México	1.424,53	1,40
16	Espanha	1.389,93	1,37
17	Indonésia	1.289,43	1,27
18	Arábia Saudita	1.010,59	1,00
19	Holanda	990,58	0,98
20	Turquia	853,49	0,84
Total Mundial		**101.560,90**	**100,00**

Fonte: World Economic Outlook/FMI – Oct 2022 – IBGE
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

De 2011 a 2022 a economia brasileira já registra o mais longo período de retração contínua e o país ficou muito mais pobre. As previsões para 2023 são ainda piores

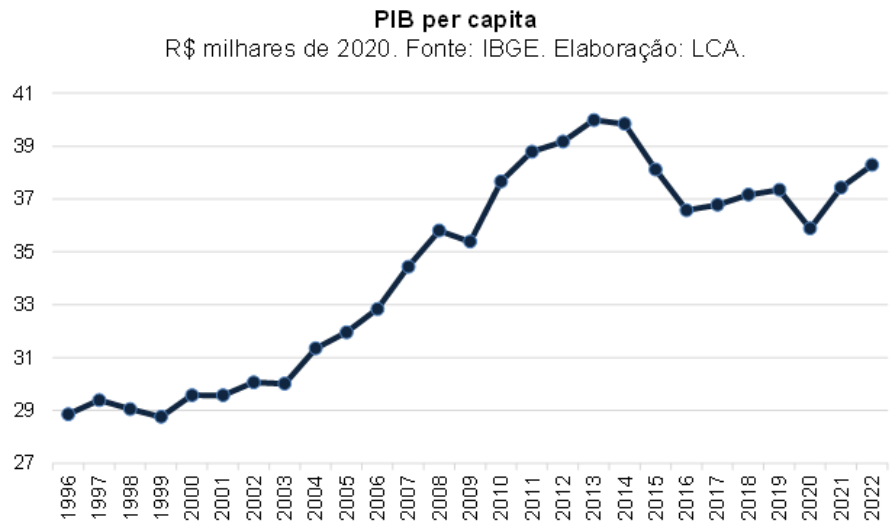
Os países desenvolvidos que, em 2000, respondiam por 79,0% da produção mundial – terão as suas participações reduzidas para 56,45% em 2022. Já os emergentes ou em desenvolvidos, categoria do o Brasil se inclui, saltarão de uma participação de 21,0% em 2000 para 43,55% do total mundial neste ano. A tendência é de se continuar esta ampliação com a possibilidade de, mais alguns anos à frente, também assumirem a liderança na produção econômica mundial.

De acordo com dados do FMI e do Banco Mundial o Brasil, em 2022, detinha a 6ª maior população, a 5ª maior superfície terrestre e a 12ª maior economia mundial.

Em 2022 a economia global superou, pela primeira vez, a marca dos 100 trilhões de dólares norte-americanos e o Brasil encerra o ano de 2022 ocupando o 12º lugar no ranking das maiores economias, com um PIB totalizando o valor de R$ 9.819,12 bilhões – equivalente a US$ 1.918,66 bilhões e a uma participação relativa de 1,89% na economia global. Cabe salientar que, atualmente, essa participação significa, apenas, quase a metade do que representava no ano

Relatório Focus do Banco Central – 27.03.2023

Mediana	Unidade	2023			2024		
		17/3/23	24/3/23		17/3/23	24/3/23	
PIB	% ao ano	+0,88	+0,90	↑	+1,47	+1,40	↓
Câmbio (fim de período)	R$/US$	5,25	5,25	→	5,30	5,30	→
Balança Comercial (saldo)	US$ Bilhões	+55,0	+55,0	→	+54,8	+52,4	↓
Selic (fim de período)	% ao ano	12,75	12,75	→	10,00	10,00	→
IPCA	% ao ano	5,95	5,93	↓	4,11	4,13	↑
IGP-M	% ao ano	4,08	4,00	↓	4,20	4,20	→
Preços Administrados	% ao ano	9,36	9,48	↑	4,50	4,40	↓
Preços Livres*	% ao ano	4,78	4,71	↓	3,97	4,03	↑



BRASIL – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA – Período de 2001/2022 –
Em US$ correntes

Ano	US$
2001	3.180,30
2012	12.372,91
2002	2.849,27
2013	12.275,43
2003	3.096,64
2014	12.103,47
2004	3.658,64
2015	8.783,77
2005	4.816,32
2016	8.733,78
2006	5.907,77
2017	9.935,62
2007	7.369,36
2018	9.158,83
2008	8.842,48
2019	8.888,80
2009	8.642,95
2020	6.956,73
2010	11.276,39
2021	7.727,83
2011	13.238,98
2022	8.939,82

*Projeção
Fonte: IBGE/LCA Consultores
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

de 2011, quando alcançou 3,54% do total mundial. Vale ademais acrescentar que, no período de 2011 a 2022, enquanto o PIB-Produto Interno Bruto global - medido em dólares norte-americanos, registrou uma expansão de 37,67% - o brasileiro contabilizou uma retração de 26,60%.

A Renda Per Capita dos brasileiros de 2022 foi de US$ 8.939,82 – praticamente o mesmo valor verificado no ano de 2008, o que reforça de forma dramática o declínio significativo do ritmo da atividade econômica do país no período em referência. Já em valores constantes de 2014, a Renda Per Capita brasileira atingiu R$ 27.385,70 – ficando praticamente no mesmo nível do ano de 2011.

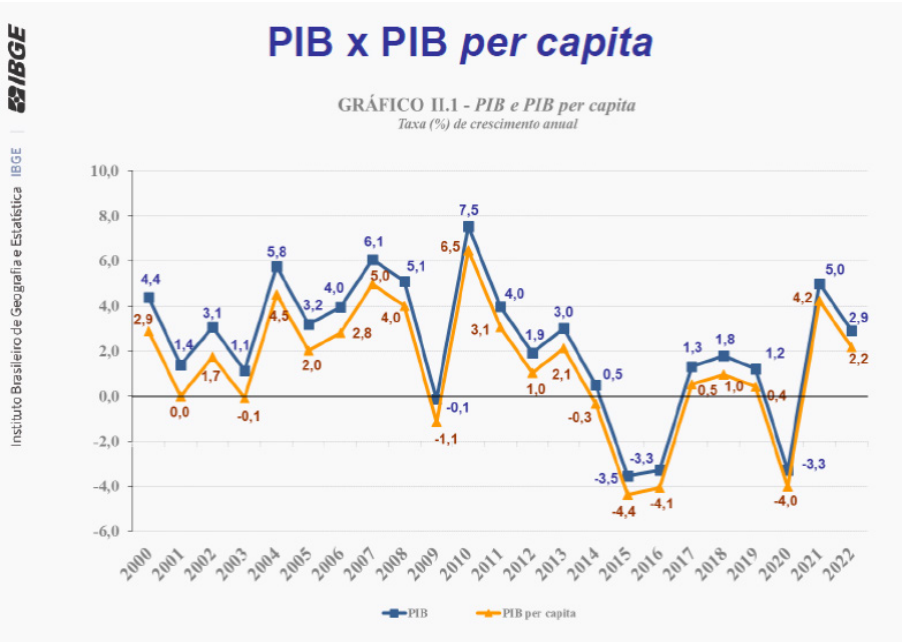
O Boletim Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil em 27 de março último apresentou apenas pequenos reajustes nas medianas das projeções de mercado. No que tange ao IPCA, as expectativas para 2023 passaram para 5,93% ante 5,95% da semana passada (2ª semana de queda). Há quatro semanas, a mediana era de 5,90%, o que mostra a estabilização das projeções neste patamar. Para 2024, as projeções também pouco se alteraram, ao passarem de 4,11% para 4,13%.

Da mesma forma, as expectativas de crescimento do PIB para este ano também sofreram reajuste moderado nesta leitura. Neste caso, a mediana das projeções cresceu para 0,90% ante 0,88% da semana passada. Já a mediana para o ano que vem apresentou maior variação, ao cair de 1,47% para 1,40%.

Por fim, as projeções de taxa Selic (ao ano) e taxa de câmbio (reais em dólar), ambos em fim de período, permanecem inalteradas. Para o primeiro indicador, as medianas para 2023 e 2024 continuam em 12,75% e 10,00% (ambas pela 6ª semana seguida), respectivamente, enquanto para o segundo continuam em 5,25 (8ª semana) e 5,30 (4ª semana).

De acordo com o IBGE, o PIB per capita foi de R$ 46.154,6 em 2022, um avanço real de 2,2% ante o ano anterior. Apesar disso, o valor ficou 4,3% abaixo do maior nível da série histórica (2013).

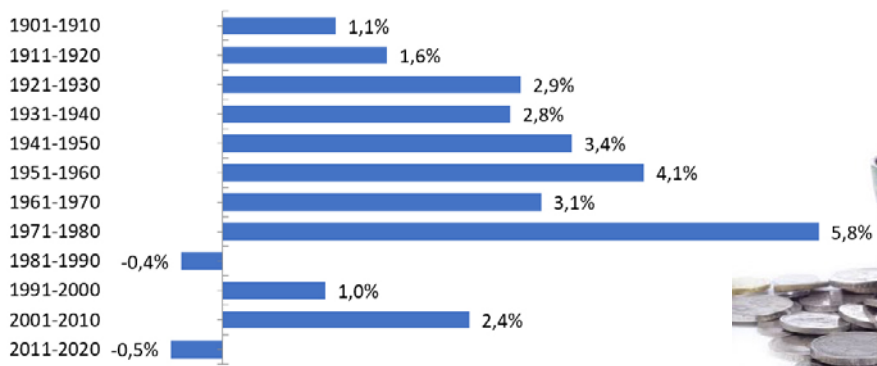
O maior PIB do mundo em 2022 pertence, mais



uma vez, aos Estados Unidos, com US$ 25,04 trilhões – representando 24,65% do total mundial. A China possui a segunda maior economia, com US$ 18,32 trilhões – representando 18,04% do total mundial, seguida pelo Japão, com US$ 4,3 trilhões – e 4,24% do total mundial

Comparativamente ao ano de 2011, quando o PIB brasileiro somou US$ 2,614 trilhões e representava 3,54% do total mundial, a economia brasileira atingiu, em 2022, US$ 1,929 trilhão (1,89% do total mundial) e produziu menos US$ 685 bilhões quando comparado àquele período.

BRASIL – EVOLUÇÃO DO PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO, POR DÉCADA – Em %



Fonte: IBRE/FGV – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

PARTICIPAÇÃO % DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS X EMERGENTES NO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO MUNDIAL -2000/2022

Ano	Desenvolvidos	Emergentes
2000	78,99	21,01
2005	76,05	23,95
2010	65,37	34,63
2015	60,60	39,40
2020	59,44	40,56
2021	57,84	42,16
2022	56,45	43,55

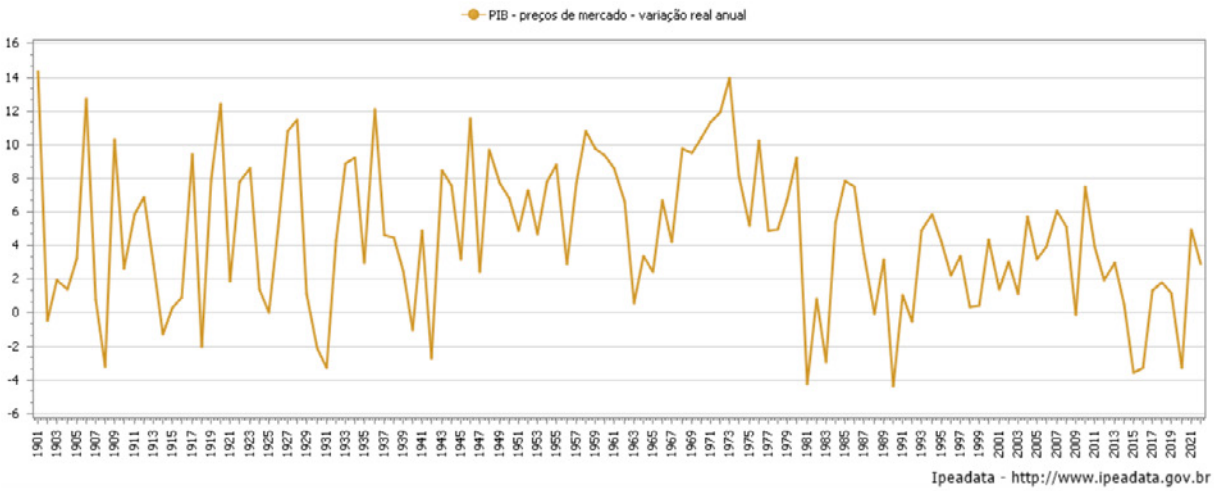
Fonte: World Economic Outlook/ FMI – Oct 2022. Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

MUNDO X BRASIL - EVOLUÇÃO DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO - 2011 a 2022* - Em US$ bilhões correntes

Ano	Mundo	Brasil	Participação Brasil/Mundo %
2011	73.773,48	2.614,03	3,54
2012	75.196,67	2.464,05	3,10
2013	77.365,52	2.471,72	3,20
2014	79.429,15	2.456,05	3,09
2015	74.944,46	1.800,05	2,40
2016	76.211,25	1.796,62	2,36
2017	81.036,15	2.063,52	2,55
2018	86.209,63	1.916,93	2,22
2019	87.654,34	1.873,29	2,14
2020	85.440,67	1.448,55	1,70
2021	97.076,28	1.649,98	1,70
2022	101.560,90	1.918,66	1,89

*Projeções. Fonte: World Economic Outlook/FMI – Oct 2022 e IBGE (2022 Brasil)
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

De acordo com o IBGE, em 2022, o PIB - Produto Interno Bruto cresceu 2,9% frente a 2021. Houve crescimentos em Serviços (4,2%) e na Indústria (1,6%) e queda na Agropecuária (-1,7%)



De acordo com dados divulgados em 2 de março último pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o PIB brasileiro totalizou R$ 9,9 trilhões em 2022. O PIB per capita alcançou R$ 46.154,6 - significando um avanço real de 2,2% ante o ano anterior.

A taxa de investimento em 2022 foi de 18,8% do PIB, enquanto o registrado em 2021 foi de 18,9%. Já a taxa de poupança foi de 15,9% (ante 17,4% em 2021).

Frente ao 3º trimestre, na série com ajuste sazonal, o PIB variou -0,2%. A Agropecuária e os Serviços também apresentaram variações de 0,3% e 0,2%, respectivamente, enquanto a Indústria variou -0,3%.

Em relação ao 4º trimestre de 2021, o PIB avançou 1,9% no último trimestre de 2022, oitavo resultado positivo consecutivo nesta base de comparação. Foram registradas altas nos Serviços (3,3%) e Indústria (2,6%), enquanto a Agropecuária caiu 2,9%.

PIB CRESCEU 2,9% EM 2022

O PIB em 2022 cresceu 2,9% ante o ano anterior. Houve aumento de 3,0% no Valor Adicionado a preços básicos e de 2,1% no volume dos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

O resultado do Valor Adicionado nesta comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (-1,7%), Indústria (1,6%) e Serviços (4,2%).

Consequentemente, o PIB per capita avançou (em termos reais) 2,2% em relação a 2021, alcançando R$ 46.154,6 (em valores correntes) em 2022.

A queda do Valor Adicionado da Agropecuária no ano de 2022 (-1,7%) decorreu do decréscimo de produção e perda de produtividade da atividade Agricultura, que suplantou as contribuições positivas das atividades de Pecuária e Pesca.

Na Indústria, o destaque positivo foi o desempenho da Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (10,1%), que teve bandeiras tarifárias mais favoráveis ao longo de 2022. A Construção (6,9%) também registrou crescimento.

As Indústrias de Transformação (-0,3%) tiveram desempenho negativo, causado principalmente pela queda da metalurgia de metais ferrosos; produtos de metal; produtos químicos; produtos de madeira e de

borracha e plástico. As Indústrias Extrativas caíram 1,7% devido à queda na extração de minério de ferro.

Todas as atividades dos Serviços tiveram crescimento: Outras atividades de serviços (11,1%), Transporte, armazenagem e correio (8,4%), Informação e comunicação (5,4%), Atividades imobiliárias (2,5%), Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade sociais (1,5%), Comércio (0,8%) e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,4%).

Na análise da despesa, houve alta de 0,9% da Formação Bruta de Capital Fixo, segundo ano consecutivo de crescimento. A Despesa de Consumo das Famílias avançou 4,3% em relação ao ano anterior. A Despesa do Consumo do Governo, por sua vez, cresceu 1,5%.

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 5,5%, enquanto as Importações de Bens e Serviços subiram 0,8%.

PIB ATINGIU R$ 9,9 TRILHÕES EM 2022

No acumulado do ano, o PIB em valores correntes totalizou R$ 9,9 trilhões, sendo R$ 8,6 trilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R$ 1,3 trilhão aos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios.

A taxa de investimento no ano de 2022 foi de 18,8% do PIB, enquanto o observado no ano anterior foi de 18,9%. A taxa de poupança foi de 15,9% em 2022 (ante 17,4% em 2021).

PIB VARIOU -0,2% EM RELAÇÃO AO 3º TRI DE 2022

O PIB variou -0,2% no 4º trimestre de 2022 na comparação com o trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal). A Indústria retraiu 0,3%, enquanto a Agropecuária e os Serviços apresentaram variação positiva de 0,3% e 0,2%, respectivamente.

Dentre as atividades industriais, houve queda nas Indústrias de Transformação (-1,4%), na Construção (-0,7%) e na atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-0,4%). O único resultado positivo foi nas Indústrias Extrativas (2,5%).

Nos Serviços, as atividades de Informação e comunicação (1,8%), Outras atividades de serviços (0,9%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,9%), Atividades imobiliárias (0,7%) e Transporte, armazenagem e correio (0,2%) tiveram desempenho positivo. Em contrapartida, houve queda no Comércio (-0,9%) e em Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-0,5%).

Pela ótica da despesa, houve variação positiva da Despesa de Consumo das Famílias (0,3%) e da Despe-

IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Valores Correntes

PIB alcançou R$ 9,9 trilhões no ano de 2022

Tabela III.1 Classes de atividade no valor adicionado a precos basicos e componentes do PIB pela otica da despesa

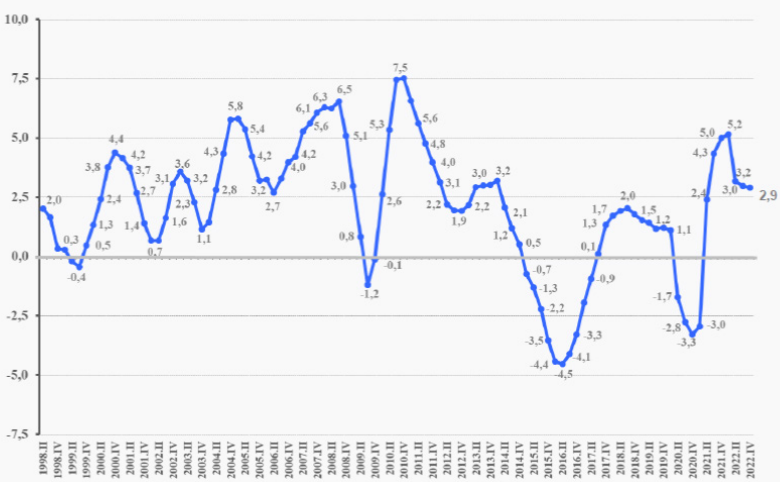
Valores Correntes (R$ milhoes)

Especificacao	2021	2022.I	2022.II	2022.III	2022.IV	2022
Agropecuária	666.241	202.713	194.820	161.537	116.479	675.549
Indústria	1.793.111	443.275	516.111	553.097	539.752	2.052.235
Serviços	5.139.514	1.332.169	1.427.926	1.486.951	1.594.066	5.841.112
Valor Adicionado a Preços Básicos	**7.598.866**	**1.978.157**	**2.138.856**	**2.201.585**	**2.250.297**	**8.568.895**
Impostos sobre produtos	1.299.861	337.552	332.981	342.060	333.829	1.346.421
PIB a Preços de Mercado	**8.898.727**	**2.315.709**	**2.471.837**	**2.543.645**	**2.584.126**	**9.915.316**

IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Taxa (%) acumulada nos últimos 4 trimestres (contra os 4 trimestres imediatamente anteriores)

GRÁFICO II.3 - *PIB a preços de mercado*
Taxa (%) acumulada em quatro trimestres



Helena Pontes/Agência IBGE Notícias

Setor de Serviços cresceu 4,2% e teve a maior influência nos resultados de 2022

sa de Consumo do Governo (0,3%), ao passo que houve queda da Formação Bruta de Capital Fixo (-1,1%).

As Exportações de Bens e Serviços cresceram 3,5%, enquanto as Importações de Bens e Serviços caíram 1,9% em relação ao terceiro trimestre de 2022.

EM RELAÇÃO AO 4º TRI DE 2021, PIB CRESCEU 1,9%

Frente ao 4º trimestre de 2021, o PIB avançou 1,9%, o oitavo resultado positivo consecutivo nesta base de comparação. O Valor Adicionado a preços básicos e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios cresceram 1,8% e 2,4%, respectivamente.

A Agropecuária recuou 2,9% ante igual período de 2021, com destaque para produtos como mandioca (-1,6%), fumo (-7,1%) e batata inglesa (-2,4%), cujas safras são significativas no 4° trimestre e que apresentaram queda na estimativa de produção anual e perda de produtividade. Por outro lado, as culturas de cana de açúcar, laranja e trigo apresentaram crescimento na produção anual, estimadas em 2,7%, 4,4% e 28,5%, respectivamente.

A Indústria avançou 2,6% no trimestre com alta em todas as suas atividades. O principal destaque foi o crescimento em volume da atividade Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (10,8%). Tal resultado explica-se pelas bandeiras tarifárias mais favoráveis neste trimestre, contrastando com a escassez hídrica no mesmo período de 2021.

A Construção cresceu 3,2% no trimestre. Indústrias Extrativas cresceram 1,4%, puxadas pela alta na extração de petróleo e gás, compensando a queda ocorrida no minério de ferro. Da mesma forma, as Indústrias de Transformação também tiveram resultado positivo (1,0%) pela influência do aumento da fabricação de produtos alimentícios, veículos automotores, outros equipamentos de transporte, produtos farmoquímicos e farmacêuticos.

Os Serviços cresceram 3,3% frente ao mesmo período do ano anterior. O avanço foi impulsionado pelos resultados positivos de Outras atividades de serviços (8,3%), Transporte, armazenagem e correio (5,3%), Informação e comunicação (4,9%), Atividades Imobiliárias (3,2%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (2,4%) e Comércio (2,1%). Já a atividade Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-0,3%) apresentou variação negativa.

Entre os componentes da demanda interna, a Despesa de Consumo das Famílias (4,3%), a Despesa de Consumo do Governo (0,5%) e a Formação Bruta de Capital Fixo (3,5%) tiveram alta em relação a igual período do ano anterior.

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 11,7% assim como as Importações de Bens e Serviços avançaram 4,6% no quarto trimestre de 2022.

PIB varia -0,2% no quarto trimestre e fecha 2022 em 2,9%

Perspetivas do PIB brasileiro para 2023

Para o PIB brasileiro de 2023, a LCA Consultores Econômicos projeta crescimento de 1,3%, com grande contribuição de setores mais determinados por questões de oferta, como Agropecuária e Extrativa.

Em particular, o primeiro deverá passar de uma variação de -1,7% em 2022 para cerca de +10% em 2023.

Para os segmentos mais relacionados ao ciclo econômico e às condições financeiras internacionais e domésticas há perspectivas bem menos auspiciosas, levando em conta: i) a perspectiva de que o PIB mundial cresça cerca de 1 p.p. a menos neste ano ante 2022; ii) uma postura da política monetária doméstica bastante contracionista (a qual pode estar sendo amplificada pelos eventos envolvendo a onda de recuperação judicial de grandes empresas e pelos ruídos domésticos envolvendo Executivo e Banco Central); iii) uma perda de fôlego dos serviços na recuperação pós-pandemia; iv) uma diluição de parte dos efeitos expansionistas das bondades pré-eleitorais do ano passado (com uma possível contração dos investimentos dos governos regionais, após alta expressiva em 2022); e v) um "efeito-ressaca" associado à antecipação de produção e vendas de caminhões e ônibus a diesel, em função

Latest World Economic Outlook Growth Projections

(real GDP, annual percent change)	ESTIMATE 2022	PROJECTIONS 2023	2024
World Output	3.4	2.9	3.1
Advanced Economies	2.7	1.2	1.4
United States	2.0	1.4	1.0
Euro Area	3.5	0.7	1.6
Germany	1.9	0.1	1.4
France	2.6	0.7	1.6
Italy	3.9	0.6	0.9
Spain	5.2	1.1	2.4
Japan	1.4	1.8	0.9
United Kingdom	4.1	-0.6	0.9
Canada	3.5	1.5	1.5
Other Advanced Economies	2.8	2.0	2.4
Emerging Market and Developing Economies	3.9	4.0	4.2
Emerging and Developing Asia	4.3	5.3	5.2
China	3.0	5.2	4.5
India	6.8	6.1	6.8
Emerging and Developing Europe	0.7	1.5	2.6
Russia	-2.2	0.3	2.1
Latin America and the Caribbean	3.9	1.8	2.1
Brazil	3.1	1.2	1.5
Mexico	3.1	1.7	1.6
Middle East and Central Asia	5.3	3.2	3.7
Saudi Arabia	8.7	2.6	3.4
Sub-Saharan Africa	3.8	3.8	4.1
Nigeria	3.0	3.2	2.9
South Africa	2.6	1.2	1.3
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	3.8	4.0	4.1
Low-Income Developing Countries	4.9	4.9	5.6

Source: IMF, *World Economic Outlook Update*, January 2023

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2022/23 (starting in April 2022) shown in the 2022 column. India's growth projections are 5.4 percent in 2023 and 6.8 percent in 2024 based on calendar year.

INTERNATIONAL MONETARY FUND IMF.org

da entrada do protocolo Proconve P8 a partir de janeiro de 2023 (o qual gerou forte encarecimento relativo desses veículos). Além disso, há grande incerteza sobre o desenho e a parametrização numérica do novo arcabouço fiscal a ser adotado pelo novo governo, algo que vem, ao menos até o momento, nublando ainda mais o horizonte, gerando impactos negativos sobre decisões de investimento, contratações e consumo de bens de maior valor.!

A LCA acrescenta que "vale notar, ainda, que nossas estimativas apontam que, depois de operar com relevante excesso de ociosidade dos fatores de produção entre meados de 2015 e meados de 2022, a economia brasileira se aproximou da situação de pleno-emprego no final do ano passado. Isso significa dizer que o crescimento do PIB efetivo daqui em diante tende a ser cada vez mais limitado pelo potencial de crescimento, que é relativamente baixo - já que o estoque de capital fixo brasileiro encolheu entre 2015 e 2020, crescendo modestamente em 2021 e 2022 e que a Produtividade Total dos Fatores em 2022 estava em nível inferior àquele observado em 2019."

Para 2023, FMI projeta crescimento de 1,2% do PIB brasileiro e 2,9% do mundial

O FMI – Fundo Monetário Internacional divulgou, no dia 30 de janeiro, as suas novas projeções para o desempenho da economia global. De acordo com a instituição, a economia mundial sofrerá uma desaceleração em relação a 2022, quando cresceu 3,4%, segundo as suas estimativas e expandirá 2,9% neste ano.

O Brasil deverá registrar um crescimento pífio de apenas 1,2% em 2023 – inferior aos 3,1% estimados para o ano passado e bem abaixo da média de 4% de expansão dos países considerados emergentes ou em desenvolvimento – categoria da qual faz parte.

O bom desempenho ficará por conta da economia da Índia que, no período de 2022 a 2024, deverá contabilizar um aumento do PIB acima de 6% ao ano. Já a China, após registrar um dos piores resultados econômicos dos últimos 40 anos – quando cresceu apenas 3,0% em 2022 em decorrência da Covid 19 – voltará a registrar expansão e deverá expandir a sua economia em 5,2% neste ano e 4,5% em 2024. De acordo com o FMI, haverá declínio na economia norte-americana que, de um crescimento de 2,1% em 2022, passará para 1,4% em 2023 e 1,0% em 2024 em função, principalmente, da política monetária de juros elevados praticados pelo Federal Reserve Bank.

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é administrador, economista e bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Minas Gerais e Diretor-Geral (Reitor) da Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea intitulada Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento

O Poder em Minas
MercadoComum 30 anos
Personalidades de destaque de Minas Gerais - 2022/2023

MC lançará, em maio, mais uma edição de "O Poder em Minas" com 2.000 personalidades mineiras mais destacadas e influentes do Estado

Voltada especialmente para o público formador de opinião MercadoComum divulgará, em edição especial de maio próximo, a quinta edição do estudo "O Poder em Minas", que busca reconhecer o trabalho da gente mineira que mais contribuiu para o engrandecimento, para a melhoria e o desenvolvimento do Estado. A primeira edição do estudo "O Poder em Minas", realizada por MercadoComum, ocorreu em 1996. A edição de 2023 representará uma obra de referência, trazendo os nomes das personalidades mais influentes de Minas – incluindo perfis individualizados das "50 Personalidades de Destaque do Ano" – os "500 Mais Influentes de Minas", os Deputados Federais por Minas, os Deputados Estaduais, os Prefeitos dos municípios de Minas, os Vereadores de BH, o Mundo Oficial de Minas e o Mundo Empresarial/Artístico, do Direito, as Entidades de Classe Empresarial etc. Serão, ao todo, cerca de 2.000 das mais importantes personalidades que tiveram atuação marcante em Minas Gerais durante o ano de 2022.

As edições eletrônicas serão encaminhadas por e-mail e WhatsApp, e destinadas a 110 mil leitores, constituídos por um público notoriamente formador de opinião, que inclui as mais destacadas expressões do pensamento e do mundo econômico, político, acadêmico científico e cultural de Minas Gerais, Brasil e exterior. Também, esta edição especial "O Poder em Minas" constará da MercadoComum Online, que obteve uma média de 2,3 milhões de visualizações/mês no ano passado.

Serão, ademais, distribuídos 20.000 exemplares impressos de "O Poder em Minas" – através do mailing especial de MC. MercadoComum realizará, ainda, um Encontro Especial sobre o Poder em Minas, para o qual serão convidados as 50 Personalidades Destaque do Ano, os apoiadores e patrocinadores da edição, além de outros convidados especiais.

MC
MercadoComum
30 anos

28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum Marcas de Sucesso de Minas Gerais – 2023

Iniciado processo de apuração do vencedores desta edição

O Top of Mind – Marcas de Sucesso de Minas Gerais, que neste ano completa 28 anos, reconhece as Marcas de Sucesso do Estado, escolhidas por critérios eminentemente técnicos através de pesquisa de opinião, encomendada com exclusividade, por MercadoComum, à Jumppi - Instituto OLHAR – Pesquisa e Informação Estratégica.

A pesquisa, realizada durante os meses de fevereiro e março de 2023, contou com mais de 1.500 entrevistas, no interior do estado e na capital) compreendendo os 50 maiores municípios de Minas Gerais representativos de mais da metade da população total estadual e do potencial de consumo estadual, de acordo com levantamento efetuado pelo IPC-Maps-2022. São consideradas apenas as respostas espontâneas dos entrevistados.

As empresas vencedoras que veicularem publicidades na edição especial de MercadoComum que circulará em julho e que participarão da solenidade de premiação receberão uma certificação com a sua classificação, um troféu especialmente preparado em aço inox estilizado, a íntegra da pesquisa realizada, além de um descritivo institucional da empresa na referida edição, bem como, convites individualizados para a solenidade e Coquetel de Confraternização. Também poderão ter acesso às fotos do evento e dar divulgação às logomarcas e outros detalhes apurados na pesquisa efetuada.

Em sua próxima edição de maio MercadoComum divulgará a relação completa das marcas campeãs de Minas Gerais, tanto por setor econômico quanto em relação às categorias Excelência, Liderança e Expressão.

A Petrobras e uma nova política de preços

Em sua entrevista a respeito dos resultados da Petrobras, o presidente Jean Paul Prates afirmou que a atual política de preços da empresa, baseada nas cotações internacionais, está com seus dias contados. Para Prates, esta política favoreceu os importadores.

Assim, a futura política de preços visará garantir uma maior fatia de mercado de derivados onde a Petrobras atua. Prates disse "Não seguir o PPI não quer dizer que a Petrobras vai se afastar da referência internacional. A companhia vai praticar o preço do mercado em que estiver atuando". O presidente da empresa defende a adoção de preços regionalizados, pois cada região do Brasil tem suas peculiaridades e diferenças. Ele exemplificou "É como imaginar o café. O café é cotado internacionalmente, mas quem moi e torra café no Brasil e transforma em pó de café, vende nos mercados domésticos de acordo com a competitividade daquele mercado". A partir de maio, após a Assembleia Geral Ordinária para eleição do novo Conselho de Administração da companhia, poderá ser implementada esta nova política.

A diretoria da Petrobras avança em plano para mudar a sua política, com proposta, ainda em avaliação, que reduz de 100% para 15% o peso das cotações internacionais do petróleo e do dólar. As mudanças incluem alteração na distribuição de lucros entre acionistas. A Petrobras é a segunda maior pagadora de dividendos no mundo e teve lucro líquido de R$ 43,34 bilhões no quarto trimestre de 2022, alta de 37,6% na comparação anual. No acumulado de 2022, a petroleira registrou um lucro de R$ 188,32 bilhões, crescimento de 76,6% frente ao ano anterior- recorde absoluto na história da companhia. A Petrobras ainda anunciou dividendos robustos de R$ 35,8 bilhões referente ao resultado do quarto trimestre. O valor a ser distribuído por ação será de 2,746 dividido em duas parcelas iguais. No entanto, a empresa sugeriu a retenção de R$ 0,498 por ação para a criação de uma reserva estatutária em forma de lei, desejo antigo de seu atual CEO, Jean Paul Prates, em montar um fundo de estabilização de preços.

Ao defender a regionalização dos preços de produtos que são commodities, como os derivados de petróleo, e ao criticar as importações de derivados, reforça-se a expectativa de que os preços dos combustíveis poderão ficar abaixo de sua cotação internacional.

Críticos “apontam que a visão de Prates sobre a formação de preços de commodities está equivocada e alegam que qualquer produtor de soja e seus derivados, café, açúcar, minério de ferro, entre outros, fixa seu preço baseado na cotação internacional,

Jean Paul Prates, presidente da diretoria executiva da Petrobras

sem levar em consideração os seus custos de produção. Segundo eles, o custo de oportunidade de vender no mercado doméstico é dado pela cotação internacional e afirmam que o resultado dessa política será a redução da rentabilidade da Petrobras, com prejuízos para os acionistas privados, e a redução de sua capacidade de investimentos. Nesse ambiente, o setor produtor de etanol também sofreria o controle dos preços da gasolina".

A Petrobras detém o 5º maior lucro entre as petroleiras no mundo. A estatal brasileira divulgou balanço financeiro de 2022 na 3ª feira (1º. mar.2023) e reportou um resultado líquido de US$ 34,4 bilhões (R$ 188,3 bilhões). O ranking é liderado pela saudita Saudi Aramco, que, mesmo sem ainda ter divulgado o resultado do 4º trimestre, já soma lucro líquido de US$ 130,2 bilhões.

Segundo o balanço da companhia brasileira, os números "são resultado de diversas ações gerenciais relevantes tomadas ao longo dos últimos anos". A Petrobras reconhece um cenário internacional favorável para o mercado de petróleo e gás.

Se o mercado doméstico brasileiro fosse totalmente dolarizado e praticasse as mesmas regras e condições existentes no mercado internacional estas críticas poderiam até prevalecer, mas não é o caso – porque são muitas e várias as distorções. A primeira delas é que os juros praticados aqui são absolutamente elevados e indecentes, estratosféricos e contra-produtivos e o outro é a enorme diferença entre os salários pagos dentro do país e fora. Tudo isso sem contar inúmeras outras variáveis, como o fato de a Petrobras ser uma empresa de economia mista, com forte participação do setor público brasileiro, além dela ser de interesse e segurança nacional.

PETROBRAS TEM O 5º MAIOR LUCRO ENTRE GRANDES PETROLEIRAS

balanço de empresas divulgados até 2.mar.2022

empresa	US$ lucro líquido em 2022 em US$ bilhões	% do lucro /receita	estatal
Saudi Aramco**	130,2	8,2	✓
ExxonMobil	55,7	13,4	✗
Shell	41,6	10,9	✗
Chevron	35,5	14,4	✗
Petrobras	**34,4**	**27,3**	✓
BP	27,6	11,0	✗
Totalenergies	21,5*	8,0	✗
Eni	14,0*	9,9	✗
Petrochina	5,5*	4,4	✓
Repsol	4,5*	5,4	✗

obs: Equinor, Pemex e CNOOC ainda não divulgaram balanços
*valores divulgados originalmente em moeda local e convertido pela média do dólar de 2022
**só divulgou dados até o 3º.tri.2022
fonte: balanço das companhias

PODER 360

Brasil tem o 5º pior salário mínimo da América Latina

País fica a frente somente da Venezuela, Argentina, Rep. Dominicana e Colômbia

Ao considerar os salários mínimos atualizados no ano de 2023, o Brasil ficou na 5ª pior posição do ranking da América Latina.

Somente 4 países possuem um salário mínimo menor que o Brasil: Venezuela, Argentina, Rep. Dominicana e Colômbia.

É o que revela um estudo divulgando pela plataforma de descontos online CupomValido.com.br com dados referentes às informações oficiais de cada país.

O valor do salário mínimo médio ao considerar todos os países foi de R$ 1.751, um valor mais de 32% maior que no Brasil.

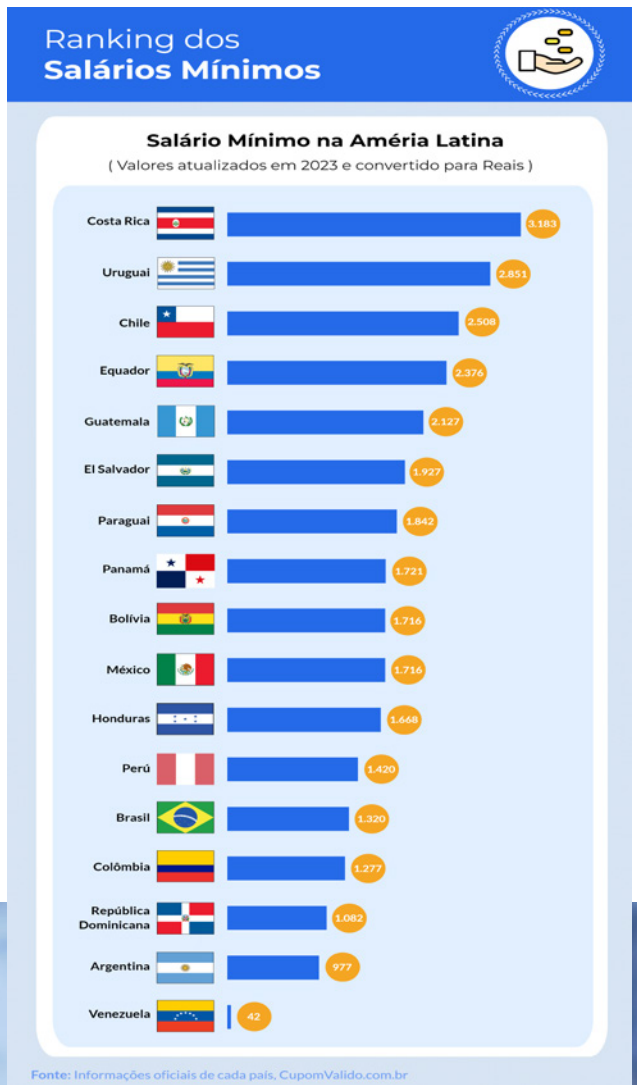
O PRIMEIRO E O ÚLTIMO COLOCADO

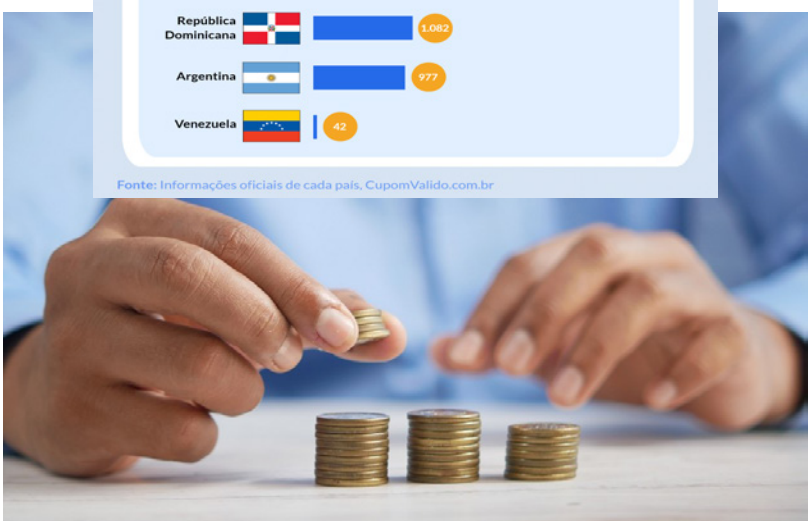
Com o valor de R$ 3.183, a Costa Rica é o país com o maior salário mínimo da América Latina. Este valor é mais que 2.4x maior que no Brasil.

A Costa Rica possui uma forte economia no setor de turismo, agricultura e exportação. Além disso, ao levar em consideração a expectativa de vida, educação, e renda per capita, o país possui o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,809, um valor considerado como muito elevado.

Na ponta oposta, com apenas R$42, a Venezuela é o país com o pior salário mínimo.

O país sofre com uma crise severa, com o PIB encolhendo e a inflação subindo vertiginosamente. Somente em 2022 a inflação foi de mais que 300% no ano.





Fonte: Informações oficiais de cada país, CupomValido.com.br

BDMG apresenta lucro e avanço nos desembolsos de 2022

Balanço registra aumento na liberação de crédito a prefeituras e empresas, com mais de R$2,4 bilhões de desembolsos, e lucro líquido de R$141 milhões, indicando solidez

O BDMG fechou o ano de 2022 com um lucro de R$ 141,8 milhões e patrimônio líquido de R$ 2,18 bilhões. À solidez demonstrada por este desempenho se soma o volume de desembolsos, que no ano passado chegou a R$ 2,42 bilhões, 26% a mais do que o ano anterior. Os valores, que constam nas demonstrações financeiras de 2022 publicadas no dia 23/3, se referem a financiamentos públicos e privados. Além dos municípios, empresas de todas as regiões de Minas foram beneficiadas com os recursos do BDMG.

"Conseguimos manter a eficiência operacional, alcançado resultados que reforçam a robustez, o equilíbrio e a sustentabilidade financeira da instituição e ampliamos o volume de desembolsos das nossas linhas de crédito", afirma o presidente do Banco, Gabriel Viégas Neto. "Os recursos liberados tiveram um impacto positivo nas cadeias produtivas, o que mostra, mais uma vez, que o BDMG contribui para o fortalecimento da economia e do desenvolvimento regional, trazendo melhoria da qualidade de vida para os mineiros", acrescentou.

Do total de desembolsos, R$ 738 milhões foram destinados a projetos de investimentos, revelando um crescimento de 40% na comparação com 2021. Micro e pequenas empresas tiveram um desempenho também maior que 2021, um aumento de 20%, totalizando R$ 363,1 milhões em crédito para os pequenos negócios no ano passado.

Outro destaque em 2022 foi o crescimento do desembolso para projetos de infraestrutura. O total chegou R$ 173,7 milhões, 89% superior ao do ano anterior. Destes projetos, 62% estão alinhados a pelo menos um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Com relação à sustentabilidade, também houve avanços. Só para empreendimentos de energia renovável e eficiência energética foram R$ 234,7 milhões, valor 39% superior a 2022.

Sobre os segmentos, o agronegócio foi o que recebeu a maior fatia dos recursos, 42%. Os financiamentos somaram mais de R$ 1 bilhão, um aumento de 12% em relação ao ano anterior. A oferta de crédito foi realizada principalmente por meio de linhas que utilizam recursos provenientes do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), títulos de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e BNDES.

IMPACTO NA ECONOMIA

A relação entre o volume de desembolsos do BDMG e o seu efeito multiplicador na economia mineira pode ser estimado pela análise Insumo-Produto, realizada pelo BDMG. A metodologia mapeia quanto determinado segmento conseguiu impactar o comércio, os serviços e até a indústria local, gerando renda e tributos, após os clientes, públicos ou privados, terem contratado crédito junto ao banco em 2022.

A análise de 67 segmentos, a partir da matriz adotada pelo banco, indica que os R$2,4 bilhões de desembolsos possibilitaram a movimentação de mais de R$ 4,5 bilhões na economia mineira, estimulando 60 mil empregos e gerando R$ 147 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Vander Costa assume segundo mandato à frente da CNT – Confederação Nacional dos Transportes

Tomaram posse, no dia 22 de março último, em Brasília, para o período de 2023 a 2027, o presidente da CNT (Confederação Nacional do Transporte), Vander Costa, e os membros da Diretoria da instituição. O mandato seguirá por mais quatro anos, e o comando da Confederação permanece com o empresário mineiro do transporte rodoviário de cargas. Vander Costa também segue como presidente dos Conselhos Nacionais do SEST e do SENAT e do ITL (Instituto de Transporte e Logística).

Graduado em administração e direito, Costa é um dos fundadores da Vic Transportes, grupo empresarial do setor rodoviário de cargas. Foi presidente do Setcemg (Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais), entre 2002 e 2008, e da Fetcemg (Federação das Empresas de Transporte de Carga de Minas Gerais), por dois mandatos, de 2009 a 2016. Também presidiu o Conselho Regional do SEST SENAT em Minas Gerais, entre 2012 e 2016, inaugurando cinco novas unidades no estado.

À frente do Sistema CNT desde 2019, Vander Costa assumiu intensa articulação, junto aos poderes públicos, para ajudar os empresários do transporte, de todos os modais, a superarem a crise provocada pela pandemia; manter os recursos do Sistema S; e garantir um Estado menos burocrático e com mais segurança jurídica.

Em seu discurso, Costa destacou que o trabalho da CNT, nesses quatro anos, foi marcado por uma intensa agenda com interlocutores públicos e privados e pelo fortalecimento da atuação institucional. "Em meio a indefinições nos campos político e econômico, trabalhamos, para defender os interesses dos transportadores, junto aos três poderes da República. Com uma atuação voltada à desburocratização do estado e reformas estruturantes, elevação dos investimentos em infraestrutura, privatizações, modernização regulatória, agenda trabalhista, combustíveis e biodiesel e a defesa do SEST SENAT."

Ministros Walton Alencar Rodrigues e Augusto Nardes, o presidente da CNT Vander Costa, ministros Renan Filho e Márcio França, o vice-presidente da Câmara dos deputados Marcos Pereira e o ministro Antonio Anastasia

Costa ainda lembrou que, em seu primeiro mandato, o setor teve importantes conquistas por meio de emendas e aprovações de projetos. "Destaco o novo Marco Regulatório do TRIIP, a manutenção do entendimento de relação comercial entre TRC e TAC, renovação antecipada de contratos de concessão ferroviária, marco regulatório das ferrovias, e o programa nacional LGPD no Transporte, entre outros. " Vander Costa também ressaltou a integração das três instituições que compõem o Sistema CNT – CNT, SEST SENAT e ITL –, que, com projetos e iniciativas conjuntas, potencializaram as entregas ao setor.

DESAFIOS

Sobre os desafios para os próximos quatro anos, Costa cita que ainda existe um longo caminho até a retomada do pleno crescimento econômico. Nesse sentido, ele afirma que o setor transportador está engajado em contribuir para a construção de uma nação mais moderna, que atenda aos anseios da sociedade em matéria de emprego, renda e qualidade de vida.

"Estamos em um momento de esperanças renovadas e com um novo Governo, que veio com uma visão diferente, focada no cuidado social e também em recolocar o Brasil como protagonista no cenário internacional. Esperamos um ciclo virtuoso, caracterizado pela redução do Custo Brasil, o controle da inflação, o estabelecimento de juros baixos e o maior equilíbrio fiscal. Para isso, é necessária uma união de esforços, capitaneada pelo governo, para avançar em uma agenda de aprimoramento das

políticas públicas de infraestrutura de transporte, de modernização do ambiente negocial e do arcabouço regulatório nacional", finalizou.

AUTORIDADES

Estiveram presentes no evento, entre autoridades e lideranças políticas, o vice-presidente da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, Marcos Pereira (Republicanos SP), que, em sua fala, afirmou que está à disposição para levar a agenda legislativa da CNT para o Congresso Nacional. "Em se tratando de logística, estamos falando de um dos segmentos mais importantes do país. [Vamos trabalhar] para facilitar o ambiente de negócios e sua desburocratização."

Na ocasião, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, frisou que o país tem muitos desafios para que a vida do empreendedor seja facilitada. "É um dever do Estado ajudar aqueles que fazem o Brasil. Criamos muitas regras que dificultam e que nos tornam reféns. Por isso, precisamos de lideranças para desatar os nós. Tenho certeza de que, no setor de logística, iremos avançar, por termos vontade política."

Para o ministro dos Transportes, Renan Filho, o país se transformou em uma economia que investe muito pouco com seus próprios recursos. "Em um país diverso como o Brasil, é fundamental recuperar a capacidade do Estado de investir e estimular a iniciativa privada. Para isso, precisamos cumprir duas tarefas legislativas: uma é o arcabouço fiscal, para investirmos com responsabilidade; e a segunda é a uma reforma tributária que simplifique e diminua o excesso de burocracia. Vamos integrar esforços para entregarmos um país mais competitivo."

A solenidade ainda contou com a presença dos ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) Antônio Anastasia, Augusto Nardes e Walton Alencar Rodrigues, do senador Wellington Fagundes (PL -MT) e dos deputados

federais Diego Andrade (PSD-MG), Rodrigo de Castro (União – MG), Cesinha de Madureira (PSD-SP), Carlos Sampaio (PSD-SP), entre outros.

ESTRUTURA DA CNT

Também compõem a alta direção do novo mandato do Sistema CNT seis vice-presidentes dos seguintes modais: Rodoviário de Passageiros; Rodoviário de Cargas; Aquaviário de Cargas e de Passageiros; Ferroviário de Cargas e de Passageiros; Transporte Aéreo de Cargas e de Passageiros e Infraestrutura de Transporte e Logística.

A Confederação Nacional do Transporte possui, em sua estrutura, três níveis decisórios. O primeiro é composto pelo Conselho de Representantes – formado por 27 federações e cinco sindicatos nacionais –, que é o órgão máximo deliberativo da instituição, e pelo Conselho de Ex-Presidentes, órgão deliberativo e consultivo. O segundo, por sua vez, é desempenhado pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal, que têm atribuições deliberativas e consultivas. O terceiro nível é exercido pelos Executivos contratados, a quem compete o implemento das decisões derivadas pela Diretoria. A CNT conta ainda com o apoio de 20 entidades associadas.

Vander Costa foi escolhido uma das Personalidades de Destaque do Ano 2022/2023 de Minas Gerais de MercadoComum.

COMPOSIÇÃO DA CNT 2023-2027

Presidente:
Vander Francisco Costa

Vice-Presidentes da CNT:

Transporte Rodoviário de Passageiros:
Eudo Laranjeiras Costa

Transporte Rodoviário de Cargas:
Flávio Benatti

Transporte Aquaviário de Cargas e de Passageiros:
Raimundo Holanda Cavalcante Filho

Transporte Ferroviário de Cargas e de Passageiros:
Fernando Simões Paes

Transporte Aéreo de Cargas e de Passageiros:
Eduardo Sanovicz

Infraestrutura de Transporte e Logística:
Paulo Gaba Junior

Diretoria Executiva da CNT:
Bruno Batista

Diretoria de Relações Institucionais da CNT:
Valter Luís de Souza

Fundo de Participação dos Municípios (FPM): Não está na hora de repensar essa controvertida transferência de recursos públicos?

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma das principais fontes de receita dos municípios e ajuda a custear despesas obrigatórias, como pagamento de servidores públicos e Previdência, além de melhorias para a população. Para se ter ideia do valor desta ajuda do governo, a União Federal repassou às prefeituras, no último dia 20 de março, um total de R$ 1.105.953.227,84 – referente ao segundo decêndio de março (são três depósitos por mês).

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) estima que o Fundo é a maior fonte de recursos de cerca de 60% das prefeituras de todo o Brasil. Mesmo assim, de acordo com a entidade, as prefeituras aumentaram em 53% o total de funcionários em seus quadros na última década (em média).

No mesmo período, a população cresceu apenas 12%. É nesse contexto, considerados os maiores empregadores do país (com 6,3 milhões de funcionários), que muitos municípios dizem atravessar no momento uma das maiores crises dos últimos anos.

Para o professor de Economia do Ibmec Brasília Renan Silva a crise dos pequenos municípios acontece por falta de viabilidade econômica da maioria deles. Segundo o especialista, "há muitos anos estuda-se a possibilidade de integração de municípios mais pobres a municípios próximos, em busca de equilíbrio orçamentário".

CRITÉRIOS TÉCNICOS X CRITÉRIOS POLÍTICOS

Segundo dados do IBGE, o Brasil possui, atualmente, 5.565 municípios. De 1991 a 2000, foram emancipados 1.016 municípios, o que representou um acréscimo de 18% no total de prefeituras, na época. Tempos depois, entre 2000 e 2007, surgiram outros 57 novos municípios -- o que equivale a 1% do total. Muitos desses municípios já eram autossuficientes na época, mas conforme explicou o professor do Ibmec, uma grande quantidade deles não tinha condições para se tornar independente.

Portanto, foram essas localidades foram se emancipando politicamente e gerando ainda mais despesas para os estados e a União, com a criação de prefeituras, câmara de vereadores e outros gastos com a formação das novas cidades. Renan Silva explica que muitos municípios foram criados com base na política, sem observar os critérios técnicos necessários, em conformidade por exemplo com a vocação socioeconômica de cada localidade: "Cada município tem que ter uma geração de riqueza suficiente para suprir seu orçamento", explica.

O economista lembra, também, que há o aspecto administrativo a se considerar: "Entre muitos municípios há um histórico ruim, de má gestão, como o peso da folha de pagamento extremamente elevado", afirma o professor do Ibmec, para concluir em seguida: "A solução é buscar a vocação econômica de cada município e otimizar o resultado por meio de arrecadação".

POUCOS RECURSOS

Ao mesmo tempo, o prefeito de Santarém (PA), Nélio Aguiar, atual tesoureiro da CNM, entende que muitos municípios se encontram em situação difícil exatamente porque têm poucos serviços e mercadorias a oferecer. "É esse o principal motivo que obriga esses municípios a dependerem do FPM", defende.

"Qualquer problema com a FPM, retenção ou alguma queda dos valores do Fundo compromete diretamente o dia a dia desses municípios, como pagar a folha em dia, a folha de pessoal em dia, pagamento de fornecedores em dia, e até mesmo os encargos sociais como o INSS", alerta Aguiar.

O FPM é um fundo pelo qual a União repassa, aos municípios, 22,5% do que arrecada com o Imposto de Renda e o IPI. São três transferências de recursos por mês, feitas a cada dez dias (por isso o nome "decêndio"). Se a data cair no sábado, domingo ou feriado, o repasse é antecipado para o primeiro dia útil anterior. O dinheiro das prefeituras é creditado pelo Banco do Brasil.

Os percentuais de participação de cada município são calculados anualmente pelo TCU, de acordo com o número de habitantes de cada cidade e a renda per capita dos estados. Os municípios são divididos em três categorias: capitais, interior e reserva. As capitais dos estados e Brasília recebem 10% do FPM.

Os demais municípios brasileiros são considerados de interior, e embolsam 86,4% do fundo. Já os municípios de reserva são aqueles com população superior a 142.633 habitantes e recebem – além da participação como município de interior – uma cota adicional de 3,6%.

A solução seria rever toda a sistemática atual de transferência de recursos da União para os Estados e Municípios – até porque o critério atual adotado não é equilibrado nem justo para com aqueles que efetivamente produzem e geram riqueza. De outro lado, favorece a criação e expansão injustificada de municípios no país, muito deles absolutamente dependentes desses recursos. O ideal seria a instituição da sistemática de condados – a exemplo do que vigora nos Estados Unidos e em vários países e substituir os Fundos de Participação por um imposto de renda estadual e municipal.

Imposto de Renda 2023: cinco mudanças na declaração

O prazo para entrega do documento foi estendido para 31 de maio e a declaração pré-preenchida já está acessível desde 15 de março

A Receita Federal liberou no dia 8 de março o programa para fazer a Declaração de Imposto de Renda 2023. Neste ano, há algumas mudanças que merecem atenção do contribuinte.

A seguir, algumas das principais mudanças do IRPF 2023 com dicas da especialista Alessandra Bichof, que coordena o curso de Ciências Contábeis da FAE Centro Universitário e também o projeto Amansando o Leão (programa da instituição que leva atendimento gratuito à população sobre Imposto de Renda:

1-DECLARAÇÃO PRÉ-PREENCHIDA

A declaração em formato PGD – Programa Gerador de Declaração está disponível desde 9 de março de 2023. O contribuinte pode acessá-la via computador ou aplicativo de celular pelo site https://www.gov.br/receitafederal/pt-br.

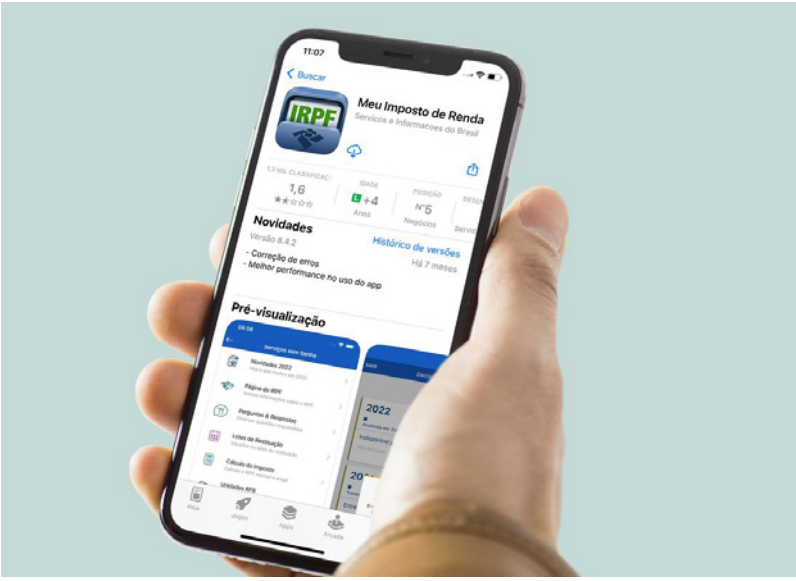
Diferentemente do ano passado, porém, a pré-preenchida só estará acessível a partir do dia 15 de março, pois terá alguns acréscimos de informações que facilitarão e agilizarão a entrega, segundo a professora Alessandra, como compra de imóveis, doações efetuadas, criptomoedas, contas bancárias e outras informações não disponíveis nos anos anteriores.

2-ATUALIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA, QUE FORAM PARA A FICHA DE RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

A partir desta declaração, quem recebe pensão alimentícia não será mais tributado. A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de afastar a incidência do imposto sobre esses valores, decorrentes do Direito de Família, foi publicada no dia 23 de agosto, na ADI n. 5422.

3-INCLUSÃO DO PIX PARA RECEBIMENTO DA RESTITUIÇÃO

Na avaliação da professora Alessandra, a inclusão do formato de recebimento de restituição via PIX facilita a transação e agiliza o processo, devido principalmente ao uso da tecnologia da própria ferramenta de pagamento instantâneo. Vale lembrar que a opção será para aqueles contribuintes não prioritários. “Sem falar que, com o PIX, a Receita Federal passa a ter condições de incluir rapidamente



o contribuinte que tem restituição na fila dos lotes. Tanto que, quem optar por essa categoria, receberá antes dos que escolherem o cadastro por conta-corrente", ressalta.

Outra novidade é que o contribuinte poderá acessar o programa pelo aplicativo do Governo Federal. Além disso, o declarante receberá mensagem no recibo de entrega, informando a possibilidade de opção pelo débito automático no site https://www.gov.br/receitafederal/pt-br ou aplicativo "Meu Imposto de Renda", disponível para sistemas Android e iOS, mesmo após o fim do prazo.

4-INCLUSÃO DE UM "MÓDULO AUTORIZAÇÃO DE ACESSO"

A inclusão desse item tem como objetivo facilitar o acesso de outras pessoas à declaração, como familiares e contadores, por exemplo. Assim, a mudança visa facilitar e agilizar a entrega da declaração de Imposto de Renda. "Essa novidade vai auxiliar os núcleos familiares, em que, por exemplo, o marido faz a declaração da esposa ou vice-versa, e também quem deseja facilitar a entrega de informações para contadores ou administradores financeiros", observa Alessandra.

5-VALOR MÍNIMO PARA BOLSAS DE VALORES

Quem operou em Bolsas de Valores só estará obrigado a declarar este ano caso o valor movimentado em rendimentos 2022 tenha sido superior a R$ 40 mil. Segundo a professora Alessandra, antes não havia valor mínimo. "A mudança é vantajosa para quem opera em muitas plataformas e com valores baixos, pois assim fica desobrigado de lançar tantos itens com valores pouco significativos", observa a professora. Outra alteração é que a ficha de Bens e Direitos solicitará código de negociação para os bens negociados em Bolsa, ou seja, cada tipo de aquisição deverá ser discriminado conforme a descrição e o código apropriado.

DOAÇÕES DE PARTE DO IMPOSTO DE RENDA PARA CRIANÇAS E IDOSOS

Vale ressaltar, ainda, que o programa permite a qualquer cidadão que declara seu Imposto de Renda pelo modelo completo enviar parte do tributo aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), dos Direitos da Pessoa Idosa (FDPI), atividades audiovisuais, na área de cultura, além de projetos desportivos e paradesportivos", lembra a professora.

Alessandra lembra também que o fato de a informação já ser disponibilizada no banco de dados da Receita Federal não isenta o contribuinte de conservar cópias de todos os documentos utilizados na declaração por no mínimo cinco anos. Outra melhoria foi a inclusão do pagamento por PIX, o que gerará rapidez e segurança para esses ressarcimentos.

QUEM DEVE DECLARAR?

A declaração é obrigatória nos seguintes casos:

Todos os contribuintes que receberam rendimentos tributáveis superiores a R$ 28.559,70 no ano.

Quem recebeu rendimentos isentos ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R$ 40.000,00.

Quem obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores.

Quem teve propriedade, em 31 de dezembro de 2022, de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R$ 300.000,00.

Quem passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nessa condição se encontrava em 31 de dezembro de 2022.

Relativamente à atividade rural: quem obteve receita bruta anual com valor superior a R$ 142.798,50.

A multa para quem não declarar o IR é de no mínimo R$ 165,74, mas pode variar até 20% do imposto devido, mais juros de mora. Quanto antes entregar, mais cedo a restituição (se houver) é paga.

Imposto de Renda: por que o Brasileiro deixa a declaração para a última hora?

Psicóloga comenta sobre o processo da procrastinação e como ele pode prejudicar atividades importantes da rotina

O período da declaração do Imposto de Renda (IR) chegou, uma atividade burocrática faz parte da vida dos Brasileiros todos os anos. Até o dia 31 de maio, quem teve rendimento tributável acima de R$ 28.559,70 no ano passado deverá enviar a declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física em 2023. Mas por que é comum que muitas pessoas deixem a declaração para a última hora?

Segundo a psicóloga Bianca Ferreira de Larangeira, do Marista Escola Social Ecológica, o nosso cérebro é historicamente programado para economizar energia. "A procrastinação surge principalmente quando deixamos para fazer depois aquelas atividades que são mais burocráticas e pouco prazerosas. A distração e a sensação de sobrecarga são sentimentos comuns que marcam os períodos de procrastinação".

Para a especialista, as situações costumam se desenvolver ainda mais com compromissos da vida pessoal, que exigem ainda mais organização. "Na rotina diária, a pessoa pode ir negociando com seu próprio tempo, isso faz com que, muitas vezes, influencie diretamente na organização", revela. A declaração do Imposto de Renda costuma ser uma das atividades que impactam diretamente a vida dos contribuintes. É comum que a Receita Federal tenha que estender o prazo, e que as declarações comecem a chegar apenas nas últimas duas semanas.

A psicóloga dá dicas de como evitar a procrastinação e mostra os benefícios de fazer a declaração do IR mais cedo:

LISTA DE TAREFAS

Utilize a tecnologia a seu favor, existem inúmeros aplicativos e sites que podem auxiliar no gerenciamento do seu dia. Aproveite para inserir alertas sobre o Imposto de Renda antes do período, assim você conseguirá organizar a sua rotina com mais antecedência.

PRIORIZE AS ATIVIDADES E COMECE COM A QUE DEMANDA MAIS TEMPO

Reconhecer as necessidades é uma parte importante para evitar a procrastinação. Priorize o que é importante e essencial, e tenha em mente qual o prazo que você tem. Na hora de reunir os documentos, pense em começar pela atividade que demanda mais tempo, ou que seja mais trabalhosa, assim a sensação de bem-estar vai ser ainda maior quando ela for concluída.

DIVIDA O PROCESSO EM PARTES

Um dos motivos que gera angústias é deixar para realizar tudo de uma só vez e nos últimos dias. Para reduzir a ansiedade, distribua a meta ao longo do tempo, assim será possível realizar tudo com tranquilidade, como baixar o aplicativo da receita federal, reunir seus documentos e procurar recibos.

QUANTO MAIS CEDO MELHOR

Entregar o Imposto de Renda mais cedo tem suas vantagens no caso dos contribuintes que têm imposto a restituir, já que a ordem de pagamento das restituições respeita a ordem de processamento das declarações - o que, por sua vez, segue a ordem de entrega do documento à Receita Federal. Assim, o processo todo também se encerra mais rápido.

PRATIQUE A SOLIDARIEDADE COM O IMPOSTO DE RENDA

Ao não procrastinar a sua declaração, os contribuintes que optam pelo modelo completo da declaração do Imposto de Renda têm a oportunidade de destinar até 3% do seu IR para instituições e projetos sociais, destinação que impacta projetos que contribuem com milhares de crianças e adolescentes. O site www.impostosolidario.com.br ensina como fazer sua doação.

IR 2023: ostentação em redes sociais pode ser alvo de checagem pela Receita Federal

Fiscais utilizam o recurso para validar informações inconsistentes encontradas na declaração do Imposto de Renda

O prazo para realizar a declaração do Imposto de Renda 2023 começou em 15 de março e, mesmo com todas as facilidades oferecidas pela opção pré-preenchida, os contribuintes devem estar atentos para não ter transtornos com a Receita Federal. Um deles é o risco de ser pego pelo leão por ostentação nas redes sociais. A conduta não é proibida, mas é preciso que a declaração retrate a realidade.

"Os fiscais da Receita Federal cruzam as informações dos bens declarados com as postagens nas redes sociais. Se elas demonstram uma vida de luxo que não condiz com o que foi declarado, o contribuinte é fiscalizado pela Receita Federal. O fato é que a maioria das pessoas não faz ideia que esse tipo de checagem pode ocorrer", explica Samir Nehme, presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ).

A checagem é realizada no momento em que as informações enviadas pelos contribuintes nas declarações são processadas por supercomputadores. A ferramenta é responsável por cruzar os dados, incluindo operações de cartão de crédito ou imobiliárias e movimentações financeiras, e apontar as contradições quando houver.

Os perfis analisados não são escolhidos aleatoriamente. Depois que o sistema acusa casos com possíveis inconsistências, os fiscais da Receita comparam as informações prestadas pelo contribuinte com o que ele publica nas redes sociais. Principalmente as postagens que incluem bens materiais são comprovantes para alegar que a declaração condiz ou não com a realidade.

"Uma vez que caia na malha fina, a Receita Federal solicita explicações ao contribuinte. O ato de não pagar o tributo, em si, não representa sonegação de impostos, que é crime previsto na Lei 9.137/90, mas sim quando demonstrada fraude, como, por exemplo, adulteração de valores em documentos combinado ao não pagamento do imposto devido", complementa Nehme.

Se identificada a sonegação, além da cobrança do tributo e multa - que pode chegar a 225% sobre o valor do imposto devido -, a acusação criminal é comunicada ao Ministério Público, podendo, em caso de sonegação, gerar prisão de dois a oito anos.

COMO EVITAR A MALHA FINA

Existem três principais razões para cair em malha fina: a primeira é omissão de informações sobre rendimentos. Em segundo lugar, a dedução indevida de previdência oficial ou privada, seguida por incompatibilidade entre valores com despesas médicas e receitas declaradas.

Em terceiro, os casos menos frequentes, mas que também merecem atenção: informações divergentes das fontes pagadoras, comissão de rendimentos de aluguéis e pensão alimentícia com indícios de falsidade.

PAULO RABELLO DE CASTRO

O Diabo mora nos Detalhes

Formado em Economia e Direito, Ph.D pela Universidade de Chicago, ex-Presidente do BNDES e do IBGE, fundador e sócio da RC Consultores. Foi Presidente do Instituto Atlântico e fundador da OSCIP Instituto Maria Stella. Fundou o Movimento Brasil Eficiente que propõe uma simplificação da carga tributária e mais eficiência dos gastos públicos. É autor de mais de 10 livros, entre os quais O Mito do Governo Grátis, Rebeldia e Sonho e Lanterna na Proa.

Matérias técnicas e, por natureza, complexas exigem exame aprofundado e testes sucessivos antes de uma aprovação. Vacinas são um bom exemplo recente. Todo cuidado foi pouco – e muitos ensaios prévios foram necessários – antes de se aprovar a vacina da COVID para uso geral da população. E os estudos ainda continuam. Mas, tragicamente, estamos para votar no Congresso um texto que muda os atuais tributos sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) – matéria complicada e cheia de meandros – sem os mínimos cuidados de verificação antecipada das consequências dessa mudança para um imposto geral chamado IBS (Bens e Serviços) e mais um imposto "seletivo". Se você quiser saber quais testes foram feitos para estudar os impactos que essa troca acarretará, a resposta espantosa é: Não há testes!

A proposta em discussão no Congresso está nas chamadas PECs 45 e 110, dois textos que reformam a tributação de tudo que você paga em qualquer transação comercial, seja uma compra em supermercado ou loja de construção, ou pelos serviços médicos, pela escola, na passagem de ônibus, na conta de luz, no posto de combustíveis etc. Em tese, a ideia é boa porque os tributos atuais são demasiados e com, pelo menos, 5600 leis diferentes. Vivemos num manicômio tributário. Daí o Congresso ter criado, anos atrás, um SIMPLES, que é a mesma tributação do manicômio, só que menos complicada e se pagando tudo num único boleto. Simplificar a vida do contribuinte, tornando a arrecadação mais eficiente, são objetivos corretos de uma "boa reforma tributária". Isso é urgente.

O diabo mora nos detalhes: como chegar a uma fórmula simples, que não deixe prefeitos e governadores sem as receitas esperadas e que não signifique, na troca de tributos, que haverá grupos de pessoas, ou atividades econômicas, pagando muito mais do que antes. A boa reforma tem que partir de uma neutralidade e equidistância social em relação às situações vigentes, pois, caso contrário, os eventuais perdedores iriam se insurgir contra a mudança. Esse é um ponto-chave do sucesso de uma boa reforma, que as tais PECs 45 e 110 fazem questão de não observar. De fato, as propostas do governo fazem o contrário: propõem aumentar o custo tributário da cesta básica em mais de 60%, como também, em proporções parecidas, os tributos sobre remédios, médicos e hospitais, cursos e escolas, corte de cabelo, manicure, advogados, e até em transações de carros e motos usados, terrenos e casas. O diabo está escondido por trás de uma narrativa fake de que todos ganharão com a mudança quando todos pagarem a mesma e única alíquota de 25% ou mais (não se sabe ainda qual…) independente de a compra ser a de um carrinho de supermercado ou uma bolsa Louis Vuitton no shopping mais chique de São Paulo.

Os inventores dessa atrocidade tentam tratar, de modo igual, coisas e situações essencialmente desiguais, atropelando princípios, até constitucionais, como a chamada "essencialidade". Mas o diabo é sincero. Reconhecendo que a população mais pobre vai levar a pior com o aumento brutal de tudo que entra no seu orçamento, a proposta do governo, que se diz popular e sensível com as dificuldades do povo, é fazer um cheque "devolvendo" o tributo de quem não poderia arcar com uma sobrecarga de até 30% nas suas compras. O governo em Brasília dirá quem pode receber a devolução. Mas por que esse passeio de tributos para dentro e para fora dos cofres do governo? Serão milhões de brasileiros correndo atrás de mais uma "bondade" oficial, mais uma devolução, mais uma assistência, como se o País só tivesse desvalidos. O lugar de fazer os ricos e abastados pagarem mais não é no supermercado ou no salão de beleza, mas no imposto de renda, cuja reforma, por sinal, o governo deixou pra lá…

Os problemas das PECs das arábias não param de ser desvendados. O período de "transição" da tal reforma, previsto para durar dez anos, é uma dessas bombas: os tributos antigos ainda existirão, enquanto os tributos novos estarão também em vigor por até dez anos! O inferno vai se instalar nos escritórios de contabilidade, hoje já assoberbados por milhares de leis e decretos diferentes. As infrações fiscais vão se avolumar com dois sistemas tributários distintos funcionando lado a lado (a maluquice programada). Multas e ações contra o contribuinte vão se empilhar na porta das empresas. É previsível que, à vista do pandemônio fiscal, o Congresso faça o que fez com a CPMF, votando, no futuro, para extinguir a invenção malfadada.

Está mais do que na hora de a sociedade, especialmente o empresariado, os líderes políticos de estados e municípios, pararem um minuto para pensar no que estão deixando seus representantes aprovar nos próximos dias. Uma vez instalado e morando de favor, o diabo não costuma gostar de ser expulso da casa.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

Matéria publicada, originalmente, no Estado de Minas.

JK: porque comemorar o 21 de abril, dia de Tiradentes?

"Há fenômenos de natureza cívica, intelectual ou espiritual cuja fixação na dinâmica social incumbe aos governantes, como fator imprescindível do equilíbrio e do aperfeiçoamento coletivo. Assim pensando, procurei dar, este ano, relevo marcante às comemorações da data de 21 de abril, que assinala o primeiro surto da ideia democrática em terras brasileiras e relembra o primeiro drama de nossa gente, na luta pela liberdade. Dando vulto a essas celebrações, estaríamos conferindo valor educativo à data patriótica e foi com esse pensamento que fiz transportar-se todo o Governo de Minas, naquele dia, para Ouro Preto, convidando ainda eminentes personalidades da vida oficial, intelectual e social da Capital da República, de forma a homenagear a memória dos Inconfidentes na própria cidade em que eles viveram a epopeia de 1779.

O espetáculo que ali, então se nos ofereceu, superou todas as expectativas. Jamais, em terras mineiras, uma comemoração cívica teve tanta beleza, emoção e brilho. Na vasta praça da antiga Vila Rica, ao pé do monumento plantado no próprio lugar em que, em poste de ignomínia, Tiradentes teve exposta sua cabeça, mais de dez mil pessoas se comprimiram, para assistir todo o comovente cerimonial com que o governo de hoje reverenciou os heróis de ontem.

Na palavra de um dos maiores oradores do país, o professor Pedro Calmon, magnífico reitor da Universidade do Brasil, tivemos rememorado o drama da Inconfidência, numa oração que a todos encantou pela forma e pela substância. Ministros de Estado, altos dignitários da Igreja, oficiais do Exército, todo o Governo mineiro, assistimos um imponente desfile militar e escolar em honra dos Inconfidentes, e, eu mesmo, em nome do povo de meu Estado, depositei ao pé do monumento uma coroa de flores, enquanto a aviação brasileira, ao ronco possante dos motores evoluía sobre a praça, na tarde que o poente tornava mais evocativa, nimbando de luz os morros onde os escravos extraíram o ouro e os telhados vetustos sob os quais Tiradentes Gonzaga, Rolim, Cláudio Manoel e tantos outros sonharam com a pátria libertada.

Foi uma comemoração à altura da importância daquela data em nossa história e eu, sinceramente, desejei que todos os mineiros dela pudessem participar. Aliás, a beleza e o conteúdo emocional da celebração deram-me a certeza de que estávamos iniciando mais uma tradição cívica e doravante, sem dúvida alguma, o 21 de abril no próprio cenário da Inconfidência constituirá um motivo de romaria patriótica, reunindo os brasileiros de todos os quadrantes.

...De todas as formas, em resumo, justifica-se esta mensagem de otimismo e confiança que dirijo aos meus conterrâneos. Só há que olhar para o alto e para a frente, indiferentes às carpideiras que se espantam de ver alguém com coragem para abrir novos caminhos. Minas Gerais, que sempre foi a terra da liberdade, há de ser também a terra da prosperidade. E, em seu solo abençoado, nossos filhos hão de conhecer as alegrias de um futuro risonho, sem os tormentos dos fantasmas da fome e do desabrigo.

...Sempre unidos assim, governo e povo mineiro, haveremos de realizar uma obra grandiosa, para a felicidade de Minas e o bem do Brasil."

*Texto extraído do pronunciamento do governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek à Rádio Inconfidência, em 16 de maio de 1952 e que comporá novo livro de autoria de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, sobre JK como prefeito e governador de Minas.

ROBERTO BRANT

Advogado, ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência

Lula não tem ainda uma maioria parlamentar sequer para aprovar leis ordinárias

O Presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira declarou no início do mês de março que o Presidente Lula não tem ainda uma maioria parlamentar sequer para aprovar leis ordinárias. A declaração apenas reitera o resultado das urnas de 2022, quando o povo elegeu Lula por uma escassa margem e enviou ao Congresso uma maioria conservadora, cujas ideias e valores estão bem distantes das tradicionais plataformas do PT e do seu líder.

Presidentes com minoria parlamentar exercem um poder limitado e isto às vezes não é bom e nem corresponde à vontade consciente dos eleitores. Em alguns casos, no entanto, é exatamente isto o que deseja o eleitorado, especialmente nos casos em que o país se encontra muito dividido e polarizado e a hegemonia absoluta de um dos lados da política pode exacerbar os conflitos e separar irremediavelmente uma nação. Os Estados Unidos tem vivido muito esta experiência, elegendo um Presidente democrata e ao mesmo tempo conscientemente privando-o de uma maioria absoluta no Congresso, na esperança de equilibrar o poder e impedir que pautas partidárias sejam impostas a toda a nação.

O grande filósofo e economista inglês do século XIX John Stuart Mill em um livro clássico sobre a liberdade escreveu que "um partido da ordem e da estabilidade e um partido do progresso e da reforma, são ambos necessários para uma vida política saudável...em grande medida é a oposição entre eles que mantem cada lado no limite da razão e da sanidade." Partidos únicos são sinônimos de uma ordem autoritária e partidos que, apoiados numa maioria relativa, tentam se impor de modo absoluto, estão contaminados pela tentação autoritária e, no fundo, são igualmente antidemocráticos.

A leitura mais sensata das eleições de 2022 revela que desta vez, independentemente das distorções do sistema eleitoral, a população brasileira esteve verdadeiramente indecisa quanto à escolha entre Jair Bolsonaro e Lula, num confronto em que as rejeições parecem ter sido mais fortes que o apoio aos candidatos. Ambos são personagens à esta altura de nossa história muito divisivos e avessos à busca sincera de consensos, com posições ideológicas que se distanciam do centro do espectro político. A vitória de Lula afinal foi o resultado de suas melhores credenciais democráticas e sua vocação civil, em uma circunstância política de muita instabilidade e apreensão.

Por esta leitura o mandato de Lula, embora em termos estritamente legais não sofra limitações, em termos políticos não é um mandato para governar com as ideias e a visão da história e do mundo do seu partido. Sua coligação não alcançou mais do que um terço das cadeiras na Câmara dos Deputados. Este parece claro que foi o propósito deliberado da sociedade, ou seja, eleger Lula de preferência a Bolsonaro, mas privá-lo de um mandato ilimitado para governar com o seu partido.

Esta combinação vai manter o governo nos limites da "razão e da sanidade", se for respeitada pelos partidos que estiveram do outro lado, pelo menos em matérias que dependem do Congresso. Até agora o governo tem se mantido cauteloso nas grandes matérias, como por exemplo o novo marco fiscal e a própria reforma tributária, para a qual o Executivo sequer mandou a sua própria proposta.

O governo certamente irá em busca de uma maioria parlamentar e estará disposto a pagar caro por isto, embora seu discurso para a população seja carregado de elementos de conflito. As divisões políticas no Brasil não vão desaparecer da noite para o dia e a formação artificial de uma maioria no Congresso, sem uma correspondência na sociedade, será um acontecimento destrutivo capaz de aprofundar as diferenças entre os brasileiros e minar ainda mais a confiança na política e nas instituições representativas.

Um governo forte para agir administrativamente e buscar o crescimento, mas sem poder para impor sua visão ideológica, seria o melhor que os brasileiros mereceriam neste momento. Isto vai depender da qualidade e do caráter das lideranças parlamentares e da sua lealdade à vontade da nação.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

Lula: "Nós queremos acabar com a fome de verdade"

Em entrevista a Reinaldo Azevedo, da BandNews FM, presidente defende mobilização para garantir que o Bolsa Família atenda quem realmente precisa e seja variável importante no fim da insegurança alimentar

O lançamento do Bolsa Família no dia 2 de março último, em Brasília, foi visto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como um dos vetores essenciais para que o país possa se articular em torno da missão de reduzir a grave situação de insegurança alimentar que aflige cerca de 33 milhões de brasileiros.

"O Bolsa Família é apenas uma parte de nossa política de combate à fome. Porque junto com isso tem a política de crédito. Tem a compra de produtos da agricultura familiar. Tem o fortalecimento da agricultura familiar. Tem a lei que obriga prefeituras a comprar 30% do alimento da merenda escolar da agricultura familiar. Tem o reajuste da merenda escolar, que faz sete anos que não é reajustada" afirmou Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Em entrevista ao âncora Reinaldo Azevedo, da rádio BandNews FM, Lula reforçou que a retomada do programa de transferência de renda é uma peça de um grande quebra-cabeças encadeado com uma série de ações com foco na economia e na preocupação com o social.

"Nós queremos acabar com a fome de verdade. O Bolsa Família é apenas uma parte de nossa política de combate à fome. Porque junto com isso tem a política de crédito. Junto com isso tem a compra de produtos da agricultura familiar. Junto com isso vem o fortalecimento da agricultura familiar. Junto com isso tem a lei que

obriga prefeituras a comprar 30% do alimento da merenda escolar da agricultura familiar. Junto com isso tem o reajuste da merenda escolar, que faz sete anos que não é reajustada", listou o presidente.

O Bolsa Família foi retomado com valor mínimo de R$ 600 por família e um adicional de R$ 150 para cada criança de até seis anos na composição familiar. O programa também trouxe um benefício complementar de R$ 50 para cada integrante da família com idade entre sete e 18 anos incompletos e para gestantes. Além disso, retomou condicionalidades históricas, como a exigência de frequência escolar para crianças e adolescentes, pré-Natal para gestantes e a atualização do caderno de vacinação com os imunizantes previstos no Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

Lula enfatizou que outra frente indispensável para o bom funcionamento do Bolsa Família é a qualidade de seu banco de dados, ou seja, a capacidade que o Estado tem de encontrar, de fato, as pessoas que realmente precisam.

"A coisa mais sagrada de um programa social é o cadastro. O cadastro tem de ser muito sério. Somente o cadastro vai permitir que o benefício chegue a quem necessita. Vamos pedir o apoio do Ministério Público, dos sindicatos, das igrejas, dos prefeitos, dos jornalistas para que o cadastro atenda de fato quem mais necessita", afirmou o presidente.

ECONOMIA GIRANDO

Lula também citou uma série de ações complementares que contribuem para que a realidade econômica se torne mais favorável para a emancipação das famílias. Entre elas, a retomada de obras do Minha Casa, Minha Vida, o compromisso de contratar a construção de duas milhões de unidades habitacionais até o fim do mandato e a retomada de obras em todo o país.

"Vamos começar a reconstruir as obras paradas na área de educação, que são mais de quatro mil. Anunciamos ao Brasil R$ 23 bilhões de investimento em obras de infraestrutura em um ano. Vai ser assim na educação. Vai ser assim na saúde. Vai ser assim no transporte, vai ser assim na economia. Vamos botar esse país para trabalhar", afirmou o presidente.

"Estamos reorganizando a sociedade. Tentando fazer com que volte à normalidade. Colocar dinheiro para circular no setor produtivo. Investir em pequenos e médios empreendedores, na agricultura familiar, na média agricultura", disse o presidente.

COMPLEXO DE VIRA-LATAS

A perspectiva de assumir o protagonismo no tabuleiro internacional também foi abordada durante a conversa. Lula voltou a explicitar sua intenção de acionar um grupo de países para discutir as possibilidades de paz entre Ucrânia e Rússia. O assunto teve outro desdobramento nesta tarde, quando o Lula teve uma conversa com o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky.

"Tenho a proposta de criar uma espécie de G20 para discutir a paz. Só tem gente discutindo a guerra. O Brasil está se colocando para discutir a paz. É preciso a gente entender que primeiro tem de parar a guerra. Depois que parar, a gente vai negociar o que tem de acontecer", afirmou o presidente.

Lula lembrou que já teve conversas nesse sentido com os chefes de estado de Estados Unidos, França e Alemanha. Para ele, o Brasil tem grandeza política suficiente para se colocar em posição altiva.

"Vou para o G7 no Japão. Vou entrar nesse assunto outra vez. Não é só discutir o que os Estados Unidos querem discutir. Ou o que o Japão quer discutir. Nós temos de saber o que o Brasil quer discutir. O que está pensando sobre as coisas. Com a grandeza do seu tamanho. Não queremos ser maiores, mas não queremos ser menores. Hoje tanto Rússia quanto Ucrânia estão pedindo a Deus para aparecer alguém para acabar com essa guerra", ponderou.

Segundo o presidente, a sequência da guerra tem consequências adversas para a inflação e para as economias internacionais. "Não precisamos ficar destruindo ponte, destruindo prédio, perdendo vidas. A troco de quê? O problema é a Otan? Vamos discutir com os europeus e os americanos. É a filiação à União Europeia? Vamos discutir", citou o presidente. "O que eu acho é que numa mesa de negociação a gente pode fazer milagres".

Por fim, o presidente voltou a citar o compromisso que estabeleceu ao ser eleito para o mandato no fim de 2022. "Se ao terminar o mandato em 31 de dezembro de 2026 e eu tiver garantido que cada brasileiro esteja tomando café, almoçando, jantando, trabalhando e as crianças estudando, eu terei cumprido minha missão".

PIB de Minas Gerais cresceu 3,49% em 2022, acima da média nacional de 2,90%

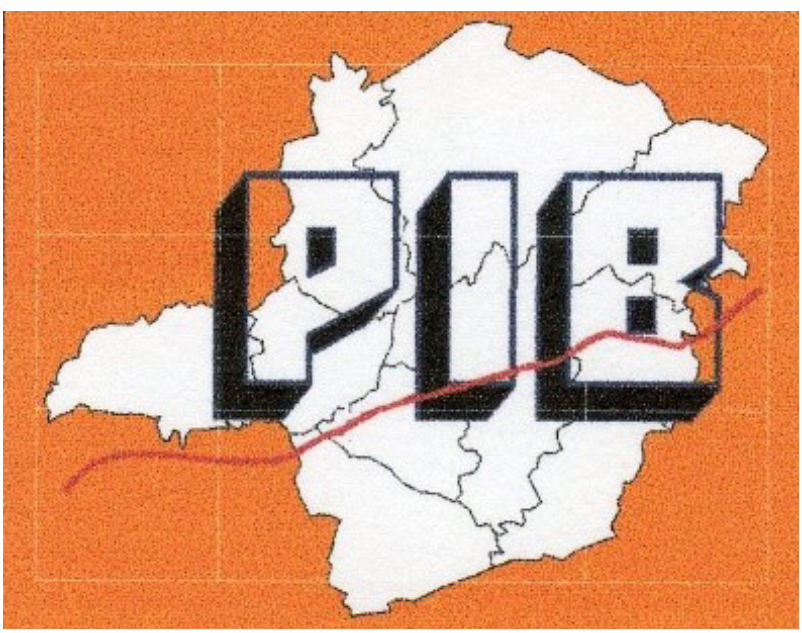
A participação de Minas no PIB nacional elevou-se para 9,33% - maior nível deste século. Minas Gerais detém a posição de 3ª maior economia estadual do país, sendo ultrapassada apenas por São Paulo e Rio de Janeiro. No acumulado dos quatro anos iniciais do governo Zema, a economia mineira teve desempenho um pouco pior do que a média nacional

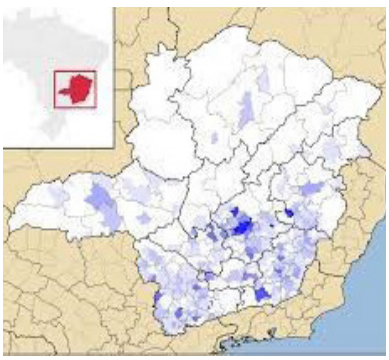
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

O desempenho da economia mineira no ano passado está, ainda de forma não definitiva, considerado melhor do que o do Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais atingiu R$ 924,7 bilhões (equivalentes a US$ 179,12 bilhões) em 2022, com crescimento real de 3,49% em relação a 2021, superando o avanço do resultado nacional (2,90%), revela estudo contendo estimativas preliminares realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP) e divulgado no dia 16 de março. A contribuição do Estado para o desempenho do Brasil foi de 9,33% no ano passado – o maior nível já atingido nestes 22 anos do século XXI.

Do valor total do PIB mineiro em 2022, os serviços foram majoritariamente – a exemplo de todo o Brasil, os maiores formadores do PIB estadual e responderam por 63,7% (R$ 521,0 bilhões), enquanto a indústria gerou 28,9% (R$ 235,9 bilhões) e a agropecuária, 7,4% (R$ 60,7 bilhões). O setor de serviços registrou expansão de 5% e o agropecuário, aumento de 9,7%. A indústria ficou praticamente estável, com insignificante elevação de apenas 0,1% no ano.

De acordo com o IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a população brasileira, estimada para 1º de julho de 2022, era de 214.747.509





MINAS GERAIS – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO – 2001/2022*

Ano	População	Crescimento %
2001	18.402.608	1,235
2002	18.620.721	1,185
2003	18.832.431	1,137
2004	19.037.702	1,090
2005	19.236.503	1,044
2006	19.428.834	1,010
2007	19.614.742	0,957
2008	19.794.278	0,915
2009	19.967.560	0,875
2010	20.134.742	0,837
2011	20.294.485	0,793
2012	20.446.840	0,751
2013	20.593.356	0,717
2014	20.734.097	0,683
2015	20.869.101	0,651
2016	20.997.560	0,616
2017	21.119.536	0,581
2018	21.235.870	0,551
2019	21.346.492	0,521
2020	21.451.356	0,491
2021	21.551.428	0,467
2022	21.646.641	0,441

* Em 1º de julho
Fonte: IBGE/Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

MINAS GERAIS X BRASIL – VARIAÇÃO ANUAL DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO – 2011/2022 - Em %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2001	-0,12	1,39
2002	3,73	3,05
2003	2,13	1,14
2004	5,89	5,76
2005	4,02	3,20
2006	3,91	3,96
2007	5,53	6,07
2008	4,68	5,10
2009	-3,92	-0,13
2010	9,08	7,53
2011	2,48	3,97
2012	3,33	1,92
2013	0,47	3,00
2014	- 0,70	0,50
2015	-4,26	-3,55
2016	-2,00	-3,27
2017	1,66	1,32
2018	1,33	1,78
2019	-0,01	1,22
2020	-3,03	-3,28
2021	4,93	4,99
2022	3,49	2,90

*Anos em que a economia de MG teve desempenho pior do que a brasileira. Os dados de 2021 e 2022 são preliminares. Fonte: IBGE/FJP – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

habitantes e São Paulo lidera o ranking nacional como o estado mais populoso do país, possuindo uma população de 46.648.199 habitantes, ou 21,72% do total. Minas Gerais vem em seguida, na segunda posição com uma população de 21.646.641 habitantes – representando 10,08% do total brasileiro. Logo após, vem o Rio de Janeiro, detendo uma população de 17.078.778 habitantes e equivalente a 7,95% do total nacional.

Nos 22 anos já decorridos deste século XXI, em doze deles a variação do PIB – Produto Interno Bruto de Minas Gerais teve desempenho pior do que a média nacional (2001, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2013, 2014, 2014, 2018, 2019 e 2021). Isto significa, literalmente, que a economia estadual cresceu menos do que a média de todos os estados brasileiros nos referidos anos.

Nos quatro anos iniciais do governo Romeu Zema – de 2019 a 2022, a economia de Minas Gerais não conseguiu se desvencilhar do aprisionamento ao já histórico crescimento inferior à média nacional deste século XXI pois, enquanto o PIB brasileiro registrou um aumento médio anual de1,46% e acumulado de 5,77%, o do estado ficou restrito a uma expansão média anual de 1,35% e acumulada de 5,29% no mesmo período.

Os estudos preliminares indicam que o PIB de Minas Gerais em 2022 totalizou R$ 924,7 bilhões – equivalente a US$ 179,12 bilhões. O documento foi apresentado pela Fundação João Pinheiro, responsável pelo cálculo oficial do Produto Interno Bruto do estado, durante coletiva à imprensa, no dia 16 de março último. As informações são parte do Informativo FJP – Contas Regionais – PIB MG – 4º trimestre de 2022, que se encontra disponível no site da instituição.

MINAS GERAIS – COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB – Valor Adicionado

Agropecuária:
R$ 60,7 bilhões
(US$ 11,75 bilhões)
7,42%

Indústria:
R$ 235,9 bilhões
(US$ 45,72 bilhões)
28,86%

Serviços:
521,0 bilhões
(US$ 100,87 bilhões)
63,72%

MINAS GERAIS DESEMPENHO SETORIAL EM RELAÇAO AO PIB TOTAL 2022

Agropecuária:
4,7%

Indústria:
0,1%
- Extrativa Mineral: -1,6%
- Construção: 5,4%
- Transformação: -1,3%%

Serviços:
5,0%

Fonte: Fundação João Pinheiro
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

Gráfico 2: Taxa de variação anual do índice de volume do Produto Interno Bruto – Minas Gerais e Brasil – 2010-2022

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi), Coordenação de Contas Regionais; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Nota: Os resultados dos anos de 2021 e 2022 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais e incorporação dos seus resultados pelo Sistema de Contas Regionais (SCR).

Segundo a Fundação João Pinheiro, do valor adicionado do PIB, 63,7% (R$ 521,0 bilhões) são atribuídos aos serviços; 28,9% (R$ 235,9 bilhões), à indústria; e 7,4% (R$ 60,7 bilhões), à agropecuária.

Para a FJP, "no último trimestre de 2022, considerando a série com ajuste sazonal, o PIB de Minas Gerais apresentou variação negativa de -2,0% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Nessa mesma base de comparação, no Brasil, a queda em volume do produto agregado foi de 0,2%.

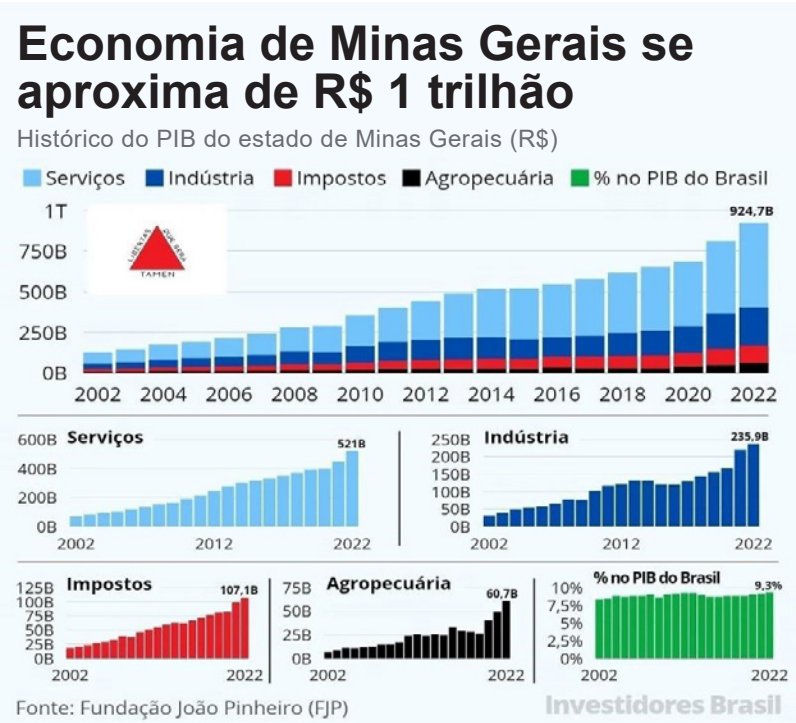
No estado, ao longo do ano, a variação positiva do índice de volume do PIB se concentrou, praticamente, no segundo trimestre, e foi de 6,1%, tendo em vista que, no primeiro trimestre, a economia expandiu-se apenas 0,5% e que houve retração de 2,9% no nível de atividade produtiva no terceiro trimestre e de 2,0% % no quarto trimestre de 2022, explicou o pesquisador da FJP Raimundo Leal.

No cenário nacional, o também pesquisador da FJP Thiago Almeida comentou que a atividade econômica foi desacelerando ao longo de 2022 e que no Brasil, houve expansão de 1,3% no primeiro trimestre, 0,9% no segundo, 0,3% no terceiro, e retração de 0,2% no quarto trimestre do ano passado.

Mesmo assim, apesar do resultado negativo do índice de volume do PIB mineiro na série dessazonalizada no terceiro e no quarto trimestre de 2022, com o resultado favorável do segundo trimestre, na comparação dos últimos 12 meses com o resultado acumulado no ano, houve crescimento de 3,5% no estado, valor acima da taxa de expansão observada no cenário nacional (2,9%).

SETORES

A retração do índice de volume do PIB mineiro no quarto trimestre de 2022 em relação ao trimestre imediatamente anterior se deve, principalmente, à variação negativa dos setores de agropecuária, energia e saneamento e comércio. Em menor magnitude em termos de variação na taxa, a queda observada na construção civil e na administração pública também contribuiu para o resultado negativo no índice de volume do PIB mineiro nos três últimos meses do ano.



Na atividade agropecuária, o índice de volume do Valor Adicionado Bruto (VAB) teve queda de 9,2% em nível estadual na comparação do quarto trimestre de 2022 com o trimestre imediatamente anterior. Em relação ao mesmo trimestre de 2021, a retração foi de 12,8%. Já na área de energia e saneamento, Minas Gerais apresentou decréscimo de 3,2% no volume de VAB no quarto trimestre de 2022, mas, apesar desse desempenho negativo, foi registrada uma expansão de 4,0% em 2022 na comparação com 2021. No comércio, a retração foi de -1,1% no volume de VAB na comparação do quarto com o terceiro trimestre de 2022 e, assim como o verificado para o setor de energia e saneamento, houve variação positiva de 1,1% no acumulado do ano.

A indústria de transformação mineira, por sua vez, registrou ligeiro crescimento de 0,3% no volume de VAB na comparação do quarto trimestre de 2022 com o trimestre imediatamente anterior, enquanto, no cenário nacional, houve retração de -1,4% no período. Em termos anualizados, o índice de volume do valor agregado setorial teve queda em Minas Gerais de 1,3%, ao passo que, em âmbito nacional, a retração foi de 0,3%. Na construção civil, houve retração de 0,5% no volume de VAB na comparação do quarto trimestre de 2022 com o trimestre imediatamente anterior em Minas Gerais e, no Brasil, de -0,7%. Mesmo assim, o setor apresentou expansão de 5,4% em Minas Gerais no acumulado do ano e de 6,9% em âmbito nacional.

Já a indústria extrativa mineral de Minas Gerais, após resultado desfavorável no terceiro trimestre, apresentou expansão no volume de VAB de 3,9% no quarto trimestre de 2022 em relação ao trimestre imediatamente anterior e de 4,0% em relação ao mesmo trimestre de 2021. Apesar desses resultados, houve queda de 1,6% no

volume de VAB no acumulado do ano.

Com desempenho similar no estado e no país, o setor de administração pública também contribuiu para a redução do índice de volume do PIB mineiro e brasileiro no quarto trimestre de 2022. Em Minas Gerais, o volume de VAB setorial diminuiu -0,4% na comparação do quarto trimestre de 2022 com o trimestre imediatamente anterior, enquanto, no Brasil, a queda foi de -0,5%. Assim como nos demais setores de atividade, apesar do resultado negativo do quarto trimestre, a administração pública registrou expansão de 1,8% no acumulado do ano no estado e de 1,5% em âmbito nacional.

No agrupamento formado pelos "outros serviços", houve expansão do índice de volume do VAB de 0,4% em Minas Gerais e de 0,9% no território nacional no quarto trimestre do ano passado. Em termos anualizados, porém, o crescimento desse agrupamento foi destaque em 2022, com crescimento de 10,4% no estado e de 6,3% na economia brasileira na comparação com 2021.

COMPOSIÇÃO

Para o quarto trimestre de 2022, o PIB de Minas foi estimado em R$ 233,4 bilhões e representou 9,0% do PIB nacional no mesmo período. Desse total, R$ 27,7 bilhões dizem respeito aos impostos indiretos líquidos de subsídios e R$ 205,7 bilhões referem-se ao Valor Adicionado Bruto (VAB), informou Leal. "Na composição setorial relativa ao quarto trimestre de 2022, o VAB agropecuário foi responsável por R$ 2,8 bilhões (1,3% do total); o da indústria, por R$ 61,8 bilhões (30,1% do total); o dos serviços, por R$ 141,1 bilhões (68,6% do total), conclui o pesquisador."

Tabela 1: Taxas de variação real (%) do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado das atividades econômicas por diferentes óticas de comparação – Minas Gerais e Brasil - 4° Trimestre/2022

AGREGADOS MACROECONÔMICOS	4º Trim.22/ 3º Trim.22 (série com ajuste sazonal)	4º Trim.22/ 4º Trim.21	Acumulada no ano (2)	Anualizada (2)
Minas Gerais				
PIB	**-2,0**	**1,2**	**3,5**	**3,5**
VA	**-1,8**	**1,7**	**3,7**	**3,7**
Agropecuária	**-9,2**	**-12,8**	**9,7**	**9,7**
Indústria	**0,0**	**2,1**	**0,1**	**0,1**
Ind. Extrativa Mineral	3,9	4,0	-1,6	-1,6
Ind. de Transformação	0,3	1,3	-1,3	-1,3
Construção	-0,5	2,0	5,4	5,4
Energia e Saneamento	-3,2	5,9	4,0	4,0
Serviços	**-0,1**	**3,4**	**5,0**	**5,0**
Comércio	-1,1	1,7	1,1	1,1
Transportes	1,6	7,3	4,9	4,9
Administração Pública	-0,4	-0,1	1,8	1,8
Outros Serviços (1)	0,4	6,9	10,4	10,4
Brasil				
PIB	**-0,2**	**1,9**	**2,9**	**2,9**
VA	**-0,3**	**1,8**	**3,0**	**3,0**
Agropecuária	**0,3**	**-2,9**	**-1,7**	**-1,7**
Indústria	**-0,3**	**2,6**	**1,6**	**1,6**
Ind. Extrativa Mineral	2,5	1,4	-1,7	-1,7
Ind. de Transformação	-1,4	1,0	-0,3	-0,3
Construção	-0,7	3,2	6,9	6,9
Energia e Saneamento	-0,4	10,8	10,1	10,1
Serviços	**0,2**	**3,3**	**4,2**	**4,2**
Comércio	-0,9	2,1	0,8	0,8
Transportes	0,2	5,3	8,4	8,4
Administração Pública	-0,5	-0,3	1,5	1,5
Outros Serviços (1)	0,9	5,6	6,3	6,3

Fontes: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi), Coordenação de Contas Regionais; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Notas: (1) Outros serviços incluem: serviços de alojamento e alimentação; serviços de informação e comunicação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar; atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas; educação e saúde privada; serviços domésticos; artes, cultura, esporte, recreação e outras atividades de serviços; e atividades imobiliárias e aluguéis. (2) A taxa anualizada compara os doze meses completados no trimestre de referência com o mesmo período imediatamente anterior e, portanto, coincide com a taxa acumulada no ano na divulgação do 4º Trimestre.

MINAS GERAIS – VARIAÇÃO ANUAL DO PIB PER CAPITA – 2011/2022 – EM %

Ano	PIB Total	Crescimento da População	PIB Per Capita
2011	2,48	0,79	1,68
2012	3,33	0,75	2,56
2013	0,47	0,72	-0,25
2014	-0,70	0,68	-1,36
2015	-4,26	0,65	-4,88
2016	-2,00	0,62	-2,64
2017	1,66	0,58	1,07
2018	1,33	0,55	0,78
2019	-0,01	0,52	-0,53
2020	-3,03	0,49	-3,50
2021*	4,93	0,47	4,44
2022*	3,49	0,44	3,04

*Dados preliminares

Fonte: IBGE/Fundação João Pinheiro. Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

MINAS GERAIS/BRASIL – PIB EM US$ MILHÕES 2001/2021*

Ano	Minas Gerais	Brasil	MG/Brasil-%
2001	47.837	559.563	8,55
2002	42.345	508.101	8,33
2003	46.956	559.465	8,39
2004	58.761	669.340	8,78
2005	77.411	892.033	8,68
2006	97.715	1.107.131	8,83
2007	123.421	1.396.797	8,84
2008	151.689	1.693.147	8,96
2009	144.247	1.672.625	8,62
2010	199.673	2.209.751	9,04
2011	239.042	2.614.482	9,14
2012	226.302	2.463.549	9,19
2013	225.938	2.468.456	9,15
2014	219.463	2.454.846	8,94
2015	155.584	1.796.168	8,66
2016	156.432	1.800.134	8,69
2017	180.570	2.063.185	8,75
2018	168.224	1.916.213	8,78
2019	165.181	1.872.800	8,82
2020*	132.340	1.475.365	8,97
2021*	150.263	1.649.431	9,11
2022*	179.118	1.919.805	9,33

Projeções preliminares – US$ correntes
Fonte: IBGE/Banco Central do Brasil/Fundação João Pinheiro – Elaboração:MinasPart Desenvolvimento

MINAS GERAIS – RENDA PER CAPITA 2011/2022 - EM US$

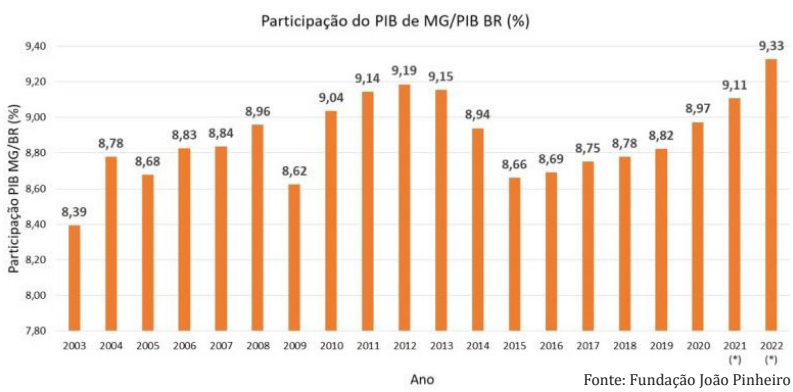
Ano	PIB-US$ milhões	População	Renda Per Capita – US$
2011	239.042	20.294.485	11.778,60
2012	226.302	20.446.840	11.067,80
2013	225.938	20.593.356	10.971,40
2014	219.463	20.734.097	10.584,60
2015	155.584	20.869.101	7.455,20
2016	156.432	20.997.560	7.450,00
2017	180.570	21.119.536	8.550,00
2018	168.224	21.235.870	7.921,69
2019	165.155	21.346.492	7.736,87
2020	132.340	21.451.356	6.169,31
2021*	150.263	21.551.428	6.972,23
2022*	179.118	21.646.641	8.274,63

*Estimativa - Fonte: IBGE/Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

RANKING DO DESEMPENHO REAL DO PIB DE MINAS GERAIS POR GOVERNO - EM RELAÇÃO AO PIB BRASILEIRO - VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL NO PERÍODO - 1995 A 2022

Governo	Taxa de Desempenho real do PIB – Em %
Antonio Anastasia/Alberto Coelho	-0,95
Aécio Neves 1 e 2	-0,16
Romeu Zema	-0,11
Itamar Franco	-0,10
Eduardo Azeredo	-0,09
Fernando Pimentel*	+0,11

*Tanto o PIB brasileiro quanto o mineiro tiveram desempenho acumulado negativo durante o período 2015 a 2018. No entanto, a queda do PIB de Minas registrou retração menos acentuada do que a economia brasileira.
Fonte: IBGE/FJP-Elaboração: MinasPart Desenvolvimento



Fonte: Fundação João Pinheiro

Minas Gerais: variação real do PIB por governo

1995 A 1998
EDUARDO AZEREDO
EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
1995	3,20	4,42
1996	3,69	2,15
1997	3,00	3,38
1998	-0,27	0,04
Média Anual	2,41	2,50
Diferença	-0,09	
Acumulado do Período	9,92	10,31
Diferença	-0,39	

(Diferença em pontos percentuais)

1999 A 2002
ITAMAR FRANCO
EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
1999	0,08	0,25
2000	5,11	4,40
2001	-0,12	1,39
2002	3,73	3,05
Média Anual	2,20	2,27
Diferença	-0,10	
Acumulado do Período	8,99	9,35
Diferença	-0,36	

(Diferença em pontos percentuais)

2003 A 2006
AÉCIO NEVES I - EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2003	2,13	1,14
2004	5,89	5,76
2005	4,02	3,20
2006	3,91	3,96
Média Anual	3,99	3,52
Diferença	0,47	
Acumulado do Período	16,89	14,76
Diferença	2,13	

(Diferença em pontos percentuais)

2007 A 2010
AÉCIO NEVES II - EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2007	5,53	6,07
2008	4,68	5,10
2009	-3,92	-0,13
2010	9,08	7,53
Média Anual	3,84	4,64
Diferença	-0,80	
Acumulado do Período	15,73	19,72
Diferença	-3,99	

(Diferença em pontos percentuais)

2003 A 2010
AÉCIO NEVES I E II - EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
Média Anual	3,92	4,08
Diferença	-0,16	
Acumulado do Período	35,28	37,38
Diferença	-2,19	

(Diferença em pontos percentuais)

2011 A 2014
ANTONIO ANASTASIA/ ALBERTO PINTO COELHO
EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2011	2,48	3,97
2012	3,33	1,92
2013	0,47	3,00
2014	-0,70	0,50
Média Anual	1,40	2,35
Diferença	-0,95	
Acumulado do Período	5,65	9,69
Diferença	-4,04	

(Diferença em pontos percentuais)

2015 A 2018
FERNANDO PIMENTEL
EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2015	-4,26	-3,55
2016	-2,00	-3,27
2017	1,66	1,32
2018	1,33	1,78
Média Anual	-0,82	0,93
Diferença	0,11	
Acumulado do Período	-3,35	-3,80
Diferença	0,45	

(Diferença em pontos percentuais)

2018 A 2022
ROMEU ZEMA*
EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2019	-0,01	1,22
2020	-3,03	-3,28
2021	4,93	4,99
2022	3,49	2,90
Média	1,35	1,46
Diferença	-0,11	
Acumulado do Período	5,29	5,77
Diferença	-0,48	

(Diferença em pontos percentuais)

*2020 e 2021 são estimativas; *Leva-se em consideração a média nacional durante o mesmo período. Diferença em pontos percentuais
Fonte: IBGE/FJP – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

Desempenho medíocre do PIB mineiro no século XXI

Estudos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revelam que durante o período de 2002 a 2020 - (últimos dados disponíveis oficialmente) enquanto O PIB brasileiro contabilizou uma expansão média anual de 2,0% e acumulada de 42,0%, o de Minas Gerais aumentou em média 1,6% anualmente e, no acumulado, em 34,0% - situando o estado na 24ª posição quanto ao desempenho da economia brasileira no período, ficando à frente apenas dos estados do Rio Grande do Norte (32,8%), Rio Grande do Sul (24,3%) e Rio de Janeiro (21,6%).

Variações, acumulada e média ao ano, em volume do PIB das Unidades da Federação e respectivas posições relativas no PIB do Brasil
2002/2020
Variação em volume acumulada do Brasil: 42,0%
Variação em volume média ao ano do Brasil: 2,0%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
Nota: A série 2002 a 2019 refere-se à série retropolada das Contas Regionais (vindo por referência ao ano de 2015) e, a partir de 2010, a série é encadeada.

Valor corrente e posição relativa do PIB *per capita* das Unidades da Federação e razão entre este e o PIB *per capita* do Brasil

Unidades da Federação	PIB per capita: Valor corrente (R$)	PIB per capita: Posição relativa	Razão entre o PIB per capita das Unidades da Federação e o PIB per capita do Brasil
Distrito Federal	87 016,16	1ª	2,4
	24 721,18	1ª	2,9
São Paulo	51 364,73	2ª	1,4
	13 443,91	2ª	1,6
Mato Grosso	50 663,19	3ª	1,4
	7 265,37	11ª	0,9
Santa Catarina	48 159,24	4ª	1,3
	9 745,87	4ª	1,2
Mato Grosso do Sul	43 649,17	5ª	1,2
	7 599,05	8ª	0,9
Rio de Janeiro	43 407,55	6ª	1,2
	12 414,77	3ª	1,5
Paraná	42 366,71	7ª	1,2
	8 927,46	6ª	1,1
Rio Grande do Sul	41 227,61	8ª	1,1
	9 423,79	5ª	1,1
BRASIL	**35 935,74**		1,0
	8 440,27		1,0
Espírito Santo	34 065,98	9ª	0,9
	8 348,80	7ª	1,0
Minas Gerais	32 066,73	10ª	0,9
	6 703,46	13ª	0,8
Goiás	31 306,97	11ª	0,9
	7 307,95	10ª	0,9
Rondônia	28 722,45	12ª	0,8
	5 147,41	16ª	0,6
Amazonas	27 572,96	13ª	0,8
	7 353,15	9ª	0,9
Tocantins	27 448,43	14ª	0,8
	4 344,12	21ª	0,5
Roraima	25 387,77	15ª	0,7
	6 736,70	12ª	0,8
Pará	24 846,62	16ª	0,7
	4 043,64	22ª	0,5
Amapá	21 431,53	17ª	0,6
	5 977,03	14ª	0,7
Bahia	20 449,29	18ª	0,6
	4 388,28	20ª	0,5
Rio Grande do Norte	20 252,90	19ª	0,6
	4 709,83	18ª	0,6
Pernambuco	20 101,38	20ª	0,6
	4 426,56	19ª	0,5
Sergipe	19 583,07	21ª	0,5
	5 529,80	15ª	0,7
Alagoas	18 857,69	22ª	0,5
	3 962,88	23ª	0,5
Acre	18 420,26	23ª	0,5
	4 876,17	17ª	0,6
Ceará	18 168,35	24ª	0,5
	3 712,24	24ª	0,4
Paraíba	17 402,13	25ª	0,5
	3 627,98	25ª	0,4
Piauí	17 184,70	26ª	0,5
	2 440,70	27ª	0,3
Maranhão	15 027,69	27ª	0,4
	2 718,05	26ª	0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Participação percentual e posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil

Unidades da Federação	PIB 2019 Participação (%)	PIB 2019 Posição relativa	PIB 2020 Participação (%)	PIB 2020 Posição relativa
Rondônia	0,6	22ª	0,7	22ª
Acre	0,2	26ª	0,2	26ª
Amazonas	1,5	15ª	1,5	16ª
Roraima	0,2	27ª	0,2	27ª
Pará	2,4	11ª	2,8	10ª
Amapá	0,2	25ª	0,2	25ª
Tocantins	0,5	24ª	0,6	24ª
Maranhão	1,3	17ª	1,4	17ª
Piauí	0,7	21ª	0,7	21ª
Ceará	2,2	12ª	2,2	13ª
Rio Grande do Norte	1,0	18ª	0,9	18ª
Paraíba	0,9	19ª	0,9	19ª
Pernambuco	2,7	10ª	2,5	11ª
Alagoas	0,8	20ª	0,8	20ª
Sergipe	0,6	23ª	0,6	23ª
Bahia	4,0	7ª	4,0	7ª
Minas Gerais	8,8	3ª	9,0	3ª
Espírito Santo	1,9	14ª	1,8	14ª
Rio de Janeiro	10,6	2ª	9,9	2ª
São Paulo	31,8	1ª	31,2	1ª
Paraná	6,3	5ª	6,4	4ª
Santa Catarina	4,4	6ª	4,6	6ª
Rio Grande do Sul	6,5	4ª	6,2	5ª
Mato Grosso do Sul	1,4	16ª	1,6	15ª
Mato Grosso	1,9	13ª	2,3	12ª
Goiás	2,8	9ª	2,9	9ª
Distrito Federal	3,7	8ª	3,5	8ª

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Participação no PIB e na população do Brasil, razão entre essas participações e respectivas diferenças, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Participação no PIB do Brasil (%) 2002	Participação no PIB do Brasil (%) 2020	Participação na população do Brasil (%) 2002	Participação na população do Brasil (%) 2020	Razão entre a participação no PIB e a participação na população do Brasil 2002	Razão entre a participação no PIB e a participação na população do Brasil 2020	Diferença absoluta das participações na população do Brasil 2002/2020	Diferença absoluta das participações no PIB do Brasil 2002/2020	Diferença absoluta das razões entre as participações no PIB e na população do Brasil 2002/2020
Norte	4,7	6,3	7,8	8,8	0,60	0,71	1,0	1,6	0,11
Nordeste	13,1	14,2	27,9	27,1	0,47	0,52	-0,8	1,1	0,05
Sudeste	57,4	51,9	42,6	42,0	1,35	1,24	-0,6	-5,5	-0,11
Sul	16,2	17,2	14,7	14,3	1,10	1,21	-0,4	1,0	0,11
Centro-Oeste	8,6	10,4	7,0	7,8	1,24	1,33	0,8	1,8	0,09
Centro-Oeste exceto DF	5,0	6,9	5,7	6,4	0,87	1,09	0,7	1,9	0,22

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Minas Gerais já foi a 2ª maior economia estadual do Brasil

Em 1990, durante o governo Newton Cardoso, o Estado de Minas Gerais posicionou-se como a 2ª maior economia estadual brasileira e esse fato foi devidamente divulgado no ano seguinte pela revista Veja, através de reportagem baseada em dados da FGV – Fundação Getúlio Varga e, naquele tempo, realizava esse estudos sobre a economia regional brasileira. A reportagem encontra-se aqui parcialmente reproduzida.

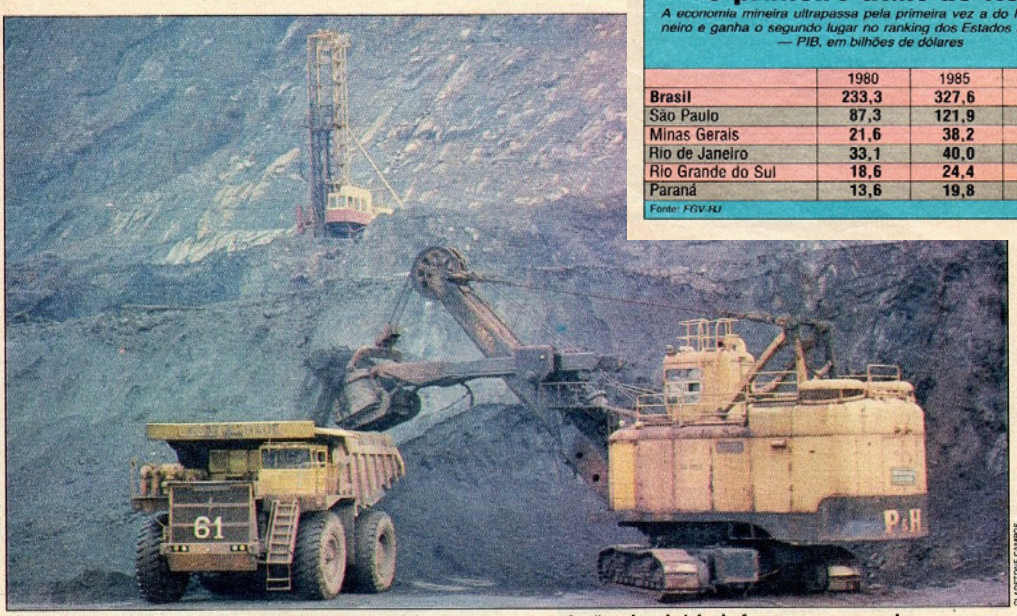
À época, São Paulo liderava o ranking nacional, detendo 35,68% do PIB nacional, seguido por Minas Gerais com 12,47% e, em seguida, vinha o Rio de Janeiro, com 10,87%

O primeiro título de vice

A economia mineira ultrapassa pela primeira vez a do Rio de Janeiro e ganha o segundo lugar no ranking dos Estados mais ricos — PIB, em bilhões de dólares

	1980	1985	1990
Brasil	233,3	327,6	376,1
São Paulo	87,3	121,9	134,2
Minas Gerais	21,6	38,2	46,9
Rio de Janeiro	33,1	40,0	40,9
Rio Grande do Sul	18,6	24,4	26,3
Paraná	13,6	19,8	23,7

Fonte: FGV-RJ



GLADSTONE CAMPOS

Jazida da MBR: faturamento de 316 milhões de dólares com as exportações de minério de ferro no ano passado

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Virada à mineira

A economia de Minas Gerais ultrapassa a do Rio de Janeiro e o Estado vai para o segundo lugar na fila dos mais ricos do país

Na raia da economia brasileira, acaba de ocorrer uma ultrapassagem que era aguardada há algum tempo. Minas Gerais superou o Estado do Rio de Janeiro na produção de riqueza e agora ocupa a segunda posição na fila dos Estados, atrás de São Paulo. A manobra era esperada desde 1985, quando a arrecadação de ICM de Minas Gerais bateu a do Rio. Para tirar a vantagem que o PIB fluminense ainda tinha em 1985, os mineiros aceleraram fundo e, até 1990, aumentaram seu PIB em 23% — enquanto o crescimento nacional nesses cinco anos foi de 14,7% e o fluminense ficou nos 2,3%. Resultado geral da medição, divulgado dias atrás pela Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro: os mineiros fizeram um PIB de 46,9 bilhões de dólares, enquanto os fluminenses ficaram em 40,9 bilhões de dólares. Ambos estão a um mundo do primo rico, São Paulo, que chegou a 134,2 bilhões de dólares, mas a ultrapassagem mineira tem um significado especial nestes anos de economia atrofiada em que se meteu o Brasil inteiro. "Apesar de tudo, conseguimos andar bem", diz José de Alencar Gomes da Silva, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais.

A mudança de posições foi facilitada pelos investimentos minguados, que reduziram o gás da economia fluminense nos últimos anos. Em Minas aconteceu o contrário. Um dos motores mais potentes que estão por trás da arrancada foi a Fiat Automóveis. No rastro da montadora italiana, que se instalou perto de Belo Horizonte em 1976, apareceram cinqüenta fábricas de autopeças para alimentar a indústria de automóveis, e isso teve um efeito de fermento para aumentar o bolo industrial mineiro. Foi a principal troca de marcha para o Estado, que tinha a quarta economia do Brasil em 1970, mas outros filões apareceram.

60 VEJA, 30 DE JANEIRO, 1991

Ranking de Competitividade dos Estados em 2022 classifica Minas Gerais na 8ª posição nacional

Em 2022 Minas Gerais manteve o 8ª lugar no Ranking de Competitividade dos Estados, apesar de ser a 3ª maior economia nacional

O Centro de Liderança Pública (CLP) divulgou no dia 13 de setembro de 2022 a 11ª edição do Ranking de Competitividade dos Estados, estudo realizado em parceria com a Tendências Consultoria e a Startup Seall, anualmente, a partir de dados oficiais.

Na décima-primeira edição consecutiva do Ranking de Competitividade dos Estados Municípios, a avaliação das 27 unidades federativas está baseada em 86 indicadores, distribuídos em dez pilares temáticos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos estados brasileiros: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

De acordo com o Centro de Liderança Pública – CLP, "em um ambiente onde existe a competição saudável entre pessoas, equipes e organizações, é natural que ocorram maiores incentivos para a excelência de resultados, bem como para a inovação em instrumentos e métodos que possibilitem a superação de desafios.

O setor privado é uma esfera social competitiva por natureza. Já o setor público seria, para alguns, um ambiente não competitivo. Sob essa perspectiva, justamente por não ser regido por leis de mercado, o setor público deveria ser guiado por critérios como justiça e equidade, princípios que não são objetos-fins do setor privado. Aliás, estaria aí justamente uma das principais justificativas para a atuação estatal: sendo o mercado orientado muito mais para objetivos individuais, em detrimento de objetivos coletivos, ocorreriam as chamadas "falhas de mercado", que seriam corrigidas pela ação do Estado.

O Ranking de Competitividade dos Estados surge a partir de uma visão diferente: a competição saudável no setor público, além de possível, é desejável. A competição no setor público é um elemento complementar à promoção da justiça, equidade e desenvolvimento econômico e social.

O elemento competitivo é compatível com a ideia de uma república federativa como a brasileira. A competição saudável faz com que Estados e Municípios busquem melhorar seus serviços públicos, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes para ali viverem e se desenvolverem social e economicamente.

Como mostra a literatura especializada, ao possibilitar uma comparação direta, entre as unidades da federação, de uma série de atributos econômicos e sociais que são comu-

mente de difícil mensuração e avaliação, sistemas de ranking proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Desse modo, os rankings têm potencial para operar como um poderoso sistema de incentivo e de enforcement aos agentes públicos. Também funcionam como um mecanismo de accountability e promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.

O Ranking de Competitividade dos Estados tem como objetivo principal alcançar um entendimento mais profundo e abrangente das 27 unidades da federação, trazendo para o público uma ferramenta simples e objetiva para pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados.

Ao mesmo tempo, o Ranking de Competitividade dos Estados pode representar também uma ferramenta bastante útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os Estados, de acordo com as especificidades de cada projeto de investimento.

Para definir a estrutura, composição e a metodologia de cálculo do Ranking de Competitividade dos Estados, foi empreendido um amplo estudo da literatura acadêmica especializada, bem como da experiência nacional e internacional na confecção de rankings de competitividade.

Como resultado final, foram selecionados os indicadores considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos Estados brasileiros, distribuídos em 10 pilares temáticos: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação".

Os Estados mais bem posicionados no Ranking de Competitividade dos Estados de 2022 estão reportados na figura acima.

Assim como nas demais edições, São Paulo segue na primeira colocação e Santa Catarina, na segunda. Nesta edição, houve troca de posição entre os terceiro e quarto colocados, com o Paraná atingindo a 3ª colocação e o Distrito Federal recuando para a 4ª.

Enquanto os Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do Ranking, os do Norte e Nordeste ocupam as últimas posições. Nesta edição, a Paraíba tornou-se o representante do Nordeste mais bem colocado (12ª posição), ultrapassando o Ceará (13ª posição), e o estado do Amazonas (16ª posição) seguiu na liderança da região Norte.

Os três últimos colocados do Ranking de Competitividade dos Estados de 2022 foram Amapá, Maranhão e Piauí.

DESTAQUES DE 2022

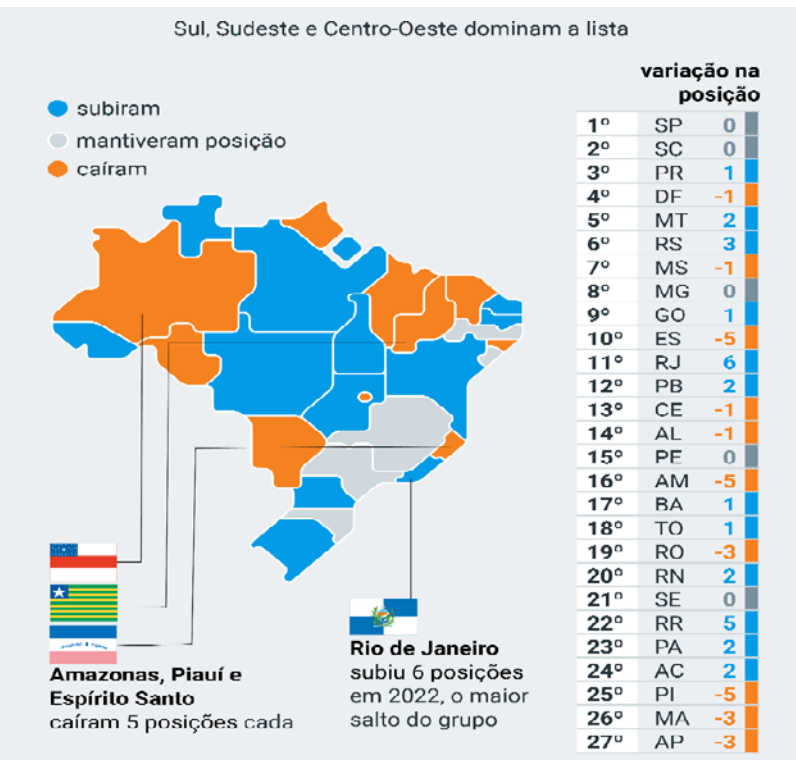
Nesta edição do Ranking de Competitividade dos Estados, merecem destaque positivo Rio de Janeiro e Roraima, por terem sido os que mais ganharam posições em relação à edição de 2021.

O Rio de Janeiro ganhou 6 posições no Ranking Geral, passando da 17ª para 11ª colocação. O Estado subiu 9 posições no pilar de Eficiência da Máquina Pública, 6 posições no pilar de Segurança Pública, 3 posições no de Solidez Fiscal, e 1 posição no de Sustentabilidade Ambiental.

No pilar de Eficiência da Máquina Pública, o RJ subiu 9 posições, passando da 14ª para 5ª colocação, com melhoras relativas nos indicadores de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (+11 posições), Eficiência do Judiciário (+7), Oferta de Serviços Públicos Digitais (+6), e Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual (+5). No pilar de Segurança Pública, o Estado subiu 6 posições em relação à edição de 2021, passando da 26ª para 20ª colocação, com destaque para o desempenho no indicador de Presos sem Condenação (+7 posições). No pilar de Solidez Fiscal, o Rio de Janeiro subiu 3 posições, passando da última para 24ª colocação, com melhora relativa nos indicadores de Resultado Primário (+19 posições), Poupança Corrente (+18), Gasto com Pessoal (+10) e Índice de Liquidez (+6).

Já o estado de Roraima ganhou 5 posições no Ranking Geral, passando da última para a 22ª colocação. O Estado subiu 13 posições no pilar de Sustentabilidade Ambiental, 7 posições no pilar de Capital Humano, 4 posições no de Infraestrutura, 2 posições no de Inovação e 1 posição no de Eficiência da Máquina Pública.

No pilar de Sustentabilidade Ambiental, RR subiu 13 posições, passando da 25ª para 12ª colocação, com melhoras relativas nos indicadores de Emissões de CO2 (+24 posições) e Destinação do Lixo (+11). No pilar de Capital Humano, o Estado subiu 7 posições em relação à edição de 2021, passando da 10ª para 3ª colocação, com destaque para o desempenho no indicador de Custo de Mão de Obra (+4 posições). No pilar de Infraestrutura, Roraima subiu 4 posições, passando da 23ª para 19ª colocação, com melhora relativa nos indicadores de Backhaul de Fibra Óptica (+12 posições), Custo da Energia Elétrica (+9) e Custo de Combustíveis (+3).



Desempenhos das UFs em cada pilar – I

	Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação		Solidez Fiscal	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	100,0	1	90,9	4	79,5	4	100,0	1	61,1	16
SC	72,7	2	100,0	1	100,0	1	92,6	3	65,8	15
PR	64,9	8	84,4	5	81,1	3	86,4	5	75,5	10
DF	70,4	4	94,0	2	83,5	2	83,1	6	59,0	18
MT	72,5	3	59,5	10	62,6	8	64,3	10	100,0	1
RS	40,2	21	91,6	3	76,9	5	74,3	9	13,7	25
MS	65,4	7	77,1	7	54,9	10	55,3	14	76,5	9
MG	57,1	13	82,0	6	54,0	11	92,7	2	6,0	26
GO	42,2	20	64,3	9	56,7	9	77,8	7	73,2	11
ES	69,1	5	68,8	8	24,2	18	75,0	8	98,0	2
RJ	48,0	17	52,7	11	21,1	20	62,2	12	40,1	24
PB	67,9	6	30,4	15	73,1	6	47,0	17	69,1	13
CE	64,8	9	25,2	17	9,1	25	88,0	4	76,8	8
AL	62,1	11	21,4	19	45,0	12	47,4	16	92,0	3
PE	59,3	12	21,0	20	19,4	22	60,5	13	55,2	20
AM	0,0	27	23,2	18	13,3	24	41,5	22	69,2	12
BA	50,0	16	18,0	21	16,4	23	37,6	24	84,2	4
TO	46,6	18	44,9	12	44,4	13	45,8	19	48,5	22
RO	56,9	14	43,1	13	22,2	19	42,5	20	77,5	6
RN	62,3	10	34,8	14	35,8	16	46,4	18	0,0	27
SE	55,5	15	17,4	22	27,2	17	49,0	15	60,1	17
RR	45,7	19	14,2	23	0,0	27	17,2	26	66,8	14
PA	15,4	25	9,4	25	38,4	15	34,7	25	79,2	5
AC	14,4	26	12,5	24	63,2	7	42,4	21	54,4	21
PI	40,0	22	26,7	16	19,8	21	63,9	11	57,0	19
MA	34,0	23	0,0	27	43,9	14	40,4	23	44,7	23
AP	29,1	24	6,1	26	3,0	26	0,0	27	77,3	7

Desempenhos das UFs em cada pilar – II

	Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	77,7	4	52,4	6	97,9	2	65,9	5	97,3	2
SC	100,0	1	10,7	24	80,7	4	66,7	4	82,4	4
PR	99,6	2	32,8	15	100,0	1	30,8	16	84,7	3
DF	66,2	11	100,0	1	87,5	3	24,7	18	58,6	11
MT	63,2	14	21,8	19	47,1	13	62,8	6	23,5	23
RS	87,1	3	10,2	25	69,1	6	11,8	22	100,0	1
MS	69,0	8	25,3	17	57,2	10	31,8	15	46,6	14
MG	69,1	7	35,0	14	65,3	8	34,0	14	68,2	6
GO	65,4	13	11,3	23	71,6	5	53,3	8	33,4	17
ES	58,3	16	16,1	22	64,2	9	3,7	26	41,4	16
RJ	76,2	5	57,4	4	67,9	7	20,0	20	66,5	10
PB	48,1	18	21,6	20	36,9	18	0,0	27	68,6	5
CE	46,3	19	36,0	12	47,0	14	27,9	17	53,6	12
AL	38,3	20	41,2	11	55,2	11	24,2	19	26,6	19
PE	66,4	10	46,4	7	41,5	16	43,6	11	67,4	7
AM	65,9	12	83,7	2	45,5	15	100,0	1	66,6	8
BA	74,8	6	41,3	10	38,9	17	4,7	25	43,9	15
TO	24,0	24	36,0	13	30,3	21	56,7	7	15,4	24
RO	68,8	9	0,0	27	7,3	25	34,9	13	26,0	21
RN	62,8	15	42,3	9	15,7	24	12,0	21	66,6	9
SE	55,7	17	7,7	26	31,1	20	8,2	24	53,5	13
RR	2,7	26	75,0	3	55,1	12	93,6	2	3,9	25
PA	26,8	23	17,7	21	20,6	22	46,5	10	26,5	20
AC	37,5	21	24,8	18	0,0	27	51,1	9	2,8	26
PI	0,0	27	32,4	16	19,8	23	11,3	23	25,1	22
MA	30,6	22	44,9	8	6,2	26	40,8	12	27,8	18
AP	3,8	25	54,1	5	34,1	19	78,7	3	0,0	27

MINAS GERAIS

COLOCAÇÃO GERAL NO BRASIL – 2022*

8º LUGAR

Minas Gerais e o Ranking de Competitividade dos Estados: 8ª posição, a mesma do ano anterior

*Manteve a posição em relação a 2021

O posicionamento de Minas Gerais melhorou em educação, infraestrutura, potencial de mercado e capital humano, mas piorou em sustentabilidade ambiental, segurança pública e solidez fiscal

Minas Gerais tem, hoje, o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas a colocação de Minas no Ranking de Competitividade dos Estados, publicado no dia 13 de setembro último, não reflete a mesma posição e, em 2022, o Estado permaneceu em oitavo lugar. Minas caiu do sexto para o oitavo em 2019, posição da qual só melhorou em 2020, quando passou para o sétimo, porém retornou ao oitavo logo em seguida.

Em 2022, a divulgação do ranking ganhou maior relevância, pondera o especialista Lucas Cepeda, gerente de competitividade do CLP: "A avaliação da qualidade da gestão pública ganha um significado ainda mais especial em um ano eleitoral, em que avaliamos as gestões que estão acabando agora. Não adianta olhar todos os indicadores e achar que se conseguirá melhorar todos no curto e médio prazo. É preciso identificar os gargalos mais urgentes do Estado para serem focos de trabalho", destacou.

Na primeira colocação do ranking, como se repete desde 2016, continua São Paulo. O Rio de Janeiro é o único Estado do Sudeste que não está entre os dez mais competitivos, grupo que deixou em 2020 — atualmente, ele é o 11º e o Espírito Santo, o décimo.

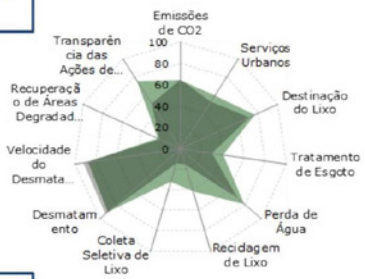
Minas, ao mesmo tempo em que evoluiu em algumas frentes, regrediu em outras entre o ranking de 2021 e o de 2022. O maior avanço foi relativamente ao Capital Humano, que inclui questões sobre mão de obra qualificada, por exemplo. Nesse fator, Minas escalou seis posições e chegou à 14ª posição. Também houve avanço em Potencial de Mercado, que mensura pontos como a taxa de crescimento econômico. Minas também está na 14ª posição nesse pilar, após escalar cinco posições. A Educação é um destaque, e Minas ocupa a segunda posição nesse quesito, atrás somente de São Paulo.

Cepeda ressalta a Infraestrutura, que teve um avanço de quatro posições, o que deixou o Estado em 13º lugar. "Minas conseguiu ter melhora no indicador de Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações e ganhará um prêmio com o programa Minas Comunica II", pontua. O projeto, originado em 2014, forneceu à população de localidades rurais à internet por meio de telefonia móvel e, agora, recebeu o Prêmio Excelência em Competitividade, na categoria Boas Práticas.

Minas Gerais — Posição no Ranking Geral: 8

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 8

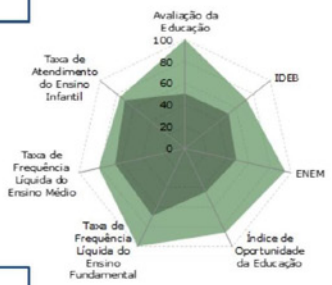


Capital Humano

Posição 14

Educação

Posição 2

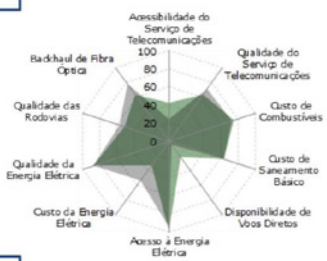


Eficiência da Máquina Pública

Posição 7

Infraestrutura

Posição 13

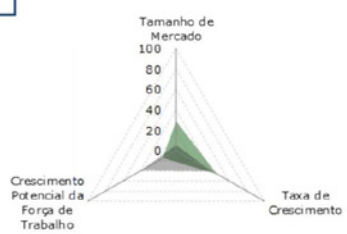


Inovação

Posição 6

Potencial de Mercado

Posição 14

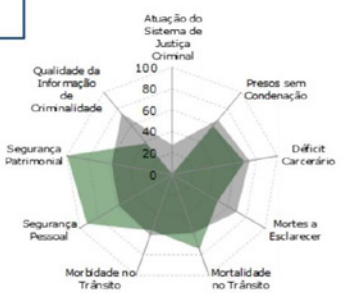


Solidez Fiscal

Posição 26

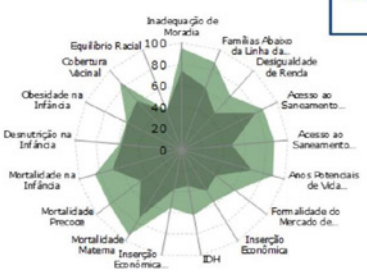
Segurança Pública

Posição 11



Sustentabilidade Social

Posição 6



Minas Gerais — Posição no Ranking Geral: 8

Capital	Número de municípios	Área 2021 (km²)	População 2021¹	Dens. demográfica 2021 (hab/km²)
Belo Horizonte	853	586.521.121	21.168.791	36,09
	Participação: 15,3%	Participação: 6,9%	Participação: 10,1%	Brasil: 24,69

PIB total 2021² (R$ bilhões)	PIB per capita 2021² (R$/hab)	Agropecuária 2019	Indústria 2019	Serviços 2019
676,73	31.968	5,7%	25,4%	68,9%
Participação: 9,1%	Brasil: 35.357	Brasil: 5,3%	Brasil: 21,1%	Brasil: 73,5%

Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental
Reciclagem de Lixo - Pos.: 5
Desmatamento - Pos.: 18

Sustentabilidade Social
Inadequa. Moradia - Pos.: 3
Obesidade Infância - Pos.: 13

Capital Humano
Produtiv. do Trab. - Pos.: 11
Custo Mão de Obra - Pos.: 17

Segurança Pública
Segurança Patrim. - Pos.: 1
Atuaç. Sist. Just. Crim. - Pos.: 27

Educação
Avaliação da Educ. - Pos.: 1
IDEB - Pos.: 8

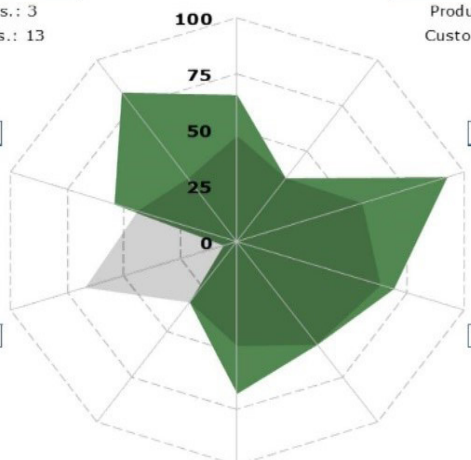
Solidez Fiscal
Dependência Fiscal - Pos.: 3
Gasto com Pessoal - Pos.: 26

Eficiência da Máquina Pública
Índice de Transp. - Pos.: 1
Quali. Info. Cont. Fisc. - Pos.: 25

Potencial de Mercado
Tamanho de Mercado - Pos.: 3
Cresc. Força Trab. - Pos.: 25

Infraestrutura
Disponib. Voos Diret. - Pos.: 4
Custo Energia Elétr. - Pos.: 23

Inovação
Patentes - Pos.: 6
Invest. Públ. P&D - Pos.: 18



MG Mediana

1.Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

Solidez Fiscal é o pior pilar de Minas, penúltimo Estado do ranking nesse quesito

Entre os dez pilares do Ranking de Competitividade dos Estados, a Solidez Fiscal é o pior. Em meio aos debates sobre o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), Minas é o penúltimo Estado na listagem, à frente apenas do Rio Grande do Norte. Em uma escala de zero a cem, a pontuação de Minas nesse pilar é 6,03. Ele caiu duas posições em relação à lista de 2021. Entre os indicadores que compõem esse pilar, só no quesito de Sucesso do Planejamento Orçamentário o Estado caiu cinco posições. "Minas vai mal em quatro dos nove indicadores de Solidez Fiscal. Ela é a base para todas as demais políticas", avalia Cepeda.

De um ano para o outro, Minas caiu, ainda, três posições no pilar de Sustentabilidade Ambiental e, agora, ocupa a oitava posição. Também houve uma queda de três posições nos quesitos Segurança Pública e Sustentabilidade Ambiental, em que ela ocupa o 11º e o oitavo lugares, respectivamente.

POSIÇÃO DE MINAS EM CADA PILAR DO RANKING DE COMPETITIVIDADES DOS ESTADOS

- ***Sustentabilidade Ambiental: 8º***
- ***Capital Humano: 14º***
- ***Educação: 2º***
- ***Eficiência da Máquina Pública: 7º***
- ***Infraestrutura: 13º***
- ***Inovação: 6º***
- ***Potencial de Mercado: 14º***
- ***Solidez Fiscal: 26º***
- ***Segurança Pública: 11º***
- ***Sustentabilidade Social: 6º***

Minas é o sexto Estado em Ranking de Sustentabilidade

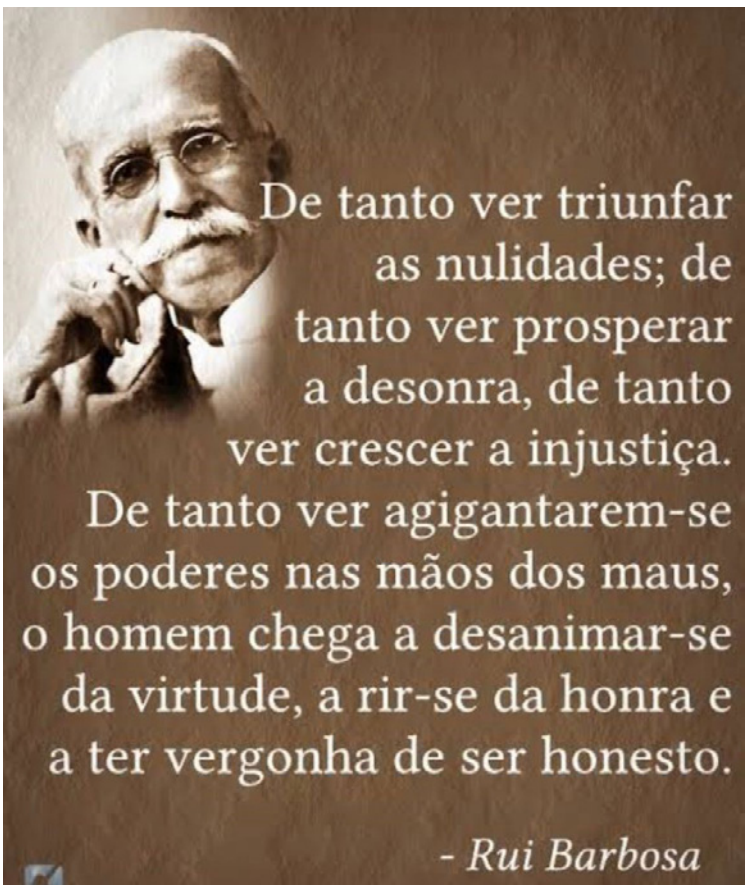
O Centro de Liderança Pública (CLP) também calcula o Ranking de Sustentabilidade dos Estados. Ele avalia os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável e as 169 metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), além de critérios de ESG (governança ambiental, social e corporativa) validados pela União Europeia. Nesse ranking, Minas ocupa a sexta posição, com 64,7 de cem pontos. O primeiro colocado, São Paulo, alcançou pontuação de 99,7.

Outro ranking organizado pelo CLP é o de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU. Minas também aparece em sexto lugar nessa lista, com 68,3 pontos.

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é administrador, economista e bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Minas Gerais e Diretor-Geral (Reitor) da Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea intitulada Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento

Anota aí!



Os homens ricos viviam sempre pelejando, como acontece ainda no panorama brasileiro. O homem, depois que fica muito rico quer entrar para a política. Porque, sem dúvida, as duas forças que existem no mundo são: a força do dinheiro e a força do poder. E, quando o cidadão tem a força do dinheiro, quer também possuir a outra.

Juscelino Kubitschek

Iluminação da Praça Sete em Belo Horizonte, Minas Gerais, é ampliada

Dois quarteirões da Praça Sete, no centro de Belo Horizonte tiveram a iluminação ampliada. A BHIP, concessionária que opera a iluminação pública da capital mineira, informa que se tratam de trechos que possuíam estruturas tombadas e que tiveram iluminação complementar instalada.

Os trechos são a Rua dos Carijós com Rua Espírito Santo e Rua Rio de Janeiro com Rua dos Tamoios. Foram instalados quatro novos projetores na estrutura de aço existente, dois deles serão embutidos e outros dois, sobrepostos.

Os trabalhos incluem ainda a "remodernização" de 37 luminárias por modelos de maior fluxo luminoso, além da instalação de novos projetores nos postes de aço e pilares de concreto existentes.

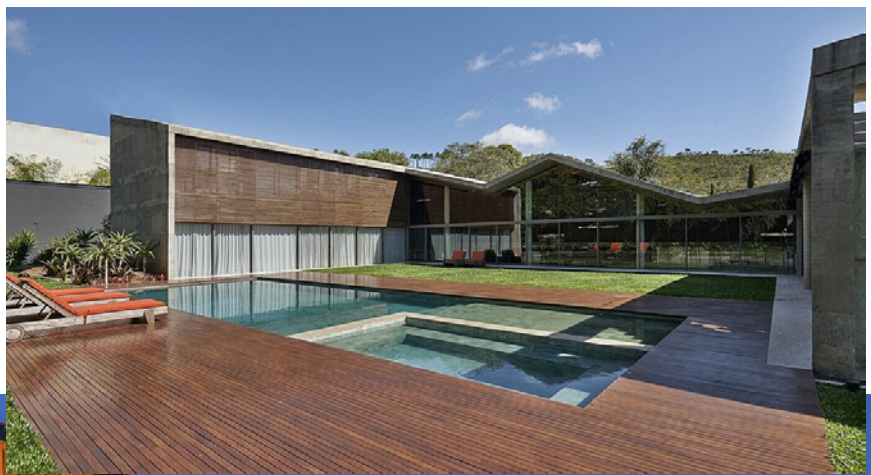
"Importante dizer que os projetores LED iluminam melhor, são mais econômicos e duram até três vezes mais. Além disso, temos a tecnologia como principal aliada. A BHIP consegue identificar rapidamente possíveis falhas por meio do sistema de tele gestão, instalado nas luminárias das principais avenidas da capital. Essa inovação permite que, com o auxílio de um controlador, o monitoramento seja feito remotamente e com mais eficácia na manutenção e no controle da iluminação", afirma o presidente da empresa, Marcelo Menegatto.

A BHIP é a concessionária de iluminação pública que tornou o município de Belo Horizonte a primeira capital brasileira a contar com parque de iluminação modernizado em LED. Ao todo, 182 mil pontos de iluminação pública foram trocados, o que gerou economia de energia elétrica, melhor iluminação e durabilidade três vezes maior. A concessão foi estabelecida por meio de Parceria Público-Privada (PPP) em 2017 e tem prazo de 20 anos. A BHIP também é responsável por um eficiente e diferenciado plano de manutenção preventiva e corretiva, que garante o pleno funcionamento de todo o parque de iluminação pelo período da prestação do serviço.

GPA&A é eleito o 5º melhor escritório de arquitetura do Brasil

A GPA&A foi eleita a 5º melhor empresa de arquitetura brasileira de acordo com a lista elaborada pelo site nova-iorquino Architizer.

O ranking 25 Best Architecture Firms in Brazil foi escolhido pelos editores do site através de uma análise ampla sobre a produção e premiações de cada escritório, número de projetos publicados no site e relevância. A plataforma, fundada em 2009, foi guiada por esses 14 anos de dados e conhecimento do setor.



Em ranking da ONU Brasil cai 11 posições

O motivo dos brasileiros estarem mais infelizes no país

O Word Happiness Report - relatório da felicidade, feito pela ONU (Organização das Nações Unidas), utilizou sete indicadores para fazer um estudo com mais de 130 nações a fim de entender quais países são os mais felizes do mundo. O Brasil já vem em uma trajetória de queda, e Rebeca Toyama, especialista em carreira e comportamento, explica seu ponto de vista sobre o resultado e ainda traz dicas para os brasileiros levarem uma vida mais feliz e com mais sentido.

Um dos indicadores utilizados, talvez um dos mais importantes, onde é questionado qual nota daria para a vida dentro daquele país, dados indicam que os brasileiros estão mais infelizes. Os números mostram que mesmo não havendo um incidente grave como uma guerra civil declarada dentro do país, no Brasil, há um clima de hostilidade política e isso também influencia a queda no ranking.

Além disso, a ONU utiliza alguns dados do país como por exemplo: o PIB, expectativa de vida, e a percepção de corrupção de cada indivíduo. O Brasil já vem em trajetória de queda há algum tempo, neste ano, o país ocupa a posição 49º, onze lugares a menos do que no ano de 2022, quando estava na 38º posição.

Em 2020, o Brasil ocupava a 29º posição e em 2015, momento onde conseguiu atingir seu melhor patamar, estava na 16º posição.

Para Rebeca Toyama, especialista em comportamento, a queda no ranking está ligada a uma quase guerra civil motivada pela polarização política, junto com o reflexo da pandemia e também com todas as questões de uma crise econômica.

"Nos últimos anos tivemos fatores que prejudicaram os brasileiros

e os afastaram da felicidade: efeitos da pandemia, crise econômica global e cenário político no Brasil, e isso mostrou que a musculatura do brasileiro não deu conta", comenta Rebeca Toyama, especialista em carreira e comportamento.

A Finlândia lidera a lista pela sexta vez consecutiva no ranking, seguida da Dinamarca e da Islândia. E o que chamou atenção no top 10 foi Israel, que estava em 2022 na 9º posição e em 2023 ocupa a 4º posição. Já quando falamos das últimas posições do ranking, entre os cinco últimos colocados encontramos países da África e do Oriente Médio, como Botswana, Líbano e Afeganistão, encerrando o ranking.

Para melhorar a posição do Brasil no ranking, a especialista avalia que o país está sendo convidado a amadurecer e se comportar como um país que está entre as 10 principais economias.

"Temos a capacidade de transformar a realidade! Precisamos sair do papel de vítima e ir para o papel de protagonista e talvez esse seja o convite que a gente tenha que aceitar, somos uma grande nação e precisamos nos comportar dessa forma, começando pelos líderes políticos. É importantíssimo entender que a qualidade de vida e bem-estar são coisas que devem ser planejadas e não devem acontecer ao acaso. Precisamos ser a causa do resultado e a partir disso a gente consegue construir um futuro diferente com mais qualidade de vida e bem-estar", revela Rebeca.

Como trazer mais felicidade e bem-estar para a vida dos brasileiros?Segundo Toyama, é necessário também um amadurecimento por parte dos brasileiros para se sentirem responsáveis pela realidade da nação, ao invés de querer encontrar formas de mudar de país ou até mesmo de planeta.

"Entender que é aqui que vamos poder construir nossa história e cuidar desse lugar para que ele seja o cenário para que essa história aconteça de forma harmônica e saudável. Os brasileiros precisam amadurecer como cidadãos, aprender a votar, colaborar com as decisões da sua cidade, e se sentir responsável pelos nossos espaços. Então, é ir no caminho da responsabilidade e do amadurecimento. O brasileiro tem que olhar os problemas como oportunidade de crescimento, e entender que uma nação forte, saudável economicamente, socialmente e eticamente, é um legado incrível que podemos deixar para as gerações futuras", finaliza.

Rebeca Toyama selecionou 5 dicas para os brasileiros levarem uma vida mais feliz e com mais sentido:

1- Busque aproximar seu trabalho de seu propósito: Reconheça e colabore com seus talentos e conhecimentos, isso fortalecerá você e dará sentido a sua carreira;

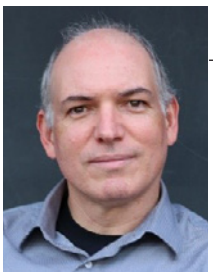
2- Pratique gratidão: Focar nas coisas pelas quais você é grato pode ajudar a aumentar sua felicidade e a valorizar as coisas positivas em sua vida;

3- Cultive relacionamentos positivos: Fortalecer relacionamentos com amigos e familiares pode ajudar a aumentar sua felicidade e senso de conexão com outras pessoas;

4- Mantenha um estilo de vida saudável: Cuidar do seu corpo e mente através de uma alimentação saudável, atividade física regular e sono adequado pode ajudar a melhorar sua saúde e bem-estar emocional;

5- Apoie um movimento social: Pratique atividade voluntária, fomente uma rede de apoio, contribua com alguma causa, existe uma variedade enorme de possibilidades: crianças, idosos, mulheres, gestantes, animais, arte, cultura, ecologia, direitos humanos.

Rebeca Toyama é porta-voz da ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) do Programa Liderança com ImPacto da ONU, fundadora da ACI – Academia de Competências Integrativas, uma empresa signatária do Pacto Global da ONU e participante do Movimento Mente em Foco promovido pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU. É Mestre em Psicologia Clínica e Administradora. Especialista em liderança, carreira e tendência do mundo do trabalho. Atua há 20 anos como palestrante, mentora e coach.



JUAN JENSEN

Crescimento econômico só traz felicidade se acompanhar propósito social

Dinheiro traz felicidade? Essa é uma das perguntas que perpassa a teoria econômica em todo o mundo. Promover o desenvolvimento da economia de forma que as pessoas fiquem com a sensação de satisfação e bem-estar é um dos objetivos de governos, de algumas empresas e da sociedade civil. A questão é que produzir cidadãos felizes não é tão simples assim – e tampouco depende exclusivamente do crescimento econômico.

O bom andamento da economia é apenas um dos fatores que influenciam nossos sentimentos. Ter bastante dinheiro pode até facilitar várias coisas em nossas vidas, mas está claro que mesmo endinheirados podem se sentir tristes. O desenvolvimento econômico só traz felicidade, de fato, quando acompanhado de propósitos e valores sociais. Em suma: a satisfação pessoal depende da capacidade de transformar esse dinheiro em medidas que estimulam a liberdade e a percepção de avanço em cada um de nós.

A economia, claro, é parte integrante dessa engrenagem em que todas as peças precisam funcionar. O estudo World Happiness Report, elaborado pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, corrobora essa reflexão. O levantamento para determinar a felicidade de uma nação inclui fatores como PIB per capita e percepção da corrupção (inerentes ao desenvolvimento econômico), mas também questões mais subjetivas, como liberdade para fazer escolhas, generosidade, expectativa de vida e assistência social (aqui entendida como disponibilidade de rede de apoio).

Fosse o dinheiro a métrica mais importante, países bem mais desenvolvidos economicamente estariam nas primeiras posições. Mas o último estudo, realizado em 2022, mostra que Alemanha e Estados Unidos, por exemplo, ocupam a 14ª e 16ª posições. Parece bom, mas Islândia e Luxemburgo, que não possuem a mesma dimensão, estão em terceiro e em sexto no ranking.

Mas a economia, ou melhor, a percepção e distribuição de riquezas influencia a interpretação das pessoas sobre a própria felicidade. É uma lógica até simples: quando a situação é positiva, tendemos a olhar para o melhor cenário como algo a ser atingido em breve. O cenário brasileiro no World Happiness Report é um indicativo disso. Na última edição, o país esteve na 38ª colocação com 6,293 de média na avaliação. Mas em 2015, quando ainda se iniciava uma grave crise econômica, ocupávamos a 16ª colocação com 6,983.

O que os dados do principal estudo global sobre felicidade mostram é que o desenvolvimento econômico tem o poder de impactar positivamente a forma como as pessoas enxergam a vida e o que está no entorno. Mas ele, sozinho, não tem o poder de fazer uma pessoa feliz – ou pelo menos se sentir satisfeita consigo mesma. Pelo contrário, pode até agravar quadros mais graves de tristeza.

Isso ocorre porque a economia, na prática, é a transformação de recursos naturais e do esforço humano em bens e serviços que visam atender, vejam só, às próprias demandas. Em outras palavras: dedicamos muito tempo e energia para criar e produzir coisas cuja única finalidade é nos servir – e isso custa tempo de vida que dinheiro nenhum poderá comprar de volta. Quem nunca sentiu que se dedicou mais ao trabalho e perdeu situações

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

preciosas com a família e/ou os amigos?

As gerações mais jovens já perceberam isso e entenderam que produtividade, vejam só, não depende apenas de sua capacidade produtiva, mas do bem-estar que sentem ao trabalhar naquilo que acreditam.

É neste ponto que o crescimento econômico vai ao encontro do propósito ou, para usar uma linguagem corporativa, da missão e dos valores que a organização pretende passar. A busca por indicadores econômicos positivos precisa estar atrelada a ações que permitam aos cidadãos aproveitarem a assistência social, ampliarem boas práticas de saúde e despertarem a generosidade em suas rotinas.

Quando se fala de um país, essas medidas recebem o nome de políticas públicas. Nas empresas, são processos. Em ambas, o crescimento da Economia deve ser utilizado como um meio para se chegar ao objetivo (a felicidade plena) e não o fim em si próprio, como se a grande quantidade de dinheiro no bolso pudesse resolver todos os problemas. É apenas um tópico que oferece os recursos necessários para que tais iniciativas possam ocorrer tranquilamente e sem problemas.

A busca pela felicidade é um importante indicador de avaliação de um país, estado, cidade ou região. Não à toa, em 2010 houve até movimentação no Congresso Federal para tentar incluir o tema na Constituição Federal. Afinal, pessoas felizes significam cidadãos satisfeitos com a atuação do poder público e da iniciativa privada – e dispostos a retribuir esse bem estar em suas próprias relações sociais.

**Juan Jensen, chairman da 4intelligence, startup especializada em soluções que apoiam a tomada de decisão por meio da análise de dados – e-mail: *4intelligence@nbpress.com.br*

A 4intelligence é uma plataforma de advanced analytics, que nasceu com o propósito de tornar a construção de modelos preditivos uma tarefa ágil, tanto para cientistas de dados como analistas de negócio, para que todos consigam tomar decisões mais rápido, em larga escala e precisão.

A 4i também é associada a I2AI (International Association of Artificial Intelligence), maior associação de inteligência artificial do Brasil. Além disso, a companhia já recebeu 120 prêmios, entre eles pelo Banco Central, Secretaria da Economia, Agência Estado e Consensus Economics. Também concorreu com grandes financeiros do setor, como Bradesco, JP Morgan, Barclays, Santander, entre outras consultorias gigantes.

Minascentro comemora sucesso da reabertura

Sob gestão da iniciativa privada desde o início de 2022, o tradicional espaço, no Centro de Belo Horizonte, realizou mais de 100 eventos em apenas nove meses

Quando iniciou sua carreira, ainda como estagiário do Minascentro, o administrador e contador José Eustáquio de Oliveira atuava na área operacional do tradicional espaço de eventos, no Centro de Belo Horizonte, e teve como primeira atribuição numerar as poltronas do Grande Teatro. O ano era 1983, época em que o empreendimento se preparava para ser inaugurado. Ele se lembra, com carinho, dessa primeira etapa de trabalho, que durou até 2018, inclusive porque foi lá que também conheceu sua esposa Nelma, durante um congresso. Eles se apaixonaram e o casamento já soma 35 anos e dois filhos. No início de 2022, Eustáquio, agora com 63 anos e duas graduações, retornou ao Minascentro, que se preparava para ser reaberto, sob administração da iniciativa privada, após quatro anos fechado para reformas. E ficou ainda mais feliz com o que encontrou. "Voltar a trabalhar aqui é uma realização tanto profissional quanto de vida! Mas fiquei mais orgulhoso ao ver como a casa está bonita, adaptada ao deficiente físico, com tudo bem estruturado e um atendimento muito profissional. Foi uma ótima surpresa, assim como tem sido para todos que nos procuram", afirma.

Hoje, como consultor e à frente da gestão operacional do Minascentro, Eustáquio avalia que essas transformações pelas quais o espaço passou – estrutura física e profissionalização – foram essenciais para explicar o sucesso alcançado na "primeira temporada". Administrado pelo Consórcio Minascentro, liderado pela Chevals Centro de Eventos desde o início de 2022, o empreendimento foi reaberto em março e superou a marca de 100 eventos realizados em pouco mais de nove meses. O resultado superou as expectativas e significa um crescimento em torno de 20% em comparação com 2017, último ano de funcionamento, envolvendo diversos segmentos, como feiras, congressos setoriais, encontros de negócios, eventos de conteúdo, solenidades políticas, ações sociais, moda, gastronomia, cultura, shows de pequeno e grande porte, entre outros. Alguns destaques, inclusive, marcaram essa

nova fase da história do espaço: shows dos renomados Chico Buarque, Maria Bethânia, Lenine e Ana Carolina, realização do Festival Internacional de Quadrinhos (FIC), do Minas Trend Preview, final do Campeonato Brasileiro de Wild Rift e Anime Festival, Dia da Indústria, entre outros destaques.

Com uma repercussão tão positiva, as perspectivas para 2023 são ainda mais otimistas, tanto em relação ao aumento da ocupação – que já está na casa dos 65% para o ano – quanto à ampliação das conexões e da satisfação dos artistas, produtores e do público. "O retorno que tivemos foi o melhor possível, especialmente para um equipamento que estava parado e, em tão pouco tempo, conseguiu tanto movimento. Foi um ano muito intenso! Agora vamos consolidar esse desempenho em 2023", destaca o representante do Consórcio e atual gestor do Minascentro, Rômulo Rocha. Ele acrescenta que a estratégia de reposicionamento e consolidação do Minascentro como um dos mais importantes centros de experiência de Minas Gerais seguem fortes neste ano.

Eustáquio também está confiante para uma nova temporada de sucesso – para ele e para sua "segunda casa". "A equipe é muito qualificada e conhece bem o meio cultural e de eventos. Em geral, são profissionais da área e trabalham de forma muito coesa. Hoje ainda há manutenções permanentes do espaço e apoio operacional muito maior para todos os envolvidos nos eventos, além de um contato bem próximo aos produtores. Tudo muito mais profissionalizado", detalha o gerente de operações, que não esconde a alegria com a retomada do espaço.

AMOR, PROXIMIDADE E PROFISSIONALISMO

Outra pessoa que compartilha o sentimento de Eustáquio é o ator, diretor e produtor de eventos, Maurício Canguçu, que tem uma longa história de apresentações, sucesso e de amor com o Minascentro. "Essa reabertura foi maravilhosa. Eu tenho um carinho especial e uma memória afetiva linda com o lugar, mas acredito que essa é a sensação de todos os produtores. Não é apenas mais um espaço versátil para trazer nossos eventos para BH e movimentar a cidade. O Minascentro, hoje, oferece muita agilidade na solução de todo tipo de questão dos produtores, tem disposição para resolver adversidades, muito mais recursos tecnológicos e operacionais, como a qualidade de luz e som, e um ótimo atendimento ao público e ao artista", detalha Canguçu.

Entre os inúmeros projetos que apresentou no espaço, ele destaca a peça "Acredite, um espírito baixou em mim!", um dos maiores sucessos do teatro belo-horizontino, em cartaz, no Minascentro, durante quase 10 anos, entre o final dos anos 1990 e início de 2000. "O Grande Teatro é diferenciado, porque é grande, com mais de 1.500 lugares, mas, ao mesmo tempo, parece menor, porque mantém uma proximidade com a plateia, é intimista. Isso é muito importante para o artista e o produtor. E, hoje, ficou ainda melhor, pois existe uma estrutura pronta, preparada para receber o artista, o produtor e o público", complementa.

"Fã de carteirinha" de Ana Carolina, Josy Vaz Batista, de 33 anos, comprovou de perto toda essa nova estrutura do Minascentro, inclusive a acessibilidade. Ela ganhou o sorteio de ingressos para o show da cantora, no final do ano passado, com direito a visita ao camarim, e conta que a experiência foi "só alegria e emoção". "Foi tudo muito bacana, desde o primeiro contato, por telefone, até antes e depois do show. Fui muito bem recebida por todos e, principalmente, não tive problemas com a questão da locomoção", comenta. Situação bem diferente daquelas que costuma enfrentar no seu dia a dia como cadeirante, pois explica que as dificuldades de mobilidade, nos espaços públicos e privados, infelizmente, são constantes e "decepcionantes".

CONCESSÃO

Após a licitação, realizada pelo Governo de Minas Gerais, no formato de concessão de uso, a gestão do Consórcio Minascentro, liderado pela Chevals Centro de Eventos foi ganhadora do certame. A parceria com a iniciativa privada possibilitou ao Estado eliminar as despesas com a manutenção do espaço, economizando cerca de R$ 1,5 milhão ao ano, e ainda receber, por meio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), royalties anuais de cerca de R$ 4 milhões. Além disso, a população passou a usufruir de bens e serviços mais bem geridos, houve aumento da geração de empregos e mais movimento e dinamismo econômico, especialmente na cadeira de negócios, turismo eventos.

Reaberto em março de 2022, sob gestão da iniciativa privada - Consórcio Minascentro, liderado pela Chevals Centro de Eventos - passou por ampla reforma e ganhou ambientes versáteis, infraestrutura moderna e tecnologia de ponta. Com localização privilegiada, o Minascentro segue como concorrido centro de experiências para a realização de eventos voltados para negócios e para diversão, que potencializam a economia e estimulam o empreendedorismo.

O edifício que abriga o Minascentro tem fachada tombada, considerada patrimônio municipal, e interior com ambientes multiusos, modulares e flexíveis, preparados para abrigar eventos de diferentes formatos e dimensões, de forma simultânea. Dividido em três andares, numa área de mais de 23 mil m^2, o local tem capacidade para receber até 8 mil pessoas, com destaque para o grande teatro que abriga 1.593 pessoas.

Selic é mantida em 13,75% - Brasil continua campeão das taxas reais mais elevadas do mundo

Em reunião de política monetária realizada no dia 22 de março, o Copom manteve a sua taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano. A decisão, novamente unânime, veio em linha com a expectativa consensual dos participantes de mercados.

O comunicado da decisão sofreu ajustes importantes, mas, ao contrário do que apostava uma parcela dos participantes de mercado, não trouxe sinais consistentes de que uma flexibilização da política monetária seria iminente.

A comentar o entorno internacional, o Copom avaliou que o "ambiente externo se deteriorou", manifestando preocupação com os "episódios envolvendo bancos nos EUA e na Europa" que "elevaram a incerteza e a volatilidade dos mercados e requerem monitoramento".

Na conjuntura doméstica, o comunicado trouxe avaliação de que a atividade vem desacelerando em linha com a expectativa do Copom, mas que a inflação continua em níveis incompatíveis com as metas. Ademais, a autoridade continuou a manifestar preocupação com a elevação das expectativas inflacionárias, sobretudo para prazos mais longos; e revelou que suas projeções para a inflação também se elevaram, para todos os horizontes de projeção.

O Copom também continuou a "dar ênfase dar ao horizonte [de projeção] de seis trimestres à frente, referente ao terceiro trimestre de 2024, cuja projeção de inflação acumulada em doze meses situa-se em 3,8% (no cenário de referência, que leva em conta a trajetória para a Selic de acordo com a mediana das projeções de mercado)". No cenário alternativo do Copom, em que a Selic é mantida estável em todo o horizonte de projeção, a inflação alcança 3,3% no terceiro trimestre de 2024 e converge para a meta de 3% ao final de 2024.

No balanço de riscos do Copom, houve duas mudanças. Entre os fatores de riscos altistas para a inflação, o Copom continuou a incluir (1) a persistência de pressões inflacionárias globais e (2) a incerteza sobre o arcabouço fiscal, mas substituiu o risco de um "hiato do produto mais estreito (...), sobretudo no mercado de trabalho" pelo risco de "desancoragem maior, ou mais duradoura, das

expectativas de inflação para prazos mais longos".

Já entre os fatores de risco baixista para a inflação, o Copom continuou a incluir (1) um recuo mais forte nos preços das commodities e (2) uma desaceleração global mais acentuada, acrescentando que isso poderia ocorrer sobretudo "em função condições adversas no sistema financeiro global"; mas trocou o risco de "manutenção dos cortes de impostos" pelo risco de "uma desaceleração na concessão doméstica de crédito maior do que seria compatível com o atual estágio do ciclo de política monetária".

O Copom também reafirmou que "a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual", assinalando que, por um lado, "a recente reoneração dos combustíveis reduziu a incerteza dos resultados fiscais de curto prazo"; mas que, por outro lado, "a alta volatilidade nos mercados financeiros e as expectativas de inflação desancoradas em relação às metas em horizontes mais longos demandam maior atenção na condução da política monetária".

No trecho prospectivo do comunicado, o Copom afirmou que "segue vigilante", avaliando que a estratégia de manutenção da taxa básica de juros "por período prolongado" (e não mais "por período mais prolongado do que no cenário de referência") será capaz de assegurar a convergência da inflação. A exclusão dessa citação ao cenário de referência amplia a liberdade do Copom ao longo das próximas reuniões, ao eliminar a referência direta à manutenção dos juros por um período mais prolongado que aquele considerado no cenário de referência (que leva em conta a trajetória para a Selic de acordo com a mediana das projeções de mercado).

No entanto, vale destacar que o Copom manteve a sinalização de que "irá perseverar até que se consolide

não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas", novamente enfatizando "que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado".

Em resumo, o comunicado de política monetária tende a reafirmar a curva projetada pelo mercado para a Selic, que prevê um ciclo de flexibilização monetária começando apenas no final deste ano. No entanto, avaliações feitas indicam que as chances de que o ciclo de redução da Selic seja antecipado parece superar a probabilidade de que ele só venha a ser implementado no ano que vem. Isso porque o desaquecimento econômico e os riscos de contração aguda do mercado de crédito poderão passar a ter maior peso nas decisões do Copom.

Uma antecipação do ciclo de flexibilização está, em boa medida, condicionada a dois fatores: (i) que a definição do arcabouço fiscal ajude a moderar, e não a acentuar, as incertezas e a desconfiança na condução da política econômica; e (ii) que as metas de inflação para os próximos anos sejam recalibradas sem causar prejuízos à credibilidade do regime de metas e/ou dispersão adicional significativa das expectativas inflacionárias.

É a seguinte a nota oficial do COPOM de 22março2023:

"Desde a reunião anterior do Comitê de Política Monetária (Copom), o ambiente externo se deteriorou. Os episódios envolvendo bancos nos EUA e na Europa elevaram a incerteza e a volatilidade dos mercados e requerem monitoramento. Em paralelo, dados recentes de atividade e inflação globais se mantêm resilientes e a política monetária nas economias centrais segue avançando em trajetória contracionista.

Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores mais recentes de atividade econômica segue corroborando o cenário de desaceleração esperado pelo Copom. A inflação ao consumidor, assim como suas diversas medidas de inflação subjacente, segue acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação. As expectativas de inflação para 2023 e 2024 apuradas pela pesquisa Focus se elevaram desde a reunião anterior do Copom e encontram-se em torno de 6,0% e 4,1%, respectivamente.

Na mesma linha, as projeções de inflação do Copom em seu cenário de referência elevaram-se para 5,8% em 2023 e para 3,6% em 2024. As projeções para a inflação de preços administrados são de 10,2% em 2023 e 5,3% em 2024. O Comitê optou novamente por dar ênfase ao horizonte de seis trimestres à frente, referente ao terceiro trimestre de 2024, cuja projeção de inflação acumulada em doze meses situa-se em 3,8%. Em cenário alternativo, no qual a taxa Selic é mantida constante ao longo de todo o horizonte relevante, as projeções de inflação situam-se em 5,7% para 2023, 3,3% para o terceiro trimestre de 2024 e 3,0% para 2024. O Comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual.*

O Comitê ressalta que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma maior persistência das pressões inflacionárias globais; (ii) a incerteza sobre o arcabouço fiscal e seus impactos sobre as expectativas para a trajetória da dívida pública; e (iii) uma desancoragem maior, ou mais duradoura, das expectativas de inflação para prazos mais longos. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma queda adicional dos preços das commodities internacionais em moeda local; (ii) uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada, em particular em função de condições adversas no sistema financeiro global; e (iii) uma desaceleração na concessão doméstica de crédito maior do que seria compatível com o atual estágio do ciclo de política monetária.

Por um lado, a recente reoneração dos combustíveis reduziu a incerteza dos resultados fiscais de curto prazo. Por outro lado, a conjuntura, marcada por alta volatilidade nos mercados financeiros e expectativas de inflação desancoradas em relação às metas

em horizontes mais longos, demanda maior atenção na condução da política monetária. O Comitê avalia que a desancoragem das expectativas de longo prazo eleva o custo da desinflação necessária para atingir as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Nesse cenário, o Copom reafirma que conduzirá a política monetária necessária para o cumprimento das metas.

Considerando os cenários avaliados, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 13,75% a.a. O Comitê entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui os anos de 2023 e, em grau maior, de 2024. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

Considerando a incerteza ao redor de seus cenários, o Comitê segue vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação. O Comitê reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas, que mostrou deterioração adicional, especialmente em prazos mais longos. O Comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto de Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Fernanda Magalhães Rumenos Guardado, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso, Paulo Sérgio Neves de Souza e Renato Dias de Brito Gomes.

** No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de USD/BRL 5,25, evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária "amarela" em dezembro de 2023 e de 2024. O valor para o câmbio é obtido pelo procedimento usual de arredondar a cotação média da taxa de câmbio USD/BRL observada nos cinco dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom."*

FED mantém elevação de juros e indica que fim do ciclo pode estar próximo

A taxa básica de juros foi elevada em 0,25 ponto precentual, para o intervalo de 4,75% a 5% ao ano. A decisão foi unânime e veio em linha com a maioria dos participantes de mercado; mas contrariou uma parcela deles que, diante da instabilidade recente no sistema financeiro provocada pelo princípio de crise bancária, apostava na interrupção do ciclo de aperto monetário.

O comunicado da decisão trouxe algumas novidades. A menção às incertezas relacionadas à guerra russo-ucraniana foi excluída; e o FED incorporou um comentário sobre o "sistema bancário dos EUA", que, na visão da autoridade monetária, "é sadio e resiliente". Ainda assim, o FED reconheceu que "os desenvolvimentos recentes [no sistema bancário] devem resultar em condições de crédito mais restritivas para famílias e empresas e pesar na atividade econômica, no emprego e na inflação". Nesse contexto, a autoridade concluiu que "a extensão desses efeitos [da crise bancária] é incerta".

Outra mudança importante ocorreu na sinalização prospectiva do comunicado. Até a reunião passada, o FED tinha indicado que "aumentos adicionais da taxa básica de juros seriam apropriados" para "atingir uma postura de política monetária (...) suficientemente restritiva para retornar a inflação para 2% ao longo do tempo". No comunicado da reunião desta 4ª-feira, esse trecho foi alterado para indicar que "algum aperto adicional talvez seja apropriado". Ou seja, o FED antevê a possibilidade de mais um aumento de juros de 25 pontos-base, mas parece sugerir que o ciclo de aperto das condições monetárias está próximo de ser encerrado.

As projeções macroeconômicas sofreram poucas alterações em relação às estimativas publicadas em dezembro. As projeções para o crescimento do PIB foram ligeiramente revistas para baixo; mas as projeções de taxa de desemprego e inflação ficaram praticamente estáveis.

A mediana das projeções dos diretores do FED para a taxa básica de juros no final de 2023 também não se alterou - e sugere que a FED Funds Rate (FFR) após sofrer mais uma elevação de juros de 25 pontos-base, deverá permanecer estacionada no intervalo de 5% a 5,25% até o final do ano. Já a mediana das projeções de FFR para o final de 2024 elevou-se ligeiramente, de 4,125% para 4,25% - e indica que um ciclo bastante cauteloso de flexibilização monetária começará a ser implementado no ano que vem. (Fonte: LCA Consultores)

Lula está certo: "nenhum ser humano da Terra explica os juros atuais do Brasil"

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Com a manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano decidida pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central, no dia 22 de março último, o Brasil continua na liderança absoluta do ranking mundial de juros reais. Em uma lista contendo 40 países, a taxa brasileira lidera com 6,94% ao ano, em um cálculo que considera o juro básico e o desconto da inflação esperada para os próximos 12 meses de acordo com o Boletim Focus, divulgado por aquela autoridade monetária.

O levantamento foi feito pela Infinity Asset em parceria com a Money You. A segunda colocação pertence ao México, com 6,05%, seguido por Chile, com 4,92%. Entre os países listados no ranking, 16 deles têm juros reais positivos (taxa de juros maior do que a inflação). Os demais praticam juro real negativo (ou seja, inflação maior que a taxa nominal).

A questão dos juros elevados no Brasil não vem de hoje e tem sido um problema histórico a limitar a capacidade de crescimento da economia nacional.

ARGENTINA: PRIMEIRA E ÚLTIMA POSIÇÃO AO MESMO TEMPO

Na ponta oposta do ranking de juros, a Argentina registra uma taxa real negativa de 19,61%. No entanto, na lista com os mesmos países e considerando a taxa nominal (ou seja, sem desconto pela inflação), o país lidera com 78% ao ano. Nesta mesma comparação, o Brasil é o 2º da lista.

A taxa de juros nominal argentina, a Leliq, foi elevada no último dia 16. O fenômeno é resultado da disparada inflacionária no país. Em fevereiro, a alta de preços acumulada em 12 meses foi a 102,5%, a primeira vez que atingiu três dígitos desde um período de hiperinflação em 1991.

Apesar das tentativas do governo de limitar os preços no varejo, os preços seguem avançando na Argentina, impulsionados em parte por uma seca devastadora que está afetando a oferta de grãos e carne.

Nações, principalmente aquelas consideradas desenvolvidas, como Suécia e Espanha, praticam taxas negativas. Ou seja, o Brasil há muito está na contramão do mundo.

Assim, com a taxa básica de juros, a Selic, mantida em 13,75% ao ano, o Brasil continua detendo o maior patamar de juro real do mundo, mesmo quando comparado a vizinhos, como Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela. A decisão do Banco Central de manter a taxa neste patamar, na última quarta-feira, aumentou as críticas do presidente Lula à autoridade monetária. Ele afirmou que "nenhum ser humano da Terra" explica os juros atuais do Brasil.

De acordo com levantamento da Infinity Asset, a taxa de juro real no Brasil, resultado da taxa Selic descontada a inflação esperada para os próximos 12 meses, é de 6,94%. Em segundo lugar no ranking, aparece o México, com 6,05%, e depois o Chile, com 4,92%. Vale mencionar que os Estados Unidos têm taxa de juro real de 0,36%. Em termos nominais, sem descontar a inflação, somente a Argentina tem taxa de juros maior que os 13,75% do Brasil. No país vizinho, acossado pela disparada dos preços, a taxa é de 78% ao ano.

Analistas apontam, entre as justificativas, que o Brasil começou o ciclo de alta de juros antes que os outros países, também atingidos por uma inflação global em decorrência da pandemia e da guerra na Ucrânia.

O país conseguiu reduzir a inflação com o corte de impostos sobre os combustíveis no ano passado, mas o Banco Central ainda vê pressões inflacionárias na economia. Já outros países tiveram impacto maior na inflação da alta dos preços de petróleo e energia.

Em relação particularmente a países ricos, como Suíça, Alemanha e Estados Unidos, a diferença é uma questão de credibilidade, observam os especialistas. Enquanto as economias desenvolvidas têm maior estabilidade, o Brasil apresenta maior risco fiscal e, por isso, precisa oferecer juros maiores para atrair capital estrangeiro.

TAXAS NEGATIVAS

Países como Japão, Suécia, Portugal e Espanha têm taxas negativas de 1,54%, 4,03%, 4,34% e 4,78%, respectivamente. Isso significa que a taxa de juros vigente é inferior ao índice de variação de preços. Títulos públicos, por exemplo, têm rendimento insuficiente para sequer cobrir a inflação.

Economista-Chefe na Infinity Asset Management, Jason Vieira prevê que o início do ciclo de corte de juros no Brasil só comece no último trimestre do ano, apesar de o Banco Central ter dado início à subida da taxa antes e de forma mais rápida que outros países. Em apenas 15 meses, a Selic saiu de 2% para 13,75%.

Em artigo publicado no Valor Econômico de 13 de janeiro de 2017, o renomado economista André Lara Resende destacou:

"As altíssimas taxas brasileiras ficaram ainda mais difíceis de serem explicadas diante da profunda recessão dos últimos dois anos. Como é possível que depois de dois anos seguidos de queda do PIB, de aumento do desemprego, que já passa de 12% da força de trabalho, a taxa de juro no Brasil continue tão alta, enquanto no mundo desenvolvido os juros estão excepcionalmente baixos? Há quase uma década, nos Estados Unidos e na Europa, e há três décadas no Japão, os juros estão muito próximos de zero, ou até mesmo negativos, mas no Brasil a taxa nominal é de dois dígitos e taxa real continua acima de 7% ao ano".

O raciocínio de André Lara Resende é absolutamente límpido, claro, aritmético e verdadeiro. Ele arremata: "O Banco Central do Brasil tem quadros competentes, suas diretorias foram sempre ocupadas pelos melhores profissionais, mesmo durante os governos mais economicamente irresponsáveis, e tem cumprido o seu papel de defensor da estabilidade monetária. Tenho plena consciência da importância da autonomia do Banco Central. Por isso mesmo, sempre evitei me manifestar diretamente sobre ques-

Projeção de juro real ao redor do mundo

Números consideram taxa com desconto da inflação prevista para os próximos 12 meses

Média Geral -1,92%

1	**BRASIL**	6,94%
2	México	6,05%
3	Chile	4,92%
4	Filipinas	2,62%
5	Indonésia	2,45%
6	Colômbia	1,93%
7	Hong Kong	1,74%
8	África do Sul	1,60%
9	Israel	1,57%
10	Índia	1,29%
11	China	0,37%
12	Estados Unidos	0,36%
13	Hungria	0,34%
14	Rússia	0,19%
15	Nova Zelândia	0,15%
16	Malásia	0,11%
17	Reino Unido	-0,15%
18	Suíça	-1,30%
19	Taiwan	-1,53%
20	Japão	-1,54%
21	Coreia do Sul	-1,86%
22	Canadá	-2,35%
23	França	-2,44%
24	Cingapura	-2,50%
25	Austrália	-2,92%
26	Turquia	-3,71%
27	Suécia	-4,03%
28	Dinamarca	-4,16%
29	Tailândia	-4,19%
30	Portugal	-4,34%
31	Espanha	-4,78%
32	Alemanha	-4,87%
33	Áustria	-4,87%
34	Itália	-4,95%
35	Grécia	-5,61%
36	Bélgica	-6,42%
37	Polônia	-6,68%
38	República Checa	-7,17%
39	Holanda	-7,42%
40	Argentina	-19,61%

Fonte: Infinity Asset

tões monetárias conjunturais. Abro uma exceção. Suponha o caso de um paciente com doença crônica para a qual se administra um remédio há décadas. Há unanimidade médica de que, no caso desse paciente, a doença é resistente. Doses maciças vêm sendo receitadas sem resultado. Os efeitos secundários negativos são graves, debilitam e impedem a recuperação do paciente, que agora se encontra na UTI. Novos estudos, ainda que preliminares, questionam a eficácia do remédio. Pergunta: deve-se continuar a ministrar as doses maciças de remédio ou reduzir rapidamente a dosagem? Parece-me questão de bom-senso.

Pode-se perceber, claramente, os equívocos trazidos em relação ao conceito de que juros baixos estimulam a inflação, enquanto que juros altos funcionam para reduzi-la, predominante na política monetária adotada pelo Brasil ao longo das últimas décadas."

Em épocas passadas, chegou-se a afirmar que "ou o Brasil combatia as saúvas ou elas acabariam com o Brasil". Traduzindo para os tempos atuais é como afirmar que "ou o Brasil reduz as suas taxas de juros para níveis civilizados ou os juros liquidarão com a economia brasileira".

Fonte: Letycia Cardoso – O Globo Finanças – Infinity Asset

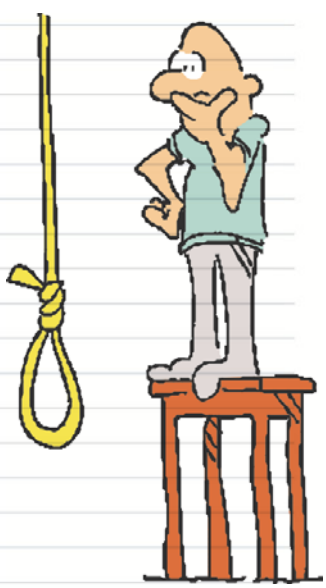
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é administrador, economista e bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Minas Gerais e Diretor-Geral (Reitor) da Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de ***MERCADOCOMUM****. Autor de vários livros, como a coletânea intitulada Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento*

Países com os maiores juros no mundo

Ranking considera taxa nominal, sem desconto da inflação, em 40 economias

Média Geral **6,98%**

1	Argentina	78,00%
2	**BRASIL**	13,75%
3	Hungria	13,00%
4	Colômbia	12,75%
5	Chile	11,25%
6	México	11,00%
7	Turquia	8,50%
8	Rússia	7,50%
9	África do Sul	7,25%
10	República Checa	7,00%
11	Polônia	6,75%
12	Filipinas	6,00%
13	Indonésia	5,75%
14	Índia	5,40%
15	Hong Kong	5,00%
16	Estados Unidos	5,00%
17	Nova Zelândia	4,75%
18	Canadá	4,50%
19	Austrália	3,60%
20	China	4,35%
21	Israel	4,25%
22	Reino Unido	4,25%
23	Cingapura	3,79%
24	Coreia do Sul	3,50%
25	Alemanha	3,50%
26	Áustria	3,50%
27	Bélgica	3,50%
28	Espanha	3,50%
29	França	3,50%
30	Grécia	3,50%
31	Holanda	3,50%
32	Itália	3,50%
33	Portugal	3,50%
34	Suécia	3,00%
35	Malásia	2,75%
36	Dinamarca	2,60%
37	Taiwan	1,75%
38	Tailândia	1,63%
39	Japão	-0,10%
40	Suíça	-0,75%



Fonte: Infinity Asset

Qual o problema com a alta taxa de juros?

O administrador e economista Eduardo Fayet, especialista em gestão e desenvolvimento público e privado, explica como a taxa de juros impacta a atividade econômica do país, o que ajuda a explicar a campanha pela queda da Selic.

Fayet diz que quando o preço dos produtos e serviços começa a subir por causa do excesso de demanda da população e da incapacidade das empresas de atender a isso, a saída é desestimular o consumo. É por isso que em momentos de inflação alta o Banco Central sobe a taxa de juros, porque isso encarece o crédito para empresas e pessoas, o que contribui para que a demanda por bens e serviços diminua e os preços se estabilizem ou comecem a cair.

Se o juro está muito alto, o preço final dos bens e serviços fica muito caro. Elas passam a reduzir o consumo para economizar, porque esse gasto não cabe dentro do orçamento das famílias e da receita geral das próprias empresas. Portanto, isso vai gerar um desaquecimento da economia".

Fayet explica que os juros altos atrapalham o crescimento econômico, porque se torna mais vantajoso para as empresas emprestar dinheiro ao governo do que tomar crédito emprestado para ampliar a produção, comprar novas máquinas e equipamentos ou contratar mais funcionários.

"Se não tem investimento produtivo, a economia não cresce, porque investir em títulos da dívida não faz a economia crescer. O que gera emprego, o que gera renda, o que gera salário, o que gera, inclusive, lucros para o setor privado são investimentos na economia real. Em negócios, portanto".

O economista defende a revisão da taxa de juros para baixo para que a economia se aqueça novamente, mas diz que isso não pode ser feito de qualquer jeito. "Não é uma conta simples. O Banco Central não pode fazer uma redução brusca dos juros, porque isso impacta na previsibilidade, é ruim para o mercado financeiro e, também, para as indústrias e investidores da economia real. Vários economistas têm feito uma conta que a taxa Selic poderia estar entre 8% e 9%, mesmo com a inflação que temos hoje".

A economista Deborah Bizarria acredita que o Banco Central age corretamente ao esperar mais antes de começar um ciclo de redução da taxa de juros. Ela explica que fatores importantes para balizar a decisão em torno da Selic não estão claros, como o compromisso do governo com as contas públicas. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que pretende entregar uma nova regra fiscal para substituir o teto de gastos ainda em março.

"É saudável que o Banco Central esteja agindo com cautela. Uma definição de qual vai ser a política fiscal do governo Lula é fundamental como insumo para as decisões do Banco Central de manter a subida ou diminuir a taxa de juros. Afinal de contas, se a política fiscal for expansionista, ela adiciona demanda e pressiona a inflação e, também, os juros para cima".

O deputado Evair de Melo (PP-ES) diz que, assim como o Brasil, outros países, como os Estados Unidos, têm o desafio de encontrar um patamar de juros que contenha o avanço inflacionário e, ao mesmo tempo, permita que a economia cresça. Para ele, a solução para o problema deve vir de forma técnica e não com pressão sobre o Bacen.

"O governo deveria se centrar e apresentar um plano da retomada do emprego, da retomada do crescimento econômico, para atrair novos investimento para o Brasil, principalmente com o capital externo. Isso naturalmente vai distensionar a pressão sobre a economia brasileira e vai trazer uma redução nos juros e quando eu tiver o crescimento da cadeia produtiva, também vou reduzir a inflação, porque eu tenho maior oferta".

Ou o Brasil reduz as suas taxas de juros para níveis civilizados ou os juros liquidarão a economia brasileira

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

"O Brasil precisa entrar em uma clínica de recuperação para se livrar da intoxicação de juros. Enquanto não superar esse problema, dificilmente vai tomar um rumo sustentável de crescimento econômico". (Pedro Cafardo – Valor 28.03.23)

Em 2022, de acordo com o Banco Central do Brasil, os juros nominais do setor público consolidado, apropriados pelo critério de competência, alcançaram R$ 586,4 bilhões - equivalentes a 5,96% do PIB, ante R$ 448,4 bilhões (5,04% do PIB) em 2021.

No dia 20 de março último, durante seminário realizado no BNDES e em que se reuniu Geraldo Alckmin, o prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz, o presidente da Fiesp, Josué Gomes e o economista André Lara Resende - eles questionaram a manutenção da Selic em 13,75% ao ano pelo Banco Central. Enquanto Josué Gomes apontou que o patamar atual é "pornográfico", Joseph Stiglitz disse que a taxa nas alturas é "mortal" para a economia brasileira e considerou estar otimista com governo, elogiou gestões anteriores de Lula e ressalvou que o momento econômico mundial atual é mais difícil". Ele afirmou categoricamente que "o Brasil tem sobrevivido à pena de morte dos juros chocantes".

Já no dia seguinte, 21 de março, também em evento ocorrido no BNDES, o economista e prêmio Nobel de Economia Jeffrey Sachs afirmou: "o Brasil é punido por juros altíssimos e o momento não é de austeridade fiscal."

Como era esperado, em 22 de março, ocorreu a "Super Quarta", com decisões definidas sobre juros tanto pelo Federal Reserve Bank (FED) nos Estados Unidos quanto pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central do Brasil – COPOM.

No caso dos Estados Unidos, o FED decidiu elevar a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para o intervalo de 4,75% a 5% ao ano. A decisão foi unânime e veio em linha com a expectativa da maioria dos participantes de mercado, mas contrariou uma parcela deles que, diante da instabilidade recente no sistema financeiro provocada pelo princípio de crise bancária, apostava na interrupção do ciclo de aperto monetário. Mesmo com esse novo aumento, a taxa de juros real praticada nos Estados Unidos, apenas agora e após vários anos, é que se encontra em níveis reais, isto é, presentemente está em 0,36% ao ano. Cabe salientar que a taxa de juros fixada pelo FED ficou em apenas 0,25% durante todo o período de dezembro de 2008 a dezembro de 2015. A média da taxa de juros real praticada no mundo atualmente é negativa em 1,92% - segundo cálculos do Inifinity Asset e MoneYou.

Fonte Poder 360

Relativamente ao Brasil, em reunião de política monetária também realizada no dia 22, o Copom manteve a sua taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano. A decisão, novamente unânime, veio em linha com com a expectativa consensual dos participantes de mercados. Com isso, a taxa real de juros praticada no país fica em 6,94% - e é considerada a mais elevada do mundo.
O comunicado da decisão do COPAM sofreu ajustes importantes, mas, ao contrário do que apostava uma parcela dos participantes de mercado, não trouxe sinais consistentes de que uma

flexibilização da política monetária seria iminente.

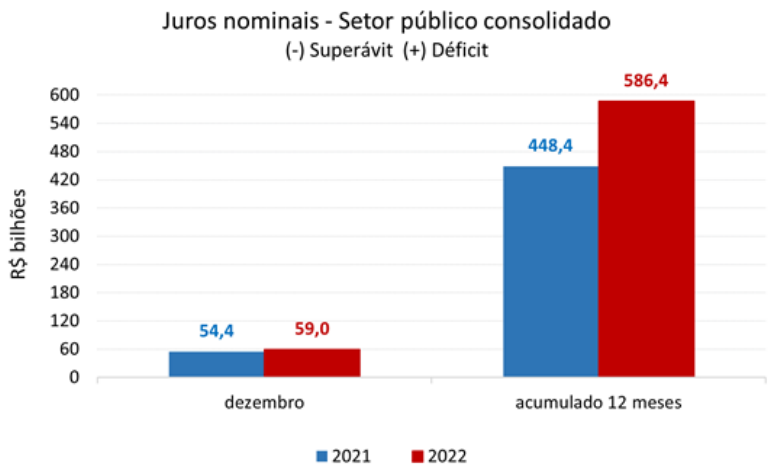
A comentar o entorno internacional, o COPOM avaliou que o "ambiente externo se deteriorou", manifestando preocupação com os "episódios envolvendo bancos nos EUA e na Europa" que "elevaram a incerteza e a volatilidade dos mercados e requerem monitoramento".

Nas duas semanas anteriores ocorreu uma nova crise bancária internacional, com a liquidação do Silicon Valley Bank, do First National Bank e da transferência do controle do Credit Suisse para o UBS. Isso nos leva a indagar se estamos no início de um novo furacão financeiro, mas tudo leva a crer que o desfecho final pode estar ainda longe de ser conhecido. Os indícios sugerem ter sido os aumentos das taxas de juros praticados anteriormente pelo FED americano o que culminou com a quebra dessas instituições bancárias.

Fonte: Poder 360

Há muito venho defendendo que o Brasil precisa deixar de ser o "paraíso dos rentistas e o inferno de quem produz", como declarou o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, no início do governo Bolsonaro. De outro lado e de acordo com o renomado economista André Lara Rezende, "no Brasil o que se observa, há anos, é a retroalimentação de um círculo vicioso com duplo dano: imensa transferência de dinheiro da sociedade para o sistema financeiro; e a geração de crescente déficit orçamentário do Estado e aumento da dívida pública, cujo serviço é sustentado por títulos com juros muito altos, que, por sua vez, aumentam o rombo fiscal.
Em épocas passadas, chegou-se a afirmar que "ou o Brasil combatia as saúvas ou elas acabariam com o Brasil". Traduzindo para os tempos atuais é como afirmar que "ou o Brasil reduz as suas taxas de juros para níveis civilizados ou os juros liquidarão com a economia brasileira".

Segundo dados do Banco Central, de 1995 a 2022, o Brasil já gastou, a título de despesas de juros nominais sobre a sua dívida pública a impressionante cifra de US$ 2,32 trilhões – o equivalente a mais de uma vez o PIB – Produto Interno Bruto do país (a soma de todos os bens e serviços produzidos) e que deve ter totalizado, no ano de 2022, US$ 1,90 trilhão. Somente durante os últimos dez anos essa despesa atingiu US$ 1,10 trilhão e só vai piorar: as estimativas apontam que no primeiro ano do mandato de Lula o país deverá gastar US$ 175,15 bilhões, batendo todos os recordes da série histórica iniciada em 1995. Imagine se ¼ dessa despesa tivesse sido usada e aplica em infraestrutura básica, saneamento e estradas principalmente. Com toda a certeza, o Brasil de hoje seria absolutamente diferente e melhor!



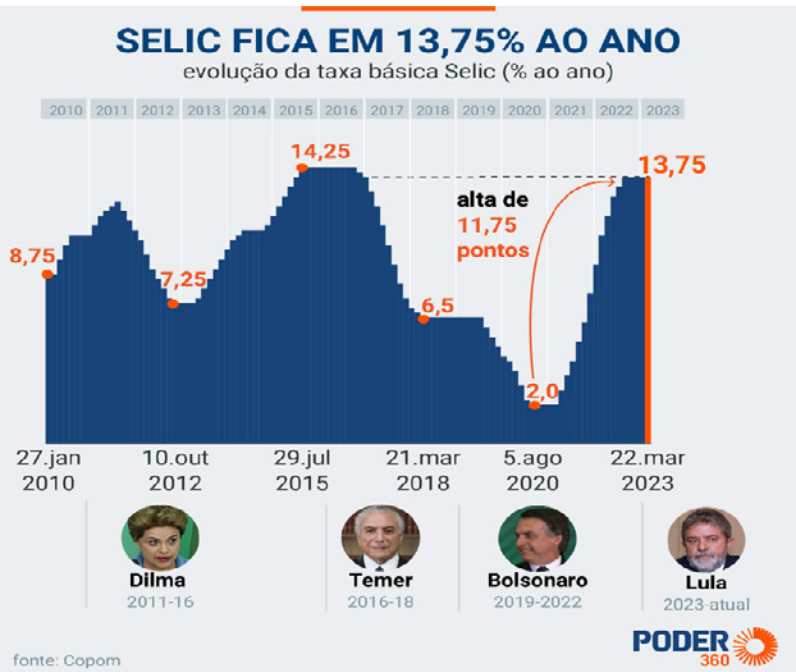
O governo campeão em gastos com juros nominais sobre a dívida pública bruta foi o da presidente Dilma Rousseff que, em seis anos, totalizou pagamentos de US$ 773,81 bilhões – o que corresponde a uma média anual de US$ 128,97 bilhões.

Considero que a redução das taxas de juros praticadas no Brasil, em patamares que possam ser considerados condizentes, deve até ser mesmo entendida como uma questão de segurança nacional. Não se pode esperar mais, até mesmo porque taxa de juros não é o único ingrediente de promoção de uma política monetária eficaz e saudável, principalmente no combate à inflação. Além do que, a maior dos países e principalmente os desenvolvidos, já abandonou essa receita, desde o final da crise financeira de 2009 e veem praticando uma política de juros negativos. Vale, ainda, relembrar a seguinte frase do presidente JK:

"Pretender solucionar a crise brasileira com remédios prescritos para o único fim de estabilidade, como se fôssemos uma terra exausta e um povo cansado, necessitados de equilibrar as poucas forças que ainda nos restassem é semelhante, malgrado as deformações que acarretam todas as analogias, ao intento de se tratarem as crises da puberdade com medicamentos destinados a mitigar a senectude.

"Transportaram-se para o nosso País, mecânica e acriticamente, técnicas e instituições que, ou não correspondiam mais às condições de nossa época – como é o caso das correspondentes ao liberalismo europeu do século XXI, ou não se ajustaram à nossa realidade – como é o caso das que insistem em dar tratamento monetário a fenômenos que são basicamente econômicos."

Texto extraído da coletânea de 3 livros intitulada JK: Profeta do Desenvolvimento, de minha autoria e publicado por MercadoComum



BRASIL – JUROS PAGOS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA, TAXA SELIC MÉDIA ANUAL E TAXA SELIC REAL ANUAL – 2001/2022 – Em %

Ano	Juros Nominais do Setror Público Consolidado s/PIB	Taxa Selic Média Anual	Taxa Selic Real Média Anual Anual Deflacionada pelo IPCA
2001	6,60	17,63	9,24
2002	7,61	19,48	6,18
2003	8,42	23,08	12,61
2004	6,57	16,44	8,21
2005	7,28	19,15	12,73
2006	6,72	15,10	11,60
2007	5,98	11,98	7,20
2008	5,32	12,54	6,27
2009	5,13	9,92	5,37
2010	5,03	10,00	3,86
2011	5,41	11,79	4,97
2012	4,44	8,46	2,48
2013	4,67	8,44	2,39
2014	5,73	11,02	4,34
2015	8,37	13,58	2,63
2016	6,49	14,17	7,41
2017	6,09	9,92	6,77
2018	5,41	6,56	2,72
2019	4,97	5,96	1,58
2020	4,11	2,81	-1,63
2021	5,04	4,81	-4,77
2022	5,91	12,63	6,47

Fonte: Banco Central/LCA Consultores. Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

QUANTO O BRASIL PAGOU DE JUROS NOMINAIS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA – DE 1995 A 2022

Governo	US$ bilhões total	Média anual
Fernando Henrique Cardoso - 1995/2002	362,14	45,27
Luis Inácio Lula da Silva - 2003/2010	600,56	75,07
Dilma Rousseff - 2011/2016	773,81	128,97
Michel Temer - 2017/2018	228,87	114,44
Jair Bolsonaro - 2019/2022	349,90	87,48
Total	**2.115,39**	

Fonte: Banco Central do Brasil – MinasPart Desenvolvimento

CPI dos Juros altos praticados no Brasil

Nesta semana, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, disse que os atuais valores das taxas de juros cobradas no Brasil são inconcebíveis e precisam ser reduzidos.

Na oportunidade, os renomados vencedores do Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz e Jeffrey Sachs, também criticaram e condenaram o patamar da taxa básica de juros brasileira.

No dia 22 de março Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu por manter a taxa básica de juros – a Selic – em 13,75% ao ano. Foi a quinta decisão seguida pela manutenção da taxa. Assim, o patamar de juros continua no maior nível desde dezembro de 2016. A decisão foi unânime.

"A taxa de juros do Brasil é chocante. Os números que vocês estão falando, de 13,75%, ou 8% real, é o tipo de taxa de juros que vai matar qualquer economia. O que é impressionante no Brasil é que sobreviveu ao que seria, de fato, uma pena de morte", afirmou Stiglitz.

Através das redes sociais, o deputado Ney Leprevost – do União Brasil (PR) manifestou preocupação com o aumento abusivo das taxas de juros. "Fiquei quase um ano em Brasília alertando sobre isto. Não adiantou. Os banqueiros tem muita força lá. Eu tinha razão. Talvez agora com as manifestações dos Prêmio Nobel de Economia e do presidente da FIESP o Brasil acorde. O Banco Central tem independência, muito necessária, dos políticos. Tem que ter também dos banqueiros", afirmou.

"Os juros do cartão de crédito, do cheque especial e dos empréstimos consignados, são roubos legalizados. Viramos o país dos endividados. As pessoas caíram na armadilha do crédito fácil e agora estão presas na bola de neve. Querem uma briga boa? Cobrem dos seus políticos a CPI dos Juros Altos", escreveu o deputado Leprevost.

Prêmio Nobel de Economia declara: Selic atual é "pena de morte"

Em seminário promovido pelo BNDES, Joseph Stiglitz criticou a política monetária do BC: "Vai matar qualquer economia", alerta. Presidente da Fiesp reforça: "no Brasil, juros são pornográficos"

A mídia fez pouco alarde. Mas o diagnóstico do prêmio Nobel de Economia de 2001, Joseph Stiglitz, ex-assessor econômico de Bill Clinton, à política monetária administrada pelo economista Roberto Campos Neto no Banco Central é contundente. Ele avalia que a manutenção da Selic em 13,75% ao ano, como definiu o Banco Central na última quarta-feira, 22, é contraproducente e pode se tornar um problema grave para a economia brasileira.

A política de austericídio monetário foi alvo de duras críticas de Stiglitz, que tratou do assunto no seminário "Estratégias do Desenvolvimento Sustentável para o Século 21", promovido pelo BNDES, no Rio de Janeiro, na segunda-feira. "A taxa de juros de vocês é de fato chocante", disse. Presente ao evento, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, foi incisivo. Ele classificou os juros praticados no país como "pornográficos".

Stiglitz comparou os efeitos dos juros no Brasil a uma pena capital. "É o tipo de taxa de juros que vai matar qualquer economia. É impressionante que o Brasil tenha sobrevivido a isso, que seria uma pena de morte", declarou. "E parte da razão disso é que vocês têm bancos estatais, como o BNDES, oferecendo fundos a empresas produtivas para investimentos de longo prazo com juros menores", elogiou.

Para o economista, que falou sobre estratégias para o desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas fiscal e monetária, o país pena com taxas de crescimento baixas nas últimas décadas por conta dos juros. "É claro que juros altos afastam investimento e reduzem produtividade", disse o economista. "O país é muito dependente de commodities e precisa de transição para uma economia industrial verde".

Segundo Stiglitz, já ficou demonstrado que o monopólio do mercado eleva os riscos e a desconfiança junto com a inflação. "Um Banco Central independente e com mandato só para inflação não é o melhor arranjo para o bem-estar do país como um todo", alertou.

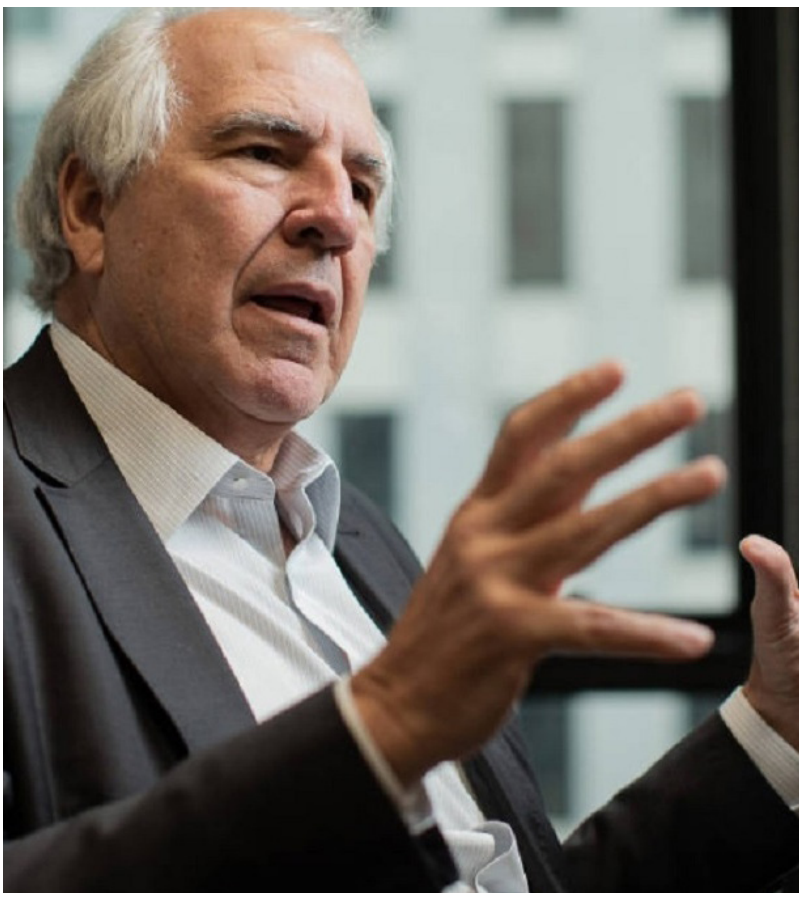
O empresário Josué Gomes da Silva considera um equívoco a atual política monetária. "É inconcebível a atual taxa de juros no Brasil", disse. Ele avalia que a atual taxa da Selic tornou-se uma amarra insustentável para a política de desenvolvimento industrial no país. "Se não baixarmos os juros, não vai adiantar fazer política industrial", advertiu o presidente da Fiesp.

Somente pela implementação de uma política industrial sustentável é que o país pode alcançar o pleno desenvolvimento e eliminar a dependência externa de manufaturados. O Nobel de economia lembrou inclusive que a recuperação da indústria americana é o ponto de convergência entre republicanos e democratas nos Estados Unidos, especialmente no que diz respeito à fabricação de microchips, atividade colocada em segundo plano devido à financeirização da economia que marcou os últimos 40 anos.

Fonte: Focus Brasil, 27 de março de 2022

Juros altos são o cerne do problema brasileiro", afirma Rubens Menin, controlador da Construtora MRV, Banco Inter e TV CNN

Controlador do Grupo MRV, do Banco Inter, e da CNN Brasil, o empresário Rubens Menin, um dos mais influentes do Brasil, é mais um grande nome a se somar à posição do presidente Lula (PT) contra os juros altos. Atualmente, a taxa básica de juros - Selic - do Brasil mantida pelo Banco Central é de 13,75% ao ano.



À publicação Neofeed, Menin afirmou que os "juros altos são o cerne do problema brasileiro". "Em 1994, fizemos um pacto social. O Plano Real foi um pacto social. Mas nunca se pensou nos juros, só na moeda, em inflação. Acho que fomos muito lenientes no Brasil em relação aos juros. Com isso, de fato, nunca atacamos o problema de frente. Em 2001, o Jim O'Neil (economista britânico) criou o termo dos BRICS e ele estava certo, o Brasil tem um potencial enorme, é um país continental. Só que ele esqueceu dos juros. Não consegue ter crescimento sem ter juros baixos. O Brasil, as empresas, as famílias e os governos são sacrificados pelas altas taxas de juros. Tem uma heresia que eu brinco que é a de que os juros compostos são as armas mais poderosas do universo. E, de fato, são. O pessoal não olha muito, mas uma empresa, para fazer investimento, é juros; para fazer uma PPP, uma concessão, para fazer uma rodovia, é juros; quando fala competitividade, é juros. Tudo no Brasil é muito mais caro por conta dos juros. Os juros altos são o cerne do problema brasileiro".

"Me incomoda muito essa conversa unilateral de 'ah, meu objetivo é a inflação'. Não, o objetivo tem de ser inflação e juros. 'Ah, mas os juros são consequência'. É consequência, mas tem de ser discutido o efeito danoso é maior ou igual do que a alta da inflação", disse.

Para Menin, o Brasil precisa tratar dos juros como se estivesse tratando de uma guerra. "Você pode até combater a inflação. Mas controlou a inflação com aumento de juros e lá na frente tem a economia tão combalida que vai ter outro problema maior. Tem de ser uma conversa muito clara e transparente envolvendo toda a sociedade".

O empresário afirmou ainda que "se resolvermos essa questão dos juros, ninguém segura o Brasil". "Temos um agronegócio maravilhoso, uma matriz energética sensacional, um mercado interno grande, uma infraestrutura enorme para ser construída, pode aproveitar essa tendência mundial do resource. Vamos resolver esse problema dos juros que o Brasil mata a pau!".

Presidente do Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano também condena juros altos no Brasil

Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano, que também é presidente do Grupo Mulheres do Brasil, defendeu o equilíbrio fiscal para consolidar a forte retomada do setor. "Juros altos não gera renda, nem crédito, nem emprego e muito menos consumo. O consumidor precisa de crédito. O varejo é o maior empregador do Brasil e precisamos manter o protagonismo na economia".

Trajano criticou na manhã do dia 23 de março último, durante evento do Lide (Grupo de Líderes Empresariais), em São Paulo, o patamar atual dos juros do país. "Podemos deixar o juro do jeito que está? Está tendo consumo? Não. Nós temos que nos unir para baixar o juro".

A fala de Trajano ocorreu um dia após o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anunciar que decidiu manter a taxa Selic em 13,75% ao ano – o país mantêm a maior taxa real entre 40 países.

"Um país como o nosso só tem duas coisas a fazer: dar renda e crédito. Agora, com um juro que não baixou, não vai ter crédito para ninguém", disse Trajano ao lembrar que o varejo só fica atrás do próprio governo na geração de emprego.

A presidente do conselho da Magalu propôs ainda a definição de práticas concretas que ajudem a viabilizar a queda das taxas. "Temos que sair daqui não é com manifesto, temos que sair daqui com atitudes que são para já".

Taxa de juros no Brasil distorce situação fiscal e espanta investimentos, diz Jeffrey Sachs

Prêmio Nobel de Economia norte-americano defende que o Brasil persiga crescimento com base em investimento público e reduza taxas de juros, "responsavelmente"

O economista Jeffrey Sachs, professor da Universidade de Columbia (Estados Unidos), defendeu no dia 21 de março último que o Brasil persiga um crescimento com base em investimento público, inclusive com fontes de capital estrangeiro, e reduza a taxa de juros. Segundo ele, é necessário "abaixar, responsavelmente, mas abaixar as taxas de juros domésticas, através de uma estrutura de políticas no médio prazo, ao longo de uma geração".

De acordo com o economista, a taxa oficial é alta no Brasil não porque a inflação esteja alta, já que a inflação no país está em índices comparáveis aos dos Estados Unidos e Europa. A taxa Selic no Brasil de 13,75% ao ano está cerca de 140% acima de inflação, na casa de 5,6%.

"Mas nos EUA os juros pagam 2%; no Japão (cerca de) zero e na Europa em torno de 1%. No Brasil, a situação fiscal é distorcida por taxas de juros extraordinariamente altas", disse. Sachs participou do seminário Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o Século 21, realizado pelo BNDES.

O economista considera que o problema fundamental do Brasil é um crescimento econômico "baixo, e crônico, com todas as consequências sociais e econômicas adversas que decorrem disso". A taxa de investimento brasileira, de aproximadamente 17% do PIB em termos nominais, é "muito baixa", afirmou o economista. "No setor público não vemos quase nenhum investimento em infraestrutura nos últimos cinco anos", acrescentou, citando os setores de transportes, meio ambiente, comunicação e energia.

"CAPITAL HUMANO"

Sachs disse ainda que o Brasil carece de investimentos públicos em "capital humano", como educação e saúde, que "são extremamente baixos, 2,5% do PIB para educação e sistema de saúde". "A qualidade da educação está muito atrás do que deveria estar na comparação com qualquer padrão. O Brasil está atrás de uns 80 países que são medidos."

Economistas 'divergentes' concordam: juros do Copom podem matar a economia do Brasil.

Por isso, de acordo com Jeffrey Sachs, "não é surpresa que o Brasil esteja empacado nos últimos dez anos, com crescimento muito baixo". Ele apontou que, no início dos anos 80, países da Ásia que eram muito mais pobres do que o Brasil chegaram a um crescimento de 30 vezes, e o Brasil "ficou estagnado".

O economista da Universidade de Columbia sugere que, para alcançar um crescimento sustentável, o país precisa aumentar investimentos em quatro áreas:

- *Capital Humano (como em educação e saúde;*
- *Infraestrutura Física;*
- *Investimento em Negócios, que seriam decorrentes de melhores investimentos em infraestrutura;*
- *"Capital Natural", que, segundo Sachs, tem sido profundamente prejudicado nos últimos dez anos, com a degradação da terra, o desmatamento e consequências climáticas.*

Fonte: Rede Brasil Atual

Manutençao da taxa Selic em 13,75% ao ano: Fecomércio Minas manifestação preocupação

Para Nadim Donato, presidente, "a Fecomércio MG recebeu com profunda preocupação a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) na manutenção da taxa Selic a 13,75% para este ano. A taxa básica de juros da economia continua, pela quinta-vez seguida, no maior nível desde janeiro de 2017, comprometendo o desempenho da economia real, que corresponde às atividades ligadas à geração de riquezas, emprego e renda, e impactando na recuperação e no desenvolvimento do país.

A taxa Selic nesse patamar foi determinante para a desaceleração da movimentação econômica em 2022. Destaco que como consequência, o país sofreu a retração de 0,2% no PIB nos últimos três meses do ano passado. Para este ano, a manutenção da taxa acaba por desestimular o setor de comércio, serviços e turismo. Com uma possível queda da taxa Selic abaixo do anunciado, a consequência seria um estímulo maior ao consumo, que aqueceria consideravelmente a economia, dando mais condições ao setor de comércio, serviços e turismo, além de criar oportunidades para uma recuperação econômica do país."

Para Nadim Donato "é fundamental que o governo demonstre determinação no controle dos desequilíbrios fiscais. A arquitetura do novo arcabouço deve mostrar claramente esses objetivos. Avançar nas reformas estruturais, principalmente tributária, são importantes na criação de um ambiente econômico propício ao desenvolvimento sustentável. A discussão da política econômica precisa ser pautada predominantemente no estímulo dos setores produtivos que geram emprego e renda e não pela afronta às instituições que acabam gerando instabilidade econômica, perda de confiança e mudanças de expectativas. Ter um equilíbrio fiscal e monetário é determinante para sair deste cenário crítico que passamos atualmente."

Banco Central: decisão de manter a Selic em 13,75% foi correta, avalia FecomercioSP

Instituição optou pela cautela, diante de uma inflação persistente e um quadro fiscal incerto

Como era previsto entre os investidores, o Conselho de Política Monetária do Banco Central (Copom) anunciou a manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano. Para a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), a decisão é a melhor para o atual momento, marcado por inflação alta e quadro fiscal ainda incerto, exigindo prudência.

A justificativa para que os juros permaneçam em patamar elevado é a inflação, ainda pressionada, com projeção de concluir o ano, mais uma vez, acima do teto estipulado pela junta. Além disso, o pedido de recuperação judicial por parte de uma grande varejista brasileira trouxe à tona a discussão de antecipar o ciclo de redução da taxa de juros, uma vez que o empreendimento tinha alta credibilidade no mercado de crédito – e, ao prejudicar bancos e empresas com o não cumprimento dos pagamentos, uma maior aversão ao risco recaiu sobre todos, consumidores e empresas. Esta situação se traduz em mais seletividade e juros mais altos.

Ainda segundo a FecomercioSP, argumenta-se também que os juros elevados têm gerado consequências negativas para o crescimento econômico. No quarto trimestre de 2022, por exemplo, foi registrado resultado mais fraco do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, o juro real elevado desestimula investimentos produtivos, pois se torna mais atrativo manter o capital em aplicações financeiras. Desta forma, há redução nas gerações de emprego e renda.

CENÁRIO DE CAUTELA

Cabe ao Banco Central preservar o valor da moeda e conseguir se manter entre os limites estabelecidos para a meta de inflação. De acordo com a FecomercioSP, a quebra do Silicon Valley Bank (SVB) e as negociações de compra do banco Credit Suisse também pedem cautela. Outro ponto que vale ser ressaltado é que, no cenário doméstico, o governo ainda não apresentou o seu arcabouço fiscal, muito esperado por investidores e empresários. É necessário que haja uma indicação rápida acerca da regra de gastos do orçamento que será adotada. Somente assim será possível projetar possíveis mudanças na carga tributária e os impactos à inflação.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

RICARDO STEINBRUCH

Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

Armadilha dos juros elevados

Desde o advento do Plano Real, há quase 29 anos, em julho de 1994, quando nossa moeda passou a ser mais estável e vencemos o fantasma da inflação corrosiva, temos enfrentado, de modo paradoxal, juros muito elevados, não só os básicos, como os referentes aos empréstimos no mercado financeiro. As causas do problema são polêmicas e objeto de distintas explicações: insegurança jurídica; carga de tributos sobre as operações creditícias, dificuldade de retomada dos bens em garantia; histórico de inadimplência; desequilíbrio fiscal do setor público; e concentração bancária, dentre outros fatores.

Independentemente dos motivos e das discussões e teses sobre a questão, é necessário que as taxas no Brasil sejam mais alinhadas às de outros países com características semelhantes e até mesmo alguns que têm fundamentos econômicos piores do que os nossos. Afinal, estamos diante de um fator que freia o nível de atividade, pois é inibidor dos investimentos, prejudicial aos setores produtivos e desestimulante do consumo. Por isso, a retomada consistente do crescimento do PIB demanda juros estruturalmente compatíveis com a taxa de retorno dos investimentos produtivos. Este é um desafio crucial que temos pela frente.

A indústria, cujo desempenho é fator determinante para o crescimento econômico sustentado e sustentável, é particularmente afetada pelo problema, pois seu fomento exige investimentos significativos, muitas vezes inviabilizados pelo custo exorbitante do dinheiro. Cabe lembrar -- e lamentar -- a queda do setor na composição do PIB nacional, de 25%, há cerca de quatro décadas, para cerca de 11%, hoje. No plano global, nosso parque fabril, que já figurou entre os 10 maiores, recuou, em outubro passado, para o 15º lugar.

O setor, que até o início da década passada respondia por 2% da produção mundial, despencou para 1,28%, menor índice da série histórica, iniciada em 1990. O levantamento foi divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com base em estatísticas da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No que diz respeito à indústria, estamos na contramão do que vêm fazendo numerosos países, que promovem seu fomento, incluindo créditos subsidiados. Precisamos de políticas eficazes para o setor, que gera empregos de qualidade, paga os melhores salários, agrega valor à pauta de exportações e é o que mais investe em tecnologia e inovação. É fundamental nos alinharmos a padrões mais avançados da atividade no mundo, para conquistarmos competitividade elevada.

Entretanto, temos hoje a Selic em 13,75%. Nossos juros reais, de 8% ano, são os maiores do mundo e muito mais altos do que os do segundo colocado nesse ranking, o México, com 2,7%, e o terceiro, a China, com 1,9%. Cabe enfatizar que grande parte das nações, como os Estados Unidos (-2%), têm até mesmo taxas negativas. Assim, se quisermos competir globalmente, é determinante equalizar esse fator, pois o custo atual do dinheiro no Brasil inviabiliza qualquer investimento produtivo.

Dentre outras questões estruturais, como impostos altos, insegurança jurídica e baixa produtividade, nossas elevadas taxas são um dos fatores responsáveis pelo baixo crescimento da economia brasileira, que foi de apenas 0,3% ao ano na década de 2011 a 2020, segundo

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

cálculos da FGV (Fundação Getúlio Vargas). No período de 1947 a 1980, nossa média de expansão anual do PIB foi de 7,1%.

Para crescer pelo menos 3% ao ano, índice mínimo para viabilizar nossa ascensão ao patamar de nação com renda alta, são necessários investimentos equivalentes a 22% do PIB, ante cerca de 18% atualmente. Para tornar possível esse avanço, os juros dos financiamentos são um elemento crítico e fundamental. Assim, necessitamos encontrar um equilíbrio estrutural para que as taxas conciliem o controle da inflação e a viabilidade dos investimentos em infraestrutura, aporte tecnológico, incremento industrial, empreendedorismo e produtividade. Essa equação passa, necessariamente, pela sinergia entre as políticas fiscal e monetária.

Encontrar o ponto de equilíbrio é decisivo. Nesse sentido, é interessante observar que, na Ata do Copom subsequente à reunião do colegiado em 31 de janeiro e 1° de fevereiro, quando a Selic foi mantida em 13,75%, enfatiza-se que o pacote fiscal anunciado em janeiro pelo governo pode ter efeito benigno para as expectativas de inflação. É sinalizada, também, uma tendência de arrefecimento inflacionário no Brasil e no mundo. Daí, é possível inferir a possibilidade do início de um fluxo de queda das taxas.

Trata-se de meta fundamental, pois não podemos continuar comprometendo nosso desenvolvimento, como fazemos há mais de três décadas, nos distanciando do objetivo maior referente à melhoria da qualidade de vida da nossa população. Não cabem, porém, medidas voluntariosas, que nos causaram danos relevantes no passado recente. A solução, no entanto, é premente!

BDMG – Mudanças na diretoria: Gabriel Viégas assume a presidência

A efetivação na presidência ocorreu com a aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do BDMG aprovou, no dia 28/2, a designação de Gabriel Viégas Neto para o cargo de diretor-presidente. A decisão tem efeito imediato e não depende de homologação do Banco Central, uma vez que ele já integra a Diretoria-Executiva desde janeiro de 2022. Viégas, que era vice-presidente, estava exercendo a presidência interinamente desde o dia 03 de fevereiro deste ano.

"Estou muito feliz com esta indicação, é uma honra exercer a presidência de uma instituição como o BDMG no alto de seus 60 anos. Vamos trabalhar para que o BDMG seja cada vez mais um importante indutor do desenvolvimento de Minas. Em sintonia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, vamos avançar no apoio aos projetos e grandes investimentos, no suporte aos micro e pequenos empresários e na parceria com os municípios para investimentos em infraestrutura, saneamento, energia limpa, entre outros. Queremos incentivar a economia regional, por meio do desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida da população mineira", declarou o novo presidente do BDMG.

Gabriel Viégas é graduado em Administração de Empresas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP), com pós-graduação em Finanças pela Faculdade SPEI e especialização em STC Executivo pela Fundação Dom Cabral/Kellogg Graduate School of Management. Reúne uma experiência de 36 anos no banco Itaú Unibanco, onde atuou por 19 anos como executivo nas áreas planejamento, produtos e comercial em diversas regiões do País, incluindo o estado de Minas Gerais.

Icatu: Luciano Soares assumirá a presidência

Executivo está há 30 anos no Grupo Icatu e é conselheiro da seguradora; Luciano Snel, atual CEO da empresa, passará a ocupar cadeira no Conselho de Administração da companhia

Márcio Menasce/Divulgação

A Icatu é uma das maiores seguradoras do Brasil, líder no segmento de Vida, Previdência, Capitalização e Investimentos entre as independentes. Empresa com mais de 30 anos e capital 100% nacional. Fechou o ano de 2022 com faturamento de R$ 10,6 bilhões, ROE (retorno sobre o patrimônio) de 18%, R$1,2 bilhão em margem de operações e lucro líquido de R$ 285,1 milhões. Esse crescimento reflete uma evolução em todas as suas linhas de negócio, impulsionada pelo lançamento de produtos, serviços e soluções e a ampliação de sua extensa rede de parceiros no mercado B2B2C, contemplando bancos, cooperativas, varejistas, insurtechs, fintechs, além da força consultiva de cerca de 9 mil corretores.

"Alcançamos a posição de protagonismo e liderança entre as seguradoras independentes, e temos confiança na capacidade de ampliarmos o acesso da população brasileira aos produtos, serviços e soluções adequadas de planejamento e proteção financeira. Além disso, continuamos com a missão de ajudar na difusão dos produtos de seguro no país, que tem uma penetração ainda inferior aos mercados mais desenvolvidos", adianta Luciano Soares.

"A Icatu está bem posicionada, com time coeso, forte geração de valor econômico e social e em um momento oportuno para se beneficiar de um novo olhar para moldar o seu futuro. Estou animado em seguir contribuindo, junto com Soares, com a evolução do negócio, desta vez, de forma mais transversal, a partir do Conselho", afirma Luciano Snel.

A Icatu é uma das maiores seguradoras do Brasil, uma empresa de mais 30 anos com capital 100% nacional. Líder no segmento, é a maior entre as seguradoras independentes, considerando o consolidado das suas linhas de negócio em Seguros de Vida, Previdência e Capitalização. Está presente em todo o território nacional por meio de 38 filiais e possui mais de 9 milhões de negócios ativos. A Icatu é uma empresa de pessoas para pessoas, cujo propósito é atuar para que cada brasileiro tenha mais tranquilidade financeira, e, assim, uma melhor qualidade de vida, a vida toda. Seu portfólio traz uma arquitetura de soluções completas com APIs para conexão com diferentes parceiros, plataformas digitais e insurtechs. Seu marketplace de Previdência é considerado o mais robusto e diversificado do Brasil, com mais de 400 fundos em parceria com os 130 melhores gestores. Em Capitalização, é a quarta maior do país, considerando o volume de provisões. Também atua com Gestão de Recursos e Fundos de Pensão, administrando ativos e recursos de terceiros que ultrapassam R$70 bilhões. Em 2022, foi eleita, pela quarta vez, sendo o terceiro ano consecutivo, a melhor seguradora em atendimento ao cliente pelo instituto Mesc. Também em 2022, pela oitava vez, foi reconhecida como uma das melhores empresas para trabalhar no Rio de Janeiro pelo Ranking do GPTW, com destaque em "Saúde Emocional"

Alessandro Octaviani é nomeado Superintendente da Susep

Professor de Direito da USP, Octaviani já foi Conselheiro do CADE

O Ministro da Casa Civil da Presidência da República, por meio da Portaria nº 1.951, publicada no Diário Oficial da União de 8 de março, nomeou Alessandro Serafin Octaviani Luis como novo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Carreira - Octaviani é Bacharel em Direito, Mestre em Ciência Política e Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP), possui larga experiência na prática jurídica, especialmente em temas de direito econômico, como o Direito Econômico da Concorrência e o Direito Econômico do Seguro. Foi Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e é Professor Doutor de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da USP.

Até a posse do novo titular no cargo de Superintendente, o que ocorrerá nas próximas semanas, a Autarquia segue sob o comando de Carlos Queiroz, Superintendente Substituto, conforme Portaria GMF nº 21, de 2 de janeiro de 2023.

Barcelos – Joia medieval portuguesa

Barcelos, pequena joia medieval na região do Minho, reflete a verdadeira alma do povo português apaixonado pela sua história.

Vestígios arqueológicos remontam Barcelos à Pré-Historia, mas o início da história e toda sua identidade data da Baixa Idade Média, época do Rei D. Dinis. Em 1298, O Monarca tornou conde o seu mordomo-mor, João Afonso e lhe doou o então povoado.

Não há como não se encantar com a cidade de Barcelos. Tudo ali respira Idade Média. Catedrais, muralhas, praças, torres e ruelas, a cidade é um verdadeiro museu ao ar livre.

Famosa pelo artesanato, a feira semanal é uma das atrações especiais de Barcelos. Lá se encontra quase de tudo - artesanato de bordados, rendas e cestos de palha, além de roupas, livros, bijuterias, joias e comidas prontas e semiprontas. Uma festa internacional e multicolorida.

O lendário galo de barro, símbolo nacional e expressão maior do artesanato português surgiu em Barcelos.

A LENDA DO GALO

A lenda do Galo surgiu com a história de um galego que passava por Barcelos na sua peregrinação para Santiago de Compostela. Condenado a enforcamento por um crime que não havia cometido, ele pediu para se apresentar ao Juiz e provar sua inocência. O juiz, à mesa do jantar, onde havia galo assado, ouviu do viajante que lhe era tão certa sua inocência, que o galo assado que ali estava cantaria para prová-la.

O juiz e os convidados zombaram dele e o encaminharam para a forca. Na hora exata da execução, o galo cantou e o juiz ordenou que corressem ao paço da forca para salvar o viajante.

O galego salvo voltou depois à vila e esculpiu o Cruzeiro do Senhor do Galo, que hoje está no Museu Arqueológico de Barcelos.

QUINTA DO CONVENTO DA FRANQUEIRA

A cinco quilômetros de Barcelos, assentada no alto do monte e rodeada por vinhedos, fica um antigo convento franciscano do século XVI, detalhadamente transformado em hospedaria, chamado a Quinta do Convento da Franqueira.

Cercado por jardins, arcos e grossas paredes de pedra, o ambiente inspira recolhimento e paz espiritual e reflete a arte e a arquitetura do fim da Idade Média. A vontade que dá no visitante e de ficar por lá e se esquecer do mundo profano. Uma imensa igreja do século XVIII completa o ambiente místico religioso.

A casa e os jardins do Convento foram restaurados pelo atual proprietário, o inglês, Piers Gallie. Sua família, com bom gosto e criatividade, trouxe a este local denso, um clima de aconchego, leveza e conforto nos espaços generosos e arejados.

Atrás do pátio interno, a austeridade do ambiente monástico é quebrada pela piscina azul, alimentada por uma nascente secular escondida no jardim.

No entorno, seis hectares de videiras colorem a propriedade, onde se produz o refrescante vinho verde "Quinta da Franqueira", manipulado pelo próprio Piers, ou Peter, como ele já está acostumado a ser chamado pelos portugueses.

A Quinta do Convento da Franqueira, em Barcelos faz parte da rede Solares de Portugal – um conjunto seleto de casarões, castelos, mosteiros e quintas espalhadas por todo país.

O trabalho da rede inclui manutenção e divulgação dos símbolos da cultura e da tradição portuguesas e associa-los à hospitalidade, para eles, a arte de receber visitantes.

Barcelos, um inesquecível mergulho na Idade Média portuguesa, que não pode faltar no seu roteiro.

Passagens aéreas de Belo Horizonte para os Estados Unidos já estão à venda

BH Airport anuncia início da comercialização das passagens para Orlando e Fort Lauderdale, além do voo inaugural para o Piauí

Já estão à venda as passagens para Fort Lauderdale e Orlando, nos Estados Unidos – novas operações da Azul Linhas Aéreas, partindo do BH Airport. O voo de Fort Lauderdale ocorre em junho de 2022, com valores a partir de R$ 3.698, ida e volta, com taxas. A frequência será de três voos por semana. No caso da rota para Orlando, o mês inicial do voo é setembro deste ano, e os preços estão a partir de R$ 4.063, ida e volta, com taxas. Serão dois voos semanais.

O início das vendas das passagens para os dois destinos foi celebrado por Herlichy Bastos, diretor de Operações e Infraestrutura do BH Airport. "É a concretização dos planos e da parceria entre o aeroporto e a Azul. Estamos dedicados em ampliar a conectividade de Minas Gerais com o Brasil e o mercado global, e esses voos têm forte potencial entre os mineiros. Estamos certos que serão operações de sucesso em Belo Horizonte, além de contribuírem para as tantas conexões que passam diariamente pelo terminal. Somos um hub pronto para encurtar distâncias e conectar destinos", avalia.

As novas rotas internacionais operadas pela Azul também incluem o destino inédito para Curaçao, a partir de junho. Essa é uma expansão histórica para os mineiros, que também passarão a contar com as ligações regionais da Azul para as cidades de Araxá e São João del Rei. O BH Airport inaugurou 2023 operando o triplo de voos internacionais em relação ao ano passado. O aeroporto já contava com voos para Portugal (TAP) e Panamá (Copa Airlines). Completando os seis destinos internacionais, a conexão direta entre Belo Horizonte e Bogotá, na Colômbia, operacionalizada pela Avianca, está próxima de entrar em operação: dia 26 deste mês.

A novidade chega a Minas aprimorando a experiência de viagem dos passageiros para o berço turístico-cultural de cidades históricas, como Medellín e Bogotá, e o paradisíaco Caribe colombiano, em Cartagena. As opções de partidas da rota Belo Horizonte-Bogotá compreendem os horários de 17h25, durante as quartas e domingos; 9h05, às terças e sábados; e 1h25, às sextas. Já de Bogotá para Belo Horizonte, os voos serão às 7h20, durante as terças e sábados; 22h30 às segundas e sextas; e 14h, às quintas. A nova rota entre Brasil e Colômbia será operada em aeronaves da família A320, com capacidade para até 180 passageiros.

De acordo com Herlichy Bastos,

além de ampliar a oferta e disponibilidade de voos, expandir a conectividade a partir do terminal potencializa o turismo, fomenta a criação de novas oportunidades de negócios e movimenta a economia no estado. "Seguimos em evolução, colocando Minas Gerais em evidência no cenário nacional da aviação, e buscando nos consolidar como o melhor aeroporto do país, nos fortalecendo como hub de conectividade doméstica e internacional", declara.

CONEXÃO COM A ROTA DAS EMOÇÕES TAMBÉM JÁ COMEÇOU

A partir de hoje, os mineiros contam com mais uma opção de conectividade doméstica. A Azul já está ligando Belo Horizonte à cidade de Parnaíba, no Piauí, com escala em Jericoacoara, no Ceará. Localizada no extremo norte, o principal atrativo turístico do populoso município é o Delta do Parnaíba, que proporciona o vislumbre para a imagem do rio desaguando no oceano. A exuberância da paisagem piauiense destaca ainda a biodiversidade presente nos mangues, lagoas, dunas, praias desertas e a grande variedade de fauna e flora.

O destino contempla a Rota das Emoções, um circuito que passa pelos principais pontos turísticos do litoral cearense, piauiense e maranhense. Aracati, no Ceará, atrai turistas para as praias de Canoa Quebrada, Majorlândia e Quixaba. Fortaleza, cidade mais procurada no Brasil em 2021, é considerada um destino completo e inclui as praias de Iracema, Meireles, Sabiaguaba e do Futuro, além dos pontos turísticos históricos, como o Teatro José de Alencar, as Estátuas de Iracema e a Catedral Metropolitana.

A Rota das Emoções também destaca uma das principais praias nordestinas, Jericoacoara. Jeri, como é conhecida, reserva tanto opções de esportes radicais, como kite e windsurfe, quanto cenários naturais únicos, como a Duna do Pôr do Sol e as lagoas Tatajuba, do Paraíso e o Buraco Azul. Barreirinhas é famosa pelas paisagens de tirar o fôlego e como porta de entrada para o "deserto brasileiro", situado nos Lençóis Maranhenses. São Luís integra o circuito, com roteiro para locais turísticos como a Casa do Maranhão, Palácio dos Leões, Casa do Tambor de Crioula, Museu do Reggae e o Monumento aos Pescadores.

O voo AD4510 para o Piauí parte do BH Airport às quintas e domingos, 9h20, pousando em Jericoacoara, às 12h05. O mesmo voo decola do município cearense às 12h55, chegando em Parnaíba às 13h40. Logo em seguida, o AD 4510 sai da cidade piauiense às 14h30 e retorna ao BH Airport, com chegada prevista para 17h35. Os voos são realizados por aeronaves Embraer E2, com capacidade para transportar até 136 passageiros.

Norma Moraes Salvador é condecorada com o Prêmio IESLA de produção científica

A médica ginecologista e obstetra Norma Moraes Salvador, vice-presidente do Conselho de Família da Rede Mater Dei de Saúde, recebeu o Prêmio IESLA - Instituto de Educação Superior Latino-americano de Produção Acadêmico-Científica. O prêmio é um reconhecimento àqueles que contribuem ativamente para a educação empreendedora e a educação científica nas esferas nacional e mundial. O Grupo Educacional IESLA é o maior instituto educacional das Américas e conveniado a mais de 50 universidades no mundo, e oferece programas de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado em todos os continentes.

Norma Salvador tem mais de seis décadas de dedicação à medicina e, juntamente com o marido, José Salvador Silva, fundou a primeira unidade hospitalar da Rede Mater Dei de Saúde em Belo Horizonte, em 1980. O casal tem quatro filhos – Henrique, Maria Norma, Márcia e Renato; 10 netos; e oito bisnetos.

Com 42 anos de vida, a Rede Mater Dei de Saúde tem o paciente no centro de tudo e trabalha ancorada em três princípios: inteligência e humanização como pilares do atendimento; tecnologia como apoio da excelência; e solidez das governanças clínica e corporativa. O grupo investe na produção do conhecimento científico como forma de melhorar processos e sua gestão médico-hospitalar.

KÊNIO DE SOUZA PEREIRA

kenio@keniopereiraadvogados.com.br

Diretor em MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário; Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis. Conselheiro da Câmara do Mercado Imobiliário e do Secovi-Mg;

Condomínio: por qual razão a prestação de contas gera problemas

O síndico e a empresa administradora de condomínio devem entender que trabalham para a coletividade condominial, não tendo nenhum deles o direito de sonegar qualquer informação ou documento que tenha relação com os recursos dos condôminos. O condomínio se assemelha a uma empresa, sendo cada coproprietário um sócio do empreendimento, ou seja, todos têm o mesmo direito a ter acesso a tudo que diz respeito ao edifício.

Portanto, é inadmissível o síndico criar obstáculo para um condômino ter acesso aos dados sobre as receitas, despesas, documentos, contratos, recibos, bem como sobre quem está inadimplente e quanto este deve, a qualquer tempo. O síndico é meramente um representante e seu mandato é provisório.

Para evitar desconforto ou dúvida para quem dirige a administradora de condomínio, o ideal que esta faça constar no Contrato de Prestação de Serviços uma cláusula que estabeleça que todos os condôminos podem ter acesso à documentação e às contas do condomínio a qualquer momento, pois assim evitará desconfiança e gerará maior credibilidade e segurança aos coproprietários.

QUEM ESCONDE É POR QUE FEZ ALGO ERRADO

O administrador que recusa a fornecer informações e documentos a um condômino, poderá vir a perder o trabalho no futuro, quando o "síndico misterioso" for substituído, especialmente se o condômino que foi afrontado vier a fazer parte da nova gestão.

Não tem sentido um condômino ter receio de pedir informação ou acesso às contas, pois somente um síndico com visão obtusa ou mal intencionado pode se sentir ofendido ou criar obstáculo à verificação dos documentos do condomínio. Trata-se de um direito, que não precisa ser justificado para ser atendido, pois conforme o artigo 1.348 do Código Civil, "É dever do síndico: [...] VIII - "prestar conta à assembleia, anualmente e quando exigidas". Transparência é sempre saudável e gera credibilidade, além de evitar insinuações.

ADMINISTRADORA TRABALHA É PARA A COLETIVIDADE E NÃO PARA O SÍNDICO

O contrato de prestação de serviços é firmado entre a Administradora e o Condomínio, sendo este constituído por coproprietários, ou seja, não se trata de uma pessoa e sim de uma coletividade. Portanto, basta o síndico entender que ele não é dono do edifício e que as contas são do condomínio.

Inúmeros síndicos idôneos e sábios determinam à administradora que franqueie o acesso de toda a contabilidade aos condôminos, pois assim torna mais tranquila a aprovação das contas, pois diante dessa atitude aumenta a confiança na lisura de quem conduz o edifício.

PRAZO PRÉVIO ANTES DA ASSEMBLEIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para evitar polêmica na assembleia, o ideal é inserir no Edital de Convocação o prazo de 30 dias para que todas as pessoas possam ter acesso à Prestação de Contas junto ao contador ou Administradora. Os questionamentos devem ser feitos por escrito, pelo menos uma semana antes da assembleia, para que o síndico possa ter tempo para prestar o devido esclarecimento.

Essa prática, que é elegante, transparente e mais produtiva, beneficia todos ao possibilitar uma análise adequada que elimine as dúvidas sem o tumulto que ocorre em muitas assembleias. O síndico, diante das indagações e com prazo para verificar, poderá contar com o apoio de um contador para prestar os esclarecimentos.

O bom senso indica que ser impossível analisar na assembleia com dezenas de pessoas, em poucos minutos, as contas e centenas de documentos decorrentes de um ano de gestão, sendo, portanto, fundamental a análise prévia de todos os balancetes para agilizar a assembleia e evita comentários improdutivos.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

JAYME VITA ROSO

vitaroso@vitaroso.com.br

Advogado, escritor e ambientalista

É um longo processo: o advogado deve estar em posse e usar o bom julgamento. Mas o que significa bom julgamento?

Para pensarmos sobre uma ética de advogados, precisamos, antes, nos ater ao que realmente significa um bom julgamento? Quais os meios segundos os quais o discernimento de um advogado pode ser considerado bom?

Um julgamento é central para a profissão, como alerta Charles Northrup (Illinois Bar Journal, jan. de 2021, vol. 109, Nº 1), nos provocando com a finalidade de sopesarmos sobre o caráter real da qualidade do julgar, isto é, da deliberação justa.

Diz ele: "o julgamento bom é aquele pelo qual o cliente pagou, que demonstre o valor da profissão para o tecido social e que apoie a legitimidade da administração da Justiça" (ibid., p. 48).

Refletindo sobre estas palavras, volto-me para a língua, tomando como ponto de partida, sempre, a palavra em sentido etimológico, isto é, substantivo masculino julgamento, cuja raiz está no verbo transitivo direto e intransitivo julgar.

Para referência, o vocábulo Jugement, segundo dicionário francês Expressions et Locutions (Dictionnaire des Expressions et Locutions. Paris: Les Usuels, 1993), é o "chamado da faculdade do livre-arbítrio em um caso em que estamos inseridos" (ibid., p. 455) ou no Merriam-Webster, que define como "o processo de formar opinião ou avaliar por discernimento e comparação" (fonte: <merriam-webster.com/dictionary/judgement> último acesso em 12/02/21). Seguindo uma terceira opinião, juger, segundo (linternaute.fr/dictionnaire/fr/definition/juger/), pode ser caracterizado como "dar sua opinião" ou "pensar e emitir um arbítrio".

Assim sendo, para além dos princípios que guiam a regras de conduta básicas do advogado, faz-se necessário fundamentar a moral e a ética sob esta arquitetura: princípios elementares, tais como competência, diligência, compreensão dos fatos e circunstâncias, vantagens e desvantagens de suas ações.

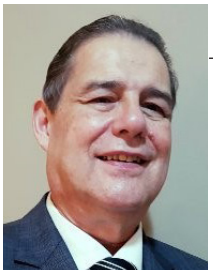
Como fazer para achar a origem dessa conduta que ultrapassa as regras formais?

Northrup comenta que isto provém da educação do advogado, suas experiências e objetivos de vida, suas relações profissionais e pessoais, não dependendo exclusivamente de alguma abstração filosófica densa, mas da vida cotidiana da comunidade em geral.

O Illinois Rules of Professional Conduct (IRCP), por exemplo, inclui inúmeras referências ao julgamento moral do advogado. Portanto: e.g. IRCP 1.7, Comment: "lealdade e independência são elementos essenciais no relacionamento com o cliente". O IRCP protege o julgamento do advogado em favor de sua relação com o cliente, se a moral e o regulamento colidirem.

Nesse sentido, a chave para esta liberdade individual é que uma parcela de bom julgamento depende do advogado enquanto pessoa, sujeito ético e moral, o que nos induz a nos tornamos, paulatinamente, mais conscientes de que o julgamento não é um conceito estanque, mas, em oposição, algo a ser nutrido e preservado, avaliado e sopesado em cada processo e pela vida toda.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum



ROBERTO FOLGUERAL

Contador, perito judicial e vice-presidente da FCDL-SP (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de São Paulo)

O que esperar da nova Reforma Tributária?

O tema é uma das principais pautas do Congresso no momento, um assunto de grande repercussão para todo o Brasil. De um lado, o Estado não pode abrir mão de nenhum centavo de arrecadação; do outro, vemos os entes federativos lutando pelo mesmo motivo; e o lado mais fraco do cabo de guerra temos os contribuintes e os consumidores em geral, que de fato pagarão a conta.

Encontra-se em discussão a PEC 45 e a PEC 110, que envolvem algumas diferenças importantes na unificação de tributos (impostos e contribuições) diretos e indiretos e no seu processo atual para o proposto, ou seja, a transição. Os contribuintes necessitam de um preparo para cada cenário apontado.

Convivemos com uma carga tributária que varia entre 30% e 40%, somente se considerarmos as obrigações principais de pagar os tributos. Agora, é praticamente impossível o cálculo do custo/despesas que o contribuinte despende para comprovar que o tributo pago (obrigação principal) está correto, essas são as obrigações acessórias.

As obrigações acessórias são, na essência, a transferência da obrigação do Estado em apurar a correção dos valores declarados e pagos, para o contribuinte que auto se fiscaliza, sem nenhuma contrapartida na redução de taxa do tributo.

Para exemplificar, acredito ser inócuo falarmos de uma reforma tributária antes de uma reforma administrativa, ou seja: estabelecermos a receita desconhecendo o tamanho da despesa. As duas PECs, 45 e 110, são assemelhadas, vejamos:

PEC 45

Serão extintos: PIS/COFINS, IPI, ICMS e ISSQN, será criado o IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

PEC 110

Serão extintos: IPI, PIS/COFINS, CIDE COMBUSTÍVEIS, CSLL, ICMS e ISSQN. Serão criados: CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços e Imposto de Bens e Serviços.
Aqui, cabe a observação da instituição do IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO – IVA DUAL, no qual seriam segregados os tributos Federais, o Estadual (ICMS) e o Municipal (ISSQN) e, ainda a CSLL seria incorporada no IRPJ, o que na prática já acontece.

A PEC 45 PREVÊ:

Tributo seletivo, ou seja, qualidade extrafiscal, sem objetivo de arrecadar e sim de regular consumos negativos, como cigarros e bebidas.

Prevê um prazo para a transição de 50 anos, com alíquota semelhante para todos os setores, com extinção da Zona Franca de Manaus.

Cada Ente Federativo, União, Estados, Municípios e Distrito Federal, deverá estabelecer uma parcela da alíquota, ou seja, uma sub-alíquota.

Dificuldades maiores pela ausência de alíquotas diferentes além da retirada de autonomia do ente federativo, Estados ou Municípios, para legislar sobre suas receitas.

A PEC 110 PREVÊ:

Os tributos também terão essa função, extrafiscal, com a substituição do IPI, sem prazo para tal.

Prevê um prazo para a transição de 15 anos, com regimes diferenciados de alíquotas definidos por Lei Complementar, com manutenção de benefícios fiscais por mais 12 anos, como no caso do AGRO, mantendo a Zona Franca de Manaus até 2073.

Cada Ente Federativo, Estados ou Municípios dividirá a sua arrecadação, no mesmo modelo do hoje, ICMS conforme o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

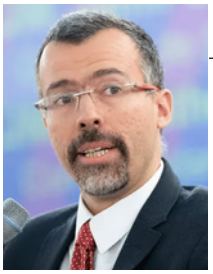
Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

MANTÊM O SIMPLES.

Dificuldades maiores como estabelecer alíquotas diferentes, abrindo a possibilidade de uma guerra fiscal travada pelas bancadas dos entes federativos.
Aqui temos um pleno consenso nas duas propostas: o aumento de imposto para as empresas de serviços, pela ausência de método para o crédito dos tributos na aquisição de insumos.

Finalizando, tramita no Congresso o PL 3887/2020, conhecido como a reforma tributária do governo anterior a qual apenas unifica os tributos do PIS e da COFINS, estabelecendo uma majoração de 9,25% para 12%, para as empresas optantes pelo regime de Lucro Real e de 3,65% para 12% daquelas optantes pelo regime do Lucro Presumido, possibilitando o crédito dos valores dos tributos pagos na fase anterior de todos os insumos adquiridos.
Novamente, vemos que os prestadores de serviço, os maiores empregadores do Brasil, serão duramente prejudicados, pois não há permissão de créditos sobre a folha de pagamento.

Ratifico que a Reforma Tributária é necessária, mas não antes de uma reforma administrativa, além disso, devemos considerar um sistema igualitário, onde Indústria, Comércio e Serviços fossem contemplados com as mesmas obrigações e, principalmente, uma redução em suas obrigações acessórias.



JAMIL CHADE

Colunista do UOL

Carta aos banqueiros: quem pagará para que vocês sejam resgatados desta vez?

Moro numa cidade que respira dinheiro. Limpo e sujo. Muito sujo. Aqui em Genebra, esbarramos com vocês, banqueiros, na escola, no parque, na pizzaria e em tantos outros lugares.

Não aceito e nem gosto de generalizações. Mas há um aspecto que nunca consegui entender: afinal, vocês são ou não liberais?

Pergunto isso por conta dos eventos dos últimos dias, envolvendo o Credit Suisse, mas também outros bancos nas economias ditas "maduras".

Nos EUA, na semana passada, o Federal Reserve indicou que fez empréstimos de US$ 300 bilhões para bancos com problema de caixa. Só aqui na Suíça, a instituição financeira que vivia dias difíceis recebeu um socorro de US$ 50 bilhões, o que seria o suficiente para a ONU sair ao resgate de 230 milhões de pessoas em crises humanitárias pelo mundo durante um ano.

Claro, não há como deixar um banco dessa dimensão quebrar. São bancos classificados como "grande demais para quebrar". Ou seja, se forem à falência, é a economia inteira que sucumbe.

Mas me pergunto: não são vocês aqueles que votam em políticos que defendem o estado mínimo, pouca regulação, redução de impostos para grandes fortunas, privatização e abertura de mercados?

Não são vocês que insistem na tese da meritocracia, como uma religião que abandona quem não serve ao sistema?

Eu também gostaria de ser classificado como "grande demais para quebrar". Milhões de pessoas também gostariam de viver uma vida na qual poderiam ser generosamente resgatadas se escorregassem na administração de seu destino. Ou aqueles que sequer sonham em ter um destino e optam por sonhar em dar comida a seus filhos.

Mas, para eles, os mercados ficam tensos se há alguma sugestão de mais dinheiro.

Talvez vocês não se lembrem. Mas da última vez em que o sistema financeiro derreteu em 2008, governos vieram ao socorro de vocês. Para isso, usaram recursos de aposentados, da classe média e o sonho de famílias inteiras.

Para arcar com a dívida de salvar em parte seus bancos, governos fizeram verdadeiras políticas de austeridade que mataram sonhos e pessoas.

Vocês certamente não são os únicos responsáveis. Autoridades viveram empurrando as dívidas para o ano seguinte, certos de que nada aconteceria. Mas aconteceu.

Se a amnésia é intensa no meio financeiro, vou aqui tentar refrescar a memória. Naquele momento da crise, percorri Grécia, Itália, Portugal a Espanha para descobrir o impacto da austeridade.

Vi como, em Atenas, faltou remédio. Em Canárias, salas de cirurgias só funcionaram pelas manhãs e, na Catalunha, médicos foram sendo orientados a não pedir exames de pacientes. Em Badalona, enfermeiras revelaram que foram instruídas a dar altas o mais rápido possível aos pacientes. Em Madri, o programa de ajuda a dependentes tóxicos sofreu um corte de orçamento de 35%. Paterna eliminou o serviço de ambulância 24 horas.

No governo de Castilla-La Mancha, a ordem foi a de cortar pensões de viúvas. Já em Girona, motoristas estavam enfrentando uma ameaça: os semáforos foram desligados

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

das 22 horas às 6 da manhã para economizar gastos.

A Comunidade Valenciana cortou verbas para o ensino de música e 62 conservatórios foram ameaçados. Na Galícia, não havia mais livros grátis para 25% dos alunos. Na região da Catalunha, mil professores foram demitidos e 33 dos 34 centros de formação de professores foram fechados. Em Valência, a prefeitura suspendeu o Festival de Cinema.

Em Madri, a ajuda do estado para festivais culturais foi cortada pela metade, assim como houve uma redução de 18% nos orçamentos de museus. O estado passou a cobrar taxas de matrículas para berçário e elevar as taxas de universidade. No total, 40 novos impostos foram criados apenas na região de Madri.

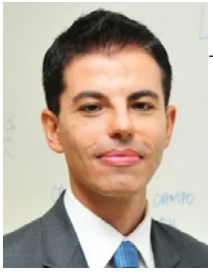
Para essas pessoas que sofreram esses cortes, não houve resgate. Houve, sim, um pedido para que apertassem os cintos, para que compreendessem a situação difícil que atravessava o país. Para que adiassem o futuro.

Insisto: vocês não foram os únicos responsáveis.

Mas sabe qual foi resultado da crise financeira, do resgate dos governos e da explosão da dívida? O desmonte de parte do estado de bem-estar social, a descrença na classe política, a dúvida sobre a capacidade de a democracia dar respostas e a explosão da extrema direita, charlatães e populistas.

Mais de uma década depois, aqui estamos de novo falando em salvar bancos. E eu continuo me perguntando: e quando salvaremos gente?

Saudações democráticas.



ELTON DUARTE BATALHA

Professor de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado. Doutor em Direito pela USP

Banco Central, autonomia institucional e desenvolvimento: uma relação íntima

A retirada da autonomia do Banco Central (BC) é um tema que foi trazido à baila pelo atual governo federal e merece atenção de toda a população. Muito mais que mera questão técnica, o poder de autodeterminação da referida entidade é questão apta a acarretar profundos efeitos na vida prática da sociedade, com evidentes consequências econômicas. A análise do arcabouço institucional e das potenciais consequências sobre o desenvolvimento brasileiro é essencial para a compreensão do risco que eventual alteração legal pode produzir sobre o futuro deste país.

A Lei Complementar (LC) nº 179, de 2021, reconheceu a configuração jurídica do BC, caracterizando-o, no artigo 6º, "pela autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira" e "ausência de vinculação a Ministério, de tutela ou de subordinação hierárquica". A mencionada entidade tem como objetivo fundamental "assegurar a estabilidade de preços", além de ter outras preocupações como "zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego" (artigo 1º, caput e parágrafo único). Ponto interessante a ser observado atine ao fato de o mandato do presidente do BC, com duração de quatro anos, ter início somente em "1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Presidente da República", situação que induz postura mais independente do referido profissional, uma vez que tomará suas decisões em contextos políticos dominados por visões possivelmente diferentes. Nesse caso, o interesse do Estado brasileiro poderá sobrepor-se a quaisquer posicionamentos ou veleidades do governo de ocasião, afastando o mandatário do Banco Central de eventuais pressões populistas daquele que, em dado momento, estiver ocupando a chefia do Poder Executivo, seja à esquerda ou à direita no espectro político.

A autonomia do BC é tópico constituinte de discussão profunda que deveria pautar o campo político nacional: a relevância das instituições para o desenvolvimento socioeconômico do país. É sobejamente demonstrado pela experiência histórica que uma estrutura institucional adequada pode ensejar um ambiente convidativo a investimentos, com todas as consequências positivas daí advindas. O contrário é igualmente verdadeiro, pois a fragilidade de instituições é capaz de afugentar capital para localidades que não lhe sejam hostis e que apresentem segurança jurídica. Neste sentido, cogitar a hipótese de retirar o poder de autodeterminação do Banco Central e sujeitá-lo aos interesses do Chefe de Executivo não parece ser medida que contribua para a construção de campo institucional capaz de atrair e reter capitais e agentes produtivos em território nacional.

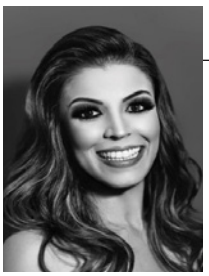
O populismo é fenômeno político recorrente na República brasileira desde seus primórdios, independentemente da orientação política que esteja no poder. Considerando-se o contexto mundial, no qual se verificam práticas populistas em diversas partes do globo, parece temerário acreditar que, em caso de alteração do status do BC, não haja subversão do papel deste órgão no que toca ao cumprimento dos objetivos mencionados na lei. A utilização de instrumentos econômicos na busca de ganhos políticos seria decorrência naturalmente esperada caso tal mudança estrutural seja concretizada. Assim sendo, construir e preservar instituições adequadas ao desenvolvimento nacional é

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

elemento fulcral para o futuro do país, como solidamente demonstrado na obra "Por que as nações fracassam", de Daron Acemoglu e James Robinson.

O Brasil, no momento, está diante da bifurcação que pode levar o futuro do país no campo econômico (e, consequentemente, social) para lugares substancialmente diferentes. Cabe à sociedade atentar-se aos movimentos políticos nos próximos tempos e pressionar os agentes públicos para evitar que decisões vislumbrando interesses meramente eleitoreiros e de curto prazo conduzam ao comprometimento do futuro da geração atual e das vindouras. A atuação autônoma do BC não é óbice ao desenvolvimento do país, como a retórica política pode levar a concluir, mas pressuposto para a edificação de ambiente institucional juridicamente seguro e apto para o desenvolvimento da economia. Somente assim será possível cumprir o ditame constitucional de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

A Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) está na 71a posição entre as melhores instituições de ensino da América Latina, segundo a pesquisa Times Higher Education 2021, uma organização internacional de pesquisa educacional, que avalia o desempenho de instituições de ensino médio, superior e pós-graduação. Comemorando 70 anos, a UPM possui três campi no estado de São Paulo, em Higienópolis, Alphaville e Campinas. Os cursos oferecidos pelo Mackenzie contemplam Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, Pós-Graduação Especialização, Extensão, EaD, Cursos In Company e Centro de Línguas Estrangeiras.



RAQUEL CAPUCIO

Advogada, especialista em Cultura.

O Inferno de Dante

Você está convidado para uma viagem ao universo do poeta Dante Alighieri, pelo olhar cênico da artista italiana Valentina Vannicola. A série de 15 obras fotográficas estará em exposição entre os dias 28 de março a 28 de abril de 2023.

Valentina Vannicola nasceu em Roma, em 1982. Após a licenciatura em Filmologia na Universidade La Sapienza de Roma, formou-se em fotografia na Scuola Romana di Fotografia. As suas fotografias inserem-se no campo da fotografia encenada, aquela área da fotografia contemporânea que se apresenta como cenas reais que foram criadas segundo a dinâmica da cinematografia.

O seu trabalho tem sido exposto em vários museus, galerias e festivais de fotografia, tais como: Museu MAXXI, Roma; Museu MAAT, Lisboa; Centro Cultural de Justiça Federal, Rio de Janeiro; Galeria Reserva Cultural, Niterói; Museus Msheireb, Doha, Catar; Festival Todos, Lisboa; IIC de La Valletta, Malta; Casa do Design de Matosinhos, Portugal; COAM com o CII de Madri; CLB Berlin com IIC de Berlin; Museu de Arquitetura e Design, Ekaterinburg com IIC de Moscou; IIC e Head On Photo Festival, Sydney, Austrália; Foto Città della Pieve (PG), entre outros.

A mostra é baseada no gênero tableau vivant e representa algumas cenas clássicas do Inferno, o primeiro reino da Divina Comédia.

Com investigações estéticas apuradas e rigor cinematográfico, Valentina escolheu sua cidade natal, Tolfa, ao norte de Roma, para produzir as imagens. Transformando as fotografias em um projeto coletivo, o trabalho envolveu a comunidade local, com a encenação de atores não profissionais.

A paisagem árida, o céu acinzentado e a retórica medieval foram inspirações para as imagens, que se destacam pela clareza dramatúrgica e composição em um estilo de inspiração surrealista. Um ambiente imersivo foi criado para aqueles que se aventurarem a atravessar o portal em que a literatura encontra outras artes.

A mostra é uma parceria da Casa Fiat de Cultura com o Consulado da Itália em Belo Horizonte e o Instituto Italiano de Cultura do Rio de Janeiro.

Informações:
Casa Fiat de Cultura
Praça da Liberdade, 10
Funcionários,
Belo Horizonte – MG.
Fone: (31) 3289-8900

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

João Doria: lançada biografia em São Paulo

Livro assinado pelo cientista social, jornalista e escritor Thales Guaracy, é publicado pela Matrix Editora

No dia 27 de março último, a cidade de São Paulo desfrutou da noite de autógrafos do livro João Doria - O Poder da Transformação, biografia do ex-governador do Estado de São Paulo e empresário, João Doria.

A obra, publicada pela Matrix Editora, é assinada pelo cientista social, jornalista e escritor Thales Guaracy.

O livro tem prefácio assinado pelo ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso e revela os bastidores da trajetória política e empresarial de uma das figuras mais emblemáticas do país.

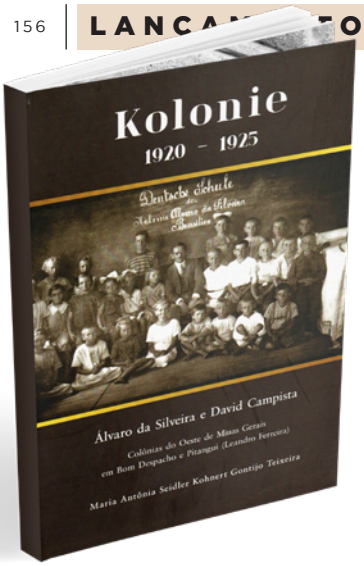
O lançamento acontece a partir das 18h na Livraria da Travessa do Shopping Iguatemi e contará com a presença de Doria e Guaracy.

SERVIÇO

O que:
Noite de autógrafos do livro
"João Doria - O Poder da Transformação"
Quando:
27/03 (segunda-feira), às 18h
Onde:
Livraria da Travessa do Shopping Iguatemi, Av. Brg. Faria Lima, 2232 - Piso Superior - Jardim Paulistano, São Paulo - SP, 01489-900

Sinopse do livro

O nome Doria sempre esteve presente em momentos de mudanças no Brasil. O pai de João Doria – muita gente não sabe – foi o criador de uma data que transformou o comércio: o Dia dos Namorados. Foi também um deputado cassado pela ditadura militar, que o levou ao exílio, bruscamente mudando a vida e o destino de toda a família. João Doria Jr. seguiu o pai em muitas coisas – e foi mais longe. Dirigiu empresas do estado com muita competência. Na iniciativa privada, fez fortuna como homem da TV e empreendedor de sucesso. Como o pai, lançou-se na política, para onde levou um modelo de gestão ambicioso, inovador e transformador. Enquanto o presidente da República Jair Bolsonaro dizia não ser coveiro, João Doria tomou a dianteira na defesa e na produção da vacina e salvou vidas. Venceu a pandemia mais cedo, contra todos os obstáculos, e continuou trabalhando em todas as frentes da administração. Como resultado, enquanto a economia do Brasil e de outros países desabava, reflexo da pandemia e de iniciativas insensatas, São Paulo voltou a crescer. Neste livro, você vai conhecer os bastidores da história pessoal, empresarial e política de João Doria e um exemplo de como a política pode ser diferente.



Memória e História dos Imigrantes Europeus em MG

Itamar José de Oliveira

Maria Antônia Seidler Kohnert Gontijo Teixeira, filha de dona Dora Seidler e de Bruno Kohnert, após décadas de viagens, pesquisas, entrevistas e busca incansável de informações, acaba de publicar, ainda que para um pequeno grupo de amigos, familiares e colaboradores, o esperado importante e imprescindível livro "Kolonie"- 1920 – 1925.

Trata-se de um registro literário social e cultural da odisseia dos imigrantes europeus especialmente os alemães - que viveram nas colônias Álvaro da Silveira e David Campista, na época pertencentes aos municípios de Pitangui e Bom Despacho.

Maria Antônia foi impulsionada por um desejo muito forte de evitar que a história de uma geração de trabalhadores que sonhavam em construir uma vida digna, livre e pacífica no Brasil se perdesse no esquecimento. Ela coloca em cena centenas de pessoas que escreveram uma bela história em Minas Gerais e no Brasil. O livro chega em tempo de enormes desafios para a humanidade. Novamente o fantasma de uma guerra - a ocupação parcial da Ucrânia pela Rússia-coloca a Europa em constante insegurança e a humanidade sob ameaça do poder nuclear das chamadas "grandes potências".

A trajetória dos imigrantes europeus em nossa região, graças ao trabalho de Maria Antônia, pode agora ser reconhecida e estudada pelas novas gerações.

O material apresentado no livro abre novos horizontes para futuras análises e pesquisas. Algumas fotografias valem milhares de palavras escritas. Elas revelam o clima de uma época marcada por duas guerras mundiais.

As colônias de Álvaro Silveira e David Campista receberam mais de cento e cinquenta famílias de várias nacionalidades, tchecos, austríacos, espanhóis, suíços, poloneses, italianos, portugueses e os alemães, que aportaram em maior número em nossa comunidade.

Apenas em 12 de julho de 1923, as colônias de Álvaro da Silveira e David Campista foram oficialmente instaladas e reconhecidas pelo então Presidente Arthur Bernardes.

Pelo Decreto nº 5560, de 5 de fevereiro de 1921 o então Presidente do Estado de Minas Gerais havia criado a colônia agrícola denominada "David Campista" nas terras da fazenda "Cachoeira do Picão", no município de Bom Despacho.

Existem registros comoventes. O pano de fundo é o sofrimento dos imigrantes que enfrentaram a fome, a miséria e a dissolução de famílias separadas pela distância de suas pátrias

Os navios Paconé, Avaré, Cuyabá e Coburg transportaram pessoas carregadas de sonhos e esperanças da Europa para o Brasil.

Muitas não se aclimataram, não se adaptaram e voltaram para os seus países de origem. Mas, o Brasil tornou-se marcante na vida de todos. Quem viveu nas colônias de Álvaro da Silveira e David Campista agora está eternizado no livro da nossa Maria Antônia. Não falta poesia, lamento e saudade na caminhada dos imigrantes e outros cenários de Minas estão presentes, Bom Despacho, Pitangui, Martinho Campos, Guidoval e São Domingos do Prata.

Personagens de Bom Despacho com o Coronel Tininho e Faustino Teixeira, administradores do município, abriram o caminho para Bruno e Frederico Kohnert que formaram a primeira geração de profissionais mecânicos. A Serralheria Kohnert foi sementeira de qualidade técnica para centenas de jovens bom-despachenses. Parte considerável e importante do livro registra sobrenomes dos moradores das duas colônias.

Bartels, Bergerhoff, Bobbia, Gurget, Jansen, Jung, Karell, Ludwig, Mangels, Miller, Pfeifer, Schmidt, Willer, entre outros, estão presentes no livro, como dona Alma Kohnert primeira parteira diplomada de Bom Despacho.

Os imigrantes nos deixaram muitas lições. Eles ajudaram a construir uma parte fundamental de nossa formação política, literária, histórica e cultural. Seus filhos, netos e bisnetos continuam uma caminhada que precisa ser valorizada, preservada e respeitada.

O encontro dos imigrantes com a cultura brasileira foi uma bela história de luta, sofrimento, conquistas e superação.

O livro de nossa Maria Antônia é um pequeno tesouro que pode e deve ser garimpado com afeto.

Boa parte dos livros que deveriam correr mundo costumam cair no esquecimento. Kolonie – o livro memória das colônias do Oeste de Minas, por enquanto, é uma relíquia a ser preservada por amigos, familiares e colaboradores de Maria Antônio Seidler Kohnert Gontijo Teixeira.

Mas tenho um certo pressentimento de que a história tão bonita, tão comovente e terna daquela pequena Babel de Bom Despacho e Pitangui vai sair do esquecimento para dar voz e alma ao legado dos imigrantes que nos deixaram lições inesquecíveis.

Vivam todos os imigrantes das colônias Álvaro da Silveira e David Campista.

Vivam os que lutam para construir a paz e a fraternidade entre todos os povos do planeta terra.

mercadocomum.com

MERCADOCOMUM SUPERA MARCA DE 3,62 MILHÕES DE LEITORES

De acordo com o Google Search Analytics, o site de MercadoComum Online (www.mercadocomum) obteve **3,62 milhões** de visualização e acessos às suas páginas durante o período de 8 de fevereiro a 7 de março de 2023.

Outros **120.000** formadores de opinião em todo o país recebem, regular e mensalmente, as edições em PDF de MercadoComum.

MercadoComum®
HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

Sua carreira pode lhe render um Green Card!
Veja nossos cases no YouTube
studiojobs.com.br
CASES
DE SUCESSO TS
Danielle Gontijo
Case Manager
+1 (321) 578-5040
IMMIGRATION
live your american dream